

Angela Rosch Rodrigues

**Estudo do patrimônio industrial
com uso fabril
da cidade de São Paulo**

SÃO PAULO

2011

Angela Rosch Rodrigues

Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica
Junqueira de Camargo.

SÃO PAULO

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E - MAIL: arqangelarr@hotmail.com

Rodrigues, Angela Rosch
R696e Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo / Angela Rosch Rodrigues. – São Paulo, 2011. 245 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.

Orientadora: Mônica Junqueira de Camargo

1. Patrimônio (Preservação) – São Paulo (SP) 2. Edifícios industriais – São Paulo (SP) I. Título

CDU 7.025.3

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Elisa e Miguel e ao meu querido irmão André, pelo apoio, carinho e amor incondicionais.

Agradecimentos

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo pelo seu incentivo, apoio, ensinamentos e orientação; sempre tão precisa e prestativa durante toda a trajetória do mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela confiança e apoio.

À Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl por seus atendimentos, ensinamentos e contribuições desde o início dessa pesquisa.

À Profa. Dra. Cecília Rodrigues dos Santos por suas contribuições durante as análises da banca de qualificação e indicações bibliográficas.

Também agradeço ao Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefrèvre por sua supervisão e valiosos ensinamentos durante o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE); ao Prof. Dr. Mário Henrique D'Agostino e à Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro por suas contribuições e ensinamentos sejam através de aulas ou conversas durante a experiência do PAE.

A todos que colaboraram com informações, dados, material iconográfico, referências bibliográficas, etc. durante essa pesquisa, em especial aos entrevistados.

Aos colegas Marco Antônio Leite Massari pela troca de idéias e trabalhos em conjunto; e à Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni pelo incentivo e fornecimento de dados e materiais importantes.

Aos meus melhores amigos pelo incentivo, apoio e carinho nessa trajetória.

À minha família com que eu sempre pude contar e que me dá o suporte necessário para alcançar qualquer objetivo.

E a Deus, pela dádiva da vida.

Resumo

Este trabalho analisa a questão do uso na preservação do patrimônio industrial ativo com base nas teorias do campo da preservação a partir do tombamento pelo CONPRESP de três bens na cidade de São Paulo: Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain) em 2009; Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia) em 1992; e a Companhia Melhoramentos de São Paulo em 2009. A pesquisa se debruçou sobre a complexidade da relação entre o caráter dinâmico da atividade industrial que exige constantes adaptações tecnológicas e o respeito às teorias e cartas patrimoniais. A pesquisa buscou levantar, por um lado, o significado da idéia de patrimônio para os proprietários e, de outro, o conhecimento do processo produtivo por parte dos órgãos de preservação, identificando aí uma das razões de conflito.

Palavras chaves: patrimônio, preservação, arquitetura industrial, arquitetura paulista.

Abstract

This study examines the issue of use in the preservation of active industrial heritage based on the theories of the field of preservation considering three example listed by CONPRESP in the city of São Paulo: *Vidraria Santa Marina* (now Saint - Gobain) in 2009; *Companhia Goodyear do Brasil* (the ancient *Fábrica Maria Zélia*) in 1992; and *Companhia Melhoramentos de São Paulo* in 2009. The research has focused on the complexity of the relationship between the dynamic nature of industrial activity which requires often technological adaptations and theories and international documents about preservation heritage. The research seeks for, in one hand, the meaning of the idea of heritage for the owners, and in the other, the knowledge about the industrial process production by preservation public agencies, identifying here reasons for conflict.

Key words: heritage, preservation, industrial architecture, *paulista* architecture.

Sumário

Introdução	29
Parte I O uso e a preservação do patrimônio industrial	33
Capítulo 1	35
O uso e a preservação do patrimônio industrial	
1.1 O uso nas teorias da preservação	35
1.2 Patrimônio industrial e arqueologia industrial	44
1.2.1 Patrimônio industrial: algumas características e definições	47
1.3 A preservação do patrimônio industrial através da arqueologia industrial	54
Capítulo 2	59
Patrimônio industrial ativo: um campo de estudo	
2.1 Segmentos diversos	59
2.2 Unidades fabris	71
Parte II O patrimônio industrial na cidade de São Paulo	81
Capítulo 3	83
O reconhecimento do patrimônio industrial na cidade de São Paulo	
3.1 Federal	83
3.1.1 Período 1936 a 1967	83
3.1.2 Décadas de 1970 a 1980	87
3.2 Estadual - CONDEPHAAT	92
3.3 Municipal	96
3.3.1 SEMPLA e DPH	96
3.3.2 CONPRESP	99
Capítulo 4	107
São Paulo: indústria e cidade	
4.1 Industrialização e configuração urbana (1889 a 1930)	107
4.2 Mudança dos eixos polarizadores da indústria (1940 a 1950)	111
4.3 Conjuntura internacional - fordismo x acumulação flexível	113
4.4 Mudança no perfil econômico e na configuração urbana	115
4.5 Reflexos na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE)	118

Capítulo 5	123
Cidade de São Paulo: patrimônio industrial e formas de apropriação	
5.1 Edifícios e áreas abandonadas	123
5.2 Edifícios e áreas com usos adaptados	126
5.3 Uso museal	132
5.4 Edifícios ativos	136
Parte III Estudo de casos: Vidraria Santa Marina (atual Saint – Gobain), Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia) e Companhia Melhoramentos de São Paulo	141
Capítulo 6	143
Trajetória dos casos	
6.1 Vidraria Santa Marina (atual Saint-Gobain)	143
6.2 Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia)	148
6.3 Companhia Melhoramentos de São Paulo	152
6.4 Estrutura urbana e condição atual	156
Capítulo 7	161
Adaptações necessárias: processo produtivo x preservação do patrimônio	
7.1 Vidraria Santa Marina (atual Saint-Gobain)	161
7.2 Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia)	175
7.3 Companhia Melhoramentos de São Paulo	186
7.4 O subsídio conceitual do campo da preservação patrimonial	198
Capítulo 8	203
Compreensão e reconhecimento do valor cultural: salvaguarda oficial x uso fabril	
8.1 Vidraria Santa Marina (atual Saint-Gobain)	203
8.2 Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia)	211
8.3 Companhia Melhoramentos de São Paulo	219
8.4 O reconhecimento do valor cultural pelo órgão municipal	222
Considerações finais	229
Referências bibliográficas	235
Instituições consultadas	245

Lista de Figuras

Fig.01	<i>Semmering Railway</i> – Áustria Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/785 >	60
Fig.02	Trechos ferroviários nas montanhas - Índia. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/944 >	60
Fig.03	<i>Rhaetian Railway Albula Bernina</i> - Suíça e Itália. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/1276 >	60
Fig.04	Ponte Viscaya, Bilbao – Espanha. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/1217 >	61
Fig.05	Canal Rideau – Canadá. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/770 >	61
Fig.06 A	<i>Woudagemaal</i> – Estação de bombeamento movida a vapor - Holanda. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/867 >	62
Fig.06 B	<i>Woudagemaal</i> , parte interna. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/867/ >	62
Fig.07	Produção vinícola, Região do Alto Douro - Portugal. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/1046 >	63
Fig.08	Produção vinícola, Lavaux - Suíça. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/1243 >	63
Fig.09 A	Galpão de tosa ovina - <i>Estancia Maria Behety</i> – Patagônia, Argentina. Foto: Lucila Dellepiane, 2009.	63
Fig.09 B	Galpão de tosa ovina - <i>Estancia Maria Behety</i> , parte interna. Foto: Lucila Dellepiane, 2009.	63
Fig.10 A	Moinho de subsistência, assistência do <i>Astra Museum</i> – Rudaria, Romênia. Fonte: WATSON, 2009.	64
Fig.10 B	Moinho de subsistência, assistência do <i>Astra Museum</i> , detalhe interno. Fonte: WATSON, 2009.	64
Fig.11 A	Complexo do Museu do Pão com antigo Moinho Colognese e parte do edifício novo. Fonte: Revista AU - 168, p. 40, 2008.	65
Fig.11 B	Fachada restaurada do antigo Moinho Colognese. Fonte: Revista AU - 168, p.45, 2008.	65
Fig.12	Moinho Dallé. Fonte: < http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/ >	66
Fig.13	Moinho Vicenzi. Fonte: < http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/ >	66
Fig.14	Moinho Fachinetto. Fonte: < http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/ >	66
Fig.15 A	Hidrelétrica <i>Solbergfoss</i> , 2006 (ano da construção - 1924), em atividade - Noruega. Fonte: NVE, 2006, p. 208.	67
Fig.15 B	Hidrelétrica <i>Solbergfoss</i> , 2006, sala de máquinas - Noruega. Fonte: NVE, 2006, p. 208.	67
Fig.16 A	Central Hidrelétrica de Galleto – Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Rufinoni, 2006.	67

Fig.16 B	Central Hidrelétrica de Galleto, parte interna - Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Ruffinoni, 2006.	67
Fig.17	Usina Parque Corumbataí - Rio Claro, SP. Fonte: < http://www.energiaesaneamento.org.br/redemuseuenergia/edificio.php?id=4 > Acesso em: 25 Abr. 2010	69
Fig.18 A	Famillistério de Jean-Baptiste Godin, Guise - França. Fonte: De ROUX, 2000, p. 88.	70
Fig.18 B	Famillistério de Jean-Baptiste Godin, pátio interno – estrutura metálica e piso em mosaicos. Guise - França. Fonte: De ROUX, 2000, p. 85.	70
Fig.19 A	La Chaux – de Fonds e Le Locle – Cidades relojoeiras - Suíça. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/1302 >	71
Fig.19 B	La Chaux – de Fonds e Le Locle – Cidades relojoeiras - Suíça. Fonte: UNESCO < http://whc.unesco.org/en/list/1302 >	71
Fig.20 A	Olaria <i>Dewulf</i> , Allonne (Oise) – França Fonte: ROUX, 2000, p. 214.	72
Fig.20 B	Olaria <i>Dewulf</i> , detalhe Allonne (Oise) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 215.	72
Fig.21 A	Manufatura <i>Tassinari Et Chatel</i> , Caluire – et – Cuire (Rhône) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 251.	73
Fig.21 B	Manufatura <i>Tassinari Et Chatel</i> , detalhe, Caluire – et – Cuire (Rhône) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 255.	73
Fig.22 A	Destilaria <i>Claeyssens</i> , Wanbrenchies – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 223.	73
Fig.22 B	Destilaria <i>Claeyssens</i> , parte interna, Wanbrenchies – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 221.	73
Fig.23 A	“Usina Convento” <i>Bonnet</i> , Jujurieux (Ain) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 150.	74
Fig.23 B	“Usina Convento” <i>Bonnet</i> , parte interna, Jujurieux (Ain) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 154.	74
Fig.24 A	<i>Harinera Del Ebro</i> , 2004, Zaragoza - Espanha. Fonte: IBAÑEZ, 2004, p. 447.	75
Fig.24 B	<i>Harinera Del Ebro</i> , Sala dos moinhos, 2004, Zaragoza - Espanha. Fonte: IBAÑEZ, 2004, p. 449.	75
Fig.25 A	<i>Acciaierie ThyssenKrupp</i> , parte das edificações - Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Ruffinoni, 2006.	75
Fig.25 B	<i>Acciaierie ThyssenKrupp</i> , parte interna das edificações - Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Ruffinoni, 2006.	75
Fig.26 A	Fábrica de polpa de celulose <i>Sunila</i> - Kotka, Finlândia. Fonte: TRINDER, 1992, p. 388.	76
Fig.26 B	Fábrica de polpa de celulose <i>Sunila</i> , 2006 - Kotka, Finlândia. Fonte: < http://www.flickr.com/photos/66343827@N00/30715233 > Acesso em: 13 Mar. de 2010.	76
Fig.27 A	Fábrica Neugebauer, 1904 , detalhe sobrado inicial - Porto Alegre, RS. Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 48.	77

Fig.27 B	Fábrica Neugebauer, 1930 - Porto Alegre, RS. Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 106.	77
Fig.27 C	Detalhe de referência ao antigo sobrado da fábrica Neugebauer em embalagem atual de chocolate da empresa (sistema de cor invertido). Fonte: Embalagem chocolate, 2010.	78
Fig.27 D	Fábrica Neugebauer, 1948 - Porto Alegre, RS. Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 138.	78
Fig.27 E	Fábrica Neugebauer, início da década de 1960 - Porto Alegre, RS. Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 182.	78
Fig.27 F	Fábrica Neugebauer, situação atual - Porto Alegre, RS. Foto: Beatriz B. Eichler, 2010.	78
Fig.27 G	Fábrica Neugebauer, situação atual -Porto Alegre, RS. Foto: Beatriz B. Eichler, 2010.	78
Fig.28 A	Casa de Armas Brancas, Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, Iperó – SP. Foto: Autor, 2009.	87
Fig.28 B	Fornos, Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, Iperó – SP. Foto: Autor, 2009.	87
Fig.29	IRFM, Água Branca – remanescentes da década de 1930, antes da demolição. Fonte: SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT, Processo 24263/85.	95
Fig.30	Bairros tipicamente industriais, Brás. Vista panorâmica, 1925. Fonte: SAES, 2004, p.237.	109
Fig.31	Rua Borges de Figueiredo, Mooca. Antigas Oficinas Vanorden e ao fundo torres residenciais. Foto: Autor, 2009.	117
Fig.32	Lapa – Água Branca. Aumento de edificações do setor terciário e residencial ao longo do corredor ferroviário. Foto: Autor, 2009.	117
Fig.33	Distribuição dos empregos formais em indústrias na cidade de São Paulo, 2004. Fonte: PMSP, SEMPLA, Série Município em Mapas – Economia Urbana, disponível em: < http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm3/ > Acesso em: 15 Mai. 2009.	118
Fig.34 A	Uso e Ocupação do Solo (2004), Lapa. Fonte: PMSP, SEMPLA, disponível em: < http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zonamento/0001/parte_II/lapa/08-MAPA-LA-04.jpg > Acesso em: 18 Mai. 2009.	120
Fig.34 B	Uso e Ocupação do Solo (2004), Mooca. Fonte: PMSP, SEMPLA, disponível em: < http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/urbanismo/arquivos/25-MAPA-MO-04r1.jpg > Acesso em: 18 Mai. 2009.	120
Fig.35 A	Companhia Antártica Paulista, atualmente sem uso - APT 09/07. Vista da Av. Presidente Wilson. Foto: Autor, 2009.	125
Fig.35 B	Companhia Antártica Paulista, atualmente sem uso - APT 09/07. Vista da linha férrea. Foto: Autor, 2009.	125
Fig.36	Antiga Tecelagem Labor, atualmente sem uso – ZEPEC 26/04. Rua da Mooca, 815 e 775. Foto: Autor, 2009.	125
Fig.37	Antiga Fábrica Orion, atualmente sem uso – ZEPEC 26/04. Vista da Rua Behring x R. Fernão de Magalhães. Foto: Autor, 2009.	125

Fig.38	Parte do antigo Lanifício Paulista, demolição - ZEPEC 26/04 – Rua João Bohemer 66 e 106. Foto: Autor, 2009.	126
Fig.39	Chaminé da antiga Companhia de Refinadores União – Res. 05/10 – Rua Borges de Figueiredo x R. João Antônio de Oliveira. Foto: Autor, 2009.	126
Fig.40 A	SESC Pompéia, conjunto fabril antigo – Res. 05/09. Foto: Débora N. de São José, 2009.	129
Fig.40 B	SESC Pompéia, elementos novos – Res. 05/09. Foto: Débora N. de São José, 2009.	129
Fig.41	IRFM, Água Branca, Casa das Caldeiras e três chaminés, atual centro cultural – Res. 05/91. Foto: Débora Nogueira de São José, 2009.	130
Fig.42	Antigo Matadouro da Vila Mariana, atual Cinemateca – Res. 05/91. Foto: Débora N. de São José, 2009.	130
Fig.43	Parte do antigo Moinho Minetti Gamba, atual casa de shows – Res. 14/07. Foto: Manoela R. Rufinoni, 2008.	130
Fig.44	Parte do antigo Cotonifício Crespi, convertido em hipermercado – ZEPEC 26/04. Foto: Autor, 2009.	131
Fig.45	Antigo edifício industrial atual Estação Ciência – Res. 05/09. Foto: Autor, 2009.	131
Fig.46	Antigos edifícios industriais Rua Joly, 143 e 273 convertidos em escritórios– ZEPEC 26/04. Foto: Autor, 2009.	131
Fig.47	Antigo Tendal da Lapa, atual subprefeitura – Res. 05/09. Foto: Autor, 2009.	131
Fig.48	Antigo Moinho Matarazzo, uso atual parcial depósito – Res. 38/92. Foto: Autor, 2009.	132
Fig.49	Antiga Tecelagem Mariângela, uso atual depósito – Res. 38/92. Foto: Autor, 2009.	132
Fig.50	Antiga Metalúrgica Martins Ferreira, uso atual parcial depósito – Res. 05/09. Fonte: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1847 > Acesso em: 05 Dez. 2010.	132
Fig.51	Antiga Cooperativa de Cotia, uso atual parcial depósito – Res. 05/09. Fonte: < http://www.panoramio.com/photo/25367417 > Acesso em: 05 Dez. 2010.	132
Fig.52 A	Complexo do Gasômetro – APT 19/91 e ZEPEC 26/04. Planta das áreas abertas à exposição. Fonte: < http://www.comgas.com.br > Acesso em: 01 Dez. 2010	136
Fig.52 B	Sala dos Compressores, exposição. Fonte: Catálogo “Memória do Gás – o futuro sempre presente”.	136
Fig.52 C	Balão N ^o 1, painéis expositivos. Fonte: Catálogo “Memória do Gás – o futuro sempre presente”.	136
Fig.52 D	Complexo do Gasômetro – APT 19/91 e ZEPEC 26/04. Fonte: Revista AU, N. 168, Março 2008, p.12.	136
Fig.53 A	Avenida Santa Marina, sem data. Fonte: Acervo da Empresa.	144

Fig.53 B	Vila Velha, sem data. Fonte: Acervo da Empresa.	145
Fig.53 C	Vila Nova, sem data. Fonte: Acervo da Empresa.	145
Fig.53 D	Vidraria Santa Marina, vista da entrada principal, 1919. Fonte: BRANDÃO, 1996, p. 62-63.	145
Fig.53 E	Pátio interno da fábrica, estacionamento dos transportes. Ao lado direito parte da vila operária, 1919. Fonte: Acervo da Empresa.	145
Fig.53 F	Vidraria Santa Marina, vista externa da fábrica, destaque para a linha de trem, 1918. Fonte: Acervo da Empresa.	145
Fig.54	Vidraria Santa Marina (Saint - Gobain), vista aérea com Lapa ao fundo, década 1990. Fonte: Acervo empresa.	148
Fig.55 A	Vista parcial da Vila e fábrica Maria Zélia, 1919. Fonte: TEIXEIRA, 1990, p.129.	149
Fig.55 B	Vista parcial da Vila e fábrica Maria Zélia, 1918. Fonte: TEIXEIRA, 1990, p.130.	149
Fig.56 A	Vila Maria Zélia, situação atual, vista do colégio. Foto: Autor, 2009	149
Fig.56 B	Vila Maria Zélia, situação atual, vista do armazém. Foto: Autor, 2009	149
Fig.57	Vista aérea da Companhia Goodyear do Brasil, década 1970. A Vila está em primeiro plano ao lado esquerdo. Fonte: SÃO PAULO (Estado), CONDEPHAAT, Processo 24268/85, <i>Vila Maria Zélia</i> , p.111.	151
Fig.58 A	CMSP, construção da gráfica década de 1920 e relação com Vila Romana. Fonte: Acervo da empresa	154
Fig.58 B	CMSP, ao redor da gráfica vai se condensando a Vila Romana, meados década 1930. Fonte: DONATO, 1992, p.95.	154
Fig.59 A	CMSP, vista aérea dos dois quarteirões, 1962. Fonte: Acervo da empresa	155
Fig.59 B	CMSP, adensamento urbano na Vila Romana, 1992. Fonte: Acervo da empresa	155
Fig.59 C	CMSP, 1992. Galpões de depósito demolidos posteriormente. Fonte: Acervo da empresa.	156
Fig.59 D	Edifícios residenciais construídos em antigo quarteirão da CMSP. Foto: Autor, 2008.	156
Fig.60	Operação Urbana Lapa – Brás, recorte do setor 2 que engloba o terreno da antiga Vidraria Santa Marina e tangencia o terreno da CMSP, na R. Tito. Fonte: < HTTP://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencias/index.php?p=17818 > Acesso em: 18 Nov. 2010.	159
Fig.61	Fábrica de Vidros Prado e Jordão, 1896. Do lado esquerdo verifica-se a denominada “cabine elétrica” remanescente até a atualidade. Fonte: Acervo da Empresa.	161
Fig.62	Antiga Vidraria Santa Marina, lago de abastecimento, sem data. Fonte: Acervo da Empresa.	161

Fig.63	Mapa cidade de São Paulo, 1905 – Recorte área antiga Vidraria Santa Marina. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	162
Fig.64 A	Fig. 64 A: Planta esquemática (s/ esc.) baseada em projeto de 1900 – “Planta de um novo forno para fundição de vidro na Vidraria de Prado & Jordão” (Estação d` água Branca). Fonte: DPH (elaborada pelo autor).	163
Fig.64 B	Fig. 64 B: Detalhe das fachadas dos fornos, provável década de 1910. Fonte: Acervo da empresa.	163
Fig.64 C	Fig. 64 C: Fornos, outras edificações e linha para vagonetes, provável década de 1910. Fonte: Acervo da empresa.	163
Fig.64 D	Fig. 64 D: Parte interna de um forno, provável década de 1910. Fonte: Acervo da empresa.	163
Fig.65 A	Produção de garrafas. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.46.	165
Fig.65 B	Pátio com estoque de garrafas e processo de embalagem. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.54.	165
Fig.66 A	Vista do grande forno para produção mecânica de garrafas, 1918. Fonte: Acervo da Empresa.	165
Fig.66 B	Vidraria Santa Marina, 1918. Ao lado esquerdo vista da torre remanescente. Fonte: Acervo da Empresa.	165
Fig.67	Mapa cidade de São Paulo, SARA Brasil, 1930 – Recorte terreno Vidraria Santa Marina. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	166
Fig.68 A	Vista parcial da fábrica, provável década de 1930. Ao lado esquerdo, observa-se a linha de trem. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.64.	166
Fig.68 B	Vista parcial da fábrica, provável década de 1930. Em primeiro plano um dos fornos pioneiros. Fonte: Acervo da Empresa.	167
Fig.69 A	Chaminé do forno <i>Pyrex</i> . Fonte: BRANDÃO, 1996, p.73.	167
Fig.69 B	Vista interna do galpão do forno de fabricação de <i>Pyrex</i> . Fonte: BRANDÃO, 1996, p.66-67.	167
Fig.69 C	Prensa automática, fábrica peças <i>Pyrex</i> . Fonte: Acervo da Empresa	167
Fig.70	Vista aérea – comemoração de 50 anos da empresa. Fonte: Acervo da Empresa (adaptada pelo autor)	168
Fig.71	Fig. 71: Mapa cidade de São Paulo década de 1970. Recorte do terreno da antiga Vidraria Santa Marina. Em destaque prédio administrativo construído na área da antiga “Vila nova”. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	170
Fig.72 A	Vista aérea década 1970. Fonte: Acervo da Empresa.	170
Fig.72 B	Vista aérea, 1978. Fonte: BRANDÃO, 1996, p. 75.	170

Fig.73 A	Planta (s/ esc.) baseada no GEGRAN década de 1970 com demarcação das edificações das edificações que se mantêm (cinza) e as demolidas (amarelo) se comparado com a situação atual. Fonte: Elaborada pelo autor.	171
Fig.73 B	Planta (s/ esc.) baseada na situação atual com demarcação das edificações construídas (vermelho) ou visivelmente alteradas (azul) se comparado com a década de 1970. Fonte: Elaborada pelo autor.	171
Fig.73 C	Vista aérea da situação atual. Fonte: Google Earth, 2010.	171
Fig.74 A	Preparo da matéria prima, década de 1990. Fonte, BRANDÃO, 1996, p.81.	172
Fig.74 B	Produção de pratos, década de 1990. Fonte: BRANDÃO, 1996, p. 87.	172
Fig.74 C	Fabricação de garrafas década de 1990. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.90.	172
Fig.75 A	Detalhe de parede de antigo forno, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.120.	173
Fig.75 B	Detalhe de parede de antigo forno, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.120.	173
Fig.75 C	Fachada edifício 12, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.118.	174
Fig.75 D	Fachada edifício 12, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.118.	174
Fig.75 E	Fachada edifício 13, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.118.	174
Fig.75 F	Edifício 13 – Compressores, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.119.	174
Fig.75 G	Fachada edifício 18, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.119.	174
Fig.75 H	Fachada edifício 18, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.120.	174
Fig.75 I	Fachada edifício 20, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.120.	174
Fig.75 J	Fachada edifício 25, Edifício Bahia, 2007. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.120.	174
Fig.76	Mapa cidade de São Paulo, 1924 – Recorte Fábrica Maria Zélia. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	175
Fig.77	Mapa cidade de São Paulo, SARA Brasil 1930, recorte Fábrica e Vila Maria Zélia. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	176
Fig.78	Planta esquemática (s/ esc.) baseada em projeto original e planta com setorização da atividade de tecelagem da década de 1930. Fonte: DPH (elaborada pelo autor).	177
Fig.79	Vista geral da fábrica. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.33.	177

Fig.80 A	Seção de Cardas e Cascame. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.48.	178
Fig.80 B	Alveamento, Mercerização e Tintura do Fio. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.39.	178
Fig.80 C	Sala de fiação I. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.38.	178
Fig.80 D	Sala de fiação II. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.38.	178
Fig.80 E	Sala de máquinas de estamparia. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.41.	178
Fig.80 F	Sala de Acabamento. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.42.	178
Fig.80 G	Sala de dobramento e confecção de pano. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.43.	178
Fig.80 H	Alveamento de pano. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, <i>contestação</i> , p.40.	178
Fig.81	Companhia Goodyear do Brasil, década de 1940. Fabricação de pneumáticos. Fonte: GOODYEAR, 2009, p. 36.	179
Fig.82 A	Companhia Goodyear do Brasil, década de 1940. Fonte: Acervo da empresa.	179
Fig.82 B	Companhia Goodyear do Brasil, década de 1960. Fonte: GOODYEAR, 2009, p. 58 (elaborado pelo autor).	180
Fig.83 A	Mapa cidade de São Paulo, 1970 – Recorte da Antiga Fábrica Maria Zélia. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	180
Fig.83 B	Companhia Goodyear do Brasil, situação atual. Fonte: Google Earth, 2010.	180
Fig.84	Companhia Goodyear do Brasil, vista aérea década de 1970. Fonte: Acervo da empresa (adaptada pelo autor).	181
Fig.85	Companhia Goodyear do Brasil, planta esquemática (s/ esc.) na situação atual. Fonte: Base, GEGRAN (década de 1970) e informações obtidas em visita à empresa (elaborada pelo autor).	182
Fig.86 A	Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual. Fonte: Goodyear do Brasil, 2009, p. 81.	183
Fig.86 B	Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual. Fonte: Goodyear do Brasil, 2009, p. 81.	183
Fig.86 C	Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual. Fonte: Revista Clã, 2009, p. 8.	183
Fig.86 D	Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual. Fonte: GOODYEAR, 2009, s.p.	183
Fig.87 A	Edificações construídas na área demolida da Vila. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 162.	184

Fig.87 B	Caixa d` água horizontal. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 163.	184
Fig.87 C	Vestígios de elementos arquitetônicos originais na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 166.	184
Fig.87 D	Vestígios de elementos arquitetônicos originais, fachadas e base chaminé. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 166.	184
Fig.87 E	Vestígios de elementos arquitetônicos originais: cobertura em <i>shed</i> e detalhes na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 164.	184
Fig.87 F	Vestígios de elementos arquitetônicos originais: cobertura e detalhes na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 167.	184
Fig.87 G	Companhia Goodyear do Brasil, vista a partir da Vila. Edificações construídas em parte do terreno da Vila. Foto: Autor, 2009.	185
Fig.87 H	Companhia Goodyear do Brasil, vista a partir da Vila. Edificações construídas em parte do terreno da Vila. Foto: Autor, 2009.	185
Fig.87 I	Companhia Goodyear do Brasil, vista a partir Rua dos Prazeres. Foto: Autor, 2009.	185
Fig.87 J	Companhia Goodyear do Brasil, chaminés. Vista a partir Rua dos Prazeres. Foto: Autor, 2009.	185
Fig.88 A	Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.	187
Fig.88 B	Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.	187
Fig.88 C	Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.	187
Fig.88 D	Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.	187
Fig.88 E	Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: DONATO, 1990, p.73.	187
Fig.89	Mapa cidade de São Paulo, 1930, recorte Companhia Melhoramentos de São Paulo. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	188
Fig.90 A	CMSP, prédio gráfica. R. Vespasiano com R. Camilo, década de 1930. Fonte: Acervo da empresa.	189
Fig.90 B	CMSP, prédio gráfica. Rua Vespasiano com Rua Tito, década de 1930. Fonte: Acervo da empresa.	189
Fig.91 A	CMSP, impressão máquinas Minerva, sem data. Fonte: DONATO, 1990, p. 74.	189
Fig.91 B	CMSP, vista geral do setor tipográfico (máquinas Minerva), sem data. Fonte: Acervo da empresa.	189
Fig.91 C	CMSP, setor da Litografia, década de 1940. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.91 D	CMSP, setor de zincografia, sem data. Fonte: Acervo da empresa.	190

Fig.91 E	CMSP, impressão máquina rotativa, 1942. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.91 F	CMSP, impressão Off-set, década de 1940. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.91 G	CMSP, impressão máquina Minerva automática, sem data. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.91 H	CMSP, impressão máquina Minerva automática, sem data. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.91 I	CMSP, impressão <i>Off-set</i> , provável década de 1970. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.91 J	CMSP, em primeiro plano máquina <i>Rolland</i> (impressão a 4 cores), década de 1970. Fonte: Acervo da empresa.	190
Fig.92 A	Mapa cidade de São Paulo, 1970, recorte da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Ao meio, quarteirão da gráfica e, à esquerda, quarteirão dos depósitos. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.	191
Fig.92 B	Companhia Melhoramentos de São Paulo, quarteirão Ao lado esquerdo, quarteirão com edificações residenciais no local dos antigos depósitos. Fonte: Google Earth, 2010.	191
Fig.93	CMSP, planta esquemática (s/ esc.) com setorização da última atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa (elaborado pelo autor).	192
Fig.94 A	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	192
Fig.94 B	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	192
Fig.94 C	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.94 D	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.94 E	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.94 F	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.94 G	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.94 H	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.94 I	CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.	193
Fig.95 A	CMSP, vista interna. Sistema de cobertura em <i>shed</i> , telhas em cimento amianto (não são mais as telhas cerâmicas originais). Foto: Autor, 2008.	194
Fig.95 B	CMSP, vista interna. Sistema de cobertura e partes de forro remanescente. Foto: Autor, 2008.	194

Fig.95 C	CMSP, detalhes estruturais. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 D	CMSP, detalhes estruturais. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 E	CMSP, mezanino construído. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 F	CMSP, blocos construídos ao longo das décadas. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 G	CMSP, estrutura em concreto, sistema de cobertura em <i>shed</i> , alguns vão de janelas fechados. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 H	CMSP, estrutura em concreto, sistema de cobertura em <i>shed</i> , alguns vão de janelas fechados. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 I	CMSP, sistemas de tubulações e iluminação instalados ao longo das décadas. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 J	CMSP, sistemas de iluminação e ar condicionado instalados ao longo das décadas. Foto: Autor, 2008.	195
Fig.95 L	CMSP, pilares da caixa d'água. Foto: Autor, 2008.	196
Fig.95 M	CMSP, caixa d'água. Foto: Autor, 2008.	196
Fig.96 A	CMSP, detalhe molduras da fachada. Foto: Autor, 2008.	196
Fig.96 B	CMSP, detalhe embasamento de pedra da fachada. Foto: Autor, 2008.	196
Fig.96 C	CMSP, relógio reposto na fachada da R. Vespasiano com R. Tito. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.84.	196
Fig.96 D	CMSP, fachada R. Espártaco. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 E	CMSP, vista interna. À direita administração e à esquerda galpão da gráfica. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 F	CMSP, fachada R. Tito. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 G	CMSP, fachada R. Tito. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 H	CMSP, vista externa, esquina R. Espártaco e R. Camilo. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 I	CMSP, fachada R. Camilo. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 J	CMSP, vista esquina R. Camilo e R. Vespasiano. Foto: Autor, 2008.	197
Fig.96 L	CMSP, entradas do galpão originais, R. Vespasiano. Foto: Autor, 2008.	197

Fig.97 A	Torre em tijolos aparentes, 2009. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.385.	204
Fig.97 B	Torre em tijolos aparentes. Foto: Autor, 2008.	204
Fig.97 C	Detalhe do 2º e 3º pavimentos. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.116.	204
Fig.98 A	Edifício Amazonas, 2009. Parte de arcos e cornija em alvenaria conservados. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.386.	204
Fig.98 B	Edifício Amazonas, parte interna, 2009. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.403.	204
Fig.98 C	Edifício Amazonas, 2009. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.387.	205
Fig.98 D	Detalhe dos arcos. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.388.	205
Fig.99 A	Edifício São Paulo. Foto: Autor, 2008.	205
Fig.99 B	Edifício São Paulo. Foto: Autor, 2008.	205
Fig.99 C	Eletro - filtro junto ao edifício São Paulo. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.406.	205
Fig.100 A	Chaminé N. 5 na extrema esquerda e chaminé N. 20 na extrema direita. Foto: Autor, 2008.	206
Fig.100 B	Chaminé do forno 5. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.406.	206
Fig.100 C	Chaminé do forno 5. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.405.	206
Fig.100 D	Chaminé do forno 5 e equipamentos anexados. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.389.	207
Fig.100 E	Chaminé do forno 5 e equipamentos anexados. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.404.	207
Fig.100 F	Chaminé do forno 20. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.391.	207
Fig.100 G	Vista interna do edifício do forno 20. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.399.	207
Fig.100 H	Equipamentos junto à chaminé N. 20. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.398.	207
Fig.100 I	Eletrofiltro junto à chaminé N. 20. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.397.	207
Fig.101	Antiga Vidraria Santa Marina, indicação dos imóveis tombados e delimitação das áreas de proteção. Fonte: SMC/CONPRESP, Res. 5/09 – Anexo F, disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/antiga_vidracaria_santa_marina_1253300948.pdf > Acesso em: 13 Nov. 2009.	210

Fig.102 A	Companhia Goodyear do Brasil, ao fundo lado direito edificações tombadas. Foto: Autor, 2009.	213
Fig.102 B	Detalhe das edificações tombadas. Foto: Autor, 2009.	213
Fig.102 C	Edificações tombadas, década de 1920. Fonte: Catálogo “Lembrança na Villa Scarpa”, 1926 In: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, <i>contestação</i> , p.30.	213
Fig.102 D	Edifícios tombados, elementos arquitetônicos originais. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 170.	214
Fig.102 E	Detalhe de uma das edificações tombadas. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 166.	214
Fig.102 F	Edifício tombado, elementos arquitetônicos originais. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 172.	214
Fig.102 G	Edifício tombados, elementos arquitetônicos originais. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 171.	214
Fig.102 H	Edifícios tombados, detalhes na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 173.	214
Fig.102 I	Edifício tombado. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 167.	214
Fig.102 J	Edifício tombado, elementos arquitetônicos originais. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 169.	214
Fig.103	Antiga Fábrica Maria Zélia, edificações tombadas em nível de proteção 1, canto superior direito. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.179 (verso).	215
Fig.104	Antiga Fábrica Maria Zélia. No canto superior direito, edificações tombadas e delimitação da faixa <i>non edificanti</i> , consta a retificação dos níveis de proteção. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.211.	218
Fig.105	Companhia Melhoramentos de São Paulo, indicação do imóvel a ser tombado e delimitação da área de proteção. Fonte: SMC/CONPRESP, Res. 5/09 – Anexo C, disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fabrica_companhia_melhoramentos_1253300854.pdf > Acesso em: 13 Nov. 2009.	220
Fig.106 A	CMSP, prédio administrativo. Década 1950 ou 1960. Fonte: Acervo da empresa.	220
Fig.106 B	CMSP, prédio administrativo. Década 1970. Fonte: Acervo da empresa.	220
Fig.106 C	CMSP, prédio administrativo. Foto: Autor, 2008.	220
Fig.106 D	CMSP, prédio administrativo, vista interna. Foto: Autor, 2008.	220

Lista de Tabelas

Tabela 01	Patrimônio industrial tombado no Brasil pela esfera federal de 1936 a 1967 Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Arquivo Noronha Santos - disponível em: < http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm > Acesso em: 10 Nov. 2009.	86
Tabela 02	Patrimônio industrial tombado no Brasil pelo IPHAN a partir da década de 1970 Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Arquivo Noronha Santos - disponível em: < http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm > Acesso em: 10 Nov. 2009.	90
Tabela 03	Patrimônio industrial tombado na cidade de São Paulo pelo CONDEPHAAT Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONDEPHAAT - Listagem dos bens tombados - disponível em: < http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/ > Acesso em: 20 Nov. 2009.	95
Tabela 04	Patrimônio industrial relacionado nas Z8-200 Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados levantados junto à pesquisa de FENERICH (2000).	98
Tabela 05	Patrimônio industrial tombado (T) na cidade de São Paulo pelo CONPRESP Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONPRESP - Índice geral - disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/ > Acesso em: 25 Out. 2010.	101
Tabela 06	Patrimônio industrial com abertura de processo de tombamento (APT) na cidade de São Paulo pelo CONPRESP Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONPRESP - Índice geral - disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/ > Acesso em: 25 Out. 2010.	101
Tabela 07	Patrimônio industrial relacionado como ZEPEC na cidade de São Paulo: Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONPRESP - Índice geral - disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/ > Acesso em: 10 Nov. de 2009.	104

Lista de Siglas

CMSP	Companhia Melhoramentos de São Paulo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PDE	Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
USP	Universidade de São Paulo
ZEPEC	Zonas Especiais de Preservação Cultural

Introdução

No âmbito da preservação dos bens culturais, há um ideário recorrente que diz respeito à reintegração do edifício ao seu novo contexto temporal através da utilização do seu espaço arquitetônico, já que a possibilidade de uso é uma característica intrínseca da arquitetura. Essa dinâmica do uso suscita diversas reflexões, pois, com as mudanças sócio-econômicas e culturais e a própria evolução urbana, um edifício pode não ter o mesmo valor utilitário de sua condição inicial, mas mantém seu valor simbólico enquanto monumento, instrumento da memória na medida em que configura a paisagem urbana. Além disso, tem-se consciência da importância de uma destinação útil para a preservação, já que o abandono é uma das causas primárias da degradação dos monumentos. Por outro lado, a imposição de uma destinação inadequada aumenta o risco de sua destruição podendo ser controversa à preservação. Desse modo, a questão do uso passa a ser fundamental para a análise de um determinado bem e de sua preservação. Este tema vem sendo abordado por diversos teóricos, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando a preservação deixa de se relacionar exclusivamente com intervenções de ordem prática, ampliando o seu campo de conhecimento e incorporando valores formais, históricos, simbólicos e memoriais, de modo a se configurar como um ato cultural.

O patrimônio industrial enquanto reconhecido segmento cultural e documental que representa um passado recente de nossa história, vem sendo objeto de estudos e diversas formas de apropriação, principalmente a partir da década de 1950, quando, paulatinamente, vem se consolidando a percepção do valor desses remanescentes.

Nesse sentido, existem dois aspectos importantes que foram considerados para estruturar esta pesquisa. Em primeiro lugar, no que tange à questão do uso, geralmente, o patrimônio industrial que é abordado nos variados estudos remonta a exemplares que passaram por mudança de uso ou que estão abandonados, negligenciados, constituindo um potencial para adaptações. Isso se dá em parte às próprias características intrínsecas dos remanescentes industriais, potencialmente reutilizáveis pela relativa versatilidade de seus amplos e modulados espaços, e em parte às mudanças no contexto sócio econômico.

Outro aspecto relevante é a forma limitada com que o patrimônio industrial tende a ser interpretado enquanto bem cultural, dadas a proximidade temporal e as especificidades espaciais. São muitos os agentes que se interessam por este patrimônio, principalmente pelo potencial econômico a ele agregado, o interesse especulativo reside no valor imobiliário dos terrenos, pois, as áreas industriais são, geralmente, grandes porções em posições estratégicas

dotadas de ampla infra-estrutura. Desse modo, intervenções que incorrem sobre o patrimônio industrial muito freqüentemente não vislumbram a integridade dos preceitos configurados no campo disciplinar da preservação patrimonial.

Ainda no que diz respeito ao patrimônio industrial e suas formas de utilização, por envolver, por definição, muitos aspectos de ordem econômica, social, urbana, arquitetônica e de infra-estrutura (edifícios e áreas que englobam unidades produtivas, meios de transporte, habitação, extração, transmissão e utilização de energia, etc.), são poucos os estudos que se referem aos remanescentes que mantêm sua atividade inicial.

Assim, este trabalho aborda o patrimônio industrial ativo considerando a potencialidade que o tema pode abarcar. Para tanto, a análise se concentra nas unidades fabris, justamente porque a necessidade de adaptações tecnológicas e sua aparente controvérsia com a preservação patrimonial é mais contundente. Dessa forma, interessantes questões podem ser levantadas: é possível coadunar a atividade industrial à preservação de suas instalações? Em que medida um processo produtivo é de fato compatível ou não com a preservação, uma vez que sua natureza intrínseca está vinculada ao desenvolvimento tecnológico, podendo demandar uma dinâmica de alterações que possa comprometer a sua efetiva preservação? Essas questões devem ser levantadas mediante a consideração primordial tratada pelos diversos teóricos da preservação: em que medida a manutenção de um uso de fato contribui para a preservação do bem?

Os conjuntos fabris remanescentes do vasto patrimônio industrial já bastante adulterado da capital paulista constituem importantes registros do desenvolvimento desta cidade, sendo hoje reconhecidos como bens de significativo valor documental - histórico e simbólico. Para este trabalho tem-se como recorte os conjuntos fabris que são tombados ou que estão em processo de tombamento pelo órgão de proteção municipal da cidade de São Paulo - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP).

Tendo estabelecido este recorte, foram selecionados três casos específicos para uma análise mais detalhada, com o objetivo de estudar as relações entre a preservação do patrimônio industrial e a questão do uso, enfocando especificamente as unidades produtivas que mantêm ou mantiveram o uso fabril até o início desta pesquisa. Os bens tombados que ainda mantêm sua produtividade original apresentam condições específicas e diferenciadas daqueles já desativados e permitem o desenvolvimento de algumas questões ligadas ao campo da preservação patrimonial desta cidade.

Os conjuntos selecionados são: a Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain) na Água Branca, cuja produção vidreira iniciou no final do século XIX e se mantém no mesmo local; a Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia) no Belenzinho, que mantém a produção de pneumáticos que se instalou em 1938 nas edificações construídas originalmente para uma tecelagem da década de 1910; e a Companhia Melhoramentos de São Paulo na Vila Romana, cuja produção gráfica instalada na década de 1922 se manteve até o início de 2008 (ano de início desta pesquisa). A antiga fábrica Maria Zélia tem parte de suas instalações tombadas pelo CONPRESP desde 1992. Já a antiga Vidraria Santa Marina e a Companhia Melhoramentos de São Paulo tiveram partes de suas instalações tombadas em 2009.

Com base nesse levantamento, definiu-se como objetivo desta pesquisa o estudo do patrimônio industrial na cidade de São Paulo a partir dos casos mencionados devido ao seu reconhecido valor cultural e documental, por serem significativos para o desenvolvimento urbano das áreas em que estão inseridos e por estar há décadas com o mesmo segmento fabril. Cumpre esclarecer que a opção pelos bens em atividade não significa a defesa ou a crítica à mudança de uso, mas apenas um interesse por investigar as especificidades dessa condição enquanto patrimônio.

Tendo sempre como referência a questão do uso sob a ótica das teorias de preservação e sua interface com o patrimônio industrial procurou-se a partir do estudo dos casos selecionados, abordar questões essenciais para a preservação dos remanescentes industriais na capital paulista tais como: o valor cultural, documental e simbólico desses bens para os proprietários e usuários; a atuação do poder público municipal para a preservação deste patrimônio; a adequação do bem às necessidades de atualização do sistema de produção fabril e a vigência das premissas teóricas relativas à preservação e manutenção do bem, pois o fato do valor documental ser predominante nesses grandes conjuntos edificados, não invalida o embasamento nos instrumentos teóricos para qualquer tipo de intervenção: manutenções, reestruturações, substituições, etc. Para esta pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas, documentais, iconográficas, entrevistas com os agentes envolvidos e visitas às edificações, (infelizmente, algumas delas tiveram restrições).

O trabalho estrutura-se em três partes. Na primeira parte procurou-se constituir um cenário para as discussões estabelecendo as bases teóricas utilizadas e a pertinência do estudo do patrimônio industrial em atividade. Assim, no capítulo um foi considerado o aspecto do uso no âmbito das teorias de preservação patrimonial de modo a compreender o

desenvolvimento da questão através da análise dos principais teóricos e documentos internacionais sobre o assunto; na seqüência, procurou-se estabelecer uma intersecção desse corolário com o patrimônio industrial, suas principais definições e características de modo a perscrutar a dificuldade de reconhecimento do valor cultural das obras mais recentes. No capítulo dois, procurou-se destacar a potencialidade que o patrimônio industrial em atividade tem enquanto objeto de estudo através da apresentação de diversas categorias de remanescentes industriais ativos tanto no âmbito nacional como internacional.

A segunda parte se concentra no patrimônio industrial da cidade de São Paulo de modo a constituir o recorte desta pesquisa. Assim, no capítulo três considerou-se a forma com que o patrimônio industrial vem sendo abordado a partir do órgão municipal de proteção patrimonial. O capítulo quatro apresenta o cenário da relação entre cidade e indústria de modo a verificar o quanto que a alteração do embasamento econômico da capital paulista tem se refletido na legislação municipal como o Plano Diretor Estratégico e a regulamentação do uso e ocupação do solo. Essa análise é pertinente na medida em que se verificam as dinâmicas de desindustrialização, o crescimento do setor terciário e a valorização do solo no município, aspectos esses que influem diretamente na forma de apropriação do patrimônio industrial. A partir da identificação desse contexto, o capítulo cinco analisa as formas de apropriação do patrimônio industrial, utilizando como referência o recorte estabelecido – unidades fabris da cidade de São Paulo tombadas ou em estudo pelo CONPRESP – de modo a estabelecer um panorama da situação atual.

A terceira parte é dedicada aos estudos dos casos selecionados a partir dos critérios acima definidos, que identificou três conjuntos de interesse à investigação proposta, qual seja a problemática do uso na preservação patrimonial. No capítulo seis apresenta-se uma breve trajetória de cada caso e sua relação com a constituição urbana onde estão inseridos, o que é fundamental para compreender sua condição de uso na atualidade. O capítulo sete apresenta as alterações e adaptações que incidiram ao longo das décadas nos referidos casos e seu comprometimento com as teorias da preservação. No capítulo oito são analisados os seus processos de tombamento, buscando identificar o processo de reconhecimento do valor cultural desses bens e as justificativas do poder público para essa salvaguarda, bem como a contrapartida dos proprietários e da sociedade civil.

Por fim s apresenta a conclusão desta investigação, que buscou analisar a problemática de uma indústria tombada ainda em funcionamento, com o intuito de contribuir ao debate sobre o tema patrimônio industrial ativo da capital paulista.

Parte I

O uso e a preservação do patrimônio industrial

1 O uso e a preservação do patrimônio industrial

Neste capítulo, pretende-se abordar o aspecto do uso no âmbito das teorias de preservação patrimonial de modo a compreender o desenvolvimento da questão através da análise dos principais teóricos e documentos internacionais sobre o assunto. Na sequência, faz-se a intersecção desse corolário com o patrimônio industrial, suas principais definições e características que estão em parte designadas no campo disciplinar da arqueologia industrial de modo a estabelecer o problema da dificuldade de reconhecimento do valor cultural das obras mais recentes e a conseqüente dificuldade em abordar o patrimônio industrial no âmbito da preservação patrimonial.

1.1 O uso nas teorias da preservação

A preservação do patrimônio cultural abrange diversos aspectos daquilo que é considerado monumento histórico. No caso dos bens arquitetônicos essa discussão relaciona-se intimamente com uma de suas características intrínsecas, o uso: “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica.” (CHOAY, 2001, p. 230).

O estudo dos espaços físicos e da sua utilização social pode ser entendido no âmbito da semiologia arquitetural em que se analisam os processos de semantização e dessemantização do espaço (NETTO, 2002, p.22 - 23). Segundo Netto, a primeira atribuição semântica do espaço se dá através da prática do mesmo que pode se estabelecer, basicamente, de duas formas: física ou imaginária. Essa “prática do espaço” deve ser contextualizada a partir de um momento histórico, suas relações sociais, econômicas, ideológicas, etc. (NETTO, 2002, p.117 - 119). Já uma das formas do processo de dessemantização se dá, justamente, a partir do desaparecimento da função para qual o espaço foi designado, esse processo é muito evidente e perceptível pelo seu abandono e sua degradação. Na acepção do autor, um novo conjunto de significações é agregado, não havendo, portanto, espaços neutros em termos de significância, uma vez que “[...] por mais esvaziado que possa estar no plano físico, funcional efetivo, continua a subsistir inteiramente na prática do imaginário das pessoas [...]” (NETTO, 2002, p.125). O autor cita o exemplo de Pompéia, que mesmo funcionalmente esvaziada, mantém a prática significativa do imaginário que se dá através do homem, que é o interpretante do discurso arquitetural (NETTO, 2002, p.127). Isso ocorre, principalmente, no âmbito urbano onde será sempre possível encontrar elementos que tenham uma atribuição de significado para um grupo de indivíduos, e que para outro grupo está totalmente desprovido

de qualquer sentido. Dessa forma, os lugares menos semantizados, tomando como referência a vida econômica das cidades, são eliminados para dar lugar a outros passíveis de maiores atribuições semânticas (NETTO, 2002, p.121).

Essas considerações são muito pertinentes para a compreensão do que é patrimônio num dado momento e das formas de como é incorporado à dinâmica da sociedade refletindo-se em práticas tais como: a possibilidade de manutenção de uma determinada função; a possibilidade de reinserção do patrimônio à contemporaneidade através da alteração de seu uso original; ou ainda, o próprio abandono de áreas e edifícios, suscetíveis à degradação contínua e até à demolição completa para a construção de novos espaços.

Dessa forma o levantamento de um determinado bem arquitetônico e seus usos suscita diversas reflexões no campo da preservação do patrimônio edificado, que é o campo em que se estrutura este estudo. Essa questão do uso vem sendo abordada por diversos teóricos, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando a preservação deixa de se relacionar exclusivamente com intervenções de ordem prática e outros valores (formais, históricos, simbólicos e memoriais) são incorporados à discussão tornando-a um ato cultural. Assim, um dos aspectos recorrentes na abordagem da preservação patrimonial diz respeito à reintegração do edifício ao seu novo contexto temporal através da utilização do espaço, seja pela manutenção do uso original, ou por intervenções que alterem esse uso, pois é amplamente reconhecida a necessidade de uma destinação útil para a preservação de qualquer bem, já que o abandono é uma das principais causas da degradação. Todavia, a imposição de uma destinação incongruente também aumenta o risco de destruição.

Ao longo da história, a necessidade de adaptar e intervir em bens culturais é constante. Durante séculos, de um modo geral, embora a função primordial de abrigo da arquitetura tenha sido mantida, as intervenções em edifícios existentes tinham como principal objetivo a adequação às necessidades e exigências contemporâneas podendo variar em diversas ações: o reuso dos materiais, a destruição e abandono total decorrentes da perda de função (como em templos pagãos, anfiteatros, dentre outros), reconstruções, alterações no projeto original e adaptação para novos usos (KÜHL, 1998, p.181). Os fatores determinantes para essas intervenções eram os aspectos sociais, políticos, ideológicos, religiosos, econômicos aliados à crença na linearidade do desenvolvimento contínuo das artes, o progresso e a evolução formal não reconhecendo o valor cultural dos monumentos enquanto herança a ser preservada.

Entre os séculos XV e XIX verifica-se um longo processo de sedimentação das idéias da preservação patrimonial, cuja maturação se deu a partir do século XIX. O Renascimento

italiano aponta uma nova relação com a cultura de épocas precedentes, introduzindo uma avaliação crítica em relação às obras do passado recente (Idade Média) e de exaltação da herança da Antiguidade Clássica, não só pelo aspecto histórico, mas também pelo artístico.

No século XVIII, com a descoberta dos sítios arqueológicos de Pompéia e Herculano, veio à tona a questão fundamental da descontinuidade evidente entre um passado remoto e o presente, e as conseqüentes restrições em se apropriar desse legado, até então sepultado, às necessidades contemporâneas.

Nesse sentido, concentra-se agora na forma com que a questão do uso vem sendo abordada sob o ponto de vista dos preceitos da preservação patrimonial considerando alguns dos principais estudiosos sobre o tema. Com o desenvolvimento proporcionado pela Revolução Industrial e as conseqüências desencadeadas pela Revolução Francesa, a compreensão sobre o monumento histórico enquanto instrumento de preservação de memória coletiva e as respectivas formas de intervir foram se transformando. Discussões e debates intensificaram-se durante o século XIX e algumas posições se estruturaram, dentre elas a polarização das idéias não-intervencionistas de John Ruskin na Inglaterra e as intervencionistas de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc na França.

Ruskin, em seu texto “As Sete Lâmpadas da Arquitetura” de 1849, especificamente no Capítulo VI - “A Lâmpada da Memória”, apresentou importantes conceitos que fomentaram a postura não intervencionista, como o respeito à arquitetura menor, a atribuição veemente da questão da herança, (que se recebe e que se transmite), a conservação como uma necessidade anterior à restauração entendida como último recurso, porém, não há qualquer menção em relação à forma pela qual os edifícios deveriam ser apropriados em termos utilitários. Ruskin se concentrou no aspecto pictórico das ruínas e não considerou, propriamente, a questão funcional dos monumentos em seus escritos.

Já a postura intervencionista polarizada nas idéias de Viollet-le-Duc, defendia de forma contundente a necessidade de um uso às edificações, como pode ser detectado em seu verbete “Restauração” publicado entre 1854 a 1868: “Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, e satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.65).

O autor ressaltou ainda a importância do papel do restaurador na compreensão do aspecto utilitário da edificação:

Uma vez que todos os edificios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado prático para se encerrar totalmente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso. Proveniente das mãos do arquiteto, o edificio não deve ser menos cômodo do que era antes da restauração. (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.64)

Viollet-le-Duc ¹, evidenciando as características da sua postura intervencionista, justifica que adaptações são necessárias para se obter o conforto contemporâneo, dado fundamental para a preservação de qualquer bem:

Que um arquiteto se recuse a fazer com que tubos de gás passem dentro de uma igreja a fim de evitar mutilações e acidentes é compreensível, pois é possível iluminar o edificio com outros meios; mas que não consinta na instalação de um calorífero, por exemplo, sob o pretexto de que a Idade Média não havia adotado esse sistema de aquecimento nos edificios religiosos, que ele obrigue assim os fiéis a se resfriar por causa da arqueologia, isso cai no ridículo. Uma vez que esses meios de aquecimento exigem tubos de chaminé, ele deve proceder como teria feito um mestre da Idade Média se estivesse na obrigação de instalá-lo [...] (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.66).

Em fins do século XIX a discussão sobre intervenções e preservação em monumentos adquiriu grande dimensão abrangendo diversos países europeus. Na Itália, Camillo Boito desenvolveu trabalhos teóricos relevantes ao restauro sintetizando de forma crítica a polarização das posturas não intervencionista e intervencionista. A reformulação de Boito estabeleceu o denominado “restauro científico” ou “filológico” caracterizado pela abordagem estritamente documental do monumento e por certa repercussão das idéias positivistas, evidenciadas pela forma classificatória com a qual apresenta distinções e sistematizações. Boito delineou importantes princípios que embasam a teoria contemporânea, dentre eles, a importância da “distingibilidade e mínima intervenção” (KÜHL, 2002, p.27). Contudo, em relação aos aspectos funcionais, Boito não se refere especificamente.

¹ Um ponto interessante na abordagem de Viollet-le-Duc é a alusão à flexibilidade das edificações medievais em receber novas utilizações em decorrência do processo de reconhecimento de valor desse patrimônio naquele período no contexto francês: “Felizmente, essa arte da Idade Média, limitada por aqueles que não a conhecem a algumas fórmulas estreitas é, ao contrário, quando dela se está imbuído, tão flexível, tão sutil, tão aberta e liberal em seus meios de execução, que não há programa que ela não possa preencher.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.65).

Já o teórico austríaco Alois Riegl deu especial destaque à questão do uso. Riegl participou da reformulação da legislação austríaca em relação à preservação, e escreveu em 1903 “O Culto Moderno dos Monumentos”, que embasou o novo projeto de lei proposto.

Contemplando os aspectos psicossociais e a recepção e percepção das obras na sociedade, Riegl esquematizou uma série de valores para a compreensão dos monumentos, segmentando-os em de “rememoração” ligados ao passado e relacionados à memória e de “contemporaneidade” que pertencem ao presente, dentre os quais se insere o “valor de uso” que segundo ele não pode ser eliminado (RIEGL, 1990, p.59):

Ao lado do transcendente "valor artístico", Riegl coloca, com efeito, um valor terreno "de uso", relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Consubstancial ao monumento sem qualificação, segundo Riegl, esse valor de uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebidos novos usos, mesmo museográficos. A ausência de valor de uso é o critério que distingue do monumento histórico tanto "as ruínas arqueológicas", cujo valor é essencialmente histórico, quanto a ruína, cujo interesse reside fundamentalmente na ancianidade. (CHOAY, 2001, p.169)

A partir da análise dos diversos valores e suas relações, Riegl estabeleceu a dimensão funcional para a preservação de um monumento, esclarecendo que a ausência de uma função pode comprometer a integridade do bem. Segundo ele, a sensação de ver uma edificação que possuía um uso e que passou a não tê-lo mais, pode proporcionar um súbito sentimento de destruição violenta. E no caso dos edifícios que já conhecemos sem uso, a falta de uma atividade humana não é tão perturbadora (como as ruínas de um castelo medieval, ou de um templo romano), distinguindo, dessa forma, as obras mais antigas das mais recentes, e de modo semelhante, as obras mais suscetíveis a serem utilizáveis ou não (RIEGL, 1990, p.60). Contudo, é relevante mencionar que Riegl aponta os potenciais conflitos entre o “valor de uso” e o “valor de antiguidade” que deve ser prioritário, por respeitar a obra de forma mais integral, e é justamente por essa razão que ele embasa sua proposta legislativa neste último valor (KÜHL, 2009, 209-210).

Max Dvorák, historiador de arte tcheco, passou grande parte de sua vida em Viena onde foi influenciado por Alois Riegl e publicou em 1916 o “Catecismo da Preservação de Monumentos”. Nessa obra, a manutenção de uma função ainda é defendida quando o autor

mostra que as obras do passado podem fazer parte viva e integrante da contemporaneidade (KÜHL, 2009, p.55):

Isso não significa, como muitas vezes se supõe, que se queira transformar igrejas em museus. Obras de arte do passado são para nós muito mais do que simples objetos museológicos. Elas devem, em todos os lugares, embelezar nossa existência, o que torna necessário que estejam em constante relação com a vida e não ser consideradas como algo distante, apreciadas e tratadas como se estivessem de costas para o presente. Por isso, é preciso realizar todos os restauros que se fazem necessários, se não se quer retirar das obras de arte suas antigas funções. [...] (DVORÁK, 2008, p.99).

Ainda sobre o uso, Dvořák, indica no primeiro postulado de suas advertências gerais, cuja pretensão maior é que sejam “conselhos úteis”: “1- Na medida do possível, conservar os monumentos em suas funções e ambientes originais;” (DVOŘÁK, 2008, p.109).

Dvořák é o único teórico estudado que dedica um tópico específico sobre a “Preservação de Antigos edifícios ainda em utilização”. Nesse tópico, o autor postula a necessidade de uma “assistência constante”, o que pode evitar e diminuir a necessidade de restaurações. Dvořák refere-se a problemas de ordem bastante prática – a necessidade de proteção contra umidade e posteriormente sobre as eventuais adequações às necessidades contemporâneas denominadas por ele como “Melhoramentos” que são feitos às obras:

b. Melhoramentos. O tempo e a utilização fazem com que quase sempre seja necessário realizar alguns melhoramentos em antigos edifícios: pisos são desgastados, molduras de portas e janelas se desfazem, o reboco cai. Não se deve esperar que os danos tomem grandes proporções, pois através do rápido reparo de pequenos problemas evitam-se os maiores, economizam-se os gastos e os monumentos podem ser mantidos em boas condições.

Os melhoramentos devem sempre ser realizados de maneira que não perturbem, mas respeitem, o antigo caráter da construção, seus materiais e sua forma. (DVOŘÁK, 2008, p.111)

No início do século XX, Gustavo Giovannoni desenvolveu pontos de interesse a partir do repertório filológico delineado por Boito. No que tange ao uso Giovannoni avançou a questão através das seguintes distinções no Verbetes escrito em 1936 para a Enciclopédia Italiana: “monumentos mortos” mais antigos como os da antiguidade clássica, aos quais normalmente se exclui uma utilização atual e “monumentos vivos”², mais recentes como

² De acordo com a pesquisadora Beatriz M. Kühl, no ambiente francófono o belga Louis Cloquet, que redigiu um tratado de arquitetura em fins do século XIX, também trabalhou com esses conceitos de “monumentos mortos” e

palácios e igrejas aos quais é oportuno reportá-los a uma nova função, não muito diversa da original (GIOVANNONI, 1936, p.128).

Essa matriz italiana foi determinante na formulação da Carta de Atenas de 1931, documento internacional inaugural do campo da preservação. Dentre os princípios gerais da carta foi enunciada a utilização dos monumentos, contanto respeitosa, compatível com suas especificidades, de modo a não sobrepor a necessidade de um novo uso à preservação: “A - I: A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico.” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931 In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.13).

Nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, em decorrência à destruição massiva e às diversas experiências na área do restauro embasadas nas especificações da Carta de Atenas de 1931, verifica-se paulatinamente a necessidade de revisão e aprimoramento do restauro enquanto campo disciplinar. Nesse contexto, Cesare Brandi, desenvolveu a “Teoria da Restauração”, publicada em 1963, na qual estabeleceu parâmetros metodológicos para a restauração da obra de arte reconhecida como tal. Os enunciados de Brandi, por sua vez são fundamentados através da estética, historiografia e crítica da arte (KÜHL, 2009, p. 67).

O restauro passa então a ser considerado como um ato histórico-crítico, que deva compreender de forma concomitante e articulada aspectos materiais, formais e documentais da obra, respeitando suas várias fases e as marcas da passagem do tempo (pátina). Dessa forma o “restauro-crítico” se fundamenta numa pormenorizada análise do bem, com uma maior ênfase aos valores formais que no período anterior em que predominava o valor documental (KÜHL, 2009, p. 65-67).

Na teoria brandiana, a questão da função relaciona-se diretamente com o sentido da restauração e com o reconhecimento da obra de arte, sendo que a instância do uso fica condicionada à artisticidade desta; o restauro tem, portanto, caráter específico e diverso das intervenções que têm como prioridade o mero restabelecimento da funcionalidade:

“monumentos vivos”, para os quais considerava que, em alguns casos e de forma limitada seria oportuno, por questões de uso fazer complementos e ampliações, sempre respeitando a “alma do edifício” entrevedo conformações miméticas com o pré-existente. Charles Buls, que foi prefeito na cidade de Bruxelas (1881-1889), também se embasou nos mesmos conceitos fazendo correlações com o ambiente urbano; para os “monumentos vivos” Buls considera que a utilização possa orientar escolhas no caso de necessidades de ampliação, mas as razões primordiais devem ser sempre de cunho estético e histórico (KÜHL, 2009, p.153-157).

Na verdade, quando se tratar de produtos industriais – entendendo-se isso na mais ampla escala, que parte do mais diminuto artesanato -, o escopo da restauração será evidentemente restabelecer a funcionalidade do produto, estando, por isso, a natureza da intervenção de restauro ligada de forma exclusiva à realização desse fim. **Mas, quando se tratar, ao contrário, de obra de arte, mesmo se entre as obras de arte haja algumas que possuam estruturalmente um objeto funcional, como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos da chamada arte aplicada, claro estará que o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte.** (BRANDI, 2004, p.26 – grifo nosso)

Mediante a massiva destruição decorrente da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de reconstrução em caráter de urgência de núcleos centrais inteiros, aspectos da carta patrimonial de 1931 foram reavaliados. A partir dessas discussões formulou-se um novo documento denominado Carta de Veneza, definido no “II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos” em 1964. Esta carta delineou uma unidade metodológica para as intervenções nos bens culturais, inserindo a restauração no quadro social, econômico e cultural. Esse documento permanece válido até hoje para os países signatários. A questão do uso passou então a ter a seguinte recomendação:

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (ICOMOS, 1964 In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.92)

Esse tema do uso tem sido retomado em diversos outros documentos internacionais dentro da abordagem específica de cada um deles. Pode-se mencionar alguns como as Normas de Quito (1967):

VI. 4 Em síntese, a valorização do patrimônio monumental e artístico implica uma ação sistemática, eminentemente técnica, dirigida no sentido de utilizar todos e cada um desses bens conforme sua natureza, destacando e exaltando suas características e méritos, até colocá-los em condições de cumprir plenamente a nova função a que foram destinados (OEA, 1967 In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.111)

Na Carta de Restauração Italiana (1972) a questão do uso está apresentada da seguinte forma:

Sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos, deve ser atentamente avaliada a possibilidade de novas utilizações dos antigos edifícios monumentais, caso não resultem incompatíveis com os interesses histórico-artísticos. As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, do organismo construtivo e da seqüência dos percursos internos. (Anexo B – Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas In: BRANDI, 2004, p.242)

Nos últimos anos, o interesse pelo patrimônio edificado tem aumentado consideravelmente, não só pela maior consciência do seu valor histórico, mas também por razões outras como o aumento demográfico, a saturação territorial, a complexidade urbana que acarreta diversos problemas político-econômicos vinculados, por exemplo, à especulação imobiliária e à exploração do turismo. Assim, o uso do patrimônio edificado existente como fonte cultural, social e econômica tornou-se uma questão de grande interesse, que extrapola o mero aspecto da preservação. A Carta Européia de Patrimônio Arquitetônico, promulgada em 1975 em Amsterdã, evidencia a necessária leitura da preservação patrimonial sob a ótica do desenvolvimento urbano na medida em que propõe, justamente, uma ação conjunta entre as técnicas de restauro e a pesquisa de funções compatíveis, com o objetivo principal de uma conservação integrada no âmbito do planejamento urbano e territorial, para a definição de uma estratégia única para os meios técnicos, administrativos e financeiros (CARBONARA, 1997, p.375 e Declaração de Amsterdã In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.199-210)

Embora esses vários teóricos e documentos tenham se manifestado a respeito da questão do uso de uma forma ou de outra, é de crucial importância salientar que desde que a preservação se tornou uma ação de caráter cultural, o uso deve ser compreendido, conforme aponta Giovanni Carbonara referindo-se a uma expressão assertiva de Gaetano Miarelli Mariani, como um meio e não como um fim, já que o objetivo principal da intervenção é conservar a obra para transmiti-la da melhor maneira possível ao futuro (CARBONARA, 1997, p.375 e KÜHL, 2005, p.186). Nesse sentido a argumentação dos escritos estudados se fundamenta no caráter estético e histórico (às vezes técnicos como em Viollet-le-Duc) e jamais meramente utilitário, sendo que as asserções a respeito do uso são geralmente concomitantes às próprias determinações a respeito de como intervir nos monumentos.

Segundo pesquisadores como Carbonara, que defende a abrangência e aplicabilidade da teoria brandiana na atualidade, o maior problema da preservação reside na compreensão e reconhecimento do patrimônio edificado como bem cultural. Para este autor, somente a partir do reconhecimento da significação histórico-artística, e considerando todos os princípios e instrumentos metodológicos desse consolidado campo disciplinar é que é possível estabelecer os critérios para uma intervenção de restauro:

A preservação foi motivada pelo fato de nesses bens ser reconhecido um significado cultural – seu valor estético (ou, mesmo não sendo “obras de arte”, obras que possuem uma configuração) histórico, memorial e simbólico – tornando-os dignos de medidas para ser tuteladas para as próximas gerações. (KÜHL, 2005/2006, p.31).

Na medida em que não há o correto discernimento sobre o caráter desse patrimônio edificado, abre-se um precedente para as mais diferentes formas de utilização desvinculadas da disciplina da restauração e conseqüentemente da preservação. Essas operações de caráter diverso denominadas “recuperação” (reestruturação, requalificação, reutilização, reciclagem, dentre outras) somente poderiam ser aplicadas exclusivamente àquelas edificações em que não tenha sido reconhecido o valor histórico-artístico (CARBONARA, 1997, p.375).

A partir dessas considerações em relação à como o uso das edificações vem sendo abordado no âmbito da questão da preservação patrimonial e à problemática do reconhecimento do valor dos “bens culturais” (que se acentua no trato de obras mais recentes), abordaremos agora especificamente o patrimônio industrial, uma vez que as formas com que ele tem sido compreendido e algumas das suas características podem condicionar a apropriação e as intervenções neste patrimônio.

1.2 Patrimônio industrial e arqueologia industrial:

O período que sucede a Segunda Guerra, devido à destruição massiva e à necessidade de reorganização e reconstrução das cidades, proporcionou uma revisão do conjunto de valores. Em relação às discussões no campo da preservação patrimonial, não só passam a ser revistos os critérios de intervenção em monumentos, mas também abrem-se debates para uma maior abrangência ao conceito do que deva ser preservado.

Nesse contexto, de acordo com Françoise Choay, a partir da década de 1960, descobertas arqueológicas e a expansão do campo de estudo das ciências sociais também colaboram à revisão dos bens considerados de interesse cultural desencadeando duas alterações significativas: uma expansão no “campo cronológico” e uma “expansão tipológica”. Um passado cada vez mais próximo passa a ser incorporado e, os produtos técnicos da indústria adquirem o mesmo valor que obras de arte ou artesanais de períodos anteriores, bem como os edifícios da segunda metade do século XIX e do século XX, além de diversos programas e técnicas construtivas até então negligenciados tais como a arquitetura industrial, vernacular e conjuntos urbanos ou rurais (CHOAY, 2001, p.209). A história industrial passa então a ser compreendida paulatinamente como herança cultural com valores histórico-documental, simbólico e estético. No primeiro artigo da Carta de Veneza ³ em que se define o que é monumento histórico verifica-se essa abertura deixando de se concentrar somente nas grandes criações, mas abrangendo obras mais modestas com potencial significação cultural.

A constatação de que as transformações provocadas no pós Segunda Guerra ameaçavam remanescentes significativos, ainda que recentes, de nossa cultura proporcionou as motivações para estudá-los e preservá-los, principalmente na Inglaterra, onde importantes edifícios relacionados à Revolução Industrial foram demolidos ⁴.

Os movimentos para a valorização e preservação do patrimônio industrial estiveram relacionados desde o princípio ao campo de estudo denominado “arqueologia industrial” que se constituiu como o estudo das mudanças sociais, econômicas, e culturais a partir da interpretação das suas evidências materiais compreendendo o levantamento, o registro, a catalogação, o estudo e a preservação desses bens ⁵. Na definição sobre arqueologia industrial

³ “Artigo 1º: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.” (ICOMOS, 1964 In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.92)

⁴ A demolição da Estação Euston em Londres em 1962 é considerada um marco inicial que desencadeia definitivamente a preocupação com os artefatos industriais na Inglaterra (KÜHL, 1998, p.221).

⁵ A origem do termo arqueologia industrial é um tanto controversa, segundo alguns pesquisadores remonta ao século XIX. Nessa vertente alega-se que o termo “arqueologia” já havia sido mencionado relacionando-se ao contexto da Revolução Industrial pelo barão de Verneilh na França e por Isaac Fletcher na Grã-Bretanha em fins do século XIX (SANTACREU SOLER, 1992 *apud* VICHNEWSKI, 2004, p.21). Além dessa evidência, o arqueólogo e escritor português Francisco de Souza Viterbo realizou em 1896 um estudo sobre a preservação de moinhos “A arqueologia industrial portuguesa: os moinhos”. Assim, Viterbo é indicado por alguns pesquisadores como o criador do termo arqueologia industrial, que somente iria de fato se difundir a partir da década de 1950 (TRINDER, 1992, p.701 e VICHNEWSKI, 2004, p.21, Nota N° 1). De acordo com Kenneth Hudson o termo

de Jean – Yves Andrieux a relação entre “arqueologia industrial” e “patrimônio industrial” fica explicitada da seguinte forma: “A arqueologia industrial é a atividade científica que tem por objetivo esclarecer um corpus coerente de elementos reunidos sob o vocábulo patrimônio industrial.” (ANDRIEUX, 1992 *apud* KÜHL, 1998, p.224). Esse legado industrial é bastante amplo englobando conjuntos relacionados com a extração de matéria prima, processamento, produção, armazenamento, transporte, produção de energia, vilas operárias, dentre outros.

No que tange à análise das formas de apropriação que incidem sobre o patrimônio industrial, que é um dos objetivos desse trabalho, deve-se considerar que grande parte do estudo dos remanescentes industriais tem sido abarcado pelo campo disciplinar específico denominado “arqueologia industrial”. Desse modo, é necessário verificar como se dá a compreensão do patrimônio industrial e de sua preservação sob a ótica da arqueologia industrial e em que medida há uma interface com o campo disciplinar da preservação patrimonial, que é a referência de análise desse trabalho.

A estruturação da arqueologia industrial enquanto disciplina demandou décadas de discussões e estudos buscando compreender os principais conceitos, definições e delimitações no que tange às terminologias, ao monumento industrial, à delimitação histórica, à metodologia, à interdisciplinaridade, às principais atribuições e à importância do estudo. Alguns dos principais autores que produziram trabalhos pioneiros e expoentes, principalmente entre as décadas de 1960 a 1980, são os ingleses Kenneth Hudson, R. Angus Buchanan, Arthur Raistrick e Neil Cossons, e o francês Maurice Daumas, defendendo a necessidade de organizar e sistematizar esse campo disciplinar.

Durante a década de 1970, ampliaram-se as considerações a respeito deste patrimônio cujo conceito vai se fortalecendo aos poucos. Nesse período encontros internacionais incorporaram paulatinamente as discussões sobre o valor cultural e documental desse patrimônio. Desde 1972 ocorreram conferências trienais específicas sobre o tema ⁶, no III Congresso Internacional sobre Patrimônio Industrial (Suécia – 1978) foi criado o *The*

“arqueologia industrial” foi quase certamente inventado no começo da década de 1950 por Donald Dudley que em função de seus estudos sobre línguas clássicas desenvolveu um interesse pelos testemunhos industriais do século XIX em Black Country e Birmingham, percebendo que os mesmos também poderiam ser analisados segundo a arqueologia (HUDSON, 1976, p.15). A aparição oficial do termo, segundo estudiosos (HUDSON, 1976, p.15; COSSONS, 1978, p.11-19 e RAISTRICK, 1973, p.1), ocorreu em 1955 em um artigo intitulado “*Industrial Archaeology*” publicado por Michael Rix da *Worker’s Educational Association* (WEA) também da Universidade de Birmingham em seu livro “*The Amateur Historian*”.

⁶ A primeira reunião teve lugar em Ironbridge (Inglaterra, 1972); a segunda foi no Museu da Mina em Bochum (Alemanha, 1975) (DAUMAS, 1980, p.445).

International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), organização mundial voltada à proteção, investigação e documentação desse patrimônio ⁷.

Ainda em 1972 a Assembléia Geral da UNESCO realizada em Paris (CHOAY, 2001, p.207) adotou a Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, propondo, entre outras medidas, o estabelecimento de um sistema de cooperação e assistência à identificação de bens culturais representativos em âmbito mundial que passariam a integrar uma “Lista do Patrimônio Mundial”. Em 1978 o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO inscreveu o primeiro exemplar de caráter industrial em sua lista, a Mina de Sal Wieliczka na Polônia. A partir daí, outros sítios têm sido sistematicamente incluídos demonstrando uma evolução na percepção do valor cultural desses remanescentes.

O crescente interesse em relação ao patrimônio industrial nas últimas décadas pode ser sintetizado na formulação da Carta de Nizhny Tagil, em Julho de 2003 na Rússia pelo TICCIH, em que são apresentados temas como: definição, valores, importância da identificação, proteção legal, manutenção e conservação, dentre outros. Ao verificar a Carta de Nizhny Tagil ⁸ é possível constatar a presença de muitos dos temas e discussões chaves recorrentes nos principais autores que estudaram e tentaram estruturar o campo de estudo da arqueologia industrial.

1.2.1 Patrimônio industrial: algumas características e definições

Tendo em vista o processo pelo qual o patrimônio industrial passou a ser incorporado ao conceito de bem cultural. É necessário perscrutar as razões pelas quais esse patrimônio tem sido comumente interpretado de forma limitada, que não abarca a totalidade de suas características documentais e culturais, para então verificar as formas de intervenções recorrentes (que será objeto do capítulo 4), o que está diretamente vinculado à questão do uso como meio para a preservação.

⁷ Podem ser mencionadas ainda outras iniciativas no âmbito europeu: no ano de 1975, foi adotada uma *Recommandation relative à l'archéologie industrielle* pela Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa que promoveu na década seguinte colóquios com o objetivo de aumentar a valorização do patrimônio industrial, como os de Lyon em 1985 (*Quelles politiques pour le patrimoine industriel*), Madrid em 1986 (*Les ouvrages publics: une nouvelle dimension du patrimoine*) e o de Bochum em 1988 (*Les monuments techniques de la mine, patrimoine culturel*) (LÓPES GARCIA, 1992 *apud* VICHNEWSKI, 2004, p.29 – 30).

⁸ Tradução para português do documento disponível no site oficial do TICCIH Internacional: <<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>> Acesso em: 01 Nov. 2010.

O conjunto de características relacionadas à própria estruturação arquitetônica do patrimônio industrial pode ser determinante nesse processo, uma vez que a produção posterior à Revolução Industrial apresenta um caráter diverso da criação artística anterior. Porém, essa abordagem pode condicionar uma determinada visão sobre o denominado patrimônio industrial. A princípio, a serialidade e a possibilidade de reprodução do produto industrial, induzem a interpretações como a falta da noção de originalidade e a possibilidade de substituição dos mesmos sem perdas à história, uma vez que a proximidade temporal condiciona a falta de consciência de valor.

Assim, conforme aponta Simona Salvo, devido à dificuldade de reconhecimento do valor histórico-artístico, as obras mais recentes são mais suscetíveis a intervenções com preocupações de adaptações às exigências contemporâneas de cunho exclusivamente funcional como a imposição do uso, conforto nos interiores e normas de segurança, subjugando o valor documental e cultural às exigências de caráter econômico e funcional:

A casuística demonstra que as intervenções mais freqüentes oscilam indo: da demolição, justificada de variadas maneiras, ao abandono do edifício, com as relativas conseqüências deletérias; do exercício de uma manutenção inconsciente, à adequação às normas conduzidas sem atenção para com a qualidade da obra existente; [...] (SALVO, 2007, p.143).

Além de suas características espaciais, a própria abrangência que abarca a definição conceitual e cronológica do patrimônio industrial pode ser determinante em seu processo de cognição e, conseqüentemente, nos modos de intervenção. Essas definições estão intimamente relacionados com a compreensão dos processos produtivos e seus respectivos estágios de evolução intrínsecos ao desenvolvimento dos monumentos industriais. Numa primeira instância, a própria compreensão da arqueologia industrial enquanto campo disciplinar vincula-se estritamente à definição de monumento industrial e sua abrangência cronológica. Durante o processo de estruturação dessa disciplina, os principais teóricos⁹ sobre o tema estabeleceram posições diferentes, algumas serão apresentadas de modo a compreender os principais conceitos, delimitações e definições que concernem especificamente aos objetivos desse trabalho.

⁹ Os trabalhos consultados são dos já mencionados Kenneth Hudson, R. Angus Buchanan, Arthur Raistrick, Neil Cossons e Maurice Daumas.

No que tange à explícita definição de monumento industrial, conforme destacam os ingleses Kenneth Hudson e Arthur Raistrick, a *Inspetoria de Monumentos Antigos do Ministério de Obras* em 1962 estabeleceu que:

Um monumento industrial é qualquer edificação ou outra estrutura permanente, especialmente do período da Revolução Industrial que sozinha ou associada à instalação primária para equipamentos **ilustra o começo e desenvolvimento dos processos industriais e técnicos**, incluindo os meios de comunicação. (RAISTRICK,1973 *apud* KÜHL,1998, p.222 – grifo nosso)

A definição adotada pelo *Conselho Britânico de Arqueologia* é muito semelhante, embora enfatize sutilmente a significância dos elementos relacionados ao início ou evolução dos processos:

[...] qualquer edificação ou outra estrutura permanente – especialmente do período da Revolução Industrial – que sozinha ou associada à maquinaria ou equipamento, **ilustra ou é significativamente associada ao começo e evolução de processos industriais e técnicos**. Isso pode referir-se tanto à produção quanto aos meios de comunicação. (*apud* HUDSON, 1976 *apud* KÜHL, 1998, p.222 – grifo nosso).

A definição de Angus Buchanan, estabelece o monumento industrial da seguinte forma:

[...] Para os fins dessa definição, um “monumento industrial” é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram recentemente obsoletos. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente, tanto porque períodos anteriores são tratados por métodos mais convencionais da arqueologia e da história, quanto pela grande massa de material datando do começo da Revolução Industrial. (BUCHANAN, 1972 *apud* KÜHL,1998, p.223)

Já na asserção de Arthur Raistrick, a arqueologia industrial engloba desde a descoberta e exploração de matérias-primas, que inclui todos os processos de manufatura, assim com a distribuição de todos os produtos acabados aos potenciais usuários, o que demanda o embasamento de diversas fontes de energia (a energia de músculos vivos tanto de homens quanto de animais; energia derivada dos movimentos da atmosfera e água; energia derivada do poder de gravidade; energia derivada do consumo de combustíveis; derivada da energia

atômica, que surgiu nas últimas décadas) e o uso de meios de transporte e comunicação (RAISTRICK, 1973, p.11).

Assim, no que tange à materialidade dos denominados “monumentos da industrialização” englobam-se não só as unidades de produção (fábricas) e o respectivo maquinário, mas todo o complexo de edifícios que pode compor um conjunto industrial como residências, escolas, etc., com sua configuração espacial, características técnicas, sistemas construtivos e articulação com o território. Também abarca unidades de produção de energia e meios de transporte, por estarem vinculados ao embasamento a determinadas atividades produtivas e também concerne aos edifícios pré-fabricados total ou parcialmente por serem produtos dos processos e industrialização, podendo, então abranger programas diversificados como mercados, igrejas, teatros, pavilhões de exposições, caixas d’água e viadutos (KÜHL, 2009, p.45-46).

Um dos aspectos que tangencia a questão da delimitação cronológica e a definição do monumento industrial é o próprio desenvolvimento tecnológico implícito a esse patrimônio, seja nos processos de manufatura, ou no desenvolvimento dos espaços de trabalho e tipologias das edificações (KÜHL, 2009, p.47).

É inegável que são inúmeras experiências relacionadas com a evolução dos materiais, revisões conceituais e estéticas advindas das novas possibilidades proporcionadas pela Revolução Industrial ¹⁰. Porém, alguns pesquisadores contestam a abordagem estritamente tecnológica do tema propondo a inclusão da organização social do trabalho de modo a desdobrar a análise a partir da asserção do próprio conceito de fábrica. O “sistema de fábrica manchesteriano”, caracterizado pela concentração de um modo produtivo em um só local, tornou-se o modelo organizacional mais expressivo, pois, propiciava as condições para que a tecnologia se transformasse no elemento prioritário da acumulação capitalista, respondendo de forma mais adequada às necessidades do mercado (DECCA, 2004, p.70).

A reorganização produtiva que se processa a partir do século XVIII proporcionada pela substituição do trabalho manual pela máquina, embasa o desenvolvimento das primeiras fábricas concebidas no sentido moderno, ou seja, para a produção em massa. A partir do

¹⁰ De fato, a evolução espacial dos “monumentos da industrialização” está relacionada, em grande parte, com os avanços tecnológicos que possibilitaram o desenvolvimento de técnicas construtivas através da exploração das novas potencialidades de materiais como o ferro e o vidro, que condicionaram o desenvolvimento desses edifícios no século XIX, bem como o desenvolvimento de combinações com o concreto armado, que foi determinante no início do século XX. O domínio desses materiais levaria a ampliação e renovação das possibilidades arquitetônicas (ver mais em BRUNA, 1976).

desenvolvimento das máquinas, a indústria passa a ser entendida como uma unidade de produção em massa, organizada a partir da interação de atividades produtivas, que seriam posteriormente sistematizadas na linha de montagem por Henry Ford (BRUNA, 1976, p.21).

Conseqüentemente, o sistema de fábrica com sua organização do trabalho incutiria a idéia da ampliação da potencialidade da produtividade humana através da máquina:

[...] a presença da máquina definiu de uma vez por todas a fábrica como o lugar da superação das barreiras da própria condição humana. “A invenção da máquina a vapor e da máquina para trabalhar o algodão”, escrevia Engels em 1844, “deu lugar como é sobejamente conhecido a uma Revolução Industrial, que transformou toda a sociedade civil.” (DECCA, 2004, p.9)

Além dessa interface entre o desenvolvimento tecnológico dos espaços e a organização social do trabalho do período moderno, a discussão sobre a delimitação cronológica do patrimônio industrial amplia-se sensivelmente ao considerar que: “[...] indústria significa a elaboração da matéria-prima para conveniente uso [...]” (IGLÉSIAS, 1994, p.23). Existem muitos pesquisadores que contestam a interpretação do que é o processo industrial, principalmente pela dificuldade em estabelecer com precisão os tipos de organização e escalas de produção que ficam no limiar entre artesanato e indústria (KÜHL, 2009, p.39). Assim, o questionamento se coloca na medida em que, ater-se aos monumentos derivados da Revolução Industrial é muito restritivo diante da abrangência que o tema pode abarcar.

Dos teóricos da arqueologia industrial, muitos se referem à necessidade de abrangência cronológica. Para K. Hudson, a definição de arqueologia industrial é bastante concisa e engloba todas as épocas da industrialização, na medida em que não fixa época nem fronteira rígida. Para ele, a Revolução Industrial é um termo restrito, pois há distinções entre o primeiro e o segundo estágios da Revolução Industrial, o primeiro começando ainda no século XVI e caracterizado pelo uso do carvão e do ferro e pelo crescimento do número de trabalhadores nas fábricas, e o segundo coincidindo com o período da eletricidade, métodos científicos e materiais feitos pelo homem, que começam por volta de 1850 e que, na opinião do autor, ainda estaria em progresso no século XX (HUDSON, 1976, p.18).

A. Buchanan compartilha da idéia de que o termo Revolução Industrial é restrito, pois é inadequado estabelecer um período específico ou um evento isolado, devendo ser entendido no âmbito social e econômico como um processo dinâmico que em diversos países continuou

inclusive no século XX (BUCHANAN, 1974, p.48). A imposição de determinados começo e fim (1760 – 1830) é uma das maiores objeções deste autor à essa delimitação cronológica já que a natureza do desenvolvimento sócio - econômico é um processo e, portanto não é súbito (BUCHANAN, 1974, p.33). Buchanan também menciona a existência de diversas evidências de técnicas industriais obsoletas a serem estudadas em outras civilizações e períodos de tempo como Índia, China, Oriente Medo e América Central (BUCHANAN, 1974, p.36).

A. Raistrick dedica grande parte do livro *“Industrial Archaeology, an Historic Survey”* a esse aspecto. O autor sugere uma investigação mais balanceada da indústria desde o período neolítico até o presente. Raistrick reitera que para o âmbito da arqueologia industrial os remanescentes de atividades anteriores, como os da indústria romana, por exemplo, deveriam ter o mesmo grau de importância que as contribuições de Abraham Darby para a Revolução Industrial, pois, aplicando o critério que define a indústria, os arqueólogos têm mostrado que atividades produtivas organizadas podem ser encontradas desde remotos períodos da pré-história como o neolítico (RAISTRICK, 1973, p.XI e 9). Para ele, toda a história da civilização tem sido o progressivo uso do ambiente pelo homem e o aumento da exploração de matérias primas. A indústria é, portanto, um fator de extrema importância na medida em que se relaciona com os meios e métodos dessa exploração. Desde os instrumentos mais primitivos remanesce toda a potencialidade do futuro desenvolvimento industrial, sendo assim, ele salienta que a indústria tem uma história evolucionária cujo progresso está vinculado à própria evolução de sociedades e civilizações (RAISTRICK, 1973, p.14).

Maurice Daumas, autor pioneiro sobre arqueologia industrial na França, pontua diversas interpretações a respeito desse aspecto cronológico designando não só os meios de produção, como os produtos finais, englobando o conjunto de oficinas artesanais, com trabalho individual e tradicional que atribui um caráter específico a regiões geográficas bem delimitadas que poderiam ser enquadradas no escopo da arqueologia industrial (DAUMAS, 1980, p.430). Em sua opinião, a delimitação cronológica focada na Revolução Industrial, é perfeitamente justificável para a Grã-Bretanha devido à importância do evento, porém, o autor aponta que no âmbito de outros países europeus como a França e a Suécia é difícil delimitar com maior precisão o período pré-industrial e o industrial uma vez que a indústria metalúrgica desenvolveu-se bem antes do clássico período da Revolução Industrial e numerosas instalações originais foram conservadas (DAUMAS, 1980, p.433). Conforme aponta Kühl, essas críticas de autores franceses não consideraram as várias investigações citadas

anteriormente que reconhecem haver diferenças entre os períodos e formas de industrialização nos diversos países (KÜHL, 1998, p.225).

Fica evidente assim, que embora os diversos autores apresentem versões similares em relação à definição do que é o monumento industrial e de sua abrangência cronológica, existem algumas controvérsias, demonstrando o próprio processo de maturação de idéias e pontos de vista que vem estruturando o campo disciplinar da arqueologia industrial ao longo dos anos. Na Carta de Nizhny Tagil que sintetiza esse processo, o conceito de patrimônio industrial definido demonstra a amplitude potencial que o assunto abarca, considerando configuração espacial, características técnicas, sistemas construtivos e articulação com o território do conjunto industrial (unidades de produção, máquinas e outras instalações adjacentes), das unidades de produção de energia, dos meios de transporte e edifícios pré-fabricados:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003)

Como apresentado, a abrangência do patrimônio industrial, também concerne à sua delimitação cronológica por considerar, além da mera questão tecnológica, a intenção de organizar e disciplinar o trabalho em diversos momentos da história da humanidade. Dessa forma, a definição de patrimônio industrial pode ficar no limiar entre o artesanato e a indústria, como entendida a partir da Revolução Industrial. A Carta de Nizhny Tagil, embora evidencie a necessidade de ampliar o estudo do patrimônio industrial, enfatiza como principal referência temporal a Revolução Industrial:

O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até os nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apóia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia. (TICCIH, 2003)

Uma vez exposto a amplitude conceitual e cronológica desse patrimônio, fica evidente a potencialidade que o tema pode abarcar por relacionar-se com a compreensão dos próprios processos produtivos e diferentes estágios de evolução, conseqüentemente, deriva dessa potencialidade a análise das formas com que esse patrimônio pode ser interpretado na contemporaneidade.

1.3 A preservação do patrimônio industrial através da arqueologia industrial:

Como mencionado, o fenômeno do desenvolvimento do campo da “arqueologia industrial” coincide temporalmente com a ampliação nas discussões no âmbito da preservação do patrimônio edificado. Porém, o conceito de preservação do patrimônio industrial abordado pelos principais teóricos da arqueologia industrial não engloba a totalidade e profundidade das discussões do campo da preservação patrimonial, principalmente no que diz respeito às formas de intervenções. Para alguns dos autores estudados a efetiva preservação dos remanescentes físicos é um segmento da arqueologia industrial, não necessariamente o propósito final, principalmente porque não há meios de viabilizar de fato a preservação integral mediante o crescimento e desenvolvimento da estrutura urbana.

No que tange à preservação, A. Buchanan salienta:

[...] arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, **em alguns casos com a preservação de monumentos industriais**. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. (BUCHANAN, 1972 *apud* KÜHL, 1998, p223 - grifo nosso)

Para este autor, os arqueólogos industriais não são contra o desenvolvimento, mas requerem a oportunidade de registrarem adequadamente para a posteridade. O argumento não é, portanto, a preservação indiscriminada, e para tanto define critérios para a seleção de quais remanescentes efetivamente devam ser preservados a partir de dois pontos preliminares: a quem pertence o monumento e qual será o tipo mais adequado de preservação (*in situ* ou museu).

Com esses pontos estabelecidos, Buchanan apresenta critérios para a preservação: 1. O grau de unicidade, nesse grupo estaria o exemplar único remanescente (o primeiro, ou o último); 2. A representação de um tipo distinto, um aspecto particular do artefato que denote

uma especificação distinta de uma região, um tipo de arquitetura, sistema estrutural, aspectos estéticos, ou marcação na paisagem; 3. Tamanho e uso: todo o artefato requer espaço, e a validação desse espaço pode ser um importante critério de preservação, já que o valor imobiliário pode condicionar a necessidade de liberação de áreas urbanas. Na asserção de Buchanan, a possibilidade de re-uso de um edifício industrial também tem uma importante relação com a preservação; 4. A possibilidade da manutenção de modo sustentável (arrecadando dinheiro para sua manutenção) deve ser aventada através de, por exemplo, uma atração pública; 5. O suporte local, que demonstre termos financeiros positivos, cooperação entre os proprietários, interesse público ou privado, segundo Buchanan isso pode fazer a diferença decisiva entre a preservação e a destruição; 6. Associar os remanescentes a personagens ou fatos significativos como um engenheiro ou com uma inovação tecnológica, o que pode constituir um bom apelo para a preservação (BUCHANAN, 1974, p.53 - 54).

Hudson também comenta que não se deve tentar preservar mais que uma pequena porção do estoque de equipamentos e edifícios industriais obsoletos, pois quanto mais valorizado é o terreno onde o edifício está mais difícil é prevenir sua demolição. Segundo a tradução de Kühl:

A sociedade tem que mudar e se desenvolver, e não é nem realista nem desejável tentar preservar mais do que uma pequena proporção dos sobreviventes de nosso estoque de edifícios e equipamentos industriais obsoletos. [...] **O que é possível, em uma escala muito maior, contudo, é procurar fotografar, medir e descrever pormenorizadamente edifícios e máquinas realmente significantes**, antes que os grupos de demolição e comerciantes de ferro-velho se aproximem, e pressionar para que abrangentes listas do que subsiste em cada localidade sejam feitas e publicadas, para que inventários apropriados possam ser elaborados a tempo, e para que a conservação possa ser o resultado de uma escolha deliberada e judiciousa, não de pânico. (HUDSON, 1976 *apud* KÜHL, 1998, p.231 – grifo nosso).

Em relação ao uso, para Hudson a maioria dos edifícios industriais como cervejarias, moinhos, pequenas indústrias têxteis, etc., podem ser convertidos para novas funções, o que, inclusive, poderia ser um “bom negócio” (HUDSON, 1976, p.38-39).

Já para Maurice Daumas, a arqueologia industrial tem como prioridade o estímulo à preservação do patrimônio industrial:

[...] A arqueologia industrial, que não deve ignorar nada do que ensina a história tradicional, tem por objetivo principal a pesquisa e o estudo dos sítios onde se desenrolaram esses tipos de atividade, e os testemunhos artificiais, os artefatos que aí permanecem. Mas trata-se do primeiro passo da nossa nova disciplina. **A pesquisa e a observação permitem identificar o que não foi ainda destruído, determinar a sua historicidade, apreciar seu interesse, provocar sua salvaguarda. Pois é nisso, sem dúvida, que convém reconhecer o objetivo primordial da arqueologia industrial.** (DAUMAS, 1980 *apud* KÜHL, 1998, p.224 – grifo nosso)

Cossons com uma visão mais integral do conceito cultural de patrimônio industrial destaca que os requerimentos para a conservação da arqueologia industrial são vários e vão desde o cuidado com o sítio, seu significado histórico e sua preservação enquanto um monumento ou museu, até a necessidade de assegurar que importantes estruturas industriais ainda em uso como pontes e túneis, não sejam tratadas de forma negligente pelos seus proprietários. Além disso, destaca as possibilidades que os edifícios industriais obsoletos oferecem para adaptação a novos usos. Para eles, esse tipo mais recente de conservação da arqueologia industrial, é em muitos casos a mais encorajadora, e mostra um enorme potencial em adaptar estruturas em excelentes oportunidades não somente para manter edifícios e áreas que estão morrendo, mas também para reter o essencial do valor da arquitetura, tecnologia e paisagem. Pode-se verificar que este autor apresenta certa sensibilidade à preservação dos remanescentes em sua integridade, pois menciona explicitamente que o papel do arqueólogo industrial não se restringe só à identificação dos conjuntos significantes, mas também em assegurar que aspectos específicos que os tornam significativos não sejam comprometidos (COSSONS, 1978, p.31).

É possível constatar que, de um modo geral, esses autores, expoentes do campo da arqueologia industrial demonstravam um interesse crescente e comum na conservação e salvaguarda do patrimônio industrial, estabelecendo, em alguns casos, premissas orientativas.

Assim, a arqueologia industrial aponta a necessidade e as possibilidades dessa conservação, seja através de intervenções com adaptações de uso diversos, ou ainda retirando peças para acervos de museus, temas bastante controversos, pois não há referências às designações estabelecidas na Carta Veneza (1964) no âmbito do campo da preservação patrimonial. A preservação dos remanescentes industriais, conforme abordada pelos autores estudados consiste em um segmento da arqueologia industrial, principalmente devido à inviabilidade de uma conservação integral dos conjuntos mediante o próprio desenvolvimento

da estrutura urbana. Uma das prioridades destacadas da arqueologia industrial é o estudo, registro e a compreensão da importância desse patrimônio, inclusive de atividades ainda em uso.

A Carta Nizhny Tagil (2003), cujo texto se refere especificamente ao patrimônio industrial, vincula sua leitura, em nota às disposições da Carta de Veneza (1964) e da Carta de Burra (1980), embora não haja nenhum aprofundamento nessas referências. Dentre as colocações apresentadas na Carta Nizhny Tagil há um item sobre a necessidade de proteção legal que garanta a proteção dos conjuntos em sua integridade e eventuais adaptações coerentes:

4-iii. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. **A adaptação coerente, assim, como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e econômicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.** (TICCIH, 2003 – grifo nosso)

Desse modo, as intervenções no patrimônio industrial e sua efetiva preservação podem ficar comprometidas pela falta de uma orientação mais enfática a respeito dos critérios da preservação patrimonial cuja finalidade é a real salvaguarda do objeto.

Tendo em vista a interface apresentada entre como o uso deveria ser interpretado no campo da preservação patrimonial e como a preservação do patrimônio industrial vem sendo abordada através da arqueologia industrial, campo que se configurou para o estudo deste patrimônio, evidencia-se o problema já mencionado da dificuldade de reconhecimento do valor cultural que incide sobre os remanescentes industriais. Nos próximos capítulos será aprofundado o estudo das formas de apropriação e intervenções que incidem sobre o patrimônio industrial de modo a averiguar o quanto estão vinculadas à preservação patrimonial, tomando como referência o recorte específico desta pesquisa unidades fabris da cidade de São Paulo salvaguardados pela tutela municipal, enfatizando aqueles que ainda estão em uso fabril. Para tanto serão retomadas algumas das referenciais conceituais apresentadas nesse primeiro capítulo, tanto do campo da preservação patrimonial, que é a base em que fundamenta esse trabalho, quanto da arqueologia industrial, quando necessário de modo a contrapor, ou relacionar as visões estabelecidas.

2 Patrimônio industrial ativo: um campo de estudo

Como apresentado no capítulo anterior, a definição de patrimônio industrial encerra amplitude cronológica e uma vasta gama de itens relacionados (edifícios e áreas que englobem unidades produtivas, meios de transporte, habitação, extração, transmissão e utilização de energia, etc.). Existem alguns segmentos do patrimônio industrial que podem estar mais suscetíveis à obsolescência que outros. O aspecto tecnológico não é necessariamente uma condicionante isolada para a perda de função, outros fatores como a característica de seus programas e, principalmente, as demandas do capital podem ser condicionantes determinantes que devem ser analisadas no âmbito de uma conjuntura sócio, econômica e cultural.

O patrimônio industrial geralmente abordado nos variados estudos remonta a exemplares que passaram por alterações de seu uso original, ou que estão abandonados, constituindo, portanto, um potencial edificado para adaptações. Considerando o interesse desta investigação - unidades fabris em atividade tombadas pelo CONPRESP - este capítulo tem como objetivo destacar a potencialidade que o patrimônio industrial em atividade tem enquanto objeto de estudo através da apresentação de alguns exemplos de diversas categorias de remanescentes industriais ativos tanto no âmbito nacional como internacional.

2.1 Segmentos diversos

No segmento de transportes, seja fluvial, ferroviário¹, por exemplo, pode - se mencionar importantes remanescentes em atividade e inclusive listados pela UNESCO². Na Áustria a *Semmering Railway* (UNESCO, 1998) é constituída de um trecho de 41 Km construído entre altas montanhas entre 1848 e 1854 e devido à solidez dos túneis, viadutos e outras obras de engenharia segue em operação até hoje. Na Índia, há três trechos ferroviários construídos na segunda metade do século XIX durante o colonialismo inglês listados pela UNESCO devido à particularidade de vencerem grandes desníveis e pelo fato de terem sido

¹ Nesse segmento de transporte ferroviário na cidade de São Paulo existem os emblemáticos casos da Estação da Luz e Estação Júlio Prestes, que continuam desempenhando a função original. Contudo, ambas passaram por significativas intervenções que transformaram parte de seus conjuntos para outros usos: no caso da Estação da Luz parte foi convertida em Museu da Língua Portuguesa e a Estação Júlio Prestes teve parte adaptada para a Sala São Paulo. Essas intervenções são estudadas em profundidade do ponto de vista das teorias de preservação patrimonial nos trabalhos da pesquisadora Beatriz Mugayar Kühl (1998 e 2009).

² As informações sobre o patrimônio listado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) foram obtidas através de pesquisa junto ao segmento *World Heritage Centre* disponível no site: <<http://whc.unesco.org/>> Acesso em: 28 Jan. 2010.

cruciais para o desenvolvimento sócio-econômico dos povoados por onde passam. São eles: *Darjeeling Himalayan Railway*; *Nilgini Mountain Railway* e *Kalka Shimla Railway*, todos em amplo funcionamento. Outro importante conjunto ferroviário ainda em funcionamento está entre Albula (trecho de 67 km) e Bernina (trecho de 61 km) a linha inaugurada em 1904 cruza os Alpes suíços conectando Suíça e Itália (UNESCO, 2008). Segundo os critérios da listagem, é notável o uso da ferrovia para comunicar os povoados dos Alpes.



Fig. 01: *Semmering Railway* - Áustria.
Fonte: UNESCO <<http://whc.unesco.org/en/list/785>>



Fig. 02: Trechos ferroviários nas montanhas - Índia.
Fonte: UNESCO <<http://whc.unesco.org/en/list/944>>

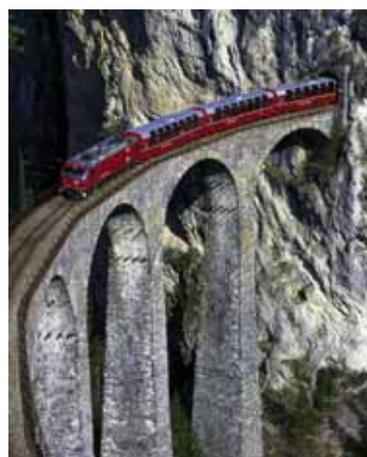


Fig. 03: *Rhaetian Railway Albula Bernina*- Suíça e Itália. Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/1276>>

Existem também inúmeros exemplos de pontes metálicas que seguem em operação, grandes obras de engenharia do século XIX que se enquadram como patrimônio industrial não só por eventualmente estar atrelada a uma rede de transportes, mas principalmente por ser produto do processo de industrialização. Por exemplo, a Ponte Vizcaya (UNESCO, 2006) em Bilbao, Espanha, que tem 45 metros de altura e 160 de comprimento terminada em 1893, é considerada como o primeiro exemplar que permitiu a passagem de navios pelo rio (Rio Nervión) e o transporte de passageiros e veículos, servindo de modelo para a construção de similares (que não mais existem) em diversos países.

Outro exemplo no segmento de transporte é o Canal Rideau (UNESCO, 2007) no Canadá, uma monumental obra de princípios do século XIX que se estende por 202 quilômetros pelos cursos dos Rios Rideau e Catarauqui. Foi construído com fins militares e estratégicos, e seguindo a descrição da UNESCO, foi um dos primeiros canais desenhados para a navegação de barcos a vapor. Continua sendo operacional ao longo de todo o seu percurso e quase todas suas estruturas iniciais conservam-se intactas.



Fig. 04: Ponte Vizcaya, Bilbao – Espanha.
Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/1217>>



Fig. 05: Canal Rideau – Canadá.
Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/770>>

No âmbito das obras hidráulicas existem outros exemplares relativos ao patrimônio industrial, que se relacionam à utilização de energia, à atividade produtiva de forma direta ou indireta, ou mesmo aos meios de transporte, enfim é um campo de reconhecida importância em diversas fases da história da humanidade. Além dos aquedutos romanos remanescentes em diversos países, pode-se destacar, por exemplo, os sistemas de irrigação *Aflaj* em Omã, cuja origem remonta ao ano 500 (UNESCO, 2006). Os cinco exemplares inscritos são representativos de uma forma de ocupação do solo extremamente bem preservada. Esses sistemas, que compreendem também uma série de torres vigias edificadas para protegê-los, aproveitam a força da gravidade para levar a água por canais subterrâneos com a destinação para agricultura ou uso doméstico.

Na Holanda, a paisagem da região de Kinderdijk-Elshout (UNESCO, 1997) é notável por conter um conjunto de obras hidráulicas para a secagem dos terrenos que compreende todos os elementos característicos dos sistemas de drenagem ainda em funcionamento: diques, estações de bombeamento, edifícios administrativos e um vasto número de moinhos que remontam a obras desde a Idade Média. Ainda na Holanda, há a Ir. D.F. Woudagemaal

(UNESCO, 1998), a maior estação de bombeamento do mundo das que funcionam a vapor, entrou em serviço em 1920 e segue em atividade. Constitui a máxima contribuição dos engenheiros e arquitetos holandeses para a proteção do solo contra a força natural da água, representando o apogeu da engenharia hidráulica holandesa.



Fig. 06 A: *Woudagemaal* – Estação de bombeamento movida a vapor - Holanda.

Fonte: UNESCO <<http://whc.unesco.org/en/list/867>>



Fig. 06 B: *Woudagemaal*, parte interna.

Fonte: UNESCO <http://whc.unesco.org/en/list/867/>

No setor agro - alimentar há algumas importantes regiões dedicadas a processos de produção ou beneficiamento para obter determinados produtos que constituem conjuntos de extrema relevância e ainda hoje em atividade, como a paisagem do cultivo de agave azul e as antigas instalações industriais de tequila no vale do Rio Grande, México (UNESCO, 2006). Além das plantações de agave e de vestígios arqueológicos do cultivo em terraços, essa área compreende também os assentamentos urbanos de Tequila, Arenal e Amatitlán que possuem, ainda em atividade, grandes destilarias onde se fermenta a pinha da planta para a obtenção do teor alcoólico.

Há também, a região vinícola do Alto Douro (UNESCO, 2001) em Portugal, que vem produzindo vinho há 2000 anos. A tradição vinícola configurou uma paisagem cultural composta por diversos segmentos associados à essa produção como terraços, “quintas”, vilas, estradas, etc. refletindo uma história de evolução técnica, social e econômica da região. Os vinhedos continuam sendo explorados através de técnicas de cultivo tradicionais, como também os vinhedos em forma de terraço de Lavaux, Suíça (UNESCO 2007). Esses terraços datam do século XI e continuam em uso, e é um local que, segundo os critérios da listagem, demonstra uma excepcional interação secular entre o homem e o meio ambiente no sentido de otimização dos recursos locais para a produção do vinho, que sempre foi importante na economia da região.



Fig. 07: Produção vinícola, Região do Alto Douro - Portugal. Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/1046>>



Fig. 08: Produção vinícola, Lavaux - Suíça. Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/1243>>

Ainda no ramo agro-industrial há o galpão de tosa da *Estancia Maria Behety* construído em 1935, localizado na Patagônia (Argentina) ainda em atividade. Essa edificação é considerada o maior galpão de tosa ovina do mundo com capacidade para 7000 animais. Segundo a pesquisadora Liliana Lolich, é um exemplar interessante que demonstra a massiva influência da arquitetura britânica na Argentina no período pós 1ª Guerra Mundial, os *sheds* ornamentados foram pré-fabricados em ferro e chapas metálicas por uma empresa argentina (LOLICH, 2006, p. 3-4).



Fig. 09 A: Galpão de tosa ovina - *Estancia Maria Behety*, Patagônia – Argentina.
Foto: Lucila Dellepiane, 2009



Fig. 09 B: Galpão de tosa ovina - *Estancia Maria Behety*, parte interna.
Foto: Lucila Dellepiane, 2009

Outro exemplo interessante no campo da produção artesanal agrária é a manufatura de subsistência, da qual podemos destacar o trabalho de levantamento dos moinhos horizontais na Noruega, Escócia e Romênia realizado pelo pesquisador escocês Mark Watson. Foram estudados alguns desses conjuntos de moinhos - rudimentares construções em madeira ou pedra, provenientes dos séculos XVI e XVII e XIX – dos quais alguns seguem em atividade, atendendo à subsistência de algumas famílias. Na região de Rudaria (Romênia), as famílias que continuam trabalhando em seus moinhos têm assistência do museu a céu aberto *Astra* em Sibiu (WATSON, 2009, p. 1-5).



Fig. 10 A: Moinho de subsistência, assistência do *Astra Museum* – Rudaria, Romênia.
Fonte: WATSON, 2009.



Fig. 10 B: Moinho de subsistência, assistência do *Astra Museum*, detalhe interno.
Fonte: WATSON, 2009.

No Brasil, podemos citar o caso do Museu do Pão, no município de Ilópolis (Rio Grande do Sul) e algumas outras edificações do denominado projeto “Caminho dos Moinhos” dentre as quais algumas ainda mantêm sua atividade como forma de subsistência. O projeto do Museu do Pão é do escritório Brasil Arquitetura e se constitui pela recuperação de um antigo moinho de farinha, o Moinho Colognese e a construção de 2 novos prédios em anexo (a Escola de Panificação e o museu do pão). Esse moinho foi construído em meados da década de 1930 para a produção de farinha de trigo e de milho, na ocasião era considerado um dos mais modernos do local, com o passar dos anos passou por diversos proprietários, foi desativado e manteve-se como armazém. Estando sob ameaça de demolição chamou a atenção da Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari (AAMoinhos) que passou a ter como objetivo salvaguardar esse patrimônio, bem como os demais do “Caminho dos Moinhos”. Essa edificação constitui um exemplar da arquitetura industrial rural, cuja manutenção significa a preservação não só de sua materialidade, mas da memória local (NAHAS, 2009, p.4).

Com o incentivo da Nestlé Brasil e seguindo diretrizes do IPHAN, estabeleceu-se que o moinho se transformasse em um “museu de si mesmo”, e houvesse a inclusão de prédios novos com outros programas em anexos independentes. O trabalho da pesquisadora Patrícia V. Nahas analisa detalhadamente essa intervenção. Em nossa abordagem o que é pertinente é que a edificação voltou a funcionar como um moinho com o maquinário do passado. Ainda que produzindo farinha em pequenas quantidades, constitui um documento vivo com as instalações recuperadas e montadas de modo a produzir farinha (NAHAS, 2009, p.7).



Fig. 11 A: Complexo do Museu do Pão com antigo Moinho Colognese e parte do edifício novo.
Fonte: Revista AU - 168, p.40, 2008

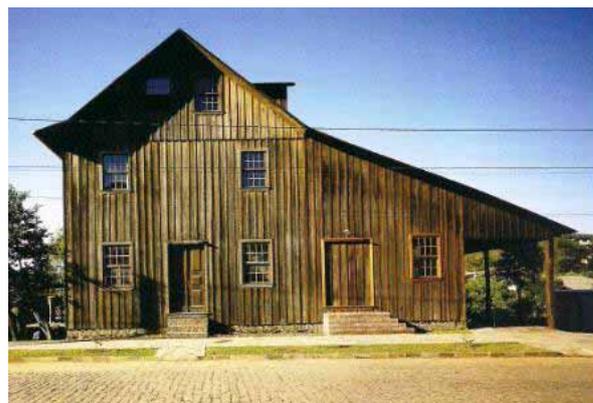


Fig. 11 B: Fachada restaurada do antigo Moinho Colognese.
Fonte: Revista AU - 168, p.45, 2008

O sucesso dessa ação desdobrou-se na criação em 2008 da proposta denominada “Caminho dos Moinhos”³, um roteiro turístico que engloba, além do moinho Colognese, outros moinhos característicos das construções remanescentes da imigração italiana na região (Moinho Dallé em Anta Gorda, Moinho Vicenzi em Guaporé, os Moinhos Castaman e Fachinetto em Arvorezinha e o Moinho Arca em Putinga) cujo objetivo é a promoção da sustentabilidade do patrimônio cultural do Alto Taquari. O valor cultural desse patrimônio foi destacado pela pesquisadora Judith Cortesão em trabalho desenvolvido em 2000 junto à Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Desse conjunto, o Moinho Dallé, edificação em madeira construída em 1919, continua em atividade até hoje. O Moinho Vicenzi proveniente da década de 1930 teve sua operação encerrada em 1991, a partir de 2004 os descendentes da família reassumiram a edificação com objetivo produtivo e em 2008 ele foi incluído no projeto. O Moinho Fachinetto, construído em 1947, foi desativado em 1999, em 2007 foi adquirido por novo proprietário que recuperou sua edificação e engrenagens e começou a produzir a farinha “Vó Gentília”. O Moinho Castaman, construído em 1947 em madeira, também tem recuperação sob a responsabilidade do escritório Brasil Arquitetura e, segundo o arquiteto Marcelo Ferraz, a premissa do proprietário é voltar à atividade:

Imaginamos até em restaurar o moinho para produzir um pouquinho, mas, na verdade, o proprietário quer restaurar o moinho para voltar a produzir farinha a todo vapor. Para nós é a melhor reação. O programa inicial para o Moinho Castamán é voltar a produzir para valer, [...] (Depoimento do arquiteto em 07 de Abril de 2008 *apud* NAHAS, 2009, p. 17).

³ Informações obtidas junto ao site: <<http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/>> Acesso em: 28 Abr. 2010.



Fig. 12: Moinho Dallé.

Fonte: <<http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/>>



Fig. 13: Moinho Vicenzi.

Fonte: <<http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/>>

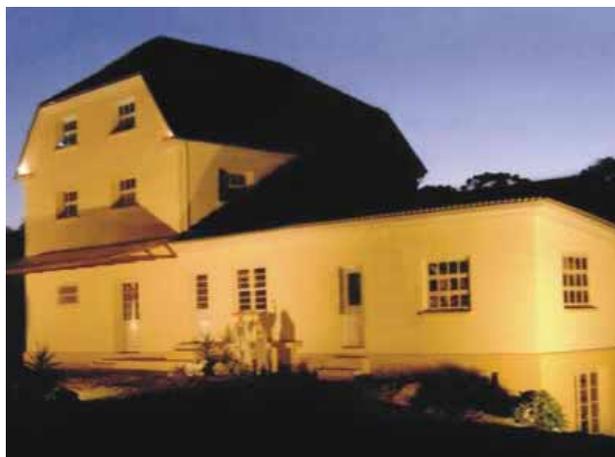


Fig. 14: Moinho Fachinetto.

Fonte: <<http://www.sitesdovale.com.br/caminhosdoinhos/>>

No setor energético, as hidrelétricas constituem importante patrimônio, estando algumas delas ainda em atividade. Destacamos um interessante trabalho realizado em 2006 na Noruega focando 27 estações hidroelétricas de importância nacional. A pesquisa documental e o trabalho de preservação estiveram a cargo do órgão *Norwegian Water Resources and Energy Directorate* (NVE) em diálogo com o *Directorate for Cultural Heritage* e com a maior companhia hidrelétrica norueguesa, a *Statkraft AS*, que também colaborou com um plano de proteção para 7 das 27 plantas hidrelétricas estudadas. De acordo com a pesquisa realizada, dessas 27 hidrelétricas somente cinco estavam desativadas, ou seja, 22 estão em atividade (NYNÄS, 2009, p.1-4).



Fig. 15 A: Hidrelétrica *Solbergfoss*, 2006 (ano da construção - 1924), em atividade - Noruega.
Fonte: NVE, 2006, p. 208.

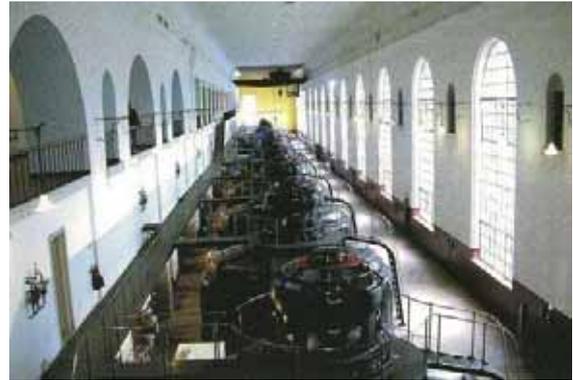


Fig. 15 B: Hidrelétrica *Solbergfoss*, 2006, sala de máquinas - Noruega.
Fonte: NVE, 2006, p. 208.

Outro exemplo que pode ser mencionado é a Central Hidrelétrica de Galleto - Monte Sant'Angelo, na região de Terni, Itália. Foi inaugurada em 1929 com o objetivo de aproveitar a água da cascata Delle Marmore, atualmente faz parte do grupo Endesa, e é a maior central hidrelétrica da Europa. O edifício principal é tripartido, uma parte hospeda a turbina, uma segunda parte o transformador e uma outra parte é destinada às linhas elétricas. A estrutura é em cimento armado. Segue em atividade e é um reconhecido patrimônio industrial.



Fig. 16 A: Central Hidrelétrica de Galleto – Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Rufinoni, 2006.



Fig. 16 B: Central Hidrelétrica de Galleto, parte interna - Terni, Itália.
Foto: Manoela Rossinetti Rufinoni, 2006.

No Brasil, é possível encontrar alguns exemplares que mantêm a atividade geradora, sobretudo no Estado de São Paulo. A Usina Henry Borden, em Cubatão teve seu primeiro gerador inaugurado em 1926 e, posteriormente, mais treze geradores foram paulatinamente acrescentados. Atualmente opera somente com 10 a 15 % de sua capacidade, não em decorrência de uma obsolescência tecnológica, mas principalmente em função da reversão do Rio Pinheiros e principalmente em função da poluição fluvial.

Há também a Usina Hidrelétrica de Itatinga ⁴ que foi inaugurada em 1910 e vem atuando de forma ininterrupta, sendo ainda responsável por cerca de 80 % da energia gerada para o Porto de Santos.

Entre 1995 e 2003, houve um processo de privatização e de separação em empresas distintas das três principais atividades do setor hidrelétrico no Estado de São Paulo: geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Foi então criada a Fundação Energia e Saneamento com o objetivo de salvaguardar o patrimônio histórico das empresas estatais (Eletropaulo, CESP, COMGÁS) em processo de privatização. A fundação ficou encarregada de preservar, divulgar por meio de projetos e serviços de educação e cultura, de clara função social, o patrimônio histórico e cultural do setor. Quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) foram reconhecidas como patrimônio arquitetônico. De acordo com a arquiteta e pesquisadora desta instituição Mariana Rolim⁵, com a demanda energética desencadeada a partir de 2001, tornou-se interessante reativar algumas das PCHs por já estarem implantadas há muito tempo e com um impacto ambiental já absorvido, pois para a construção de novas unidades, licenças ambientais e trâmites legais comprometeriam o desenvolvimento dos processos.

As quatro usinas acima mencionadas são: Usina do Jacaré – Brotas (1944), Usina de Salesópolis – Salesópolis (1913), Usina de São Valentim – Santa Rita do Passa Quatro (1910) e a Usina do Corumbataí – Rio Claro (1895). Elas estavam desativadas quando foram incorporadas ao projeto e atualmente passam por diferentes estágios de restauro preservando seu maquinário original e reformas para voltar a gerar: “Dessa forma, os visitantes poderão vivenciar o espaço em sua finalidade original” (ROLIM, 2009, p.5). O projeto ainda engloba pesquisas de campo em acervos públicos e privados (empresas: AES Eletropaulo, AES Tietê, CESP, Duke Energy e ISA CTEEP) onde será documentado inclusive o patrimônio arquitetônico indicando seu estado de conservação ⁶.

A Usina - Parque do Corumbataí que utiliza o potencial do Rio Corumbataí e do Ribeirão Claro é a mais antiga usina hidrelétrica do estado (1895). Em 1970 foi desativada e em 1979 foi restaurada sob supervisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,

⁴ A comemoração do centenário desta usina foi celebrada com a publicação recente da pesquisadora Ana Luisa Howard de Castilho (2010) que aborda o caso em detalhes.

⁵ Informações obtidas através de entrevista concedida pela arquiteta e pesquisadora Mariana Rolim da Fundação Energia e Saneamento em 10 Dez. 2009.

⁶ Atualmente a Fundação Energia e Saneamento monitora o projeto Eletromemória, em parceria com a USP e a UNESP, cujo objetivo é identificar, pesquisar, diagnosticar e referenciar o acervo documental do setor energético ligado à implantação, geração, transmissão e distribuição da energia elétrica do Estado de São Paulo, uma das linhas de pesquisa aborda justamente o patrimônio edificado representado por bens de valor histórico e cultural.

Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Em 1982 foi oficialmente tombada. Em 1999, passou para a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, empresa cindida da CESP. Ao ser doada para a Fundação Energia e Saneamento passou por um novo projeto de restauro com o objetivo de retomar sua atividade geradora. O invólucro do equipamento original foi mantido e, onde necessário, novos equipamentos digitalizados foram instalados para que a função geradora prosseguisse. Originalmente eram necessários 10 funcionários para gerir a atividade, atualmente são necessários somente 2. Desde 2008, com o término da execução do projeto de restauro dois geradores são responsáveis pela atividade, também foi instalado um Museu da Energia e há o parque constituído pelo conjunto ambiental em que está inserida. As sete casas da pequena vila de operários atualmente também fazem parte do complexo de visitação. A partir da retomada de sua função em 2008, são dois anos de análise de sua capacidade geratória para verificar a necessidade de adaptações ou não.

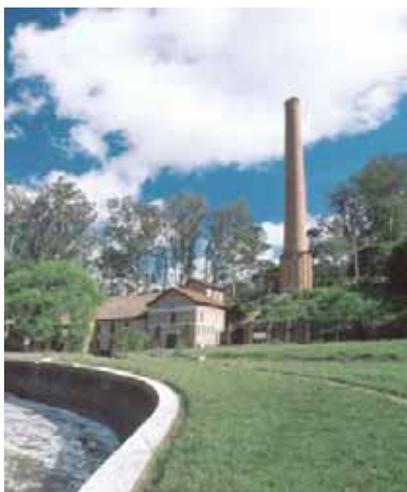


Fig. 17: Usina Parque Corumbataí - Rio Claro, SP.

Fonte:

<<http://www.energiaesaneamento.org.br/redemuseuenergia/edificio.php?id=4>>

Acesso em: 25 Abr. 2010

Verificando o patrimônio industrial que concerne a outras instalações ligadas ao conjunto produtivo, talvez a questão habitacional tenha sido de extrema relevância por tratar-se de experiências de cunho social proporcionando profícuas experiências em diversos países. Podemos destacar o “familistério” de Jean-Baptiste Godin, em Guise, França, construído entre 1859 e 1870. Esse complexo aperfeiçoou as tentativas de implantação de Robert Owen (Inglaterra) e Charles Fourier (França). Aqui, havia a manutenção da estrutura familiar ocupando alojamentos independentes além de ser dedicado exclusivamente às famílias que trabalhavam na indústria. O “familistério” era composto por alojamento, creche, escola, teatro, lavanderia, dentre outros (CASTRO, 2003, p.114).

Segundo estudo de Emmanuel De Roux publicado em 2000, a partir de 1968 a empresa e associação que tinha sob jurisdição esse complexo passou às mãos de uma sociedade privada tradicional. Com isso, os apartamentos foram vendidos aos seus ocupantes e os outros prédios à cidade de Guise, que por não terem uma destinação precisa estavam em um estado precário; além disso, em 1997 um incêndio atingiu a biblioteca, a escola maternal e um pequeno museu. Segundo o autor, ainda no ano da publicação, 300 famílias ocupavam a parte residencial do “familistério”, classificado como monumento histórico em 1991. Os apartamentos passaram por adaptações ao longo das décadas. Hoje a função inicial de “alojamento” se mantém, porém, de forma desvinculada da utopia que o gerou, o que segundo Roux se constitui somente um “envelope arquitetural” (ROUX, 2000, p. 82-91).



Fig. 18 A: Familistério de Jean-Baptiste Godin, Guise - França.
Fonte: ROUX, 2000, p. 88.



Fig. 18 B: Familistério de Jean-Baptiste Godin, pátio interno – estrutura metálica e piso em mosaicos. Guise - França. Fonte: ROUX, 2000, p. 85.

Alguns núcleos urbanos relacionados à indústria, como La Chaux – de Fonds e Le Locle na Suíça, que se caracterizaram por abrigar a indústria relojoeira, ainda hoje têm sua dinâmica urbana baseada na mesma atividade econômica, reconhecidas como patrimônio pela UNESCO em 2009. A atividade relojoeira nessas cidades gêmeas remonta ao século XVI e perdura até hoje. Ambas foram replanejadas em princípios do século XIX, depois de três grandes incêndios, considerando a indústria relojoeira como base do projeto. Esse conjunto constitui um exemplo notável de cidades monoindustriais bem conservadas, cuja planificação urbana se moldou à evolução da relojoaria que passou da produção artesanal domiciliar a uma produção fabril mais integrada em fins do século XIX, sendo, portanto, produto da extrema simbiose entre as necessidades sociais e técnicas para a manufatura de relógios.



Fig. 19 A: La Chaux – de Fonds e Le Locle – Cidades relojoeiras - Suíça.
Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/1302>>



Fig. 19 B: La Chaux – de Fonds e Le Locle – Cidades relojoeiras - Suíça.
Fonte: UNESCO
<<http://whc.unesco.org/en/list/1302>>

2.2 Unidades fabris

Quanto à atividade industrial propriamente dita verifica-se que há ainda uma maior restrição de casos. São poucos exemplares efetivamente reconhecidos como patrimônio industrial. Em alguns estudos sobre áreas industriais e seus processos de desindustrialização ou mudança de perfil econômico, eventualmente é mencionado que ainda existem remanescentes industriais em atividade. Porém, esses raramente são efetivamente contabilizados e estudados como patrimônio industrial a ser preservado como tal.

Conforme mencionado anteriormente, há uma tendência em considerar aqueles remanescentes desativados em estado de abandono pela própria iminência da destruição. Porém, é necessário mencionar que, provavelmente, essa escassez de estudos se relacione mais às dificuldades encontradas junto às empresas e proprietários que, na maioria das vezes, não reconhecem e não querem que seja reconhecido o valor cultural dos bens em questão, sem interesse em preservá-los, estudá-los ou inventariá-los do que propriamente a uma falta de percepção por parte dos pesquisadores.

Ainda assim, no âmbito mais direto da escala produtiva foram identificados alguns exemplos.

No trabalho de Emmanuel de Roux publicado em 2000 sobre o patrimônio industrial francês também foi possível identificar casos que ainda estavam em atividade na ocasião da publicação. Em alguns, o autor enfatiza a particularidade de algumas linhas de produção que conseguem atender a uma demanda comercial justamente por manterem o “saber fazer” tradicional em um segmento específico. É o caso da Olaria *Dewulf* em Allonne (Oise), França, cujo edifício principal foi construído nos anos 1930. A atividade da empresa é bem mais

antiga, o proprietário é representante de uma família dedicada à fabricação de tijolos há mais de 100 anos. Nas proximidades da instalação há uma veia argilosa que fornece a matéria prima indispensável à produção. A empresa, ainda em atividade se ocupa em misturar as argilas de tonalidades diferentes e colocá-las no forno. O método de manufatura é tradicional, mas é uma máquina automática que nutre o fogo. Ao fim da década de 1950 houve uma mecanização em muitas olarias. Assim, a olaria *Dewulf* manteve o processo tradicional e diversificou sua produção (4000 toneladas de tijolos por ano, mais de 250 produtos diferentes) de modo a atender o segmento ligado ao restauro e à manutenção de monumentos históricos como o viaduto da Bastilha, o Liceu Henri IV em Paris e às casas da Normandia (ROUX, 2000, p. 210-217).



Fig. 20 A: Olaria *Dewulf*, Allonne (Oise) – França
Fonte: ROUX, 2000, p. 214.

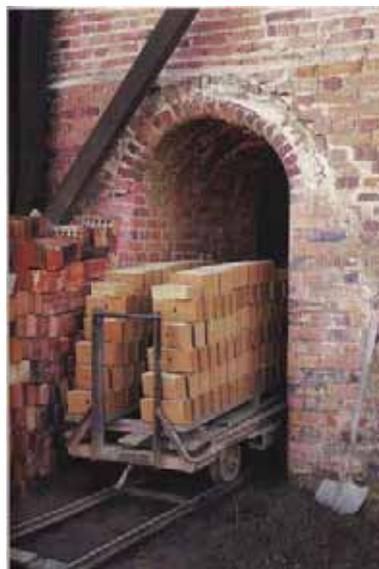


Fig. 20 B: Olaria *Dewulf*, detalhe Allonne (Oise) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 215.

A Manufatura *Tassinari Et Chatel* compreende uma tradicional produção de seda, localizada em Caluire – et – Cuire (Rhône) região de Lyon e possui 11 máquinas manuais que mantém a produtividade em um de seus ateliers. Essa manufatura herdou a tradição de mais de 300 anos nesse ramo (desde 1680). Em seus ateliers Joseph-Marie Jacquard colocou em funcionamento sua máquina de tecer no final do século XVIII. A partir de 1870 dois sócios que dão o nome à atual manufatura passaram a dirigi-la. Por manter em seus arquivos os catálogos dos desenhos e por manter o maquinário, a manufatura atende à demanda específica de diversos trabalhos de restauração de tecidos e bordados do segmento patrimonial. A empresa também possui outras linhas de produção mais modernizadas (ROUX, 2000, p. 248-257).



Fig. 21 A: Manufatura *Tassinari Et Chatel*, Caluire – et – Cuire (Rhône) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 251.



Fig. 21 B: Manufatura *Tassinari Et Chatel*, detalhe, Caluire – et – Cuire (Rhône) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 255.

Outro exemplo é a destilaria *Claeysens*, em Wanbbrenchies cujas edificações remontam ao começo do século XIX. A cadeia produtiva é praticamente toda da época, segundo o autor somente o tipo de energia mudou do vapor para a elétrica. No começo dos anos 1980, a atividade passou por dificuldades, então a destilaria foi restaurada para entrar no âmbito patrimonial e turístico. Dessa forma a destilaria é aberta à visitação e a sua produção se mantém para atender a essa demanda (ROUX, 2000, p. 218-223).



Fig. 22 A: Destilaria *Claeysens*, Wanbbrenchies – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 223.



Fig. 22 B: Destilaria *Claeysens*, parte interna, Wanbbrenchies – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 221.

Além desses exemplos que se referem à possível preservação através da manutenção de um “saber fazer” o autor também se refere a situações em que as linhas de produção passaram por adaptações, mas o conjunto arquitetônico de um modo geral se manteve por estar estritamente articulado com a constituição urbana. É o caso da “Usina convento” *Bonnet* em Jujurieux (Ain), França, criada em 1835 por Claude – Joseph Bonnet como uma manufatura têxtil sob a jurisdição de uma organização religiosa. A cidade então se desenvolveu em função dessa atividade, com o passar dos anos um grande número de

edificações foram instaladas dedicadas às diversas etapas dessa produção, cujo produto final era a seda. Houve diversas adaptações tecnológicas, e a totalidade inicial foi fragmentada por terceirizações. Ainda hoje a cidade vive em função dessa atividade. A partir dos anos 60, os estabelecimentos Bonnet se transformaram na *Societè d` Exploitation dès Textiles Bonnet* (SETB), parte das edificações (capela e enfermaria) foram cedidas à comunidade e parte mantém a produtividade. Segundo o autor, a SETB tenta manter a tradição e a modernidade; dentro da nova estratégia a empresa inclui visita à fábrica com suas máquinas em funcionamento, e pretendia criar um museu na ocasião da publicação (ROUX, 2000, p. 148-151).



Fig. 23 A: "Usina Convento" Bonnet, Jujurieux (Ain) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 150.



Fig. 23 B: "Usina Convento" Bonnet, parte interna, Jujurieux (Ain) – França. Fonte: ROUX, 2000, p. 154.

O trabalho de Maria Pilar Biel Ibáñez sobre o processo de industrialização em Zaragoza (Espanha) apresenta estudos pormenorizados sobre as tipologias industriais da região em que é possível localizar algumas menções a unidades que ainda mantinham a atividade produtiva na ocasião da publicação, 2004. No setor de metalurgia a autora se refere à fundição e construtora de máquinas Antonio Averly, desde 1880 com atividade no mesmo local, com produtos internacionalmente reconhecidos através da participação em exposições. Foi a primeira fundição na região que substituiu os pilares de madeira por pilares de ferro de suas edificações (IBÁÑEZ, 2004, p. 519-532).

No ramo alimentício, a autora menciona a Fábrica de Cervejas Zaragozana, com três fases de projeto, 1900, 1931 e 1937. Atualmente grande parte de seu conjunto de edificações é posterior a década de 1930, mas segue em atividade no ramo da fabricação de cervejas, e englobou também a produção de malta e de gelo (IBÁÑEZ, 2004, p. 500-505).

Outra fábrica alimentícia em atividade é a *Harinera Del Ebro*, a edificação principal da fábrica e um armazém foram construídos em 1917, posteriormente em 1932 foram construídos novos armazéns (IBÁÑEZ, 2004, p. 446-449). Também no ramo de farinhas, há a *Harinera Antonio Espona*, conhecido como *del papel*. A atividade de moinho de farinhas somente começou em 1946 nessa edificação que pouco mudou e que antes abrigou um moinho de papel e uma fábrica de tecidos. A função de fabricação de farinha continua na atualidade (IBÁÑEZ, 2004, p. 450-451).



Fig. 24 A: *Harinera Del Ebro*, 2004, Zaragoza - Espanha. Fonte: IBÁÑEZ, 2004, p. 447.

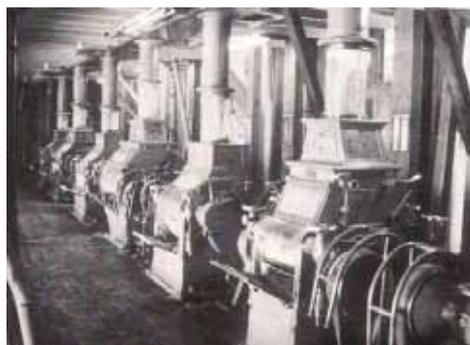


Fig. 24 B: *Harinera Del Ebro*, Sala dos moinhos, 2004, Zaragoza - Espanha. Fonte: IBÁÑEZ, 2004, p. 449.

No campo da siderurgia, a *ThyssenKrupp Acciai Special Terni*⁷ é um complexo de edificações construídas a partir de 1884 dedicadas à siderurgia na região de Terni, cujas máquinas eram, a princípio, acionadas por força motriz derivada da água e do vento. Em 1994, se concluiu o processo de privatização e o conjunto foi adquirido pelo grupo alemão *Thyssen Krupp*. Das plantas originais restam poucas estruturas entre elas o edifício da direção que se localiza logo no ingresso do estabelecimento e alguns outros edifícios que abrigam escritórios e biblioteca. De particular interesse é um canal motor de 6 km, uma imponente obra de engenharia hidráulica criado em 1884 para a produção de força motriz e hoje utilizado para a alimentação da central hidrelétrica de Pentima e para os serviços de resfriamento e combate a incêndio. O conjunto mantém a atividade.



Fig. 25 A: *Acciaierie ThyssenKrupp*, parte das edificações - Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Rufinoni, 2006.



Fig. 25 B: *Acciaierie ThyssenKrupp*, parte interna das edificações - Terni, Itália. Foto: Manoela Rossinetti Rufinoni, 2006.

⁷ Site da empresa: <<http://www.acciaiterni.it/>> Acesso em: 26 Abr. de 2009.

No âmbito das unidades produtivas provenientes da arquitetura moderna destaca-se a fábrica de polpa de celulose *Sunila*; projeto de Alvar Aalto, localiza-se em Kotka, sudeste da Finlândia e foi construída entre 1937 e 1938. Nesse período, Aalto havia se encaminhado para o ramo industrial através do contato com a indústria moveleira, madeireira, papel e celulose. Além da fábrica, Aalto também foi responsável pelo projeto da vila dos trabalhadores, entre 1935 e 1939 (FRAMPTON, 1997, p. 238-239), e da expansão da fábrica entre 1951-1954. O conjunto de *Sunila* é considerado um dos mais representativos do “estilo internacional” na Finlândia. A parte residencial está protegida desde 1987, e há uma recomendação para que a planta industrial também seja preservada (TRINDER, 1992, p. 388). A planta industrial passou por acréscimos e alterações e até recentemente esteve em atividade produtiva. Segundo informações obtidas junto ao site da empresa que é a atual proprietária ⁸, a atividade encerrou-se em abril de 2009, mas, desde novembro de 2009 está se aventando a possibilidade de reativá-la.



Fig. 26 A: Fábrica de polpa de celulose *Sunila*
- Kotka, Finlândia.
Fonte: TRINDER, 1992, p. 388.



Fig. 26 B: Fábrica de polpa de celulose *Sunila* (2006)
- Kotka, Finlândia.
Fonte:
<<http://www.flickr.com/photos/66343827@N00/30715233>>
Acesso em: 13 Mar. de 2010.

Para finalizar, como exemplo nacional será mencionado o complexo de edificações de diferentes fases construtivas da empresa de doces e chocolates Neugebauer, considerada a mais antiga fábrica de chocolates do Brasil, que se localiza num quarteirão do bairro dos Navegantes em Porto Alegre⁹ e que ainda permanece em atividade.

A empresa foi fundada em 1891 por imigrantes alemães. Em 1904, foi inaugurado o primeiro prédio da fábrica que daria origem a todo o complexo, um “sobrado” de dois andares

⁸ Site da empresa *Stora Enso*:

<<http://www.storaenso.com/media-centre/press-releases/2009/11/Pages/stora-enso-to-restart-production.aspx>>
Acesso em: 13 Mar. de 2010.

⁹ O trabalho recente da pesquisadora Leila Mattar - *A modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais* (2010) - aborda o bairro dos Navegantes e faz menção a esse complexo fabril, dentre outros.

e sótão, 10 metros de largura e 25 m de comprimento com 54 janelas para aproveitar ao máximo a iluminação natural (NEUGEBAUER, 2009, p.51). Logo em seguida, novos terrenos foram comprados e novas edificações começaram a ser instaladas para atender à demanda da fabricação de chocolates. Foram sucessivas ampliações para acolher a evolução da linha produtiva devido à necessidade de modernizá-la, remanejar equipamentos, ou alojar novos que a cada ano eram importados da Europa. De acordo com o pesquisador referindo-se a um dos principais fundadores da empresa: “Ernesto parecia gostar desse quebra cabeças de prédios de alturas e dimensões diferentes em que se transformava a fábrica.” (NEUGEBAUER, 2009, p.102).



Fig. 27 A: Fábrica Neugebauer, 1904, detalhe sobrado inicial - Porto Alegre, RS.
Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 48.



Fig. 27 B: Fábrica Neugebauer, 1930 - Porto Alegre, RS.
Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 106.

A partir da década de 1970 a empresa começou a enfrentar problemas financeiros. Em 1973, o histórico sobrado construído em 1904 foi demolido para dar lugar a um prédio administrativo, o que teve um forte impacto simbólico (NEUGEBAUER, 2009, p.209). Em 1982, a empresa deixou de existir e foi vendida para outro grupo, mas a produção chocolateira continuou ¹⁰ (NEUGEBAUER, 2009, p.224).

A partir da década de 1990 a fábrica passou para mais dois proprietários. O penúltimo proprietário (o grupo gaúcho Florestal Alimentos) comprou a empresa em 2002, investiu-se em logomarca com design que lembrava a tradição centenária da empresa (NEUGEBAUER, 2009, p.238) e faz, inclusive, referência ao sobrado inaugural de 1904, já demolido. No começo de 2010 a fábrica Neugebauer foi vendida ao grupo Vontobel e ainda segue em

¹⁰ A partir de 1987 organizaram-se eventos comemorativos ao centenário da empresa como a exposição “Memória Neugebauer” no Museu de Porto Alegre. Em 1986 a empresa se dispôs a organizar seu material histórico, com o objetivo de formar um museu de sua história, porém logo em 1989, após ter inclusive projeto para o espaço num dos prédios da fábrica, esse trabalho de resgate foi suspenso, alegando-se que a instabilidade econômica do país atrapalhava esse tipo de investimento (NEUGEBAUER, 2009, p.229).

atividade. Embora o valor documental e cultural desse complexo ainda não seja reconhecido por nenhum órgão oficial, é importante para este trabalho considerar que a produção ainda continua e o conjunto das edificações construídas ao longo do tempo que compõe um quarteirão inteiro continuam sendo um importante referencial à memória da industrialização de Porto Alegre (NEUGEBAUER, 2009, p.240).



Fig. 27 C: Detalhe de referência ao antigo sobrado da fábrica Neugebauer em embalagem atual de chocolate da empresa (sistema de cor invertido). Fonte: Embalagem chocolate, 2010



Fig. 27 D: Fábrica Neugebauer, 1948 - Porto Alegre, RS.
Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 138.



Fig. 27 E: Fábrica Neugebauer, início da década de 1960 - Porto Alegre, RS.
Fonte: NEUGEBAUER, 2009, p. 182.



Fig. 27 F: Fábrica Neugebauer, situação atual - Porto Alegre, RS. Foto: Beatriz B. Eichler, 2010



Fig. 27 G: Fábrica Neugebauer, situação atual - Porto Alegre, RS. Foto: Beatriz B. Eichler, 2010

Os exemplos aqui apresentados, embora não tenham sido aprofundados, evidenciam que o patrimônio industrial ativo constitui um importante viés de estudo, comprovando a validade desta pesquisa. As razões pelas quais se mantém em atividade não são necessariamente relacionadas à salvaguarda do bem, já que alguns têm seu valor cultural e documental reconhecido e outros não. Principalmente nas unidades produtivas, a conjuntura econômica pode se sobrepor à preocupação cultural. Assim, em relação ao aspecto do uso, do ponto de vista da preservação patrimonial, críticas surgem na medida em que são feitas obras de alterações e acréscimos devido às necessidades de adequação às normas de segurança, acessibilidade, atendimento às prescrições urbanísticas e tecnológicas que permitam que o desempenho da linha de produção se mantenha competitivo, mas, em muitos casos, sem a devida consideração ao patrimônio edificado. Por outro lado, pode-se perscrutar em que medida a salvaguarda patrimonial, ou alguns instrumentos e determinações dessa proteção, podem ser incompatíveis com a manutenção da atividade industrial, que discutiremos a partir da análise dos casos selecionados na cidade de São Paulo.

Parte II

O patrimônio industrial na cidade de São Paulo

3 O reconhecimento do patrimônio industrial na cidade de São Paulo

Este capítulo analisa o desenvolvimento do processo de reconhecimento do patrimônio industrial na cidade de São Paulo nos órgãos públicos de preservação essencialmente através das determinações de estudo e tombamento considerando as esferas nacional, estadual e municipal em que se configura o recorte deste trabalho, de modo a estabelecer um cenário da compreensão deste patrimônio na capital paulista, o que é extremamente pertinente para estudar as formas de apropriação que incidem sobre esse patrimônio (objeto do capítulo cinco).

3.1 Federal

3.1.1 Período de 1936 a 1967:

As iniciativas brasileiras em relação à preservação patrimonial desenvolveram-se principalmente a partir da década de 1920 consolidando-se com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ¹ em 1937, as primeiras três décadas de atuação do SPHAN constituem o período em que Rodrigo Mello Franco de Andrade se manteve na presidência do órgão).

Para a compreensão da formulação do decreto lei de 1937 que institui o SPHAN são relevantes dois aspectos no contexto histórico cujo elemento chave é a ênfase à nacionalidade. No âmbito cultural, essa questão se desenvolve inicialmente pelo movimento neocolonial enquanto reação à dependência aos estilos europeus e posteriormente com o movimento moderno. A arquitetura colonial, e principalmente o barroco mineiro adquiriram então um significado singular por conter as características entendidas como essenciais da cultura do Brasil; nesse contexto a região das Minas Gerais passa a ser identificada como “berço da civilização brasileira” (FONSECA, 1997, p.92).

No âmbito político, a constituição do Estado Novo por Getúlio Vargas e a nomeação do mineiro Gustavo Capanema para o Ministério de Educação e Saúde foi determinante para o desenvolvimento do ideário modernista. O governo do Estado Novo abordava necessariamente a valorização do nacional através da educação, pretendendo constituir a Nação pelas suas referências simbólicas: “A constituição da nacionalidade deveria ser a culminação da ação pedagógica do Estado” (FONSECA, 1997, p.111) atribuindo à questão da

¹ Em 1946, o SPHAN passou a ser designado como Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970 o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

preservação patrimonial grande interesse, que levou à solicitação por parte de Capanema a Mário de Andrade de um anteprojeto para a criação de uma instância federal que abrigasse os trabalhos sobre o patrimônio histórico.

A respeito desse anteprojeto, conforme destaca Fonseca, a abordagem de Mário de Andrade ao patrimônio avançou com sua aproximação à concepção antropológica de cultura (FONSECA, 1997, p.99), enfatizando o valor histórico semelhante ao colocado por teóricos como Riegl. Esse anteprojeto se concentrava em aspectos conceituais e é bastante amplo em sua aceção de “bem cultural”, porém não dispõe sobre a organização do serviço e às implicações jurídicas decorrentes do tombamento, embora institua as inscrições nos Livros de Tombo ².

É interessante destacar neste momento que Mário de Andrade havia imaginado nesse anteprojeto museus que expusessem a produção e beneficiamento do café expondo as mais diversas etapas do plantio, sistemas de lavagem e secagem, os maquinários desmontados da torrefação, da manufatura mecânica, etc. até chegar ao produto final abordando as esferas científicas, técnicas e industriais; ele aventou também a possibilidade de estender esse tipo de experiência a outros produtos agrícolas como algodão, açúcar e laranja; ou processos de extração como o ferro, ouro, carnaúba, borracha; e meios de transporte como avião, locomotiva; dentre outros (ANDRADE *apud* LEMOS, 2006, p.41 - 42).

Com o Decreto – Lei Federal nº 25 de 30/11/1937 a definição do patrimônio a ser preservado ficou então estabelecida da seguinte forma:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existente no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fator memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto – Lei Federal nº 25 de 30/11/1937 *apud* RODRIGUES, 2001, p.50).

Os critérios e juízo de valores adotados pelo SPHAN pautavam-se principalmente na distinção do passado a ser preservado e o valor cognitivo que poderia dele aflorar de modo a contribuir para a construção de um senso de nação brasileira naquilo que a distinguiu: “A poesia de uma igreja brasileira do período colonial é, para nós, mais comovente que o Parthenon.” (ANDRADE, 1993, p.114). Nesse sentido, se constituem os critérios de excepcionalidade e representatividade em que a arte colonial (as raízes portuguesas da região

² Os livros de Tombo são quatro: 1. Belas Artes; 2. Histórico; 3. Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e 4. Artes Aplicadas.

do Minho) e barroca tornaram-se determinantes com ênfase à arquitetura religiosa e os edifícios interpretados como monumentos isolados, relacionado - os a feitos históricos de determinados grupos sociais: “brancos, católicos e da elite política e econômica.” (RODRIGUES, 2001, p.50).

Durante esse período, o patrimônio no Estado de São Paulo foi atribuição exclusiva do SPHAN, resultando no reconhecimento de determinados tipos de edificações relacionadas ao povoamento do litoral, às casas rurais bandeiristas, sedes de antigas fazendas de café e igrejas de seiscentos (RODRIGUES, 2000, p. 36-37). No caso específico da capital paulista, nesse primeiro momento do SPHAN não foi vislumbrado o ciclo que simbolizava a primeira República e a intensa experiência urbano-industrial que possibilitou inclusive o desenvolvimento da arte moderna (RUBINO, 1991 *apud* FENERICH, 2000, p.85). Pode-se verificar a ênfase na valorização da arquitetura tradicional através dos comentários de Mário de Andrade:

Não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, das baianas, das pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem que se adaptar ao meio; primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características e originais. (Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade - 23.5.1937, In: ANDRADE, 1981, *apud* RODRIGUES, 2000, p. 28)

Tendo como referência essa situação da política de preservação brasileira entre as décadas de 1930 a 1960 é possível constatar que poucos remanescentes relacionados à atividade industrial foram efetivamente tombados nesse período (Tabela 01). Em 1938 há um primeiro registro no livro histórico ³ de remanescentes de uma fábrica em Ouro Preto (MG) – Fábrica de Ferro Patriótica - que deve ser interpretado a partir dos critérios e valores característicos dessa fase do SPHAN, ou seja, a compreensão de um monumento relacionado a feitos históricos referentes ao processo de colonização.

Tendo em vista esses critérios, muitos remanescentes da produção manufatureira colonial tornaram-se referências importantes. Desses exemplares, a maioria são engenhos na

³ Consulta aos bens tombados pelo IPHAN - Arquivo Noronha Santos - disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>> Acesso em: 10 Nov. de 2009.

região nordeste como o Engenho Matoim (Candeias, BA) – 1943, o Sonhar do Unhão e Capela Nossa Senhora da Conceição (Salvador, BA) – 1943 e o Engenho Freguesia (Candeias, BA) – 1944. No Estado de São Paulo, exemplares similares foram tombados a partir da década de 1950, como a Fazenda do Engenho d'Água (Ilhabela, SP) – “casa e instalações de trabalho na mesma edificação”- 1951; e o Engenho dos Erasmos em Santos - 1963 com tombamento somente no Livro Histórico. É curioso verificar ainda o tombamento de um trecho ferroviário Mauá – Fragoso (Magé – RJ) em 1954, o “primeiro trecho ferroviário do país – 14Km)”. A maior incidência desses tombamentos é no Livro Histórico, embora hajam alguns cadastrados também no Livro de Belas Artes ou ainda no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Tabela 01 – Patrimônio industrial ⁴ tombado no Brasil pela esfera federal de 1936 a 1967:

	Data Tombamento	Tipo de Processo	Nome	Local
1	30/06/1938	T – L. H.	Fábrica de Ferro Patriótica, ruínas	Ouro Preto, MG
2	6/09/1943	T – L.H.	Engenho Matoim	Candeias, BA
3	16/09/1943	T – L. H. e L.B.A	Sonhar do Unhão e Capela Nossa Senhora da Conceição	Salvador, BA
4	14/09/1944	T – L. H. e L.B.A	Engenho Freguesia	Candeias, BA
5	22/10/1951	T - L.B.A	Fazenda do Engenho d'Água	Ilhabela, SP
6	7/05/1954	T – L. H.	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso	Magé, RJ
7	02/07/1963	T – L.H.	Engenho dos Erasmos	Santos, SP
8	24/09/1964	T – L.H.	Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema	Iperó, SP

T: Tombado; L.H. : Livro Histórico; L.B.A: Livro Belas Artes

FONTE: Elaborada pelo autor a partir de dados do Arquivo Noronha Santos - disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>> Acesso em: 10 Nov. 2009.

No Brasil, seguindo a referência do cenário internacional, o patrimônio industrial se tornou objeto de pesquisas mais incisivas principalmente a partir da década de 1960. No Estado de São Paulo ocorreu em 1964 a primeira iniciativa nacional de efetiva preservação e trabalhos de restauro em alguns edifícios da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema (Iperó). Conforme destaca Cunha, a inscrição somente se deu no Livro Histórico, acompanhando a “amargurada recomendação de Mário de Andrade” por tratar-se de: “Remanescentes de arqueologia industrial do primeiro complexo funcionante para a exploração e fabricação de ferro no Brasil, [...] Estas instalações funcionaram até o final do século XIX, produzindo grades, equipamento agrícola e armas brancas”. (CUNHA, 2005, p. 114). Ruy Gama destacou no 1º Seminário Nacional de História e Energia em 1986 o pioneirismo da intervenção na Fábrica de Ferro de Ipanema pelo SPHAN antes da difusão do

⁴ Aqui, tem-se como referência que o conceito de patrimônio industrial possui uma interface com a manufatura agrícola do período colonial, uma vez que essa foi uma linha de pesquisa considerável na questão da história da técnica brasileira evidenciado por estudos de Júlio Roberto Katinsky e Ruy Gama.

conceito “arqueologia industrial” no Brasil, ainda que constatando a limitação desse trabalho na completa aceção que o tema envolve:

[...] existe lá um conjunto de edifícios, dois dos quais foram restaurados e preservados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [...]. Pois bem, isto se encaixaria perfeitamente no objeto e na preocupação de uma arquitetura industrial. E foi feita no Brasil antes que se falasse sequer em arqueologia industrial. Corremos o risco, portanto, de adotar um nome novo e importado para denominar uma coisa que, de alguma forma, já vinha sendo feita no Brasil. É claro que este trabalho de restauração e de preservação da Fábrica de Ferro de Ipanema se restringiu aos edifícios. Boa parte daquelas máquinas e dos equipamentos ali usados ficou perdida para sempre, alguns restos de forma que deveriam ter sido restaurados, algumas máquinas, alguns moinhos para trituração de minério, os restos do antigo caminho de ferro por onde o ferro era trazido das jazidas próximas para o recinto da fábrica, etc. [...] Porém é indiscutivelmente um marco. É um marco que antecede o nome arqueologia industrial. (GAMA, 1986, p.256)



Fig. 28 A: Casa de Armas Brancas, Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, Iperó – SP.
Foto: Autor, 2009

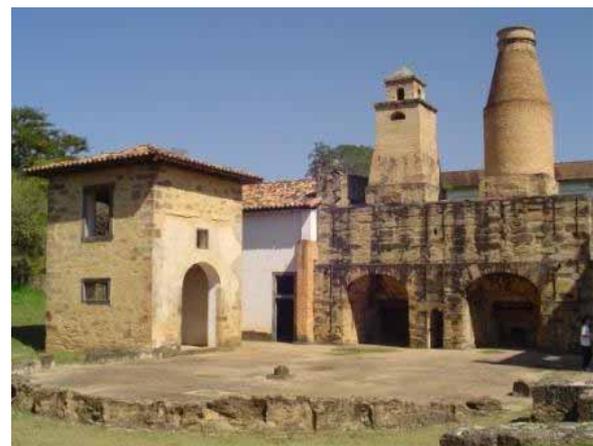


Fig. 28 B: Fornos, Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, Iperó – SP.
Foto: Autor, 2009

3.1.2 Décadas de 1970 e 1980:

A partir de meados da década de 60, evidenciam-se alterações na política de salvaguarda federal reforçadas ainda pela necessidade da descentralização nacional. Na década de 1970, as discussões sobre a preservação patrimonial deslocam-se do objeto, ou seja, do monumento isolado para a interação com o conjunto integrando o patrimônio ao planejamento urbano e territorial. Ampliou-se também o recorte cronológico, com pesquisas referentes ao Império e República possibilitando a incorporação de novos elementos à

memória histórica. Tornou-se necessário então, atualizar a administração dos bens tombados e a composição do patrimônio.

Com o objetivo de atender a essa demanda criou-se o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975 cujo mentor foi Aloísio Magalhães através de um convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal (pela Secretaria da Educação e Cultura) e o Ministério de Indústria e Comércio (pela Secretaria de Tecnologia Industrial) (FONSECA, 1997, p. 163).

É interessante observar que alguns objetivos do CNRC tangenciaram em alguns aspectos a questão estudada aqui, da abordagem ao patrimônio industrial, na medida em que enfocava preferencialmente: “o trato da matéria prima, as formas de tecnologia pré-industrial, as formas do fazer popular, a invenção de objetos utilitários” (MAGALHÃES, 1985 *apud* FONSECA, 1997, p.172) contribuindo para ampliar a noção de cultura popular abrangendo as manifestações populares tradicionais e suas interfaces com o mundo industrial urbano⁵. Em 1979 ocorreu a fusão entre o CNRC e o IPHAN, para o qual Aloísio Magalhães foi nomeado para a Diretoria. Sua influência foi significativa à prática da preservação na medida em que possibilitou uma ampliação conceitual do bem cultural (“novos programas”), das formas de abordagem e a interface com a participação popular.

Em meio a essas discussões e em paralelo à esfera oficial que está sendo analisada aqui é pertinente também situar que durante a década de 1970 em decorrência da ampliação do conceito de bem cultural no contexto internacional e nacional verificam-se interessantes estudos no que tange à compreensão do valor dos remanescentes industriais. Em 1976 foi publicada a primeira pesquisa acadêmica sobre uma indústria brasileira relacionando-a com o tema arqueologia industrial, amplamente em discussão no contexto europeu: “Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial” de Waren Dean nos Anais de História da Universidade Estadual Paulista em Assis, esta fábrica têxtil foi fundada em 1869 e foi a primeira a usar energia a vapor no Estado de São Paulo. Este mesmo autor havia estudado o

⁵ O CNRC estruturou-se em programas de diferentes abrangências, dentre eles o mapeamento do artesanato brasileiro, em que se obtiveram os resultados mais significativos em termos de diversidade e elaboração da problemática. Nos projetos havia a distinção de “fazeres tradicionais” como manifestações culturais distinguindo os codificados (tecelagem) dos que dão margem à criatividade individual (cerâmica) (FONSECA, 1997, p. 166). No programa “História da Ciência e da Tecnologia no Brasil”, foi idealizado na linha dos ecomuseus o projeto “Museu ao Ar livre em Orleans”, Santa Catarina (zona de imigração italiana). Nesse Museu, além da exposição de peças, havia também uma compilação de documentos (fotos, textos, desenhos, relatos de artesãos) de modo a preservar não só os artefatos, mas também a memória do processo de fabricação. Outro projeto interessante foi o “Estudo Multidisciplinar do Caju” que resultou no tombamento pelo IPHAN da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva em João Pessoa (FONSECA, 1997, p. 169).

processo econômico de industrialização no Estado publicando em 1971, um trabalho que continua sendo uma referência - “A industrialização de São Paulo, 1880-1945” - em que Dean aponta o desenvolvimento da atividade industrial e sua relação com a produção cafeeira.

Nesse contexto verifica-se também o crescente interesse em estudos da história da técnica brasileira e a interface com a manufatura agrícola do período colonial constituindo uma linha de pesquisa considerável no âmbito do desenvolvimento da disciplina “arqueologia industrial” no Brasil. Ainda em 1976, foi lançado o “Guia para a história da técnica no Brasil Colônia” de Júlio Katinsky, uma pequena publicação que refletia a preocupação de um grupo de estudos da Universidade de São Paulo (USP) que pesquisava remanescentes de diversas atividades manufatureiras (fazendas de café, engenhos de açúcar e espaços fabris urbanos). Em 1978, Ruy Gama concluiu o trabalho “Engenho e Tecnologia” (publicado em 1983), e em 1986 publicou outro livro “A Tecnologia e o Trabalho na História”.

Ainda para a compreensão das idéias desse período é importante abordar a redefinição de valores (valor histórico, valor artístico, valor excepcional e valor nacional) levada à frente pelo IPHAN (FONSECA, 1997, p.216). Durante a primeira fase, o valor artístico foi predominante; nas décadas posteriores, questionou-se essa escala de valores em decorrência das discussões internacionais sobre o alargamento do conceito de bem cultural. Na prática, as propostas de tombamento de “novos programas” ou do denominado “patrimônio cultural não consagrado” reforçou a necessidade de organizar novas referências conceituais. Essa conjuntura seria refletida e sintetizada, conforme a pesquisadora Marly Rodrigues, em uma definição mais ampla de patrimônio cultural designada posteriormente na Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modelos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 05 de Outubro de 1986 *apud* RODRIGUES, 2000, p.54)

Com isso, a ampliação da perspectiva histórica possibilitou a atribuição de valor estético a bens como obras da tecnologia industrial tais como pontes, mercados, fábricas,

caixas d'água, faróis, estações ferroviárias, etc. (Tabela 02). Sendo assim, ao longo da década de 1980, começaram a chegar ao conselho pedidos de tombamento dos “novos programas” como marcos da história da ciência e da tecnologia como a Estação Ferroviária de Lassance (MG), ou exemplares da arquitetura do ferro (pontes, mercados, caixas d'água, açude, etc.), ou ainda exemplares da arquitetura civil (curtumes, fábricas e conjuntos habitacionais populares); e até “fazeres”, como o objeto da proposta de tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, Paraíba (FONSECA, 1997, p. 239-240).

Tabela 02 - Patrimônio industrial tombado no Brasil pelo IPHAN a partir da década de 1970:

	Data Tombamento	Tipo de Processo	Nome	Local
1	29/01/1981	T. – L.H. e L.A.E.P.	Sítio do Físico	São Luís, MA
2	19/05/1983	T- L.B.A.	Cais do Porto: pórtico central e armazéns	Porto Alegre, RS
3	19/07/1984	T- L.B.A. e L. A.E.P.	Açude do Cedro	Quixadá, CE
4	19/07/1984	T – L.B.A.	Caixa d' Água	Pelotas, RS
5	6/09/1984	T – L.H.	Fábrica de Vinho Tito Silva	João Pessoa, PB
6	1/07/1985	T. – L.H.	Antiga Estação Ferroviária de Lassance	Lassance, MG
7	24/04/1985	T – L.H. e L.B.A.	Engenho do Mate	Campo Largo, PR
8	24/04/1985	T – L.H. e L.B.A.	Reservatório de Mocó	Manaus, AM
9	30/09/1985 (L.B.A.) e 14/08/1986 (L. A.E.P.)	T – L.B.A. e L.A.E.P.	Casarão do Chá	Moji das Cruzes, SP
10	1/07/1987	T- L.H.	Fábrica Santa Amélia	São Luís, MA
11	14/10/1987	T - L.B.A. e L. A.E.P.	Porto de Manaus (Conj. Arquitetônico)	Manaus, AM
12	03/08/1989	T – L.H. e L.B.A	Complexo Ferroviário de São João del Rei	São João del Rei e Tiradentes, MG
13	10/10/1996	T – L.H. e L.B.A	Estação da Luz	São Paulo, SP
14	6/09/1998	T – L.H	Engenho Central São Pedro (Companhia Progresso Agrícola do Maranhão)	Pindaré – Mirim, MA

T: Tombado; L.H.: Livro Histórico; L.B.A.: Livro Belas Artes; L.A.E.P.: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Arquivo Noronha Santos - disponível em:

<<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>> Acesso em: 10 Nov. 2009.

É também nesse período que ocorre o 1º Seminário Nacional de História e Energia (1986), em São Paulo, que foi o primeiro congresso brasileiro em que se discutem aspectos do patrimônio industrial. O evento realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, contou com convidados internacionais (o português José Lopes Cordeiro e o belga Eddy Stols); dentre os brasileiros destacam-se as discussões apresentadas por Ruy Gama, Ulpiano Bezerra de Menezes e Margarida Davina Andreatta.

Nesse seminário, Menezes, Gama e Andreatta reforçam aspectos da noção de patrimônio industrial e a forma com que é apropriada para o caso brasileiro. Um dos aspectos discutidos é o equívoco de considerar o patrimônio industrial exclusivamente a partir da

história da ciência e da técnica, pois pode ser muito restritivo. Outro aspecto é o recorte cronológico da documentação industrial, nesse sentido Gama destaca: “um vício de nascença da arqueologia inglesa que é a valorização excessiva da Revolução Industrial.” (GAMA, 1986, p. 259). São apresentados exemplos de patrimônio industrial no caso brasileiro e sua relação com a dinâmica sócio-econômica, particularmente sobre a ocupação portuguesa e cultivo agrícola, refletindo as linhas de pesquisa que estavam sendo desenvolvidas por Gama, e Andreatta. Gama defende que o estudo da arqueologia industrial no país deveria englobar as primeiras instalações de caráter manufatureiro – os engenhos. Para ele os engenhos bem como a atividade mineira e os estaleiros de construção naval estão adiante do processo de produção do sistema produtivo do qual decorrem as mudanças nas relações de produção (GAMA, 1986, p. 257). Andreatta discorre sobre o trabalho de resgate arqueológico do Engenho dos Erasmos, por ela coordenado, em Santos (SP) entre 1997 e 1999. Em dezembro de 1999, ocorre o 2º Seminário Nacional de História e Energia, em São Paulo, realizado pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, em que foram debatidas questões acerca do patrimônio industrial sob a coordenação de Regina Maria Prosperi Meyer e Raquel Rolnik.

Analisando os bens tombados pelo IPHAN até 1987 no Estado de São Paulo, verificam-se poucos referentes às grandes transformações urbanas ocorridas a partir do fim do século XIX, conforme destaca Antônio Augusto Arantes a maioria dos bens tombados: “são bens de vertente luso-brasileira de nossa cultura e, no interior desta, o trecho de sua linha de desenvolvimento principal que vai do bandeirismo à cafeicultura do Vale do Paraíba.” (ARANTES, 1987 *apud* FENERICH, 2000, p.85).

Na cidade de São Paulo o primeiro tombamento federal de patrimônio industrial foi a Estação Ferroviária da Luz (1895 – 1901) que ocorreu somente em 1996 após vinte anos que o pedido inicial havia sido solicitado. Em 1976 foi aberto o processo de tombamento nos órgãos Federal e Estadual. Durante o processo de estudo no IPHAN houve controvérsias. Conforme destacou Fenerich ao verificar a postura de alguns dos relatores do processo, Lygia Martins Costa acreditava que o conjunto era expressivo em relação à fase inicial do desenvolvimento de São Paulo, já Cyro Lyra julgou que, a despeito da importância do conjunto: “não se vincula a fatos memoráveis da história brasileira e nem é dotada de excepcional valor artístico, não possuindo, portanto, aquelas qualidades que motivariam seu tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”; adicionando ainda que os valores artístico, histórico e paisagístico desse imóvel são de valor regional e que sua salvaguarda indispensável cabia às esferas estadual e municipal. Dessa forma o IPHAN se

limitou à recomendação da preservação. A Estação da Luz foi então tombada pelo CONDEPHAAT em 1982, pois além dos valores já destacados, o imóvel encontrava-se em situação de emergência mediante às obras que poderiam levar a descaracterizações. Somente em 1996, a Estação da Luz foi tombada pelo IPHAN (FENERICH, 2000, p.95 – 97).

3.2 Estadual - CONDEPHAAT:

Em 1968 foi criado o órgão específico para o Estado de São Paulo, o Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), no contexto de descentralização da política nacional de preservação.

A princípio, este órgão estadual manteve critérios semelhantes à política nacional de preservação que primava, especialmente pelo patrimônio relacionado à colonização, à expansão territorial ou a ciclos econômicos determinantes que no caso de São Paulo relacionava-se com a produção e exportação de café. A industrialização e seus remanescentes passaram a ser definitivamente incorporados a partir da década de 1980. Será analisado a seguir o desenvolvimento da prática de preservação exercida pelo CONDEPHAAT no que tange ao patrimônio industrial na cidade de São Paulo uma vez que esse patrimônio está intimamente ligado ao desenvolvimento urbano compondo um importante referencial à memória, o que não poderia ser ignorado.

De acordo com a pesquisadora Marly Rodrigues, numa primeira fase (1969-1975), o CONDEPHAAT manteve critérios similares aos da política de preservação da esfera federal observando valores essencialmente relacionados à sua materialidade intrínseca e à sua representatividade para a história regional e da arquitetura, enfatizando a monumentalidade de remanescentes relacionados a feitos históricos importantes referentes principalmente aos processos de colonização e expansão territorial.

Ainda que a representatividade arquitetônica fosse um critério determinante na atuação do CONDEPHAAT, de acordo com Marly Rodrigues o conceito de uma segmentação por “ciclos econômicos” aos poucos passou a vigorar como parâmetro de seleção do que deveria ser preservado como meio de situar o bem temporal e historicamente. O “ciclo industrial” estava incorporado a essa concepção, o que seria um passo importante para a ampliação do conceito de bem cultural abrangendo obras mais recentes e representativas de uma memória que persistia viva na população urbana (RODRIGUES, 2000, p.64).

Em 1974 a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e o IPHAN promoveram o “Curso de Preservação e Restauro de Monumentos” que introduziu o conceito de “patrimônio cultural” nas discussões dos meios acadêmicos, principalmente em função das aulas ministradas por Hugues Varine Bohan, da UNESCO. Essa ampliação conceitual não se refletiria imediata e diretamente na prática do CONDEPHAAT, mas seria importante para o período posterior.

Num segundo momento (1975 a 1982) o CONDEPHAAT passou a fazer parte da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. Em função daquilo que havia sido apresentado por Varinne-Bohan e em meio a contradições, o órgão estadual adotaria novos objetos de proteção e o patrimônio também passaria a ser entendido em sua dimensão urbana. Tratava-se de um momento em que a sociedade começava a perceber a importância da memória e da preservação como um direito social (RODRIGUES, 2000, p.80).

No início de 1976, o Conselho do Governo aprovou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado elaborada pela Secretaria de Economia e Planejamento, em que estava incluso um Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano que preconizava o desenvolvimento sem a destruição de referências culturais características. Para os planejadores envolvidos no Programa, o patrimônio histórico também integrava o ambiente urbano, dessa forma o conceito de “patrimônio ambiental urbano” desenvolveu-se e possibilitou um reconhecimento de diferentes representações de “qualquer passado”. Nesse contexto, outra percepção que se desenvolveu foi a necessidade de compreender os testemunhos do passado através do presente. Conforme pesquisadores como Ulpiano Bezerra de Menezes o caráter dinâmico do patrimônio deveria ser destacado através de análises que o inserissem no contexto das transformações sociais, como produto cultural com uma linguagem simbólica (RODRIGUES, 2000, p. 90 - 91). O CONDEPHAAT deveria então estabelecer critérios para a seleção dos bens; essa necessidade de atuação contribuiu para ampliar o conceito de patrimônio, pois se passou a valorizar também aspectos sócio-culturais que compõem os remanescentes físicos, possibilitando incorporar edificações mais recentes (RODRIGUES, 2000, p. 84 - 86).

Com a abertura conceitual em andamento iniciam-se no CONDEPHAAT ⁶ os primeiros estudos sobre o patrimônio industrial da cidade de São Paulo. Nesse contexto foi

⁶ Os dados referentes aos bens tombados pelo CONDEPHAAT foram obtidos através de processos verificados junto ao órgão e a listagem de bens tombados disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnextoid=300d6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>> Acesso em: 20 Nov. 2009.

tombada a Vila Economizadora (construída entre 1908-1925) como conjunto que remete à memória operária e ao desenvolvimento industrial. Dois outros exemplares tiveram o processo de tombamento iniciado nesse período: em meados da década de 1970, o, já mencionado edifício da Estação da Luz (1867) que era protegido pela lei municipal Z8-200 e estava ameaçado por descaracterizações a serem implantadas pela Rede Ferroviária Federal; a estação foi tombada pelo CONDEPHAAT em 1976, e o secretário da Cultura somente homologou a decisão do Conselho em 1982; a Estação do Brás (1897) também teve seu processo iniciado na segunda parte da década de 1970 (1978) e a efetivação do tombamento se deu em 1982.

Na década de 1980, no bojo do processo de abertura que se deflagrava no país, houve uma predisposição por parte da sociedade às reflexões sobre a preservação patrimonial no sentido de reivindicar o direito à memória. Nesse quadro verificam-se efetivamente os tombamentos pelo CONDEPHAAT de exemplares relacionados ao passado industrial, não só no Estado (Fábrica de Tecidos São Luiz – Itu, tombado em 1983) como também na cidade de São Paulo. Além da homologação dos tombamentos das estações da Luz e Brás, há o tombamento do Antigo Matadouro da Vila Mariana (1887), iniciado em 1983 e finalizado em 1985 e das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (construções a partir da década de 1920), iniciado em 1985 e finalizado em 1986.

No entanto, houve alguns entraves devido à falta de apoio político, tendo em vista que a questão patrimonial relaciona-se diretamente ao valor imobiliário, um ponto nodal entre a possibilidade de valorização cultural ou a destruição (RODRIGUES, 2000, p.136). Essa relação pode ser abordada no caso da demolição e tombamento dos remanescentes da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) na Água Branca, o primeiro conjunto efetivamente relacionado à atividade fabril tombado na cidade de São Paulo. O corpo técnico considerava todo o complexo potencialmente relevante enquanto bem cultural e estava disposto a levar em consideração a proposta inicial dos proprietários que era a reutilização das edificações para a instalação de um centro comercial (shopping). Embora o imóvel estivesse em estudo e houvesse negociações entre o governo e os proprietários, prevaleceram os interesses desses, pois promoveram a demolição do conjunto da fábrica da “noite para o dia”⁷. Do antigo complexo, restaram somente a casa de máquinas e as chaminés, pois os

⁷ Conforme Fenerich, é interessante lembrar que os mesmos proprietários haviam contestado o tombamento da Mansão Matarazzo alegando que o conjunto industrial da Água Branca era muito mais expressivo sobre o papel da família Matarazzo no processo de industrialização da cidade. A mansão também foi demolida assim como grande parte do conjunto industrial (FENERICH, 2000, p.120).

proprietários achavam que somente esses elementos eram importantes. A destruição deste significativo lugar de memória da industrialização de São Paulo foi tolerada sem conseqüências (RODRIGUES, 2000, p.139).



Fig. 29: IRFM, Água Branca – remanescentes da década de 1930, antes da demolição. Fonte: SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT, Processo 24263/85.

Na década de 1990 foram adicionados alguns bens à lista do patrimônio industrial do CONDEPHAAT como a Vila Maria Zélia, tombada em 1992 (embora o processo de tombamento já estivesse aberto desde 1979). A Estação Júlio Prestes, que foi incorporada em 1999, três anos após a inclusão da Estação da Luz pelo IPHAN, num momento de revitalização da área central da cidade. Ainda nesse tema de transportes, em 2008, efetivou-se o tombamento da Estação de Bondes do Brás, em andamento desde 1991 como último remanescente do antigo sistema de transporte coletivo da cidade (Tabela 03).

Tabela 03 – Patrimônio industrial tombado na cidade de São Paulo pelo CONDEPHAAT:

No Processo	Data Tombamento	Tipo de Processo	Nome	
1	20097/76	Res. 25 de 5/5/82	T	Estação da Luz
2	20213/77	Res. 36 de 27/9/80	T	Vila Economizadora
3	20699/78	Res. 22 de 3/5/82	T	Estação Do Brás - Santos Jundiá
4	22625/83	Res. 7 de 4/3/85	T	Matadouro da Vila Mariana
5	24263/85	Res. 14 de 5/6/86	T	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo
6	24268/85	Res. 43 de 18/12/92	T	Vila Maria Zélia
7	28682/91	Res. 02 de 23/01/08	T	Estação de Bondes do Brás
8	36990/97	Res. 27 de 8/7/99	T	Antiga Estação Júlio Prestes

T – Tombado

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONDEPHAAT - Listagem dos bens tombados – disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnnextoid=300d6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>> Acesso em: 20 Nov. 2009.

3.3 Municipal

3.3.1 SEMPLA e DPH:

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) foi instituído em 27 de dezembro de 1985 (Lei nº 10032), mas os tombamentos somente se efetivaram a partir de 1988. Entretanto, é importante abordar a questão patrimonial e sua conexão com as instâncias relacionadas ao planejamento urbano, uma vez que ocorreram antes da criação do CONPRESP.

Como mencionado anteriormente, na década de 1970 mediante o desenvolvimento do conceito de bem cultural os profissionais do patrimônio passaram a admitir o valor cultural dos bens no contexto urbano. Dessa forma, a Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP) - atual Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) - da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) iniciou em 1974 o cadastramento das edificações e logradouros paulistanos a serem protegidos. Esse trabalho foi inspirado na experiência francesa de demarcar “setores preservados” objetivando orientar a nova legislação de zoneamento urbano (RODRIGUES, 2000, p.71-72). Foram criadas manchas, classificadas como Z8-200 definidas como “imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação.” (FENERICH, 2000, p.08). A delimitação espacial que embasava as Z8-200 foi o critério de seleção dessa listagem que foi a primeira forma de preservação de bens culturais pelas autoridades municipais. A princípio se concentrou na área central, e, posteriormente, outros imóveis foram incorporados através de estudos de renovação urbana como a Zona Metrô-Leste, ou ainda, pela inclusão de imóveis tombados pelo CONDEPHAAT.

Estas zonas estavam sujeitas a medidas específicas estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo do município - Lei 8328/75 - que exigia de todos os proprietários dos bens listados uma consulta a COGEP para qualquer intervenção nesses bens. Dentre as “manchas” estabelecidas muitas estavam relacionadas a aspectos sócio-econômicos, à imigração, à estrada de ferro e à industrialização.

O estabelecimento das Z8-200 tem um caráter apenas preventivo em que há um interesse maior pelo valor do conjunto do ambiente urbano, distinto do tombamento. Sendo assim, não são todas as Z8-200 que foram posteriormente tombadas pelo CONPRESP (FENERICH, 2000, p.173). Esse mecanismo de enquadramento de novos bens não se constituiu em uma prática sistemática e o último enquadramento se deu em 1989.

A Divisão de Preservação foi criada em 1975 como uma segmentação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e somente começou atuar em 1977 quando seu quadro técnico foi constituído. Nesse ano, foi realizado um trabalho pela Divisão de Preservação em conjunto com a COGEP solicitados pela Cia. Do Metrô para a identificação de bens culturalmente significativos na ZML-I, que seria a área imediata de influência da linha Metrô-Leste então em construção (BAFFI, 2006, p.169).

Esse estudo - “Patrimônio Ambiental Zona Metrô-Leste” - extrapolou os limites da ZML e selecionou imóveis abrangendo, dentre outros, a arquitetura industrial. Embora esse inventário tenha se tornado uma importante referência para atividades posteriores da Divisão de Preservação, não atingiu o objetivo de preservar os bens selecionados na pesquisa. Em 1978, foi encaminhado um projeto, propondo a inclusão desses bens estudados na relação das Z8-200; porém, esta proposta foi recusada por força das pressões feitas pelos proprietários das edificações industriais (BAFFI, 2006, p.173). Ainda assim, alguns imóveis como o Gasômetro (Z8-200-102) – desativado em 1972 – constituído da Casa das Retortas, do muro frontal e da chaminé externa foram englobados às Z8-200 pela Lei No 8848.78 (FENERICH, 2000, p. 172).

Ainda nesse contexto há o trabalho encomendado pela Cia. Do Metrô para o tramo oeste. Esse trabalho analisa 91 quadras ao longo da linha férrea na região dos bairros da Lapa, Água Branca e Barra Funda ressaltando o desenvolvimento relacionado à primeira fase da industrialização da cidade. Logo na introdução está explícito que há um interesse em “[...] identificar, para fins de preservação, os bens culturais na região oeste da cidade de São Paulo, situados ao longo das linhas que constituem as diferentes alternativas para o traçado do tramo oeste do metrô.” (SÃO PAULO – cidade, SMC/DPH, 197?, p.4). Esse trabalho não resultou, porém, em nenhuma ação efetiva para a preservação dos imóveis estudados, dentre eles exemplares do patrimônio industrial.

Na década de 1970 há também o levantamento parcial “Galpões Industriais Significativos” realizado pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). Este levantamento teve como objetivo estudar o uso do solo enfocando dados caracterizadores dos Bairros do Brás e Mooca como os galpões industriais e as vilas habitacionais mais significativos. Essa proposta tinha como meta oferecer condições a entidades públicas ou privadas para a preservação da memória urbana; encontrar caminhos através de instrumentos legislativos para uma reintegração (reciclagem) dos espaços às novas condições de uso da cidade, subsidiando planos de reurbanização daquela área quando terminassem as obras do

metrô. Os edifícios levantados geralmente são da primeira fase de industrialização da cidade e são subdivididos em três categorias: I Galpões Significativos; II Conjuntos Industriais Significativos e III Áreas Industriais Significativas. Foram considerados “significativos” segundo os seguintes critérios: o conjunto, por suas características arquitetônicas; época da construção; área do lote; característica de uso e relação com a malha urbana. (SÃO PAULO – cidade, EMURB, 197?)

A partir de 1982, o DPH começou a desenvolver um trabalho de inventariação com a proposta de ser contínuo e permanente denominado Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (IGEPAC - SP). A proposta visava catalogar a princípio bens imóveis e, posteriormente, outras modalidades como obras de arte. Esse levantamento tinha como principal objetivo a proteção do patrimônio ambiental urbano relacionando modos de organização do espaço e suas apropriações em cada bairro.

Dentre os imóveis listados nas Z8-200 (Tabela 04) há poucos que estão relacionados diretamente ao patrimônio industrial, a maioria está inclusa na lei de 1975 na análise da área central como a Vila Economizadora, a Estação da Luz e a Estação Júlio Prestes. Em 1978 foram indexados às Z8-200 o Gasômetro, como já mencionado; a Estação do Brás e em 1984 o Antigo Matadouro da Vila Mariana.

Tabela 04 – Patrimônio industrial relacionado nas Z8-200:

	Data	Número	Nome
1	Lei 1975	Z8-200-020 Mancha 4	Vila Economizadora
2	Lei 1975	Z8-200-021 Mancha 6	Estação da Luz
3	Lei 1975	Z8-200-021 Mancha 6	Estação Júlio Prestes
4	Lei 1978	Z8-200-102	Gasômetro
5	Lei 1978	Z8-200-104	Estação do Brás
6	Lei 1984	Z8-200-129	Matadouro Vila Mariana

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados levantados junto à pesquisa FENERICH (2000).

3.3.2 CONPRESP:

Com a criação do CONPRESP em 1985 e sua efetiva atuação a partir de 1988, todos os imóveis tombados nas esferas Federal e Estadual no município foram incorporados *ex-officio*. Logo no início da década de 1990, houve a incidência de alguns tombamentos por parte do CONPRESP de remanescentes relacionados ao patrimônio industrial.

Uma das primeiras resoluções da década de 1990 dispõe sobre a Vila Operária Triângulo e a Companhia Nacional de Cimento Portland Perus (1926). Desde 1987, as casas da vila operária estavam ameaçadas de demolição pela empresa. Assim em 1989, o Administrador da Regional de Perus pediu para verificar informações sobre a Vila nos levantamentos que subsidiavam o tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora (a 300m da Vila). Em 1989, após estudos e vistorias do DPH, foi aberto o processo de tombamento que englobava a ferrovia, sua área envoltória e a Vila. O processo de tombamento foi contestado pela Companhia Perus de Desenvolvimento Urbano, Ferrovia Perus Pirapora Ltda. e a Companhia Nacional de Cimento Portland Perus, alegando que a Vila Triângulo não tinha nenhum valor que justificasse o processo. O aprofundamento das pesquisas confirmaram o valor histórico, social e urbanístico do conjunto justificando o tombamento definitivo através dos seguintes pontos: a importância para o desenvolvimento da comunidade local; a importância da memória de importante movimento dos operários; a documentação fabril complexa e inovadora (equipamentos e edifícios) refletindo a época em que foi constituída; o fato da Companhia ter sido a primeira fábrica de cimento bem sucedida no país; a existência do primeiro conjunto de residências construídas no Brasil com o uso de blocos de concreto e o valor histórico e tecnológico da última ferrovia de bitola estreita remanescente no país. Assim, o tombamento da área da Antiga Companhia Nacional de Cimento Portland Perus e do atual Sindicato foi aprovado através da Resolução 27/92 (FENERICH, 2000, p.137 – 139 e RODRIGUES, 2001, p.97).

Na seqüência, foi solicitado o tombamento de dois representativos conjuntos industriais o Moinho Matarazzo e a Tecelagem Mariângela. A Resolução 38/92 confirma os valores que justificam o tombamento desses imóveis: a importância da memória dos trabalhadores; o valor urbanístico representado pela ocupação industrial ao longo das ferrovias na primeira fase de industrialização da cidade e o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo (FENERICH, 2000, p. 142-143). Na ocasião o antigo Moinho Matarazzo fazia parte do então Grupo Comolatti e era usado para a estocagem de fardos de algodão. A

antiga tecelagem Mariângela estava sendo usada para um “Shopping da Construção”, seus proprietários contestaram a resolução do tombamento alegando que o prédio havia perdido seu caráter histórico com a instalação do centro comercial⁸. Mesmo assim, a importância da edificação foi reiterada pelo corpo técnico do CONPRESP e o tombamento efetivado.

Na seqüência foi tombada a Vila Maria Zélia e parte do conjunto da antiga fábrica, que compõe um dos casos específicos deste trabalho e será analisado em profundidade mais adiante. Esses conjuntos haviam sido estudados no processo de estudo da Zona Metrô Leste e havia um pedido de enquadramento da Vila como Z8/200.

Conforme análise da pesquisadora Cíntia Nigro Rodrigues referindo-se ao volume de edificações tombadas nesse período pelo CONPRESP, esse primeiro impulso da década de 1990 pode estar vinculado a uma abertura deste órgão à participação da sociedade civil. A intensificação da procura pelas diversas entidades civis solicitando o tombamento de bens de interesse cultural gerou um maior “dinamismo” na efetiva operacionalização do CONPRESP (RODRIGUES, 2001, p.93).

Após esse período, há certa estagnação no decorrer dos anos posteriores em relação aos tombamentos do patrimônio industrial que pode ser constatando ao verificar a listagem de bens tombados pelo CONPRESP. Como resultado direto, diversos imóveis representativos da memória industrial vem acumulando descaracterizações, foram abandonados indiscriminadamente, ou ainda foram demolidos e suas respectivas áreas vendidas devido ao grande valor imobiliário adquirido mediante ao crescimento e às mudanças na configuração econômica da cidade que derivam de uma significativa alteração no uso do solo das antigas áreas estritamente industriais.

Analisando a listagem dos bens tombados (Tabela 05) ou em estudo (Tabela 06) pelo CONPRESP, é possível constatar que houve um substancial crescimento dos relacionados ao patrimônio industrial principalmente a partir de 2004.

⁸ Informações obtidas junto a: SÃO PAULO (cidade). SMC/ CONPRESP. Res. 38/92 - *Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela*. Processos 1990.0.003.700*0 e 1994-0.011.488-5.

Tabela 05 – Patrimônio industrial tombado (T) na cidade de São Paulo pelo CONPRES P:

	IMÓVEIS TOMBADOS:	ENDEREÇO	T
1	Antiga Estação do Brás da São Paulo Railway	Praça Agente Cicero, s/ No	05/91
2	Edifícios do Antigo Matadouro de Vila Mariana	Lg. Sem. Raul Cardoso, 133, 207 e Rua Sena Madureira, 112, 124	05/91
3	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo	Av. Francisco Matarazzo, 1096 -	05/91
4	Estação da Luz	Pç da Luz	05/91
5	Vila Economizadora	R. São Caetano / Av. do Estado/ Linha Férrea/ R. da Cantareira	05/91
6	Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, Vila, Estação de Ferro Santos Jundiá, Área da Antiga Estrada de Ferro Perus - Pirapora	Vila Triângulo	27/92
7	Moinho Matarazzo	R. Monsenhor Andrade, 640 x Rua Flórida, 77	38/92
8	Tecelagem Mariângela	R. Monsenhor Andrade, 367 x Rua Fernandes Silva, 296	38/92
9	Antiga Fábrica Maria Zélia - Companhia Goodyear do Brasil e Vila Maria Zélia	Rua dos Prazeres, 106/284 e Av. Celso Garcia, 1613/1627 e 1645	39/92
10	Galpões da antiga fábrica UNILABOR	R. Vergueiro, 7.290 - Capela do Cristo Operário	11/04
11	Tendal da Lapa	R. Guaicurus, 1016 e Rua Constança, 68, 72, 102	10/07
12	Antigas Oficinas da Sociedade Anônima Casa Vanorden	R. Monsenhor Felipo, 01	14/07
13	Antigo Conjunto de depósitos para café (CEAGESP)	R. Borges de Figueiredo, 1098 a 1250	14/07
14	Antigo Conjunto Grandes Moinhos Minetti Gamba	R. Borges de Figueiredo, 510 e 448	14/07
15	Antigo Conjunto Sociedade Técnica Bremensis e Schmidt Trost	R. Borges de Figueiredo, 1294 e 1358	14/07
16	Conjunto de Armazéns da Antiga São Paulo Railway	Av. Presidente Wilson, 1009	14/07
17	Galpão Industrial	R. Borges de Figueiredo, 964 a 1004 e 1030 a 1084	14/07
18	Antiga Cooperativa de Cotia	Av. Kenkiti Shimomoto entre as Av. Jaguaré e José Maria da Silva	05/09
19	Fábrica da Vidraria Santa Marina	Av. Santa Marina entre a Av. Ermano Marchetti e leito da CPTM	05/09
20	Galpão Fabril da Antiga Metalúrgica Martins Ferreira	R. William Speers, 1180 a 1222	05/09
21	Antiga Fábrica de Tubos de Barro	Av. Santa Marina, 372, 394	05/09
22	Comp. Melhoramentos de São Paulo (administração)	R. Tito, 479 x R. Espártaco, 685	05/09
23	Galpão Industrial	R. Padre Chico, 780 x R. Raul Pompéia	05/09
24	SESC Pompéia	R. Clélia, 93 x Rua BR. Do Bananal, s/n	05/09
25	Estação Ciência	Rua Guaicurus, 1270 a 1475	05/09
26	Antiga Companhia de Refinadores União - chaminé	R. Borges de Figueiredo x R. João Antonio de Oliveira	05/10

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONPRES P - Índice geral – disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/index.php?p=1142>

Acesso em: 25 Out. 2010.

Tabela 06 – Patrimônio industrial com abertura de processo de tombamento (APT) na cidade de São Paulo pelo CONPRES P:

	ABERTURA DE PROCESSO DE TOMBAMENTO:	ENDEREÇO	APT
1	Oficina metalúrgica artesanal	R. Santo Amaro	03/90
2	Balões da Comgás (ZEPEC)	R. da Figueira, 479 x Rua Capitão Faustino Lima, 34	19/91
3	Antiga Fábrica Bom Pastor	R. Bom Pastor, 2.072/2.104/2.112/2.140	05/92
4	Antiga Garagem de Bondes da Light	Av. Celso Garcia, 142 e 157 e R. Dr. Costa Valente, 314 e 358	34/92
5	Estação Júlio Prestes	Pç. Júlio Prestes, 148 e 268 x R. Mauá, s/n	44/92
6	Casa das Retortas	Rua do Gasômetro, 100	44/92
7	Fábrica de Fósforos Fiat Lux	R. Borges de Figueiredo, 680 a 828 -	08/07
8	Fábrica da Duchen	R. Borges de Figueiredo, 680 a 828	08/07
9	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo - ramal ferroviário e chaminé	R. Borges de Figueiredo, 680 a 828	08/07
10	Companhia Antártica Paulista	Av. Presidente Wilson, 251, 307 e 367	09/07

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONPRES P - Índice geral – disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/index.php?p=1142>

Acesso em: 25 Out. 2010.

Considerando que a cidade de São Paulo conta com um profícuo campo de estudos para o patrimônio industrial, já que o desenvolvimento de sua estrutura urbana está vinculada à indústria, o aumento nos bens tombados ou em estudo pelo CONPRESP pode estar vinculado a uma ampliação de conscientização a respeito da importância do valor cultural e documental desses bens. O aumento do número de publicações, seminários e trabalhos acadêmicos com diversas abordagens (questões técnicas, histórico – sociais, econômicas, arquitetônicas, urbanas, culturais, etc.) reflete não só a potencialidade do tema como a necessidade em discuti-lo e desenvolvê-lo⁹. Também há que se considerar que em 2003 foi fundado o Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial, seção nacional da organização internacional TICCIH, formado por diversos profissionais das áreas de sociologia, história, arquitetura, dentre outras. Em 2004 foi realizado o I Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial em Campinas e em 2009 foi promovido o II Encontro Nacional em São Paulo.

Dessa forma podem-se referenciar as últimas resoluções de tombamento na região da Mooca que abrange alguns imóveis em um trecho da Rua Borges de Figueiredo. A resolução 14/07 foi o resultado de um processo que envolveu um minucioso trabalho de levantamento não só para averiguar o valor histórico arquitetônico das edificações em questão, mas também e, principalmente, para verificar as relações com o entorno abordando o conceito de “ambiência urbana” dessa área cuja ocupação está diretamente relacionada ao primeiro período de industrialização da cidade (SÃO PAULO – cidade, THOMAZ e GIANNECCHINI, 2007, p.6). Sendo assim, o estudo da paisagem predominantemente horizontal da região foi utilizado de modo a justificar 20m como altura máxima das construções envoltórias (SÃO PAULO – cidade, THOMAZ e GIANNECCHINI, 2007, p.103), o que gerou grandes contestações do mercado imobiliário que encontra nessas áreas

⁹ Importantes universidades do Estado de São Paulo têm desenvolvido trabalhos referenciais nessa área. Dentre eles podem ser mencionados o grupo de pesquisa da UNICAMP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas liderado pelas professoras Dra. Cristina Meneguello e Dra. Silvana Barbosa Rubino determinantes para a constituição do TICCIH Brasil; derivados desse grupo existem trabalhos como dos pesquisadores Henrique T. Vichniewski, Guilherme P. Pozzer, dentre outros. Na USP, o grupo de pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo liderado pela professora Dra. Beatriz Mugayar Kühl tem produzido trabalhos como os dos pesquisadores Manoela Rossinetti Ruffinoni, José Hermes Martins Pereira e Claudia dos Reis Cunha, dentre outros. Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie o grupo de pesquisa é liderado pelo professor Dr. Marcos José Carrilho. Essas são apenas algumas referências, mencionadas por terem sido fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Obviamente existem outros trabalhos e grupos de pesquisa de imenso valor acadêmico em desenvolvimento no âmbito das universidades não só do Estado de São Paulo como de todo o Brasil.

importantes braços para o adensamento residencial na Mooca ¹⁰. Mais recentemente na resolução 05/10, também na Rua Borges de Figueiredo, foi tombada uma chaminé, último remanescente da Antiga Companhia de Refinadores União; o processo teve início em 2008 após o início da demolição indiscriminada do conjunto.

Outro aspecto dessa ampliação na percepção em relação ao valor do patrimônio industrial está refletido naquilo que deriva do atual Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 13430/2002) e, especificamente, da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 13872/2004) em que a população foi consultada e foram selecionadas áreas de importância cultural para serem estudadas para eventual tombamento, as denominadas Zona Especial de Proteção Cultural (ZEPEC):

Zonas Especiais são porções do território com diferentes características ou com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo, [...] As zonas de Preservação Cultural ZEPEC são porções do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos. Parágrafo 1º: Os imóveis ou áreas tombadas ou preservadas por Legislação Municipal, Estadual ou Federal, bem como os imóveis classificados como Z8-200 por Lei Municipal, enquadram-se como ZEPEC. (SÃO PAULO – Cidade, 2002, Art. 168).

Ao verificar as tabelas das ZEPEC, é possível identificar muitos complexos industriais (Tabela 07), principalmente nos subdistritos em que o desenvolvimento urbano está estreitamente relacionado com o primeiro processo de industrialização da cidade como Lapa e Mooca.

A partir da determinação das ZEPEC pode ser entendida a resolução 05/09 em que foram tombados 8 das 17 áreas relacionadas a patrimônio industrial no subdistrito da Lapa. Dentre os tombados estão remanescentes do conjunto da antiga Vidraria Santa Marina e parte da Companhia Melhoramentos de São Paulo, casos que serão estudados em maior profundidade na terceira parte deste trabalho.

¹⁰ Academicamente a região da Mooca foi estudada em profundidade pela pesquisadora Manoela Rossinetti Rufinoni que desenvolveu a dissertação de mestrado (2004) consistindo basicamente num trabalho de levantamento histórico da região e da situação de alguns remanescentes industriais; e, posteriormente, a tese de doutorado (2009) que abarca a relação desse patrimônio industrial com as disposições urbanísticas.

Tabela 07 – Patrimônio industrial relacionado como ZEPEC na cidade de São Paulo:

	ZEPEC	ENDEREÇO	APT
1	Antiga Serraria Americana	Rua Tagipuru / Germaine Buchard/ Av. Francisco Matarazzo	26/04
2	Galpão Industrial	Rua Félix Guilhem, 900,926,932 x R. Engenheiro Fox, 453	26/04
3	Antigo Edifício Industrial	R. da Mooca, 815 e 775	26/04
4	Antigo Cotonifício Crespi	R. Taquari, 173 x R. dos Trilhos	26/04
5	Edifício Industrial	Av. Alcântara Machado com R. Dr. Almeida Lima (atual fábrica 5)	26/04
6	Edifício Industrial	R. Thiers x R. Hanemann, 335	26/04
7	Edifício Industrial antigo Colégio São Judas	R. Javari, 403	26/04
8	Antigo Lanifício Paulista	R. Bohemer, 66 e 106	26/04
9	Edifício	R. Joly, 179 e 273 X R. Manuel Vitorino, 322,280 e 232	26/04
10	Edifício	R. Joly, 143 e 273 X R. Manuel Vitorino X R. Sampson, 146 e 142	26/04
11	Edifício	R. Joly, 294 X Euclides da Cunha e R. Sampson	26/04
12	Indústria Telemecanique S/A	Av. das Nações Unidas x R. Jaime de Oliveira e Souza	26/04
13	Indústrias Amortex	R. Arnaldo Magniccaro, 521 x R. Agostinho Togneri	26/04
14	Edifício Industrial - Fábrica Orion	R. Behring x R. Fernão de Magalhães x R. Joaquim Carlos, 71	26/04
15	Antiga Usina de Abastecimento de Energia	Sítio Estrela Dalva: casas/barragem e caixa d'água	26/04
16	Antiga Estação Ferroviária no Jardim Satélite	Rua Plínio Schmidt próximo ao No 547	26/04
17	Estação do Pari		26/04

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do CONPRESP - Índice geral - disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/index.php?p=1142> Acesso em: 10 Nov. de 2009.

Através dessa trajetória foi possível verificar que a incorporação de remanescentes industriais nas políticas de preservação patrimonial oficiais no caso da cidade de São Paulo foi lenta e gradual. Ainda que houvesse a percepção da significativa importância desse patrimônio para a memória da cidade, evidenciado pelos estudos que ocorreram na década de 1970, não foram tomadas medidas eficientes para sua proteção. Na década de 1980 o 1º Seminário Nacional de História e Energia, em São Paulo possibilitou uma discussão em maior profundidade do tema, paulatinamente mais conjuntos passaram a ser estudados e tombados, porém ainda de forma tímida diante do grande contingente industrial potencialmente significativo da cidade. Essa falta de incidência nas ações gerou um grande número de descaracterizações, abandonos e demolições desse patrimônio que se acumulou nas décadas posteriores.

Embora tenha havido um aumento significativo, principalmente na última década, no número de publicações, trabalhos acadêmicos e seminários sobre o tema que refletem a evolução da compreensão do valor do patrimônio industrial, a questão da efetiva preservação deste patrimônio ainda passa por percalços na medida em que o valor imobiliário das áreas industriais é alto. Como apresentado tanto na atuação do CONDEPHAAT, quanto na atuação do CONPRESP houve um constante embate entre o órgão que pretende preservar e os

proprietários, gerando contestações, revisões nos processos e até demolições criminosas. Atualmente a pressão imobiliária é cada vez mais forte, dessa forma as justificativas de tombamento, como no caso da Mooca, têm se estruturado de modo mais elaborado de modo a ressaltar incisivamente a importância e a necessidade da preservação desse patrimônio e de sua ambiência urbana.

Tendo em vista essa trajetória de reconhecimento do valor dos remanescentes industriais na capital paulista por parte das esferas públicas procurou-se configurar a base para o recorte desse estudo que consiste na análise da situação do patrimônio industrial - unidades fabris - tombadas ou em estudo pelo CONPRESP. Com esse embasamento, pode-se estudar o atual cenário da situação em que se encontra este patrimônio no que tange à sua utilização, que será abordado no capítulo cinco.

4 São Paulo: indústria e cidade

A cidade de São Paulo contém inúmeros representantes do denominado patrimônio industrial por ter seu desenvolvimento urbano atrelado ao processo de industrialização. Com o passar das décadas a relação entre indústria e cidade passou por significativas alterações e atualmente, a capital paulista, no âmbito da região metropolitana, se caracteriza como uma cidade predominantemente embasada no setor terciário, contando com uma rede diversificada de serviços, comércios, amplo mercado consumidor, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, acessibilidade e redes de transporte. Essa estrutura urbana estabelece uma nova relação com a indústria podendo contribuir ou não para a manutenção desse setor em determinadas áreas da cidade.

Este capítulo apresenta a relação entre indústria e cidade no primeiro momento de industrialização e verifica as eventuais alterações dessa relação decorrentes da mudança de perfil econômico da cidade de São Paulo a partir de 1980 bem como os eventuais reflexos na revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 13430/2002) e na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 13872/2004). É necessário ressaltar que temas e análises que possam derivar desse aspecto urbano e que não são objeto direto desta pesquisa não serão aprofundados. O objetivo em estruturar esse cenário da relação entre indústria e cidade é poder embasar e contribuir ao estudo de como se dá o atual processo de apropriação em termos de uso do patrimônio industrial (unidades fabris) nesta cidade, que será abordado no próximo capítulo.

4.1 Industrialização e configuração urbana (1889 a 1930):

O desenvolvimento da cidade de São Paulo está em grande parte relacionado com o processo de industrialização iniciado em fins do século XIX que teve o primeiro grande impulso até a década de 1930.

O Estado de São Paulo se beneficiou com a descentralização política proveniente da Proclamação da República, consolidada pela constituição de 1891. Como é apontado por Paul Singer, nesse momento foram tomadas duas medidas que, a princípio, ampararam a cafeicultura mas, posteriormente, foram cruciais para o desenvolvimento do setor industrial: a construção das estradas de ferro e o incentivo à imigração (SINGER, 2004, p.189).

A partir daí, alguns elementos determinantes para esse primeiro impulso industrial podem ser destacados. A própria localização geográfica da cidade próxima ao porto de Santos

consistindo em rota obrigatória para a exportação do café e para a chegada de produtos importados. A substancial infra-estrutura já estabelecida a partir da Proclamação da República como a implantação da malha ferroviária iniciada pela São Paulo Railway ainda em 1867 e o estabelecimento da *The São Paulo Light and Power Company limited* em 1899, marco fundamental para a modernização da cidade tanto em relação ao transporte público (bondes elétricos) quanto em relação à substituição do vapor como fonte de energia para as indústrias. Outro fator relevante é a diversidade de comércio e serviços na cidade, já que havia muitos profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, dentistas, redatores de jornais, etc.) e muita atividade bancária, pois vários bancos nacionais e estrangeiros tinham sede ou agência na cidade devido ao crescente interesse de investidores.

Além disso, o grande fluxo migratório no final do século XIX que não só aumentou o mercado consumidor potencial - os operários, embora mal remunerados, também eram consumidores - como também trouxe alguns investidores, importantes capitais que concentrados em alguns grupos fechados de famílias ¹, constituíram sociedades anônimas e fomentaram o desenvolvimento industrial em São Paulo. Com estes atrativos, o investimento no setor industrial provinha tanto da participação direta do capital estrangeiro que vinha em busca de novos mercados, quanto do nacional proveniente do crescente acúmulo do capital gerado pela cafeicultura, que, aos poucos, foi transferido para a industrialização, como alternativa aos períodos de crise do café. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os setores industriais mais expressivos foram o têxtil (fiação e tecelagem de algodão, juta, lã) e o de alimentos (moagem de trigo, bebidas, refino de açúcar).

De um modo geral a configuração do processo de industrialização no Brasil, incluindo a cidade de São Paulo, embora tenha sido mais tardio, ocorreu nos mesmos moldes europeus, em que a linha férrea, terrenos planos e a proximidade de cursos d' água atuaram como os principais elementos estruturadores, conforme os estudos de Langenbuch (1971). Os grandes complexos industriais exigiam grandes áreas para implantação e a construção de edificações de enormes dimensões para abrigar toda a linha de produção. Sendo assim, as indústrias de maior porte começaram a ser implantadas fora do núcleo da cidade de São Paulo, dando preferência às margens de estradas de ferro, estendendo-se ao longo dos trilhos da São Paulo Railway, da Estrada de ferro Sorocabana e da Estrada de ferro Central do Brasil (importantes

¹ Dentre essas, fazem parte imigrantes como: Rodolfo Crespi (Cotonifício Crespi), Alexandre Siciliano (Companhia Mecânica e Importadora), Giuseppe Martinelli, Francesco Matarazzo, Nami Jafet, Roberto Simonsen, Giuseppe Puglisi Carbone (Companhia União de Refinadores), Egídio Gamba (Grandes Moinhos Pinotti Gamba), dentre outros (MAFFEI, 1982, p.26-27).

no escoamento da produção agrícola e industrial do Estado), e aos terrenos planos próximos aos cursos d' água, utilizados tanto para a produção industrial quanto para a disposição de efluentes. Com isso, desenvolveram-se uma série de bairros que abrigavam não só as fábricas como também os operários, como Brás, Belenzinho, Mooca, Água Branca e Lapa iniciando sua caracterização tipicamente industrial (GRILLO, 1997, p.21).

Nessa periferia industrial, se desenvolveram muitas vilas operárias, em terrenos próximos ou adjacentes às indústrias. A construção de casas pelas fábricas visava superar as dificuldades de atração e retenção de mão-de-obra pela indústria. Além disso, havia preocupações como o incremento do controle sobre o operário e o aumento da produtividade. Distantes do núcleo central da cidade, muitas dessas vilas ² padeciam de isolamento. Paulatinamente, os bairros operários se configuraram, na medida em que serviços e demais residências foram surgindo em decorrência da demanda das unidades fabris.



Fig. 30: Bairro tipicamente industrial: Brás. Vista panorâmica, 1925.
Fonte: SAES, 2004, p.237

² Na região leste destacam-se as vilas operárias na Mooca, construídas para fábricas como a Cervejaria Bavária instalada em 1892 e a do Cotonifício Crespi em 1897. Entretanto, foi no Belenzinho que surgiram as mais expressivas vilas operárias como a Vila Maria Zélia erguida pelo industrial Jorge Street num terreno contíguo a Fábrica Maria Zélia e a Vila Boyes erguida pela Fábrica São Simão e posteriormente comprada pelo grupo Matarazzo para a Tecelagem Belenzinho (GUNN & CORREIA, 2004, p.84). Na região oeste as vilas operárias também acompanharam a instalação de algumas fábricas como a Companhia Antártica Paulista em 1891 e a Vidraria Santa Marina em 1897, pois interessava manter os empregados perto da fábrica sem prejudicar os ciclos de produção.

As várzeas e planícies do Tietê e de seu afluente o Tamanduateí, configuraram um importante eixo no desenvolvimento dos bairros fabris da cidade de São Paulo. Em direção a zona oeste o eixo prolongado pela Av. Água Branca e pela Rua Guaicurus permitia a ligação com a estrada que levava a Campinas. Bairros industriais como Água Branca, Pompéia e Lapa, são iniciados pela implantação de algumas empresas diversas entre as várzeas do Tietê e a linha férrea. Dentre elas uma unidade da fábrica Matarazzo (produtos alimentícios e óleos vegetais), a Companhia Antártica Paulista em 1891, as oficinas da ferrovia São Paulo Railway em 1898 e a Vidraria Santa Marina, em 1897. Em direção leste uma outra artéria foi configurada pela Av. Celso Garcia que se ligava com a estrada rumo ao Rio de Janeiro. No Belenzinho, em direção ao Tatuapé, diversas fábricas se instalaram como a Cia Nacional de Tecido e Juta (Fábrica Maria Zélia) em 1913, a Tecelagem Belenzinho do grupo Matarazzo também da década de 1910, a S.A. Moinho Santista, em 1924, dentre outras. Verifica-se, portanto, que há uma estreita relação entre a implantação do parque industrial e a evolução urbana da cidade de São Paulo já que a estruturação dos bairros operários se desenvolveu em função das fábricas.

É importante destacar que a desigualdade marcava profundamente a configuração da cidade nesse período. O centro e os bairros nobres procuravam ignorar a aglomeração industrial e operária que se expandia ao longo do cinturão ferroviário nas várzeas. Com o crescimento urbano de fins do século XIX, a elite do café procurava construir suas casas em novos bairros (Campos Elíseos, Higienópolis) enquanto as ferrovias e suas estações eram instaladas nas áreas de várzeas e planícies, que constituíam um elemento repulsivo, um fator de isolamento para o sítio urbano central localizado na colina (MONBEIG, 2004, p.20). Enquanto os bairros nobres passaram por intervenções com preocupações urbanas mais estruturadas, em contrapartida, bairros proletários como Brás, Mooca, Bexiga, Barra Funda, possuíam ruas ladeadas por longas fileiras de casas baixas, sem jardins, abertas ao fundo para pequenos quintais longos, estreitos e murados, havia falta de água e esgoto e as ruas eram escuras e enlameadas (ANDRADE, 2004, p.179).

Conforme aponta Langenbuch, o adensamento dessa faixa tipicamente industrial vai se intensificando progressivamente, sendo que até a década de 1930 é possível detectar uma fileira contígua de fábricas e armazéns estendendo-se desde a Lapa até um pouco depois da estação do Ipiranga. O perfil tipológico se mantém nos grandes conjuntos fabris, muitos,

emblemáticos pelos tijolos aparentes, coberturas em duas águas, ou em lanternins ou ainda em *shed*³ (dente de serra) e a grande chaminé, símbolo incontestável.

Esse denominado primeiro impulso industrial na cidade de São Paulo termina na década de 1930. A quebra da bolsa de Nova York em 1929 proporcionou um colapso mundial que repercutiu no contexto dos cafeicultores na medida em que retraiu as vendas e influenciou a queda dos preços do café (QUEIROZ, 2004, p.33). Além desse importante fator internacional a política nacional do “café com leite” era mais um elemento da crise que se vinha gestando e que culminaria com a Revolução de 30. O presidente Washington Luís foi então deposto e Getúlio Vargas assumiu. O panorama político no país mudou após a Revolução de 30, a elite cafeicultora de São Paulo não conseguiu mais retomar ao poder com a mesma intensidade dos anos anteriores. A crise de 1929 mostrara a fragilidade de economias exportadoras fundamentadas num só produto. O governo de Getúlio passaria então a canalizar esforços no sentido de diversificar a indústria principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial, como consequência, o setor industrial se expandiu e se diversificou.

4.2 Mudança dos eixos polarizadores da indústria (1940-1950):

Após esse primeiro impulso no processo de industrialização e suas consequências fundamentais para a capital paulista, a indústria se consolidou nas cinco décadas seguintes (1930 a 1980) enquanto elemento estruturador urbano. Durante esse período, diversos são os fatores nacionais e internacionais que colaboraram para a manutenção da supremacia do setor industrial, principalmente na cidade de São Paulo e sua região metropolitana. Este trabalho não pretende se estender na verificação desses elementos, porém, julga pertinente destacar aspectos importantes na mudança da estruturação urbana em relação à indústria que ocorreu especialmente entre as décadas de 1940 e 1950.

Durante o Estado Novo, entre 1938 a 1943 Getúlio Vargas assumiu o projeto de desenvolvimento baseado na industrialização, nesse momento a indústria paulista se expandiu e diversificou para outros ramos além da denominada indústria leve caracterizada por fábricas de tecidos, produtos alimentícios e frigoríficos. Aos poucos o transporte rodoviário foi se consolidando tomando lugar do ferroviário. Nesse contexto, a administração pública da

³ As soluções padronizadas dos pavilhões em *shed* passaram a identificar a instalação industrial com as características coberturas em “dente de serra”, independentemente dos seus programas e finalidades produtivas, proporcionando grande iluminação e ventilação, geralmente voltados para o sul. Essas soluções padronizadas caracterizavam muitas indústrias construídas, principalmente, a partir da década de 1920 no município de São Paulo, ou ainda, de ampliações necessárias aos conjuntos existentes (MAFFEI, 1982, p.30 e SAIA, 1989, p.212).

capital paulista adotou novas posturas urbanísticas concretizadas em parte pelo engenheiro Prestes Maia que assumiu a prefeitura em 1938 em pleno Estado Novo. Com o intuito de arejar o centro e desafogar o trânsito, o prefeito deu continuidade ao Plano de Avenidas elaborado por ele em 1929 durante a administração do então prefeito José Pires do Rio.

Nessa nova fase, um dos aspectos de maior relevância do Plano de Avenidas foi a sugestão das marginais Pinheiros e Tietê como terceiras perimetrais a circundar distantemente o centro. Em 1949, o prefeito Linneu Prestes convidou uma equipe dirigida por Robert Moses, autoridade do planejamento da região metropolitana de Nova York, para preparar um “Programa de Melhoramentos Públicos para São Paulo”. Moses identificou o impacto da rede de rodovias estaduais que tinham São Paulo como centro regional, a partir disso, sugeriu que as marginais concebidas esquematicamente no plano de Maia, recebessem o tráfego das rodovias. Essas novas artérias passaram a comandar os fluxos de circulação da cidade propiciando a distribuição de investimentos (SZMRECSÁNYI, 2004, p.131). No eixo leste-oeste a marginal do Tietê proporcionaria uma considerável ampliação: em direção a oeste o distante bairro da Lapa foi alcançado e ultrapassado, em direção a leste ampliaram-se os limites da cidade para mais de dez quilômetros de distância do centro. O Tietê teve suas margens drenadas e parte de seu curso retificado o que possibilitou a ocupação de áreas diversas além de receber novas pontes.

De 1956 a 1961 o projeto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek intensificou investimentos em obras rodoviárias. Nesse momento, as rodovias Dutra e Anchieta, novos eixos de ligação para o Rio e Santos respectivamente, foram particularmente importantes para a implantação dos novos complexos fabris em outros municípios que compõe a região metropolitana da capital.

A partir desse contexto, verifica-se que alguns fatores contribuíam para que muitas fábricas buscassem áreas fora dos núcleos originais da capital: a não previsão de áreas para ampliação e estacionamentos, a diminuição de terrenos disponíveis nas tradicionais áreas de beira de linha saturadas, o fortalecimento do transporte rodoviário e o aumento pelo preço devido à especulação imobiliária (GRILLO, 1997, p.31). Sendo assim, conforme é salientado nos estudos de Langenbuch (1971), a dinâmica da implantação industrial na cidade de São Paulo muda substancialmente a partir da década de 1940 e principalmente na de 1950, em que esses eixos rodoviários se consolidaram enquanto polarizadores para a implantação de estabelecimentos industriais.

Mesmo com as áreas tradicionalmente industriais da capital saturadas em termos de ocupação, a princípio não se esvaziaram, mas sim diversificaram os usos dos setores industriais ali implantados. Houve a substituição por segmentos indústrias com menor demanda de espaço e comércio de grande porte (armazéns). A indústria da confecção, por exemplo, adaptou-se às limitações de espaço, proporcionando áreas comerciais especializadas em bairros como Brás e Bom Retiro (GRILLO,1997, p.51).

Nas décadas seguintes (1960 a 1980) a indústria paulista continuou seu desenvolvimento na medida em que a população urbana crescia e lhe assegurava mão-de-obra e mercado consumidor. A partir da década de 1980, a cidade de São Paulo passou por intensas modificações na relação entre indústria tradicional e cidade.

4.3 Conjuntura internacional - fordismo x acumulação flexível:

A conjuntura internacional de alterações no sistema produtivo desencadeada a partir da década de 1970 foi determinante no processo em que a estrutura urbana da capital paulista se desvinculou da indústria tradicional. O “fordismo”, enquanto sistema baseado na produção em massa através de linhas produtivas atingiu sua maturidade no pós-guerra fomentando o crescimento mundial durante as décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, algumas regiões do mundo passaram a concentrar as forças de trabalho como, por exemplo, o meio oeste dos Estados Unidos, a já tradicional região do Ruhr Reno na Alemanha, o oeste da Grã-Bretanha, dentre outras. A partir da década de 1970, devido a uma série de fatores relacionados ao próprio desenvolvimento proporcionado pelo “fordismo”, esse sistema de acumulação embasado no tripé capital, estado e trabalho mediado pelos sindicatos, torna-se insuficiente. Conforme aponta o geógrafo Harvey, o colapso do sistema fordista desencadeado pela crise do petróleo de 1973 levou ao desenvolvimento de um novo sistema denominado acumulação flexível que difere da rigidez do “fordismo” na medida em que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo (HARVEY,1996, p.140).

Nesse contexto, as chamadas terceira revolução industrial e globalização compõem o conjunto de processos de transformação da produção caracterizada por alguns aspectos: a passagem de uma grande parcela de mão-de-obra para o setor terciário devido à ampliação dos fenômenos de terceirização e subcontratação, a diminuição da capacidade de intervenção do Estado, a anulação da proteção social ao trabalho (sindicatos) e a dispersão geográfica dos centros produtivos. Essa nova conjuntura gerou um movimento no emprego, bem como

conjuntos industriais novos em regiões subdesenvolvidas sem tradição industrial. Além disso, o terceiro mundo foi palco de um sistema de “fordismo periférico” (HARVEY, 1996, p.146) aproveitando a força de trabalho com menores salários.

No âmbito direto do processo produtivo, a experiência japonesa da Toyota se tornou uma referência na nova organização produtiva, por se basear em distinções mais flexíveis nos postos de trabalho e uma maior mobilidade do operário na planta, substituindo a organização seqüencial típica da linha fordista (BOTELHO, 2000, p.48). Sendo assim, a inércia da infraestrutura de alguns complexos fabris existentes passou a representar uma dificuldade na escalada das novas tecnologias. O custo benefício da construção de novas instalações em novas áreas seria suficientemente atrativo em relação a possíveis adaptações nesses complexos mais antigos. Como aponta Hobsbawm, embora a grande empresa de produção em massa tipicamente fordista tenha sobrevivido até a década de 1990 em instalações adaptadas, as novas indústrias são completamente diversas. Sendo assim, países capitalistas avançados tendem ao declínio de áreas indústrias inteiras consolidadas nos séculos XIX e XX, os denominados cinturões de ferrugem, áreas amplamente desindustrializadas, símbolos de um passado que foram em alguns casos exploradas enquanto patrimônio industrial, como é o caso da própria Região do Ruhr no Reno⁴ (HOBBSAWM, 1995, p.297).

Ainda segundo Harvey, o processo de desindustrialização em muitas cidades do mundo não deixou muitas opções além de centro financeiro, consumo e entretenimento; a reorganização desses espaços urbanos se tornou um meio para atrair investimentos. Conforme destaca Peter Hall referindo-se aos estudos de Castells, em relação à geografia regional e urbana decorrente dessa reestruturação verifica-se uma tendência à descentralização das funções de produção, reiterando as colocações de Harvey. Ainda assim, o poder de decisão de alto nível se encontra altamente centralizado em cidades que apresentam um contexto de serviços de apoio como atividades financeiras e mão-de-obra qualificada, como Munique, Paris, Boston, Londres, Nova York (HALL, 2005, p.476). Nesse contexto internacional se insere a condição das alterações sofridas na cidade de São Paulo, principalmente a partir da década de 1980.

⁴ Na década de 1990, uma intervenção englobou as áreas da antiga região industrial do Ruhr, ao longo do Rio Emscher e seus afluentes, caracterizada pela produção em massa de carvão, aço, química e energia, densamente ocupada por instalações mineiras e siderúrgicas. O projeto denominado *IBA Emscher Park*, financiado pela União Européia, constituía em uma reabilitação integrada (ecológica, urbanística e econômica social) de modo a recuperar a paisagem construída e natural, cujo ponto principal era a despoluição do rio envolvendo esferas de poder local, regional, nacional (KÜHL, 2005, p.108).

4.4 Mudança no perfil econômico e na configuração urbana:

A partir da década de 1980, a cidade de São Paulo passa por intensas modificações na relação indústria e cidade. Segundo Paul Singer, entre 1981 e 1983 a economia brasileira sofreu a mais grave crise da história devido ao endividamento excessivo. Muitos dos países emergentes tomaram empréstimos a juros baixos durante as crises do petróleo dos anos 70. A crise desencadeada no país se acentuou em razão da inflação devido ao fracasso do Plano Cruzado em 1986 e na década seguinte pela abertura do mercado interno às importações, promovendo a estagnação do produto industrial da Grande São Paulo (SINGER, 2004, p.223).

Com isso, após décadas de desenvolvimento embasado na indústria, esse setor perde parte de seu vigor econômico, despede um grande contingente de mão-de-obra e subcontrata os serviços via microempresas e mão-de-obra temporária. Durante várias décadas, boa parte do comércio esteve estritamente vinculado à distribuição dos produtos industriais (SINGER, 2004, p.201), já, no contexto da década de 1980, o setor terciário se intensificou enquanto o principal fator econômico na cidade de São Paulo.

A cidade passou então a apresentar, cada vez mais, uma especialização funcional de sedes de empresas, serviços e indústrias que servem aos dois primeiros, diferente da concentração industrial característica da década de 1970. Ou seja, conforme destaca Biderman, atualmente são as indústrias que servem aos serviços, começam a surgir, portanto, indústrias cujo principal cliente é o setor de serviços e não as famílias ou outras indústrias (BIDERMAN, 2004, p.297). Sendo assim, o setor terciário foi incrementado na medida em que parte da demanda por serviços produtivos provém das sedes de empresas que passaram a se concentrar nas grandes cidades e na medida em que a própria flexibilização dos meios produtivos gera terceirizações. Em paralelo, o grande contingente de mão-de-obra dispensado pela indústria, especialmente a de baixa qualificação, é absorvida por um segmento do comércio e serviços.

Dessa forma se configura o quadro em é possível verificar o quanto a relação entre estrutura urbana e indústria se alterou na cidade de São Paulo em comparação à fase inicial de industrialização apresentada.

Em relação à tendência internacional de mudança da localização das indústrias existem diversos fatores que são importantes. De um modo geral, as regiões de tradição fabril possuem características que desestimulam a instalação ou manutenção de indústrias como: as necessidades de adaptações produtivas, questão ambiental, o valor da mão de obra, a atuação

dos sindicatos e o valor da terra. Além disso, há os necessários ajustes nas plantas remodelando as linhas de produção que encontram muitas vezes nas edificações industriais existentes um fator de entrave. No entanto, é importante destacar, conforme Biderman, que essa realocização industrial esteja muito mais relacionada com a diminuição dos custos de gerenciamento remoto que com a reestruturação produtiva em si (BIDERMAN, 2004, p.288).

Outro aspecto relevante é a forte valorização do solo, como aponta Paul Singer, com o passar dos anos, a demanda de terrenos por parte da indústria foi acompanhada por uma necessidade suplementar para residências e estabelecimentos comerciais, uma vez que a indústria gera empregos, assim, a demanda de terrenos se tornou múltipla e conseqüentemente houve um aumento de preços dos terrenos relacionados à localização das indústrias (SINGER, 2004, p.200). Quando o estabelecimento industrial se encontra rodeado de habitações, shoppings, supermercados, escolas, igrejas, etc., os proprietários logo percebem que pode ser mais muito vantajoso se fechassem ou mudassem a indústria e vendessem o imóvel. A forte valorização do solo é um fator de descentralização na medida em que os novos ramos industriais se afastam das antigas zonas industriais (Brás, Mooca, Ipiranga, etc.) e procuram se localizar na periferia da capital (Santo Amaro, Jaguaré, Osasco), ou ainda em municípios vizinhos servidos de boas rodovias como Guarulhos (Via Dutra) e São Bernardo (Via Anchieta), de modo que ainda possam usufruir das vantagens de estarem próximas do maior mercado consumidor do país.

Em função dessa conjuntura, os consolidados bairros industriais apresentam atualmente profundas transformações em sua configuração urbana. Em relação à evasão industrial, duas principais dinâmicas podem ser destacadas nesses bairros: o completo abandono de extensas áreas fabris e a absorção da indústria diante do avanço do setor de serviços. Observando o corredor ao longo das ferrovias e várzeas, muitas fábricas abandonaram as antigas instalações devido à evasão para outros municípios, ou por fechamento o que facilitou a degradação dos edifícios fabris e de seu entorno. Outras áreas industriais cederam lugar diante do avanço das áreas residenciais e de serviços, para usufruir ganhos da especulação imobiliária. Isso ocorre nos diversos bairros industriais: Brás, Mooca, Belenzinho, Tatuapé, Barra Funda, Casa Verde, Pompéia, Vila Romana, Lapa. Na zona Sul, algumas áreas industriais passaram a ser centros administrativos de empresas nacionais ou internacionais, evidenciando um novo aproveitamento do solo urbano por empreendimentos de mais alto retorno financeiro (DEDECCA, 2004, p.246).



Fig. 31: Rua Borges de Figueiredo, Mooca. Antigas Oficinas Vanorden e ao fundo torres residenciais.
Foto: Autor, 2009



Fig. 32: Lapa – Água Branca. Aumento de edificações do setor terciário e residencial ao longo do corredor ferroviário. Foto: Autor, 2009

Dessa forma, a capital paulista no âmbito da região metropolitana se caracteriza atualmente como uma cidade predominantemente embasada no setor terciário, contando com uma rede diversificada de serviços, comércios, amplo mercado consumidor, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, acessibilidade e redes de transporte. Essa estrutura urbana constitui uma nova relação com a indústria podendo contribuir ou não para a manutenção desse setor em determinadas áreas da cidade.

No entanto é importante mencionar, como é apontado pelos estudos da pesquisadora Sandra Lencioni (1994), que a desindustrialização é pontual, em determinadas áreas dos bairros industriais, principalmente na tradicional faixa beira-linha, em parte como decorrência da mudança de ênfase dada ao transporte ferroviário a partir das décadas de 1940 e 1950, conforme apresentado anteriormente. No âmbito na região metropolitana de São Paulo, conforme aponta Negri e Pacheco (1994), o processo de descentralização industrial relativa, não alterou a posição de principal área industrial do país. No caso específico da cidade de São Paulo, mesmo com a diversificação econômica e predominância do setor terciário, ainda existe uma significativa atividade industrial.

Conforme dados do SEMPLA na série Município em Mapas, é possível verificar em relação à atual distribuição industrial na cidade de São Paulo, que existe uma ampla concentração na região central e uma grande densidade distribuída nos principais eixos viários do município (Marginal Tietê e Pinheiros), sendo que a marginal Pinheiros e a Av. Paulista indicam a presença das sedes e não das plantas produtivas. Em relação aos eixos viários, reitera-se a localização industrial estruturada a partir das décadas de 1940 e 1950, quando as artérias rodoviárias foram consolidadas e passaram a polarizar o setor industrial.

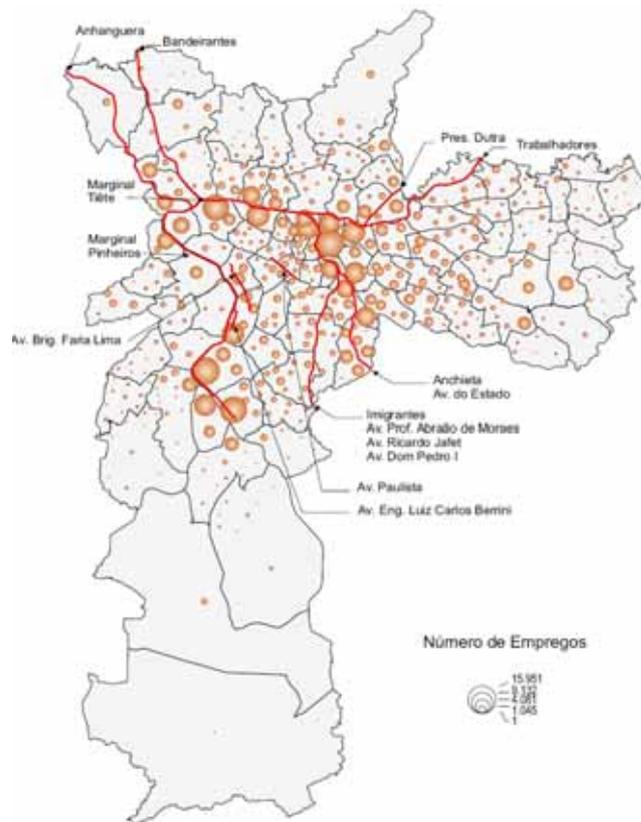


Fig. 33: Distribuição dos empregos formais em indústrias na cidade de São Paulo, 2004.
 Fonte: PMSP, SEMPLA, Série Município em Mapas – Economia Urbana, disponível em:
 <<http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm3/>> Acesso em: 15 Mai. 2009.

Dessa forma, ainda que a cidade de São Paulo apresente altos custos decorrentes da aglomeração (valor de mão de obra, impostos, etc.), ela possui atrativos decorrentes da própria diversificação que a vem caracterizando no âmbito do processo de metropolização, suficientemente competitivos em relação às demais regiões do Brasil, como: mão-de-obra altamente especializada, amplo mercado consumidor, infra-estrutura urbana (transportes, telecomunicações). Os principais segmentos que são atraídos são as indústrias que servem aos serviços (o setor de confecções e o setor editorial, por exemplo) e as indústrias altamente qualificadas. De um modo geral, conforme destaca Biderman, somente as empresas com alta produtividade, são capazes de permanecer e absorver os custos da capital paulista.

4.5 Reflexos na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE):

As alterações na relação entre cidade e indústria estão diretamente refletidas na forma de planificação e organização do uso do solo urbano. A Lei de Zoneamento que foi aprovada no início da década de 1970 (Lei 7805/1972) instituiu uma delimitação criando zonas de uso e parâmetros para cada uma delas de forma a regular as funções urbanas; para as áreas industriais foram instituídas as Zonas Z6 (Zona predominantemente industriais) e Z7 (Zona

estritamente industrial). Em 1985, foi apresentado um novo Plano Diretor em que não foram previstas novas áreas para as indústrias, as zonas industriais pré-estabelecidas foram mantidas, adequações para a infra-estrutura de transporte e drenagem foram mencionadas como ações melhorando as áreas industriais. Em 1988, foi aprovado outro Plano Diretor da cidade de São Paulo, e novamente as áreas industriais mantêm o padrão de normatização e regulação de uso seguindo a prática pré-existente. De acordo com o destacado por Menegon, percebe-se que nesses planos da década de 1980 as áreas industriais foram tratadas como um aspecto consolidado no solo urbano, e que as proposições dos órgãos de planejamento urbano se restringiram à normatizar e regularizar essas áreas (MENEGON, 2008, p.53).

Na última revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) -Lei 13430/2002 - atualmente em vigor, grande parte das até então zonas industriais foram delimitadas como futuras Operações Urbanas consorciadas bem como foram alteradas para zonas mistas pela nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 13872/2004) com maior possibilidade de adensamento indicando a intenção de transformação dessas áreas. Desse modo, a maior parte das zonas industriais estão contidas na “Macroárea de Reestruturação e Requalificação”. Segundo Menegon, uma nomenclatura nova em relação aos planos anteriores, porém, as propostas e diagnóstico não são, propriamente uma novidade, visam incentivar o adensamento para reverter o esvaziamento populacional, bem como a diversificação de usos. A diferença crucial em relação aos planos anteriores, no que tange às áreas industriais é que a proposta de incentivos aos usos não residenciais diz respeito somente aos setores de serviços e comércio, deixando de fora os usos industriais. A mudança na abordagem do setor industrial explicita-se ainda, na denominação das áreas industriais que passam a ser denominadas como “Zona industrial de Reestruturação” (MENEGON, 2008, p.55 e SÃO PAULO - cidade, 2002, Art. 162).

Essas mudanças de tratamento às áreas industriais evidenciada nos instrumentos urbanísticos se relacionam, portanto, com o patrimônio industrial da cidade, não só porque imóveis foram selecionados para serem estudados e protegidos como ZEPEC, como mencionado no capítulo anterior, mas, principalmente porque nas antigas áreas industriais foram designados novos usos para o solo urbano evidenciando a nova potencialidade econômica. Isso é bastante evidente ao verificar as propostas de zoneamento para as duas principais subprefeituras onde se concentram grande parte do patrimônio industrial tombado ou em estudo: Lapa e Mooca.

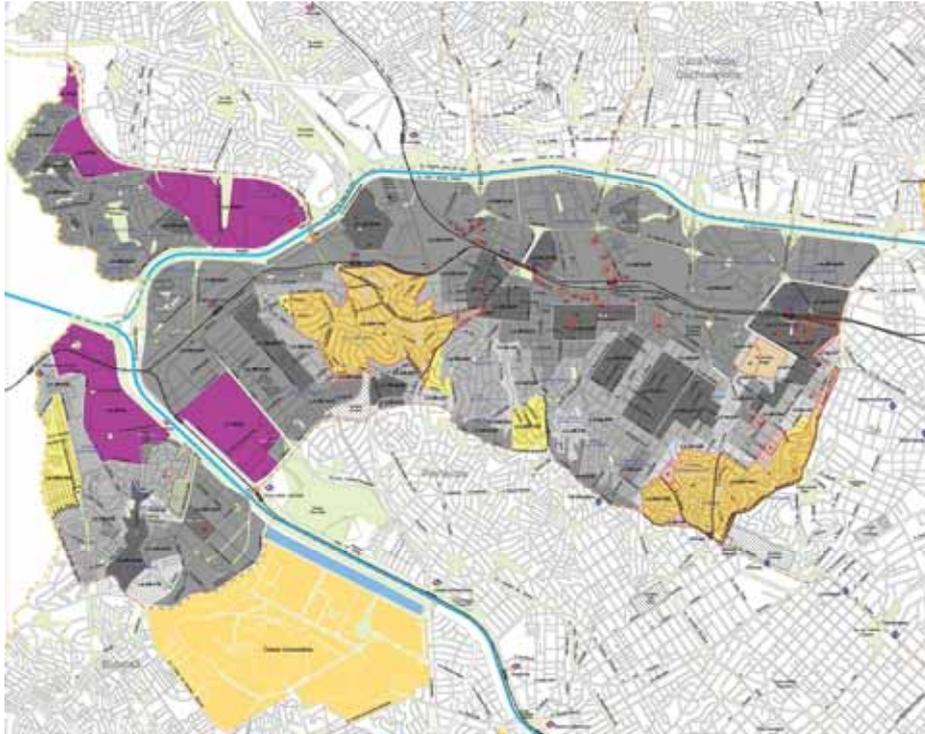


Fig. 34 A: Uso e Ocupação do Solo (2004), Lapa.

Ao longo do corredor da linha férrea evidencia-se a implementação do uso misto com diferentes escalas de densidade, consolidando a nova potencialidade da região. Legenda: Cinza - áreas de uso misto (diferentes escalas de densidade); Magenta - áreas predominantemente industriais; Amarelo - áreas exclusivamente residenciais (exceto Cidade Universitária – referência urbana). Fonte: PMSP, SEMPLA, disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zonamento/0001/parte_II/lapa/08-MAPA-LA-04.jpg> Acesso em: 18 Mai. 2009.

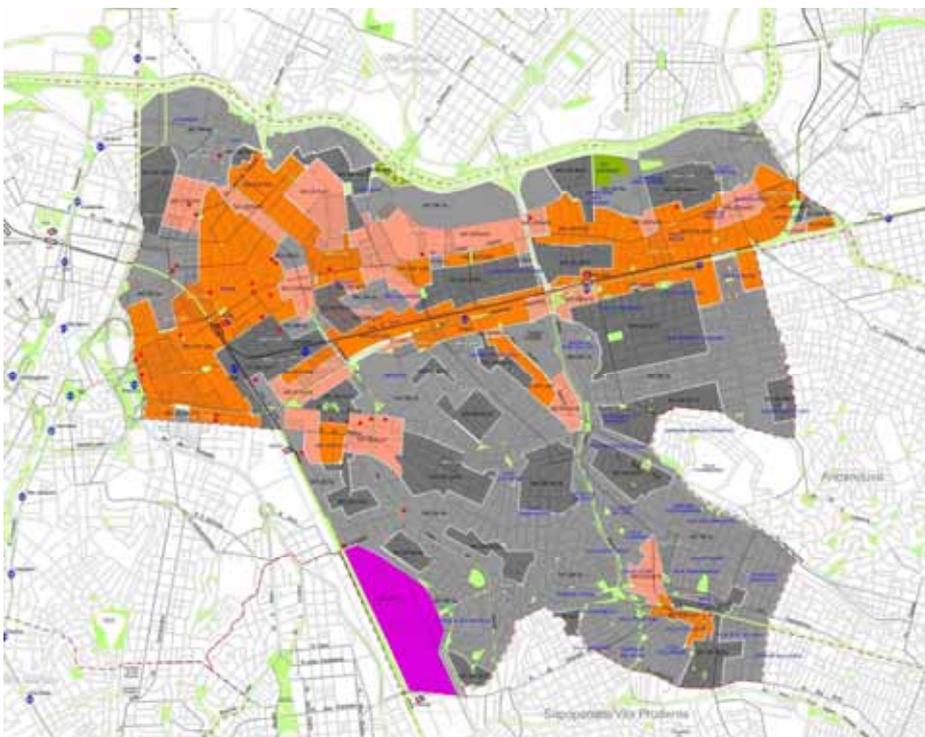


Fig. 34 B: Uso e Ocupação do Solo (2004), Mooca.

Em alguns dos principais corredores viários verifica-se a implementação de usos mistos; ainda há um trecho em que há uma indicação ao uso industrial e compreende parte da Rua Borges de Figueiredo e arredores. Legenda: Cinza - áreas de uso misto (diferentes escalas de densidade); Magenta - áreas predominantemente industriais; Laranja - principais eixos das áreas de usos mistos. Fonte: PMSP, SEMPLA, disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/urbanismo/arquivos/25-MAPA-MO-04r1.jpg>> Acesso em: 18 Mai. 2009.

Como mencionado, o PDE estabeleceu em 2002 perímetros de estudo, para tanto delineou ao longo das orlas ferroviárias, no sentido Noroeste-Sueste passando pela região central, uma faixa contínua sobre a qual estão previstas Operações Urbanas Consorciadas⁵ - Diagonal Norte, Água Branca, Centro e Diagonal Sul⁶ - com o objetivo de implementar transformações urbanísticas, melhorar a infra-estrutura e adensar áreas construídas através da estruturação do uso e ocupação do solo. Ao consultar os Termos de Referência⁷ das Operações Urbanas Lapa Brás (que abrange partes das Operações Urbanas Diagonal Norte, Diagonal Sul, Centro e incorpora a quase totalidade da Operação Urbana Água Branca) e Mooca-Vila Carioca (que abrange grande parte da Operação Urbana Diagonal Sul) pode-se ressaltar alguns aspectos que podem ser pertinentes a este estudo cujo recorte é o patrimônio industrial (unidades fabris) e sua utilização.

Nesses documentos é interessante notar que dentre os objetivos está a necessidade de superar a barreira ferroviária através da reurbanização da orla tendo em vista a reconstituição do tecido urbano, vislumbrando a possibilidade de ocupar ordenadamente áreas vazias ou subutilizadas. No que tange à preservação patrimonial consta do escopo:

- **Propor para as áreas de proteção, usos pertinentes no conjunto das atividades consideradas para a região e apropriados às características espaciais e construtivas específicas da conservação dessas edificações**, bem como da sua inserção no contexto urbano onde se localizam;
- Propor prescrições específicas para a utilização e recuperação dos elementos a serem protegidos, indicando quais imóveis deverão ser objeto de restauro, quais podem ser objeto de *retrofit*, e quais as regras para a articulação entre as novas áreas edificadas e os bens protegidos, podendo também, para os fins de destaque e de visibilidade destes, estabelecer

⁵ A Operação Urbana Consorciada está definida pelo Estatuto da Cidade como um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, que conta com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área determinada, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (SÃO PAULO – cidade, [...] *Mooca - Vila Carioca*, 2010, p. 7).

⁶ O trabalho da pesquisadora Natasha Mincoff Menegon (2008) aborda a relação das operações urbanas e a indústria no município, englobando então a Operação Urbana Diagonal Sul e a Operação Urbana Água Branca. Já o trabalho da pesquisadora Manoela Rossinetti Rufinoni (2009) analisa em profundidade a Operação Urbana Diagonal Sul abordando a relação direta entre preservação do patrimônio industrial e instrumentos urbanísticos.

⁷ Esses documentos foram elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) em 2010: *Termo de Referência para a contratação de empresa ou consórcio de empresa ou consórcios de empresas para a elaboração de estudos e projetos para a Operação Urbana Consorciada Lapa - Brás e Termo de Referência para a contratação de empresa ou consórcio de empresa ou consórcios de empresas para a elaboração de estudos e projetos para a Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca*. Disponíveis em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17805> Acesso em: 10. Nov. 2010

diretrizes sobre o aspecto exterior das construções; (SÃO PAULO - cidade – [...] *Lapa - Brás*, 2010, p.41 e SÃO PAULO – cidade – [...] *Mooca - Vila Carioca*, 2010, p. 33 – grifo nosso)

Desse modo, verifica-se que há uma intenção de contemplar o patrimônio arquitetônico edificado, e, conseqüentemente, o patrimônio industrial, já que este compõe proficuamente as áreas abrangidas por essas operações urbanas, com uma significativa indicação de mudança de uso de modo que a atividade industrial propriamente dita seja redirecionada a outras áreas da cidade. Nesse sentido, é mencionada a necessidade de identificação das atividades econômicas instaladas e a possibilidade de relocação das que não sejam compatíveis com a intervenção proposta. Enquadram-se aí as atividades industriais, em especial aquelas que ocupam áreas de terreno superiores a 2500 m² e dependendo do porte, da classificação da atividade, do número de postos de trabalho, do tipo de produto e do tipo de tecnologia empregado são indicadas para outros locais do município, especialmente para o perímetro da Operação Urbana Rio Verde - Jacu⁸. Na porção do extremo leste da cidade há necessidade de incrementar as atividades econômicas através da criação de postos de trabalho substituindo as atividades industriais da porção central da cidade e evidenciando, portanto, as duas principais dinâmicas mencionadas em relação ao patrimônio industrial: o processo de desindustrialização e o processo de absorção das antigas áreas industriais pelo setor terciário (SÃO PAULO - cidade – [...] *Lapa - Brás*, 2010, p.49 e SÃO PAULO – cidade – [...] *Mooca - Vila Carioca*, 2010, p. 42).

Com essa análise foi possível então configurar o quadro da atual dinâmica econômica entre indústria e cidade e seus reflexos nos principais instrumentos urbanísticos (Plano Diretor e Lei de Zoneamento) de modo que agora se pode estruturar a análise das formas de apropriação e uso que incidem sobre o denominado patrimônio industrial (unidades fabris) tombados ou em estudo pelo CONPRESP, uma vez que grande parte deste patrimônio se constituiu na primeira fase de industrialização da cidade e agora está inserido nesse novo contexto em que a relação entre indústria e estrutura urbana é diversa.

8 A nova configuração viária do município (implantação do trecho Sul do Rodoanel, extensão da Av. Jornalista Roberto Marinho até a Rodovia dos Imigrantes, extensão sul da Jacu-Pêssego e a conexão com o Rodoanel Sul, ampliação da Marginal Tietê) bem como as atuais restrições impostas para a circulação de cargas visam promover a implantação de atividades geradoras de emprego e renda no extremo leste da cidade (SÃO PAULO - cidade – [...] *Lapa - Brás*, 2010, p.49 e SÃO PAULO – cidade – [...] *Mooca - Vila Carioca*, 2010, p. 42).

5 Cidade de São Paulo: patrimônio industrial e formas de apropriação

Tendo como referência o processo de compreensão do patrimônio industrial por parte dos órgãos oficiais e a atual relação entre indústria e cidade, apresentados nos capítulos anteriores, este capítulo analisa a questão do uso no âmbito do patrimônio industrial, tomando como referência a cidade de São Paulo, mais especificamente as unidades fabris tombadas ou em processo de tombamento pelo CONPRESP¹, de modo a estabelecer um panorama da atual situação desse patrimônio. Foram identificadas basicamente quatro situações: 1. grandes áreas abandonadas com potencialidade de demolição; 2. edifícios e áreas com usos adaptados; 3. edifícios e áreas museificados e 4. edifícios com a manutenção da atividade, que integram o recorte desta pesquisa, dos quais foram selecionados os casos específicos para serem analisados detalhadamente na terceira parte deste trabalho.

5.1 Edifícios e áreas abandonadas:

O patrimônio industrial é constituído em grande parte por grandes conjuntos abandonados, ruínas de nosso passado recente. A asserção de Henri – Pierre Jeudy é bastante ilustrativa a esse respeito:

Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? Uma emoção estranha, uma vez que não está necessariamente relacionada, como freqüentemente se acredita, à nostalgia de uma outra época. Nossa “boa” consciência, por outro lado, nos coloca em estado de alerta: como podemos sentir saudade de um tempo em que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmornadas, nos coloca, contudo, em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. (JEUDY, 2005, p.25)

Internacionalmente são inúmeros os casos que se enquadram nessa categoria de patrimônio, daí inclusive a grande motivação em preservá-los antes da perda total. De um modo geral, esses grandes complexos industriais abandonados em estados precários ou subutilizados relacionam-se ao denominado processo de desindustrialização, que foi

¹ Ao mencionar os itens tombados ou em estudo pelo CONPRESP, tomam-se como referência as tabelas elaboradas pelo autor que constam no capítulo três.

desencadeado mundialmente a partir da década de 1970 e ocorreu em diversos graus nos diferentes países.

Como mencionado anteriormente, o “sistema de fábrica manchesteriano” propiciou as condições para que a tecnologia se transformasse no elemento prioritário da acumulação capitalista, estimulando o desenvolvimento da ideologia moderna em que a máquina ampliava o potencial da produtividade humana. No entanto, a evolução dos meios produtivos e das formas de organização do trabalho pode induzir à obsolescência do aparato tecnológico. Para a compreensão desse fenômeno é conveniente considerar sua amplitude, pois frente à abrangência conceitual e cronológica do patrimônio industrial, a obsolescência tecnológica não é necessariamente uma condicionante isolada para a perda da função. Algumas tipologias ou programas são mais suscetíveis à perda de função, principalmente aqueles intimamente relacionados às atividades produtivas que não atendem mais à demanda do capital, mas há aqueles que ainda exercem sua função inicial, como apresentado no capítulo dois.

No âmbito do processo de desindustrialização, cuja complexidade envolve a lógica de mercado e de acumulação capitalista e a conjuntura econômica, social e cultural; a questão tecnológica e sua obsolescência é apenas mais um aspecto, evidenciado, provavelmente, por incidir de forma mais direta na materialidade dos artefatos industriais tendo como uma consequência quase natural o estado de abandono desse patrimônio. Buchanan destaca especialmente esse aspecto em sua definição de monumento industrial:

[...] Para os fins dessa definição, um “monumento industrial” é **qualquer relíquia de uma fase obsoleta** de uma indústria ou sistema de transporte, abrangendo desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador **que se tornaram recentemente obsoletos**. [...] (BUCHANAN, 1972 *apud* KÜHL, 1998, p.223 – grifo nosso).

Na cidade de São Paulo, conforme analisado no capítulo quatro, a perda do uso industrial deriva de uma complexa conjuntura envolvendo aspectos políticos, sociais, culturais e, sobretudo, econômicos, vinculados em muitos casos à própria evolução urbana. Entretanto, foram identificados dois momentos decisivos: a mudança da implantação das indústrias dos eixos ferroviários para os rodoviários na década de 1950 e a mudança do perfil econômico da cidade de São Paulo de suporte industrial para serviços a partir da década de 1980, em decorrência das alterações mundiais do processo produtivo. A indústria tradicional (têxtil, metalúrgica e alimentícia) praticamente desapareceu deixando a maioria dos antigos edifícios fabris. Alguns foram adaptados e convertidos para o comércio ou serviços, mas em sua

maioria o ex-cinturão industrial ao longo das linhas férreas ostenta fileiras de galpões industriais fechados e degradados. A situação se repete nos bairros tradicionalmente fabris como: Mooca (região da Av. Presidente Wilson, Rua Borges Figueiredo, Rua dos Trilhos, etc.), Belenzinho (Av. Celso Garcia) e Lapa (Av. Guaicurus, Rua William Speers).

Ao verificar os remanescentes industriais abarcados pelo CONPRES P há uma extensa lista de bens que se encontram nesse estado, como por exemplo, o significativo conjunto da Companhia Antártica Paulista na Av. Presidente Wilson, na Mooca, cujo processo de tombamento foi aberto em 2007; e os muitos exemplares enquadrados como ZEPEC em diferentes regiões da cidade.



Fig. 35 A: Companhia Antártica Paulista, atualmente sem uso - APT 09/07. Vista da Av. Presidente Wilson.
Foto: Autor, 2009



Fig. 35 B: Companhia Antártica Paulista, atualmente sem uso - APT 09/07. Vista da linha férrea.
Foto: Autor, 2009



Fig. 36: Antiga Tecelagem Labor, atualmente sem uso - ZEPEC 26/04. Rua da Mooca, 815 e 775.
Foto: Autor, 2009



Fig. 37: Antiga Fábrica Orion, atualmente sem uso - ZEPEC 26/04. Vista da Rua Behring x R. Fernão de Magalhães. Foto: Autor, 2009

Inserem-se também nessa categoria, alguns bens que passaram por demolições parciais ou totais, como a antiga Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa localizada na Rua Engenheiro Fox, indicada como ZEPEC, que foi demolida durante o processo de estudo; o antigo Lanifício Paulista na região do Brás, Belenzinho, também enquadrado como ZEPEC e que passou por demolições; o caso do conjunto das edificações na Rua Borges de Figueiredo,

dos números 680 a 828 - antigos armazéns das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo - demolidos em 2007, em meio ao processo de abertura de tombamento (APT 08/07) ²; a antiga Companhia de Refinadores União também na Rua Borges de Figueiredo que teve todo seu conjunto demolido e somente a chaminé foi mantida e tombada em 2010.



Fig. 38: Parte do antigo Lanifício Paulista, demolição
- ZEPEC 26/04 – Rua João Bohemer 66 e 106.
Foto: Autor, 2009



Fig. 39: Chaminé da antiga Companhia de Refinadores União – Res. 05/10 – Rua Borges de Figueiredo x R. João Antônio de Oliveira.
Foto: Autor, 2009

5.2 Edifícios e áreas com usos adaptados:

Em decorrência do processo de desindustrialização que acometeu muitas cidades, houve um intenso abandono de antigas e grandes áreas industriais, que passaram a exigir do poder público medidas para a reorganização e adequação desses espaços urbanos para atender às novas necessidades de seu desenvolvimento, como pode ser verificado nos atuais instrumentos de planejamento urbano da cidade de São Paulo, mencionados no capítulo quatro.

A mudança de uso para a reinserção e revalorização dos antigos remanescentes ou áreas industriais deve ser entendida no contexto da desindustrialização que promoveu a mudança de perfil de bairros, cidades e regiões inteiras antes dedicadas a atividades produtivas. Assim, muitos agentes passaram a se interessar pelo potencial econômico a elas agregado, sem levar em conta seu potencial sócio-cultural, gerando uma metamorfose do valor de uso em valor econômico. Há então uma profusão de projetos de adaptações a diversos usos como escritórios, restaurantes, residências, etc. com o objetivo de reinserir as antigas áreas ou edificações industriais das mais variadas tipologias à nova realidade urbana dessas cidades ou regiões.

² Ver artigo: *Demolições de galpões industriais na Mooca: descaso e impunidade*. MENEGUELLO, Cristina; BERTINI, Giancarlo; ROSSINETTI, Manoela R. e VALENTIN, Fernanda. (2007) – disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.088/1913>> Acesso em: 08 Ago. 2009.

Como foi mencionado no capítulo um, as características espaciais dos conjuntos industriais, como a amplitude e a relativa versatilidade, tornam os edifícios do patrimônio industrial potencialmente “reutilizáveis”: “[...] os edifícios isolados, em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados.” (CHOAY, 2001, p.219). Além disso, há o interesse especulativo baseado no valor imobiliário dos terrenos, pois, as áreas industriais são, geralmente, grandes porções em posições estratégicas dotadas de ampla infra-estrutura.

Além da necessidade de mudança de perfil econômico de edifícios, cidades e regiões antes vinculadas à indústria, pode-se destacar outro fator que tangencia essa necessidade de “reutilização” do patrimônio industrial identificado como uma tendência em converter monumentos para uma “função social” dentro da nova dinâmica das cidades que geralmente se traduz em atividades culturais. Sobre esse aspecto é elucidativo o trecho abaixo das considerações gerais das Normas de Quito (1967), produto de uma reunião que se deu no Equador para tratar de problemas próprios da América Latina embasada na Carta de Veneza:

4. Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Corresponde ao Estado fazer que a mesma prevaleça e determinar, nos diferentes casos, na medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e o interesse dos particulares. (OEA In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.107 – grifo nosso)

O conceito de “função social” pode ser desmembrado e analisado no contexto do Plano Diretor Estratégico (PDE) em que está associado à propriedade urbana; nesse caso um dos requisitos é: “III. a compatibilidade do uso da propriedade com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural;” (SÃO PAULO – cidade, 2002, Art.11). Ao tratar especificamente do patrimônio histórico e cultural é destacado: “VI. O incentivo à fruição e ao uso público dos imóveis tombados;” (SÃO PAULO – cidade, 2002, Art.89). Assim, a possibilidade de atribuir um uso que atenda a essa designação é recorrente nas práticas de preservação.

No âmbito da preservação patrimonial a mudança de função envolve uma avaliação criteriosa em relação ao tipo de uso e à compatibilidade ao edifício existente. Não basta que o novo programa seja designado por homologia à sua destinação original (CHOAY, 2001, p. 219); além de ser “nominalmente compatível” (KÜHL, 2005, p. 189), deve também considerar e compreender a integridade e historicidade das edificações, preservando valores e

características da concepção original. A compatibilização entre a infra-estrutura edificada e o novo uso demanda trabalhos técnicos acurados e, eventualmente, alterações dispendiosas.

A Carta de Nizhny Tagil faz algumas disposições em relação às possíveis adaptações e NOVOS USOS:

5.iv A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. **As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga atividade.**

5.v Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento sustentado. O patrimônio industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração econômica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos. (TICCIH, 2003 – grifo nosso)

Ainda nesse documento há uma menção à necessidade de reversibilidade, aspecto que foi estabelecido na Carta de Veneza:

5.vi As intervenções realizadas nos sítios industriais **devem ser reversíveis e provocar um impacto mínimo**. Todas as alterações inevitáveis devem ser registradas e os elementos significativos que se eliminem devem ser inventariados e armazenados num local seguro. Numerosos processos industriais conferem um cunho específico que impregna o sítio e do qual resulta todo o seu interesse. (TICCIH, 2003 – grifo nosso)

Desse modo a reutilização do patrimônio industrial é uma possibilidade aventada de modo recorrente o que se traduz nas mais diversas formas de intervenção. Tendo em vista essa potencialidade, as áreas industriais têm sido alvo de grande interesse imobiliário, que acabam por comandar as discussões em detrimento dos princípios básicos da efetiva preservação patrimonial (KÜHL, 2005, p.116). Com o intuito de construir novos empreendimentos, verifica-se uma tendência a desconsiderar o existente ou um pseudo-interesse pela restauração que induz à escolha de novos usos financeiramente atraentes constituindo então alguns tipos de projetos autodenominados de requalificação que, na verdade, desqualificam os espaços industriais, pois, em muitos casos, as edificações são

encaradas como meros receptáculos do novo, sem preocupações em respeitar suas características arquitetônicas (RUFINONI, 2004, p. 150 e p.154).

Ao verificar a listagem do patrimônio industrial tombado ou em estudo pelo CONPRESP são muitas as unidades fabris vem sendo utilizadas de forma distinta da original, ou são subutilizadas (como estacionamentos ou depósitos).

Uma das intervenções pioneiras em patrimônio industrial da cidade de São Paulo com mudança de uso foi a instalação em 1977 do SESC Fábrica Pompéia em uma antiga fábrica de contentores metálicos da primeira fase de industrialização paulista que esteve por vários anos abandonada. A arquiteta Lina Bo Bardi, com a colaboração dos arquitetos Marcelo Ferraz e André Vainer, ao ser convidada para participar do projeto considerou a possibilidade de manter o antigo complexo industrial articulando-o com novas edificações ao detectar ser de grande interesse a pioneira estrutura de concreto que sustentava as estruturas originais.



Fig. 40 A: SESC Pompéia, conjunto fabril antigo - Res.05/09.
Foto: Débora N. de São José, 2009



Fig. 40 B: SESC Pompéia, elementos novos - Res. 05/09
Foto: Débora N. de São José, 2009

O projeto para um centro de lazer articulou de forma exemplar as novas edificações de grande qualidade projetual com o conjunto original inserindo-se de forma determinante na paisagem urbana. O objetivo principal não era propriamente a preservação em si, mas a inserção dos novos elementos, ainda assim foi feita uma leitura criteriosa dos atributos espaciais e formais do conjunto existente, apesar do tratamento das superfícies ter removido todo o revestimento da alvenaria em tijolos (KÜHL, 2009, p.166). O conjunto do SESC Pompéia foi tombado recentemente na resolução 05/09 (ZEPEC Lapa).

No âmbito do CONPRESP, podem ser mencionados outros casos que passaram por intervenções e tiveram seus usos modificados: o antigo Matadouro da Vila Mariana

transformado em Cinemateca; a Casa das Caldeiras do conjunto das Indústrias Francisco Matarazzo (Água Branca) adaptada para um espaço de eventos; o Moinho Minetti Gamba (Mooca) com parte das edificações utilizada para casa de shows (RUFINONI, 2004, p.99-103); o Cotonifício Crespi (Mooca), com parte das edificações convertidas em Hipermercado (RUFINONI, 2004, p.92- 99); o antigo galpão industrial que hoje abriga a Estação Ciência na Lapa. Outros imóveis como o da Rua Joly na região do Brás, Belenzinho foram recentemente adaptados para conjuntos de escritórios. Há também bens que não passaram propriamente por intervenções, mas vem sendo utilizados com uso modificado como o Tendal da Lapa que atualmente sedia a subprefeitura da Lapa e o galpão industrial à Rua Padre Chico, 780 esquina com a Rua Raul Pompéia, 144 (Lapa) que está sendo utilizado como faculdade, ambos tombados pela resolução 05/09. Caso similar é a antiga fábrica da Alpargatas na região da Mooca, adaptada para sediar um campus universitário em que, a reforma ocorreu sem um efetivo interesse na preservação da edificação e somente as fachadas foram mantidas (RUFINONI, 2004, p.89-92).



Fig. 41: IRFM, Água Branca, Casa das Caldeiras e três chaminés, atual centro cultural – Res. 05/91.

Foto: Débora Nogueira de São José, 2009



Fig. 42: Antigo Matadouro da Vila Mariana, atual Cinemateca – Res. 05/91.

Foto: Débora N. de São José, 2009



Fig. 43: Parte do antigo Moinho Minetti Gamba, atual casa de shows – Res. 14/07.

Foto: Manoela R. Rufinoni, 2008



Fig. 44: Parte do antigo Cottonifício Crespi, convertido em hipermercado – ZEPEC 26/04.
Foto: Autor, 2009



Fig. 45: Antigo edifício industrial atual Estação Ciência – Res. 05/09. Foto: Autor, 2009



Fig. 46: Antigos edifícios industriais Rua Joly, 143 e 273 convertidos em escritórios– ZEPEC 26/04.
Foto: Autor, 2009



Fig. 47: Antigo Tendal da Lapa, atual subprefeitura – Res. 05/09.
Foto: Autor, 2009

Existem também diversos outros casos em que se deixou de ter a atividade fabril, manufatureira propriamente dita e a edificação passou a ser utilizada para depósitos, armazéns ou estacionamentos. Essas edificações não passaram necessariamente por intervenções que tivessem qualquer tipo de juízo de valor, mas foram simplesmente adaptadas para a nova função, justamente por serem amplos espaços e estarem localizadas em pontos estratégicos da cidade na atual conjuntura econômica. É o caso, por exemplo, dos conjuntos na região do Brás/Belenzinho do antigo Moinho Matarazzo, ocupado parcialmente por depósito e da antiga Tecelagem Mariângela que também abriga um depósito. Na Lapa, a antiga Metalúrgica Martins Ferreira, parcialmente ocupada por estacionamento e depósito de uma gráfica; e a antiga Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), um conjunto de edifícios que, a princípio, tinha a função de armazenagem de implementos agrícolas, atualmente tem suas edificações subutilizadas, sendo parte ocupada por depósito de diversas empresas.



Fig. 48: Antigo Moinho Matarazzo, uso atual parcial depósito – Res. 38/92.
Foto: Autor, 2009



Fig. 49: Antiga Tecelagem Mariângela, uso atual depósito – Res. 38/92.
Foto: Autor, 2009



Fig. 50: Antiga Metalúrgica Martins Ferreira, uso atual parcial depósito – Res. 05/09. Fonte:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1847>>
Acesso em: 05 Dez. 2010



Fig. 51: Antiga Cooperativa de Cotia, uso atual parcial depósito – Res. 05/09. Fonte:
<<http://www.panoramio.com/photo/25367417>>
Acesso em: 05 Dez. 2010

5.3 Uso museal

Outra forma identificada de apropriação desse patrimônio é a criação de museus, geralmente com a temática industrial e tecnológica, muitos em antigas áreas ou edificações industriais. Não deixa de ser uma variação da forma de apropriação apresentada anteriormente já que também envolve a mudança da função original. Porém, a proposta pedagógica e cultural deste programa é mais evidente e vincula-se estritamente ao cumprimento de uma função social muito relevante às práticas patrimoniais. Além do que, o uso museal se relaciona diretamente ao próprio processo da compreensão do significado e da valorização do patrimônio industrial, especialmente a partir da década de 1960³. Desse modo, é comum

³ Ainda no século XVIII, é possível identificar iniciativas cuja preocupação é a exposição de material tecnológico, como a criação do “*Conservatoire des Arts et Métiers*”, em Paris em 1794, primeiro museu relacionado ao tema cujo acervo consistia em demonstrar as máquinas inventadas (VICHNEWSKI, 2004, p.19 e DAUMAS, 1980, p.431). No século XIX essas iniciativas intensificaram-se, na *Great Exhibition* de 1851 em Londres, máquinas dos primórdios da Revolução Industrial foram apresentadas ao público devido à compreensão de que eram tecnicamente importantes e posteriormente constituíram o acervo inicial do *Science Museum* criado em 1857 (COSSONS, 1978, p.22). Esse crescente interesse embasou a criação de museus em alguns países como

observar diversos tipos de patrimônio cultural convertidos para as mais diferentes modalidades museais.

Conforme aponta Jeudy sobre museus relacionados ao patrimônio industrial:

Prosseguindo nossa caminhada, vemos erguer-se um edifício inteiramente reconstituído, bem limpo, bem distinto dos terrenos vazios, porque parece ocupado. É o museu. Sabemos que, ao entrar nele, não experimentaremos as mesmas emoções. Aprenderemos coisas, veremos que ali tudo está correto, em ordem, que as máquinas parecem prontas para funcionar, e que nenhum detalhe escapou à reconstituição do que foi o local de trabalho. Terminaremos até sabendo “como tudo se passou”. Como não apreciar essa ordem do museu? Ele preenche bem sua função: é a evocação maquinal do que foi. Os últimos operários ainda vivos na ocasião de sua criação talvez tenham se revoltado, dizendo que foram tratados como mortos e, sobretudo alegando o tratamento “excessivamente cor-de-rosa” dispensado às suas “memórias operárias”. Terminaram cedendo. Era o museu ou o esquecimento. (JEUDY, 2005, p. 25-26)

Existem os mais diferentes tipos de museus, de caráter industrial e tecnológico em diversos países, ou ainda, museus populares com recriações de ambientes industriais e domésticos, coleções a céu aberto representadas pelos edifícios e artefatos em áreas que tiveram importância na evolução industrial (BUCHANAN, 1974, p.58). A conservação em museus de remanescentes industriais foi amplamente discutida por diversos autores no âmbito do campo disciplinar da arqueologia industrial; para Buchanan e Cossons existem, a princípio, duas formas básicas de preservação desses artefatos: *in situ* ou no museu (COSSONS, 1978, p.28 e BUCHANAN, 1974, p.53). As críticas se configuram, basicamente, na reunião de objetos diversificados de modo a não esclarecer exatamente sobre a abrangência dos processos produtivos.

Cossons salienta que, do ponto de vista da conservação dos artefatos, a condição do museu como edifício é diferente da condição do museu enquanto instituição organizacional. Para o autor é necessário observar que as exposições não sejam destruídas com o objetivo de adaptá-las em detrimento à integridade do material. Mesmo assim, Cossons reconhece que alguns museus providenciais responderam à demanda da conservação industrial com

o *Museo de Fábrica* de Saint-Etienne e o *Museo Histórico de los Tecidos*, de Lyon (SANTACREU SOLER *apud* VICHNEWSKI, 2004, p.20). Outra iniciativa a ser destacada nesta trajetória é a criação em 1891 do museu *Skansen*, em Estocolmo pelo sociólogo Arthur Hazelier, com construções reproduzindo várias edificações típicas da Suécia como granjas, moinhos, etc. (LÓPES GARCIA, 1992 e AGUILAR, 2001 *apud* VICHNEWSKI, 2004, p.19).

departamentos que coletam maquinários, se concentrando nas contribuições do desenvolvimento da engenharia e tecnologia (COSSONS, 1978, p.23 e 28).

Maurice Daumas comenta sobre a multiplicação e desenvolvimento de vários museus científicos e técnicos depois da Segunda Guerra Mundial em diversos países. Porém, em sua asserção, muitos atuaram sem o conhecimento do campo de estudo da arqueologia industrial, o que foi prejudicial para a efetiva preservação do material (DAUMAS, 1980, p.435). Daumas também chama atenção para evitar a mescla de objetos de diferentes épocas, pois há uma tendência em utilizar os locais disponíveis para agregar objetos técnicos antigos com o objetivo de restituir um ambiente que evoque a época dos trabalhos. Convém, porém, determinar qual época foi mais representativa para ajuntar um material homogêneo que a possa ilustrar. O caráter técnico dessa indústria deve estar enquadrado pela evolução de seu ambiente cultural, sociológico, econômico e por sua história.

É interessante observar que em muitas dessas exposições seja dos processos produtivos, seja da máquina isolada, a função é um aspecto determinante, que pode ser ilustrado através do caso do Museu do Pão - Ilópolis (RS) – (apresentado no capítulo dois) onde a pequena produção de farinha do moinho compõe o acervo documental. Ver o processo em funcionamento tal qual era, ou a máquina em funcionamento, é, muitas vezes, uma parte fundamental do processo de cognição do patrimônio industrial.

Porém, há o problema de incorrer em uma compreensão parcial da totalidade do processo, ou das condições sócio-espaciais que geravam a execução daquela atividade. O pesquisador Ulpiano B. de Menezes relaciona esse aspecto ao analisar o patrimônio industrial e seu eventual “uso museológico”:

[...] Atente-se, por exemplo, para um caso simples, como a operação de máquinas antigas como simulacro de contexto: é preciso ter em conta que a informação assim gerada é parcial e orientada, pois dela estarão excluídos ou mascarados dados relevantes, como a natureza social do tempo e formas de operação, a divisão técnica e social do trabalho, a corporalidade (enquanto parte de um sistema cultural na relação homem-máquina), os conteúdos do imaginário na ótica dos fabricantes, proprietários, administradores, operários, familiares, etc., as significações espaciais e uma infinidade de outros aspectos. Os simulacros e encenações não recuperam tais dados, antes os deformam. (MENEZES, 1986, p.72-73).

Através do caso *Ironbridge Gorge Museum*⁴ é possível compreender o aspecto do uso, que além da dimensão museal, pode fazer parte da intervenção na medida em que pode promover parte da sustentabilidade econômica do projeto. Toda a região de Ironbridge era antes devotada à siderurgia, e na década de 1960 passava por um processo de decadência, além de estar ameaçada pelo desenvolvimento da nova cidade de Telford. Em 1967 foi constituída em Ironbridge uma fundação para tentar preservar os edifícios históricos. Na década de 1970, a cidade foi restaurada pela Companhia de Desenvolvimento de Telford, graças a fundos estatais, sendo estruturada para fins turísticos, provendo economicamente a atividade metalúrgica da região. Nas antigas usinas, passaram a funcionar oficinas com material transferido de uma antiga usina de Bolton (Lancashire), última com a produção de ferro “doce” na Inglaterra e fechada em 1976. A partir de 1982 passou-se a produzir ferro através de técnicas tradicionais, atuando como ateliês de restauração não só para a fundição, mas também a serviço de organizações e particulares (KÜHL, 2005, p.106-107).

Nos itens tombados ou em estudo pelo CONPRES P pode ser identificado somente um caso nessa categoria que é a intervenção no Complexo da Figueira dos Balões da Comgás, conhecido como Complexo do Gasômetro que fazia parte de um conjunto em que se fabricava, armazenava e distribuía gás canalizado para a cidade de São Paulo.

A Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS)⁵ reativou em 2008 essa sede no Brás, onde voltou a funcionar como Centro Operacional da Região Metropolitana, função que teve entre 1890 e 1972. O conjunto de 24 mil m² com edificações como os balões que armazenavam o gás e outros prédios de diversos períodos que distribuía esse produto, passou por um processo de restauração em que parte das estruturas (balões) e a antiga casa dos compressores foram destinados a um espaço expositivo. Nesse espaço se encontra a exposição permanente “Memória do Gás: o futuro sempre presente” em que é apresentada a documentação referente à memória da utilização do gás canalizado como fonte de energia na cidade desde sua implantação no século XIX até hoje.

⁴ No âmbito da preservação *in situ*, a importância da criação do *Ironbridge Gorge Museum* em 1968, é praticamente uma unanimidade. De acordo com Cossons, esse projeto difere dos demais museus até então relacionados com o tema tecnologia e engenharia por se estabelecer no local todo um conjunto de edifícios, fornos e maquinários de extrema importância para a Revolução Industrial inglesa (COSSONS, 1978, p.33-34). Além de seu conteúdo, a importância da criação do *Ironbridge Gorge Museum* também se vincula ao processo da própria compreensão da significância do patrimônio industrial e de sua valorização enquanto herança cultural durante a década de 1960, representando um marco definitivo para a preservação desse patrimônio.

⁵ Informações mais detalhadas a respeito da história do complexo e do processo de restauração podem ser encontradas no livro *Complexo do Gasômetro – a energia de São Paulo*, (2008) desenvolvido por Hugo Segawa, Luís Antônio Magnani (responsável pelo projeto de restauração) e Roseli Baratella.

**Legenda:**

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1- Praça do Balão | 4- Usos do Gás |
| 2- Espaço São Paulo | 5- Laboratório |
| 3- Casa dos Compressores | 6- Espaço São Paulo |

Fig. 52 A: Complexo do Gasômetro – APT 19/91 e ZEPEC 26/04. Planta das áreas abertas à exposição.

Fonte: <<http://www.comgas.com.br>>
Acesso em: 01 Dez. 2010



Fig. 52 B: Sala dos Compressores, exposição.
Fonte: Catálogo "Memória do Gás – o futuro sempre presente"



Fig. 52 C: Balão N°1, painéis expositivos.
Fonte: Catálogo "Memória do Gás – o futuro sempre presente"



Fig. 52 D: Complexo do Gasômetro – APT 19/91 e ZEPEC 26/04. Fonte: Revista AU, N. 168, Março 2008, p.12.

5.4 Edifícios ativos:

Assim, nos reportaremos agora ao patrimônio industrial com a manutenção da atividade para a qual foi designado originalmente. A princípio, as razões pelas quais se mantém a atividade fabril, não são necessariamente relacionadas à salvaguarda do bem. Principalmente nas unidades produtivas, a conjuntura econômica pode se sobrepôr à preocupação patrimonial, ou seja a provável incoerência entre a manutenção de uma atividade fabril e a preservação industrial se demonstra bastante latente, constituindo uma especificidade dessa categoria de patrimônio industrial. Nesse sentido é que se configura a principal questão a que se dispõe estudar esse trabalho: é possível coadunar a atividade industrial com a preservação patrimonial?

É sugestivo observar, tanto na esfera nacional quanto internacional, que a grande maioria das datas mencionadas da desativação da função original deste patrimônio coincidem com o período de desindustrialização mencionado pós década de 1970, principalmente, a partir de meados da década de 1980 e 1990. Assim, é possível concluir que paralelamente à evolução da valorização da importância do patrimônio industrial e a estruturação do campo da arqueologia industrial que vêm se consolidando a partir da década de 1960, conforme apresentado no capítulo um, muitos importantes exemplares que ainda estavam em atividade, perderam sua função e se descaracterizaram antes mesmo de terem sido registrados.

Esse trecho do pesquisador português Cordeiro é muito elucidativo a respeito da condição singular de muitos exemplares industriais na ocasião:

Neste momento, em 1986, por exemplo, ainda contamos – é incrível – com fábricas onde existem máquinas a vapor ligadas à produção. Mas não é um nem dois exemplos, são vários, e recorde-se que, nestes últimos dez anos, temos, testemunhos de fábricas que ainda recentemente venderam sua máquina a vapor. Hoje em dia, em 1986, isso é um evento não muito comum, mas ainda existe. Às vezes, até significa o contrário, fábricas que usaram energia elétrica, mas que devido, aos custos da eletricidade em Portugal, mantiveram e conservaram sua antiga máquina a vapor e irão reutilizá-la pelo menos em alguns setores da produção. Este fato aconteceu em Porto com a Companhia Ourifícia, uma empresa que trabalha com prata e ouro, como empresa de metalurgia. Existem também em Lisboa, na margem sul, uma fábrica de pólvora totalmente acionada por uma máquina a vapor e um sistema de correias. É algo que nestes próximos dez anos irá se transformar, pois, para que as empresas portuguesas ganhem uma certa competitividade, elas terão que passar por um processo de reconversão, e isso fará com que elas renovem seu equipamento e toda a maquinaria – algumas delas datando da construção original da fábrica – será substituída. Por exemplo, na área onde eu trabalho – que fica no Entre – Douro – e – Minho, mais precisamente no vale do Ave, que é uma área Têxtil, predominantemente algodoeira ou, para ser mais exato, de indústria de seda – encontrei uma fábrica extremamente importante do conselho de Santo Tirso, a Fábrica de Tecidos Santo Tirso. Criada em 1896, neste momento, tirando a máquina a vapor, vendida há cerca de dez anos, a fábrica conserva quase todo o seu equipamento original a nível de máquinas. Tem inclusive máquinas posteriores, mas todas originais, com exceção de uma caldeira que foi substituída. (CORDEIRO, 1986, p. 245-247)

Uma questão que se coloca é saber se esses exemplares, assim como tantos outros que estiveram em atividade durante as décadas de 1970, 1980 e até meados da década 1990 foram devidamente inventariados e de fato entendidos como patrimônio industrial enquanto ainda estavam em atividade? Se não, por quê?

No atual campo da preservação, merece destaque a idéia de “urgência de salvaguarda” (LAMY *apud* RODRIGUES, 2001, p.32). A ação dos órgãos de preservação, de modo geral começa com os imóveis desativados, quando estão abandonados e passam a correr maior risco de mutilação ou desaparecimento legitimando a proteção e maior atenção a determinados bens que estão em estado precário, em detrimento de outros conjuntos que também poderiam ser objeto de estudo enquanto ainda possuem uma maior integridade de suas características: “Os bens culturais em uso, aqueles do presente, não merecem nunca o olhar protetor.” (LEMOS, 2006, p.31-32).

No âmbito da arqueologia industrial K. Hudson relacionou a questão do patrimônio em atividade, diferindo sensivelmente de Buchanan que evidencia a obsolescência dos artefatos, como mencionado anteriormente. Para Hudson diferentes administradores podem ter considerações diversas sobre o que preservar bem como motivos para eliminar remanescentes do passado tais como a necessidade de espaço ou meramente retirar lembranças de antigas administrações; dessa forma, as relíquias industriais desaparecem por outros motivos considerados prioridade. O autor ressalta que a história industrial não é feita somente de monumentos excepcionais ou de renomados engenheiros ou empreendedores, mas há uma parte essencial que se relaciona à descoberta e descrição dos processos industriais de pequenos trabalhos, negócios familiares, maquinários, etc. Hudson identifica, assim, dois fatores básicos que levam à destruição dos remanescentes industriais. Primeiro a ignorância, muito é perdido por não se perceber o real valor histórico do que está sendo demolido. Em segundo lugar, é a destruição consciente, porém embasada na decisão de que a marcha do progresso requer que as coisas antigas sejam substituídas por novas o quanto antes. Esses dois tipos de destruição somente seriam evitados através da ampla conscientização da comunidade, dos administradores públicos e diretores das empresas ao ponto de que a documentação seja automática antes da remoção de qualquer evidência do passado (HUDSON, 1976, p.26 – 27).

Assim, o autor coloca que justamente nesse setor da arqueologia industrial é onde ocorre a maior parte das negligências, principalmente, porque as pessoas não percebem a importância do material, geralmente não se documenta o que ainda está em funcionamento, sendo mais conveniente ignorar a tarefa de coletar as evidências do passado até o momento

que seja tarde demais. O que é muito comum em negócios familiares que são comprados, modernizados e nada do que existia é registrado, demolições e transformações ocorrem muito rapidamente depois da venda, ou quando os antigos donos morrem ou se aposentam. Ocasionalmente uma peça ou outra pode ser preservada ou enviada a um museu, mas isso é excepcional, e como resultado, é difícil de escrever e ainda mais difícil ilustrar a história de muitas empresas. Segundo ele, em muitos casos os empresários estão mais ocupados planejando o futuro e tendem a esquecer o passado e considera um infortúnio que muitas empresas pareçam viver somente no presente e no futuro destruindo ou negligenciando o passado displicentemente, ou seja, o que é velho é insuficiente e vergonhoso (HUDSON, 1976, p. 29 - 33).

Particularmente nesse ponto é interessante destacar que a Carta de Nizhny Tagil dispõe sobre a necessidade de inventariação de conjuntos ainda em atividade:

3-iii. [...] Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efetuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim de uma atividade produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registro em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registradas e conservadas, sempre que possível. (TICCIH, 2003)

Na cidade de São Paulo a paulatina valorização dos remanescentes ligados à industrialização na política pública de preservação patrimonial que ocorre a partir da década de 1980 foi curiosamente concomitante ao processo de desindustrialização. Nesse processo muitos exemplares, principalmente aqueles ligados à atividade produtiva, não só passaram por graves descaracterizações, bem como foram desativados e abandonados, sendo que grande parte de seu legado não foi devidamente registrada enquanto ainda estava em funcionamento. Isso decorre do fato de que a percepção do valor documental, histórico e simbólico desse patrimônio em atividade ainda não estava suficientemente amadurecida.

Ao verificar as unidades fabris listadas pelo CONPRESP são poucos os exemplos que se mantém ou mantiveram até recentemente com a mesma atividade para o qual foram efetivamente construídos. Foram identificados e selecionados alguns importantes remanescentes que por décadas estão no mesmo segmento industrial ainda que com adaptações decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

São os conjuntos da Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain) na Água Branca, cuja produção vidreira iniciou no final do século XIX e se mantém no mesmo local; a Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia) no Belenzinho, que mantém a produção de pneumáticos que se instalou em 1938 nas edificações construídas para uma tecelagem da década de 1910; e a Companhia Melhoramentos de São Paulo na Vila Romana, cuja produção gráfica instalada na década de 1922 vigorou até o início de 2008 (ano de início desta pesquisa), embora este caso não tenha mais efetivamente a atividade fabril, optou-se em mantê-lo na pesquisa por suscitar análises pertinentes e, inclusive, por estabelecer um contraponto com os outros dois casos. A Companhia Goodyear do Brasil (antiga fábrica Maria Zélia) tem parte de suas instalações tombadas pelo CONPRESP desde 1992. Já a antiga Vidraria Santa Marina e a Companhia Melhoramentos de São Paulo tiveram remanescentes tombados em 2009. Além da questão de uso e do fato de terem seu valor cultural e documental reconhecido através da salvaguarda municipal, esses bens contêm um considerável valor referencial relativo às suas atividades fabris e são significativos para o desenvolvimento urbano das áreas que estão inseridos.

Em relação ao que foi proposto neste capítulo através da apresentação das recorrentes formas de apropriação do patrimônio industrial de modo a estabelecer um cenário de sua atual condição de uso na cidade de São Paulo, pode-se destacar como principal problemática o efetivo reconhecimento do valor cultural e documental dos remanescentes industriais. Na medida em que sejam de fato vislumbrados no âmbito da preservação patrimonial, cuja prioridade é a efetiva conservação do bem em sua máxima integridade como legado às gerações posteriores, existiria a possibilidade de orientação de toda e qualquer intervenção que incidisse nesses bens, tendo como princípios básicos: a mínima intervenção, a reversibilidade e a distinguibilidade. Para os exemplares ainda em uso, o grande desafio se constitui em coadunar o incremento de suas atividades com o patrimônio edificado. Assim, a terceira parte desse trabalho aprofunda-se na análise dos casos selecionados no recorte específico de modo a perscrutar aspectos e outros questionamentos derivados do ponto chave desta pesquisa: a interface entre o uso fabril e a preservação patrimonial.

Parte III

Estudo de casos: Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain), Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia) e Companhia Melhoramentos de São Paulo

6 Trajetória dos casos

Este capítulo apresenta um breve histórico para situar os exemplos selecionados e, na seqüência, correlacioná-los com a evolução da conjuntura urbana em que estão inseridos o que se julga ser fundamental para compreender a condição de uso na atualidade; as alterações e adaptações que incidiram sobre a materialidade edificada e o processo de tombamento serão objeto dos próximos dois capítulos respectivamente. Esta análise está embasada nos dados obtidos nos levantamentos bibliográficos, na pesquisa documental em órgãos públicos, nos contatos estabelecidos com as empresas, em entrevistas e visitas de campo. Assim, a partir do estudo desses casos pretende-se verificar a interface entre a adequação do bem as necessidades de atualização do sistema de produção fabril e a preservação do mesmo; a vigência das premissas teóricas relativas à preservação e manutenção do bem; a compreensão do valor cultural, documental e simbólico do bem para os proprietários e usuários, enquanto instrumento de memória e a atuação do poder público municipal para a preservação do patrimônio industrial.

6.1 Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain) ¹:

Em 1892 o Conselheiro Antônio da Silva Prado e o Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão iniciaram a exploração de turfa com um forno primitivo em terrenos que cobriam aproximadamente 33 mil m² da Água Branca à Freguesia do Ó, na várzea do Tietê, onde haviam sido descobertas jazidas de areia com cor e qualidade ideais para a manufatura de vidro branco (BRANDÃO, 1996, p.50). Em 1895, constitui-se a firma Prado & Jordão. As linhas divisórias dos terrenos eram a estrada de ferro (Inglesa), o Aterrado do Ó (posterior Av. Santa Marina), Olaria Goulart (áreas do Central Parque Lapa) e o rio Tietê. Em 1895 foi iniciada a instalação de um forno maior e mais apropriado.

A princípio a produção concentrava-se em vidros planos, porém, como não encontrou a receptividade necessária mudaram-se então os objetivos da empresa que em 1896

¹ O material sobre as instalações da antiga Vidraria Santa Marina foi obtido nos trabalhos produzidos pela empresa: *Companhia Vidraria Santa Marina - 80 anos de sociedade anônima, 90 de vidro – a biografia de um monumento* (1983) do historiador Flávio de Barcelos (não publicado – fornecido pela empresa) e *Santa Marina – um futuro transparente* (1996) de Ignácio Loyola Brandão. Foram realizadas entrevistas com: Rafael Valdívnia (antigo funcionário da empresa) em 10 Abr. 2008; Sandra Maria de Souza Pereira (funcionária da empresa – Treinamento e Desenvolvimento Cooperativo) em 01 Jul. 2008; Cláudio José Monteiro (arquiteto responsável pelas obras de ampliação da empresa) em 22 Out. 2009. E consultado: SÃO PAULO (cidade) SMC/ CONPRES Res. 05/09 – *Tombamento ZEPECS Lapa*. - Processo 2008 – 0.190.016 - 2. Mesmo após várias solicitações, foi negada a possibilidade de visita às instalações da empresa, sendo possível somente verificá-la e fotografá-la externamente; o levantamento iconográfico e informações complementares da situação atual foram obtidos junto ao referido processo de tombamento. A empresa forneceu material iconográfico através de Sandra Maria de Souza Pereira.

direcionou a produção para a garrafaria. A indústria brasileira de cervejas estava em pleno desenvolvimento na cidade de São Paulo com a presença das quatro grandes do setor: Antártica (fundada em 1891), Brahma, Bavária e Teutônia. Nesse segmento, a empresa que contava então com 200 empregados passou a produzir diariamente de sete a oito mil garrafas e em 1897 a produção aumentou para 10 mil garrafas. Em 1900 foi instalado um segundo forno (terceiro, se considerar o pequeno inicial) que aumentou a produção para 20 mil garrafas de vidro por dia. Em 1901, Antônio Prado comprou a parte da sociedade dos herdeiros de Jordão, e a empresa passou a se chamar Fábrica de Vidros Santa Marina, em homenagem a uma das filhas de Prado, falecida (BRANDÃO, 1996, p.52). Em 1903 a firma foi transformada em sociedade anônima, passando a denominar-se Companhia Vidraria Santa Marina. Durante os anos seguintes, a fábrica paulatinamente foi se automatizando através da instalação de fornos mecânicos, sendo que ao final da década de 1910 a fábrica contava com 4 desses fornos em funcionamento.

Grande parte da mão de obra era imigrante, muitos de origem francesa, contratados pela experiência na produção vidreira especialmente na região de Marselha (França). Devido às dificuldades de acesso ocasionadas pela distância e principalmente pelas cheias do Tietê, foram construídas duas vilas operárias contíguas à fábrica: a primeira conhecida como Vila Velha, na década de 1910, junto à fábrica; e, mais tarde outra, conhecida como Vila Nova, em um terreno na frente à área original. Aos poucos, a necessidade de habitações cresceu e ultrapassou os muros da empresa (BRANDÃO, 1996, p.59), dessa forma, a importância da empresa para o desenvolvimento da região é incontestável já que foi responsável pela urbanização dos bairros da Água Branca, Pompéia, Lapa e Freguesia do Ó (BARCELOS, 1983, p.55-56). Em 1912 a estrada do aterro do Ó passou a se chamar Av. Santa Marina, o que mostra o quanto a indústria estava integrada à região (BRANDÃO, 1996, p. 65).



Fig. 53 A: Avenida Santa Marina, sem data. Fonte: Acervo da Empresa.



Fig. 53 B: Vila Velha, sem data.
Fonte: Acervo da Empresa.



Fig. 53 C: Vila Nova, sem data.
Fonte: Acervo da Empresa.



Fig. 53 D: Vidraria Santa Marina, vista da entrada principal, 1919.
Fonte: BRANDÃO, 1996, p. 62-63.



Fig. 53 E: Pátio interno da fábrica, estacionamento dos transportes. Ao lado direito parte da vila operária, 1919. Fonte: Acervo da Empresa.



Fig. 53 F: Vidraria Santa Marina, vista externa da fábrica, destaque para a linha de trem, 1918.
Fonte: Acervo da Empresa.

Logo no início da década de 1920, a empresa abdicou da fabricação de vidros planos. Ainda em 1924 estourou o 2º movimento tenentista, bombas atingiram a Vidraria Santa Marina que teve vários setores danificados; em 1929 a empresa sofreu também com graves enchentes (BRANDÃO, 1996, p. 68). Na revolução em 1932, a Vidraria Santa Marina participou do processo de diversificação da indústria de São Paulo para a produção de “material de guerra” (fuzis, bombas, vestuário e comestíveis) (BRANDÃO, 1996, p.71). Com o início da Segunda Guerra em 1939, a gasolina ficou racionada e fornos e têmperas passaram a ser aquecidos por uma fonte de energia improvisada: o gasogênio. Nesse período, houve também uma diversificação da linha de produção da vidraria: fabricação de frascos para remédios e perfumes (tubos de vidros, ampolas, flaconetes e também os vidros azuis, marca registrada do Leite de Magnésia de Philips).

Em 1941, a fábrica construiu olarias internas para fabricação de tijolos refratários, elemento fundamental para seus fornos de fusão, procurando assim emancipar-se das importações (BARCELOS, 1983, p.114), além de voltar a produzir o vidro plano através da Companhia Vidraria Nacional (Covibra), cujas instalações foram erguidas ao lado da fábrica da Santa Marina. Após um processo de racionalização da parte administrativa a Santa Marina, em 1944, associou-se à *Corning Glass Works* dos Estados Unidos, empresa detentora da marca *Pyrex*, o que foi primordial para a recuperação da Santa Marina no período pós Segunda Guerra (BARCELOS, 1983, p.115).

Em 1952, ao mesmo tempo em que se montavam os fornos para a produção de *Pyrex*, foram adquiridas máquinas para a fabricação de bombonas, recipientes de 38l, que ainda eram produzidos pelo sistema rudimentar de sopro. Em 1953, comemoração do quinquagésimo ano da fundação da sociedade anônima, foi inaugurado o forno 14, destinado ao *Pyrex*. No ano do IV Centenário de São Paulo (1954) a empresa sofreu grandes perdas devido a um incêndio, motivado por um curto-circuito que destruiu cerca de dois mil metros quadrados de área construída incluindo os fornos de número 4 (onde se fabricavam os vidros azuis para a Magnésia) e 5, os depósitos de embalagens, armazéns e almoxarifado. Em 1955 foi construído o Centro Social na Av. Santa Marina, um conjunto de edifícios com frente para a Av. Santa Marina.

Ainda na década de 1950 a *Compagnie de Saint - Gobain* começou um processo em busca de novos mercados na América Latina e o Brasil era um país industrialmente promissor. A cidade de São Paulo tinha uma política favorável para o capital estrangeiro, favorecendo então, no ano de 1960 a associação entre a Saint - Gobain, a Souchon - Neuvesel e a Santa

Marina, que vinha de um período de divergências internas entre os proprietários, enfraquecendo a empresa. A Santa Marina apresentava, segundo relatos da época, fornos antieconômicos, mantidos precariamente, e um quadro econômico frágil devido às dívidas com bancos (BRANDÃO, 1996, p.80-82). A associação com a Saint-Gobain foi determinante para o futuro da indústria, que levou a uma complexa reestruturação não só administrativa, mas também física. Com a associação, houve uma grande expansão de todas as linhas de produção: garrafas, frascos, artigos *Pyrex* e *Colorex*.

Outra significativa alteração foi a abertura da Avenida do Emissário em 1962 (que posteriormente teve seu nome alterado para Avenida Ernano Marchetti) que vinha do centro da Lapa e atravessou o terreno de propriedade da Companhia, na área em que estavam os lagos e edificações adjacentes (230.000 m² quadrados dos quais 190.000 m² de terrenos alagadiços). Essa área que ficou então separada por essa avenida foi alienada em 1967 para outra empresa (BARCELOS, 1983, p.154-155).

Em 1971, a Santa Marina incorporou a Indústrias Reunidas Vidrobrás Ltda, e seu importante patrimônio relacionado à produção de vidro plano. Foi também construída uma nova unidade (P.200) para o fabrico de vidro plano com capacidade de produção diária de 200 toneladas de vidro através de um sistema de têmpera horizontal. Em 1973 outro forno de estiragem com 4 máquinas foi construído (BARCELOS, 1983, p.179-180). Com essas ampliações e incorporações, o escritório central foi transferido para a Av. Paulista. Porém, essas instalações não atendiam ao volume crescente de serviços administrativos centrais. Dessa forma, foi necessária a construção de uma sede própria que pudesse abrigar os setores principais de sua administração. Optou-se por um terreno próximo ao complexo fabril, onde se situava originalmente a “Vila Nova” (uma das vilas operárias), esse novo edifício administrativo central que conta com quatro pavimentos, auditório e restaurante foi inaugurado em 1975² (BARCELOS, 1983, p.179).

No início da década de 1980, o complexo da Água Branca totalizava 6 mil empregados, comercializavam-se 70 milhões de artigos domésticos, produziam-se mensalmente 640 toneladas de fibra de vidro, 13 milhões de frascos plásticos, 45 milhões de vasilhames, 510 toneladas de vidro plano por dia (BRANDÃO, 1996, p.87-89). Em 1982 foi implantado o processo de fabricação do vidro pelo processo *float*, além disso, com o término

² Esse projeto pode ser consultado junto à biblioteca FAUUSP (Acervo do Setor de Projetos de Arquitetura): *Edifício Sede da Cia. Vidraria Santa Marina* à Av. Santa Marina, Nº 458 a 508 – Água Branca. Data: 1974. Autor: Rosa Grena Kliass Paisagismo Planejamento e Projetos Ltda.

da concessão com a Corning, ficou proibido o uso do termo *Pyrex*, foi então lançada uma nova designação pela empresa para o mesmo produto: *Marinex*.

No início da década de 1990, 30 anos após a fusão com o grupo Saint - Gobain aventou-se a possibilidade de desativar o conjunto Água Branca por ser limitado em termos de área, mas chegou-se a um consenso de que a instalação se manteria, então houve uma reestruturação dos departamentos, além de mais um grande investimento em um novo forno. Atualmente a empresa continua no mesmo local, com o mesmo segmento fabril e com parte das instalações do terreno terceirizadas.



Fig. 54: Vidraria Santa Marina (Saint – Gobain), vista aérea com Lapa ao fundo, década 1990.
Fonte: Acervo empresa.

6.2 Companhia Goodyear do Brasil (Antiga Fábrica Maria Zélia)³:

A antiga Fábrica Maria Zélia da Cia. Nacional de Tecidos de Juta foi construída em 1913 sob a direção de Jorge Street, num amplo terreno de 300.000 m² que ia da Av. Celso Garcia ao Rio Tietê, no bairro do Belenzinho que englobava as características adequadas ao empreendimento: grande área, próximo à água em quantidade (necessária para todas as etapas da produção têxtil) e abundância de mão de obra (BLAY, 1985, p. 224).

³ O material sobre o histórico das instalações da antiga Fábrica Maria Zélia, atual Companhia Goodyear do Brasil foi obtido junto ao processo de tombamento de alguns remanescentes desse conjunto fabril. Processos consultados: SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT. Processo 24268/85, *Vila Maria Zélia* e SÃO PAULO (cidade). SMC/ CONPRESP. Res. 39/92 - *Vila e Antiga Fábrica Maria Zélia*. Processos 01- 053.418-79*50 e 16-007.602-93*04 (Contestação ao Tombamento da Antiga Fábrica Maria Zélia). O material específico sobre a Companhia Goodyear do Brasil foi obtido em publicações da empresa como o livro *Goodyear do Brasil – 90 anos Rumo ao Futuro* (2009), além de revistas e catálogo, bem como em uma visita realizada em 17 Nov. 2009 e acompanhada pelas funcionárias Lilian A. Sguillar e Gisleine Giugliano (Assessora de Relações Públicas e Imprensa), em que foi possível conhecer o atual processo produtivo e verificar a atual situação das edificações, porém, não foi possível fazer um levantamento fotográfico, alegando-se questões de segurança. A empresa também forneceu material iconográfico através de Gisleine Giugliano.

A fábrica moderna contava com setores para tinturaria, fiação, tecelagem, sacaria, estamparia e mercerização do algodão, sendo no total 200 teares e 84000 fusos. Em 1916 a 1918, na área adjacente à fábrica foi construída a Vila Maria Zélia, projeto encomendado por Street ao arquiteto francês Pedarieux. A vila era composta por 176 casas e uma ampla infraestrutura (escolas, creches, igreja, restaurantes, farmácia, etc.). O industrial concebeu a vila como espaço higienizado e moralizado com a preocupação de isolar os operários do restante da cidade.



Fig. 55 A: Vista parcial da Vila e fábrica Maria Zélia, 1919. Fonte: TEIXEIRA, 1990, p.129.



Fig. 55 B: Vista parcial da Vila e fábrica Maria Zélia, 1918. Fonte: TEIXEIRA, 1990, p.130.



Fig. 56 A: Vila Maria Zélia, situação atual, vista do colégio. Foto: Autor, 2009



Fig. 56 B: Vila Maria Zélia, situação atual, vista do armazém. Foto: Autor, 2009

Figura polêmica e controversa Jorge Street é visto por alguns como o industrial à frente de seu tempo, o bom patrão que até defendia “idéias socialistas” e por outros como o burguês capitalista que sabia explorar com astúcia seus operários (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res.39/1992, p. 89). Em suas palavras:

Quero dar ao operário não só ótimas condições de trabalho e consciência do seu valor na produção na qual coopera, mas um verdadeiro bem estar na sua casa, tanto do ponto de vista financeiro, como higiênico e moral. Por isso comprei uma grande área de terreno, no Belenzinho, muito maior que a necessária para uma indústria, e, [...] instalei uma fábrica modelo, onde os operários trabalham não como brutos, mas como seres humanos [...] (MORAES FILHO *apud* SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res.39/1992, p.130).

Em 1925, por fatores econômicos relacionados à crise do setor têxtil e à própria administração de Jorge Street, o conjunto da fábrica e da vila foi vendido à família Scarpa que alterou o nome para Cotonifício Scarpa, e Vila Scarpa. Porém, logo em 1926 a fábrica foi fechada e hipotecada ao Estado. Em 1931, a empresa Guinle Irmãos e o Banco do Brasil adquiriram parte do Cotonifício Scarpa, e parte foi solicitada pelo Governo Vargas para a instalação de presídio político. Em 1936 a Guinle Irmãos comprou a parte do Banco do Brasil. Em 1938, a Companhia Goodyear do Brasil – Produtos de Borracha Ltda. adquiriu parte do terreno, que incluía a fábrica, a creche, o jardim de infância e cerca de 20 casas da Vila.

A Goodyear⁴ tinha inaugurado um escritório de vendas no Rio de Janeiro em 1919, comercializando produtos trazidos dos Estados Unidos. Posteriormente, a sede inicial foi transferida para São Paulo, onde um amplo espaço passou a abrigar escritórios e *showroom* de produtos. Nas décadas seguintes, a companhia foi crescendo e abriu filiais em outras capitais, além de um armazém em Santos. Por volta de 1937, começaram as negociações com o governo brasileiro, para a instalação de uma fábrica no país. Depois de meses de reuniões, a lei que daria permissão para a fábrica ficou parada no Senado, que foi fechado pelo presidente Getúlio Vargas, mas dois anos depois, o projeto foi retomado. Nessa época, a cidade de São Paulo já era o maior centro industrial da América Latina, empresas como a GM e a Ford já montavam veículos no Brasil com peças e componentes vindos do exterior. Nesse contexto, em setembro de 1939, a Goodyear inaugurou sua fábrica no bairro do Belém, em São Paulo, produzindo pneumáticos, câmaras de ar e artefatos de borracha com 366 operários. As vantagens da localização estratégica próxima ao centro e ao Rio Tietê e a disponibilidade de mão de obra do bairro foram fatores determinantes para a compra dessa área. Na década de 1940, foram construídos novos edifícios fabris numa área que originalmente pertencia à vila, e, conseqüentemente, parte desta foi demolida.

Inicialmente, a produção diária era de 400 pneus, paulatinamente esse número foi crescendo. Durante os quase seis anos da Segunda Guerra, as importações tornaram-se difíceis, abrindo mercado para os produtos Goodyear e impulsionando os negócios no Brasil. A empresa passou a fabricar mangueiras para água e ar comprimido e, em 1943, iniciou a produção de pneus para avião. Com o término da Segunda Guerra, máquinas superadas nos Estados Unidos foram incorporadas aqui e consideradas de grande eficiência. Em 1946 a Goodyear atingiu a marca de um milhão de pneus fabricados no Brasil.

⁴ A *Goodyear Tire & Rubber Company* foi fundada em 1898 por Frank Seiberling em Akron, Ohio, meio oeste americano, cidade conhecida como a capital mundial da borracha (GOODYEAR, 2009, p.12)

Na década de 1950, com o impulso à industrialização e a definitiva implantação da indústria automobilística no país, a Goodyear renovou sua linha de pneus para o atendimento direto às montadoras. Para reforçar sua independência no abastecimento de matéria-prima, em 1954 a empresa passou a plantar seringueiras na Fazenda Marathon, no Pará (GOODYEAR, 2009, p. 51). Acompanhando a evolução da tecnologia, em 1958 a companhia passou a usar o processo 3-T na fabricação, exclusivo da companhia, que consistia na construção de pneus com cordonéis temperados sob tensão, temperatura e tempo precisos, formando lonas mais fortes, resistentes e praticamente imunes a deformações (GOODYEAR, 2009, p. 51 e p.53).

Completando 20 anos de sua fábrica no Brasil, a Goodyear comemorou em 1959 a produção do seu pneu de número 8 milhões. A evolução da empresa acompanhava o processo de modernização do país em relação à implantação da indústria automobilística. Novos modelos de pneus foram lançados, novos processos passaram a ser utilizados e novas formas de gestão adotadas. Também em 1959 foi instalado o escritório da empresa no centro de São Paulo para onde foram transferidas as atividades administrativas e de vendas realizadas anteriormente na fábrica (GOODYEAR, 2009, p. 58).

Antes do final da década de 1960, devido à demanda das atividades produtivas a fábrica foi ampliada com a compra de um terreno vizinho com área de 13160 m² de propriedade da Fiação Brasileira de Lã (GOODYEAR, 2009, p. 58-59). Na década de 1970 a fábrica de São Paulo estava atingindo seu limite em termos de possibilidades de expansão, decidiu-se então construir uma nova unidade em Americana-SP, em fins de 1973 esta unidade já estava em atividade.



Fig. 57: Vista aérea da Companhia Goodyear do Brasil, década 1970. A Vila está em primeiro plano ao lado esquerdo. Fonte: SÃO PAULO (Estado), CONDEPHAAT, Processo 24268/85, *Vila Maria Zélia*, p.111.

Durante a década de 1980, período de crise econômica no Brasil, a Goodyear voltou-se para incorporar conceitos e técnicas novos, principalmente a partir do exemplo japonês, objetivando uma maior qualidade dos produtos. Nesse período, as montadoras passaram a investir mais em parcerias com seus fornecedores. A orientação para a inovação e qualidade, somadas à tradição do conhecimento do mercado continuaram como política da empresa durante a década de 1990 norteando a modernização de equipamentos, processos e uma readequação física da planta, para torná-la mais eficiente e lucrativa, ao mesmo tempo em que foram eliminadas linhas de negócios não rentáveis (GOODYEAR, 2009, p.95). Em 2000 foi construída uma nova fábrica em Santa Bárbara do Oeste - SP, a presidência da Goodyear América Latina também foi transferida para São Paulo.

Atualmente a empresa trabalha com 11 linhas de produtos, são correias em V, correias transportadoras, moldes, pneus para aviões, recauchutagem de pneus de avião, componentes de borracha para a indústria de pneumáticos, pneus radiais *off Road* e para tratores e pneus convencionais de trator, camioneta e caminhão. De acordo com informações obtidas com a funcionária Lilian A. Sguillar em visita à empresa ⁵, a unidade do Belenzinho trabalha principalmente com a manufatura de pneus de avião (*Flight Leader*), trator (traseiro e dianteiro), caminhão, caminhonete e recauchutagem de pneus de avião. A marca Veyance é uma concessão da Divisão de Produtos de Engenharia (mangueiras, mangotes, correias) em parte das instalações do Belenzinho que foi terceirizada durante a década de 1990 para a produção de material de engenharia; em 2006 vendeu essa concessão, mas continua a fornecer borracha.

6.3 Companhia Melhoramentos de São Paulo ⁶:

Em 1890, o empreendedor Antônio Prost Rodovalho investiu na produção de papel industrializado no Brasil e criou a Companhia Melhoramentos de São Paulo (CMSP) em Caieiras – SP. Paralelamente, os irmãos Weiszflog chegaram ao Brasil da Alemanha em 1894, associaram-se a um negócio no ramo de papelaria, encadernação, livros em branco e

⁵ Visita em 17 Nov. 2009.

⁶ O material a respeito do histórico da empresa foi obtido junto à publicação comemorativa do centenário da empresa: *100 Anos da Melhoramentos – 1890 – 1990*. (1990) de Hernani Donato. Foram realizadas entrevistas com: Hernani Donato (historiador da empresa) e Marina Oehling Gelman (Advogada da empresa) em 31 Mar. 2008. Foi feita uma visita às instalações da empresa em 08 Mai. 2008 acompanhada por Lina Bizzotto (coordenadora de serviços gerais), sendo possível levantamento fotográfico. Além disso, a empresa forneceu material iconográfico. Foi também consultado: SÃO PAULO (cidade), SMC/ CONPRESP, Resolução 05/09 – *Tombamento ZEPECS Lapa*. - Processo 2008 – 0.190.016-2. A empresa forneceu material iconográfico através de Marina Oehling Gelman (Advogada da empresa) e Lia Mattos (responsável pelo arquivo).

importação de papel, mais tarde (1905) foi então criada a Weiszflog Irmãos – Estabelecimento Gráfico.

A qualidade dos produtos ganhou notoriedade, o que estimulou a adesão da empresa ao ramo editorial. Na condição de editores a empresa dos Weiszflog produziu em 1915 o livro “O Patinho Feio”, de Hans Christian Andersen com ilustrações de Franz Richter, que se tornou um marco da literatura infantil brasileira por ser o primeiro editado a quatro cores (até então as edições eram somente em preto e branco).

Nesse mesmo período a Companhia Melhoramentos, passava por dificuldades financeiras agravadas durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Com isso, Antônio Rodovalho deixou a empresa e os novos donos a venderam em 1920 aos irmãos Weiszflog que incorporaram então o fornecimento e a manufatura do papel à sua linha produtiva que contava com a produção, edição e comercialização de livros. A partir daí se constituiu o embasamento para o *slogan* que durante muitos anos tem acompanhado os livros da editora: “Do pinheiro ao livro – uma realização Melhoramentos.” (DONATO, 1990, p.69).

A princípio, a localização da parte editorial e gráfica se concentrava no núcleo central da cidade (Rua Líbero Badaró), enquanto que a produção de papel estava no município de Caieiras. A empresa adquiriu um terreno na região da Água Branca – Lapa, no loteamento em formação da Vila Romana para a instalação de toda sua produção gráfica. As instalações no centro da cidade eram pequenas para o crescimento e existia também o aspecto logístico, a região da Água Branca e Lapa situada na direção oeste da cidade de São Paulo estava alguns quilômetros mais próxima de Caieiras, desse modo, o papel produzido chegaria mais rapidamente à gráfica e o escritório administrativo e editorial se manteria na Rua Líbero Badaró (DONATO, 1990, p.67). A partir de 1921 foi iniciada a construção da gráfica no quarteirão formado pelas ruas Tito, Vespasiano, Camilo e Espártaco da Vila Romana, e em 1923 o edifício foi inaugurado. De acordo com o histórico da empresa, a editora no final da década de 1920 se posicionava entre as primeiras do país, em 1929 imprimiu em torno de 630.000 exemplares, lançou 30 títulos, sendo 10 na Biblioteca da Adolescência, confirmando a priorização da literatura infanto-juvenil.

Ainda no início da década de 1930, no quarteirão vizinho (em frente), formado pelas ruas Tito, Espártaco, Camilo e Aurélia, foram construídos galpões destinados ao depósito do material utilizado na gráfica. Com a Revolução Constitucionalista de 1932 a empresa foi incumbida pelo Governo Paulista a produzir o papel-moeda no período em que o Estado esteve embargado, momento que também impossibilitava a importação de celulose e a

produção de papel em Caieiras, mal supria o mercado paulista e a gráfica da própria Companhia (DONATO, 1990, p.89).

Na segunda metade da década de 1930 a empresa recebeu novas máquinas e, em 1937, desenvolvia trabalhos para importantes clientes como: Antártica, Nestlé e Fiat Lux; além de contribuir para a notoriedade do Almanaque do Biotônico Fontoura, que revelou o Jeca Tatu de Monteiro Lobato.



Fig. 58 A: CMSP, construção da gráfica década de 1920 e relação com Vila Romana.
Fonte: Acervo da empresa



Fig. 58 B: CMSP, ao redor da gráfica vai se condensando a Vila Romana, meados década 1930.
Fonte: DONATO, 1992, p.95.

A partir de meados da década de 1940 ocorre uma alteração significativa na constituição física da empresa. No terreno original da gráfica, no ângulo das ruas Tito e Espártaco foi construído o prédio de 4 andares preparado para receber a administração, a editora (que estava instalada no galpão da gráfica) e os serviços que ainda funcionavam na Rua Líbero Badaró. Esse prédio também contava com restaurante: “Provavelmente o primeiro restaurante de fábrica” (DONATO, 1990, p. 116), referindo-se ao contexto da cidade de São Paulo.

Durante a época do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, a Melhoramentos produziu a maior parte das publicações especiais comemorativas. No final da década de 1950 acelerou-se a modernização da gráfica e novos equipamentos foram incorporados, para tanto foi necessário espaço, que foi obtido pela transferência para Caieiras dos setores de fabricação de cadernos, envelopes, artefatos, guardanapos (DONATO, 1990, p.126). Durante a década de 1960 a modernização da gráfica continua e são implantados novos processos avançados no setor de composição, implicando na desativação de outras seções (estereotipia e galvanoplastia) (DONATO, 1990, p.135). Com o crescimento da demanda pelas enciclopédias, a Melhoramentos programou-se para também abarcar essa faixa de mercado com alta tecnologia, para tanto, novos maquinários foram adquiridos, a *Roland Ultra off-set*

em quatro cores e a fotocomponedora *Photon*, que acelerou os trabalhos de composição na medida em que tornou possível trabalhar diretamente sobre o filme, o setor de litografia foi então substituído. Dois outros conjuntos de máquinas (*Kolbus*) deram maior fluência às minúcias do acabamento.

Essas paulatinas mudanças de maquinários e também da mão de obra operacional foram configurando o novo processo produtivo da gráfica. De acordo com o histórico da empresa em 1973, o sistema que caracterizava a velha gráfica foi definitivamente mudado com a instalação de duas outras máquinas impressoras (*Roland* bicolores), esse momento foi decisivo para a gráfica, pois selou definitivamente a transição de um processo que era integralmente manual para um totalmente mecanizado: “Técnica e humanamente a gráfica refletia os avanços do tempo.” (DONATO, 1990, p.140). Durante os anos 80 as modificações continuaram, e máquinas que representaram o orgulho de outros tempos foram novamente substituídas cedendo espaço e função para métodos mais avançados.

A Companhia Melhoramentos manteve sua parte gráfica até recentemente nessas mesmas instalações. Conforme informações obtidas com Marina Oehling Gelman (Advogada da empresa) ⁷, em 2000, o terreno dos galpões da década de 1930 foi vendido para a construção de um condomínio residencial vertical. Nas edificações originais remanescentes, a produção gráfica se manteve. Porém, a partir de 2001, iniciou-se um processo de terceirização do maquinário, a Melhoramentos alugou o galpão remanescente (original da década de 1920) para uma nova empresa que havia comprado a parte gráfica e esta manteve a produção até o início de 2008, quando se mudou para outro Estado. Atualmente, esse galpão original está praticamente desocupado (subutilizado para depósito e no mezanino uma seção administrativa) e somente o edifício administrativo e editorial de 1948, mantém sua atividade.



Fig. 59 A: CMSP, vista aérea dos dois quarteirões, 1962. Fonte: Acervo da empresa



Fig. 59 B: CMSP, adensamento urbano na Vila Romana, 1992. Fonte: Acervo da empresa

⁷ Entrevista concedida em 31 Mar. 2008.



Fig. 59 C: CMSP, 1992. Galpões de depósito demolidos posteriormente. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 59 D: Edifícios residenciais construídos em antigo quarteirão da CMSP. Foto: Autor, 2008.

6.4 Estrutura urbana e condição atual

O histórico apresentado dos casos em pauta estão estritamente vinculados à própria dinâmica urbana que é determinante para a manutenção ou não da atividade industrial. Desse ponto de vista tanto a instalação da Vidraria Santa Marina na Água Branca, bem como a antiga Fábrica Maria Zélia, no Belenzinho, seguem a configuração característica da primeira fase de industrialização da cidade de São Paulo embasada no trinômio ferroviário, curso d'água e terreno plano, de acordo com os estudos de Langenbuch (1971), mencionado no capítulo quatro, denotando a configuração dos bairros tipicamente industriais no eixo leste-oeste na cidade.

Num primeiro momento, a localização da Vidraria Santa Marina estava mais diretamente associada a uma característica geológica específica: a disponibilidade de elementos à sua matéria prima primordial; já a Fábrica Maria Zélia é um caso bem explícito e clássico que pode referenciar esse período da história da capital paulista no que tange à relação entre cidade e indústria: a implantação de um estabelecimento fabril moderno e de grande porte às margens do rio Tietê que empregou aproximadamente 3000 operários. Além disso, ambas tiveram associadas às suas instalações fabris, vilas operárias de modo a prover a necessidade habitacional da mão de obra, no caso da Vidraria Santa Marina, foram constituídos dois núcleos em momentos diferentes- a Vila Velha e a Vila Nova; e no caso da Fábrica Maria Zélia a construção da vila logo depois da implantação da fábrica; posteriormente, já na década de trinta, com a implantação do novo setor industrial com capital estrangeiro (fabricação de pneus) a relação entre fábrica e a vila se desvinculou completamente. A Companhia Melhoramentos de São Paulo é um exemplo um pouco diverso da tipificação anterior, a localização em meio ao caminho entre o escritório central e a matéria

prima em Caieiras foi um fator determinante na escolha da implantação da gráfica neste terreno na região da Vila Romana, área um pouco acima das várzeas do Tietê e da linha férrea.

A despeito das diferenças na motivação inicial, essas três empresas foram determinantes no cenário que configurou a estrutura urbana na região em que estão inseridas na medida em que demandavam residências e serviços de apoio aos operários e à atividade fabril. A Vidraria Santa Marina colaborou para a estruturação dos bairros adjacentes (Água Branca, Pompéia, Lapa e Freguesia do Ó), a Fábrica Maria Zélia o bairro do Belenzinho e a Companhia Melhoramentos condicionou diretamente a evolução da Vila Romana, considerada parte da Lapa, na medida em que muitos operários buscavam este bairro para residir e trabalhar, além do que morar na vila era importante para ocupar um lugar na fábrica: “Quando ela começara a ser erguida, podia-se contar não mais do que oito casas num raio de quinhentos metros. E dezenas delas, dois anos mais tarde (1923), quando a gráfica passou a operar.” (DONATO, 1990, p.77).

Como mencionado no capítulo quatro, a mudança do perfil econômico da cidade, motivou principalmente duas dinâmicas em relação às indústrias: a desindustrialização e a incorporação das antigas áreas pela demanda de serviços e residencial. Ainda assim, há uma terceira categoria de empresas que permanecem com a mesma atividade produtiva no mesmo local original, em que se enquadram a Vidraria Santa Marina e a Companhia Goodyear do Brasil. Esses casos se assemelham em relação à implantação inicial e posterior adesão ao capital estrangeiro, bem como à mudança de polarização proporcionada pelo desenvolvimento dos eixos viários a partir das décadas de 1940 e 1950 (ambas a poucos metros da marginal Tietê). Para estas empresas o uso fabril ainda é possível, pois é suficientemente competitivo manter-se na capital paulista devido a fatores como: instalações fabris adaptadas à manutenção de uma alta produtividade, terreno próprio, mercado consumidor, disponibilidade de mão-de-obra (tanto para a produção direta quanto para a administração) e localização (proximidade à marginal Tietê).

Já no caso da Companhia Melhoramentos a sobrevivência da atividade fabril até o início de 2008 pode estar em parte relacionada com seu próprio caráter, já que o setor gráfico sempre abasteceu os serviços. E também pelo fato de que as instalações em terreno próprio, perfeitamente compatíveis com o processo produtivo constituíam um segmento de uma empresa de capital nacional que abrangia desde a manufatura da matéria-prima até o fornecimento. O galpão remanescente manteve a produtividade, porém, dentro do contexto de

flexibilização produtiva já mencionado, tornou-se mais competitivo terceirizar a gráfica que seguiu locando o edifício compatível às suas necessidades produtivas. Porém, posteriormente, a empresa que comprou os maquinários se mudou para outro Estado em função dos altos insumos da capital.

Evidencia-se nesse caso, de forma bastante elucidativa, a dinâmica da absorção do uso industrial pela demanda residencial e dos serviços. Diferente dos casos anteriores, verifica-se que a estrutura urbana que se desenvolveu em torno da Companhia Melhoramentos desde sua instalação em 1923, tornou-se a partir da década de 1990 um obstáculo para a continuidade desta empresa, absorvendo definitivamente a atividade fabril inicial. Essas considerações são pertinentes para a compreensão do processo de venda do terreno da frente do galpão original para a construção de um condomínio vertical (2000) e posterior finalização da produção da gráfica (2008). Com o passar dos anos a região da Vila Romana, passou a se configurar como um bairro de perfil mais residencial abastecido por uma variedade de serviços (escolas, lojas, supermercados, etc.) e essa estrutura urbana que se desenvolveu, num primeiro momento a partir da indústria, condicionou o fim dela na medida em que o terreno valorizou-se a tal ponto que foi mais vantajoso vendê-lo que manter-se nele.

Nesse sentido retoma-se à questão da mudança do perfil econômico da cidade refletido nas alterações do uso do solo dispostos no zoneamento da cidade, apresentado no capítulo quatro. O bairro do Belenzinho, onde está a Companhia Goodyear é bastante caracterizado pelo processo de desindustrialização, pela decadência de muitas fábricas, pelo aumento de estabelecimentos ligados a serviços diversos com nenhuma especialização específica, por alguns pontuais edifícios residenciais para uma incipiente classe média e pela descaracterização das antigas vilas e residências operárias já que os originais operários passaram a procurar outras áreas da cidade para morar.

Já a região da Lapa vem apresentando intensas alterações decorrentes dos interesses do mercado imobiliário, refletidos nos novos usos designados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 13872/2004) às áreas originalmente industriais e na disposição das operações urbanas em andamento na região, como apresentado no capítulo 4. A Operação Urbana Água Branca, em estudo desde 2006 tangenciava o terreno da Vidraria Santa Marina, enquanto que a Operação Urbana Lapa-Brás (2010) engloba esta área e tangencia o terreno da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na Rua Tito.

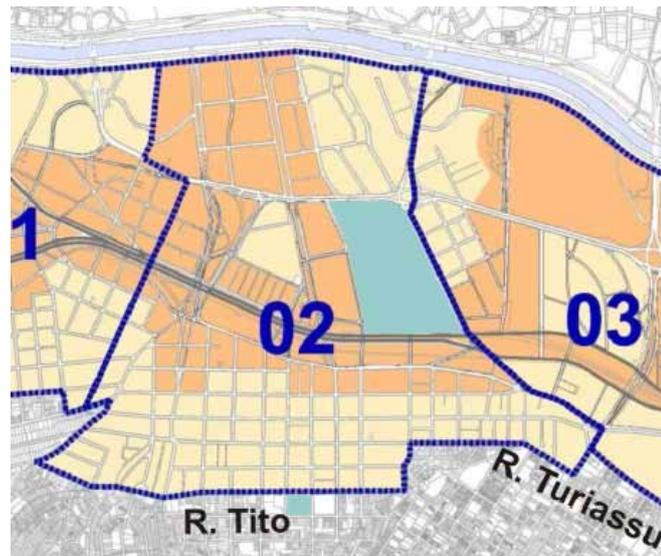


Fig. 60: Operação Urbana Lapa – Brás, recorte do setor 2 que engloba o terreno da antiga Vidraria Santa Marina e tangencia o terreno da CMSP, na R. Tito. Legenda: Verde – Terrenos dos casos; Amarelo – Transformação incentivada; Laranja – Transformação induzida.
 Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17818> Acesso em: 18 Nov. 2010.

Dessa forma, a Vidraria Santa Marina encontra-se sob as condições de estudo que aborda justamente a potencialidade de todo o eixo ferroviário em abrigar novos usos urbanos compatíveis com a dinâmica atual e aventa, inclusive, a possibilidade de relocação de atividades industriais, segundo alguns critérios de análise. A manutenção da atividade nessa planta nos próximos anos pode estar, portanto, comprometida pela nova conjuntura urbana.

É evidente, portanto, que a manutenção da atividade industrial nesses casos analisados, está vinculada a uma série de fatores que incluem aspectos econômicos de ordem interna (intrínsecos à própria política das empresas em questão) e externa, que englobam a própria disposição da estrutura urbana. Nesse sentido, pode-se considerar que no âmbito atual da perspectiva do mundo globalizado, os benefícios proporcionados pelas plantas da Santa Marina e da Goodyear para as respectivas empresas de caráter multinacional são suficientemente competitivos para mantê-las em atividade produtiva. Até o momento, aspectos como a eventual obsolescência das edificações em relação à produtividade foram superados e os altos custos de aglomeração da capital conseguem ser absorvidos pela alta produtividade. Ambas tiveram parte das edificações terceirizadas acompanhando a lógica global da flexibilização produtiva, mas ainda seguem com a mesma atividade. A infraestrutura arquitetônica, aspecto que tangencia diretamente a condição de bem cultural, adaptada ou não à produção, é um dos fatores que pode condicionar a manutenção da atividade, mas não tão somente determinar a longevidade da empresa numa localidade, e será analisado no próximo capítulo.

7 Adaptações necessárias: processo produtivo x preservação do patrimônio

Pretende-se agora verificar as incidências da continuidade do uso fabril sobre a materialidade arquitetônica dos casos selecionados que foram possíveis de ser levantadas, correlacionando as descrições das adaptações e o material iconográfico consultado com o objetivo de verificar em que medida essas intervenções estiveram embasadas no campo disciplinar da preservação patrimonial.

7.1 Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain):

Diferente dos outros casos, a Vidraria Santa Marina não teve um projeto inicial pré-determinado que abarcasse todas as necessidades de seu programa inicial; ao contrário, foi se constituindo paulatinamente ao longo das décadas e foram inúmeras e sucessivas modificações e ampliações em seu conjunto edificado, através do material consultado foi possível detectar algumas dessas alterações. No período inicial, a superfície dos terrenos da Santa Marina era de aproximadamente 500.000 m² e contava, dentre outras edificações com dois fornos para a fundição de vidro, dependências para têmperas, edifícios de gasogênio, oficinas, olaria, moinho para triturar pedras, galpões de zinco, cocheiras, depósitos de carroças, carpintaria, almoxarifado, casa da administração e escritório, um sobrado composto de casas para operários e a estação de água em forma de torre conhecida como "Castelinho", à beira do lago da empresa, cuja função era puxar a água do Tietê para abastecer a fábrica, naquela época sem necessidade de tratamento despoluidor (BARCELOS, 1983, p. 75 - 78).



Fig. 61: Fábrica de Vidros Prado e Jordão, 1896. Do lado esquerdo verifica-se a denominada "cabine elétrica" remanescente até a atualidade.
Fonte: Acervo da Empresa



Fig. 62: Antiga Vidraria Santa Marina, lago de abastecimento, sem data.
Fonte: Acervo da Empresa.

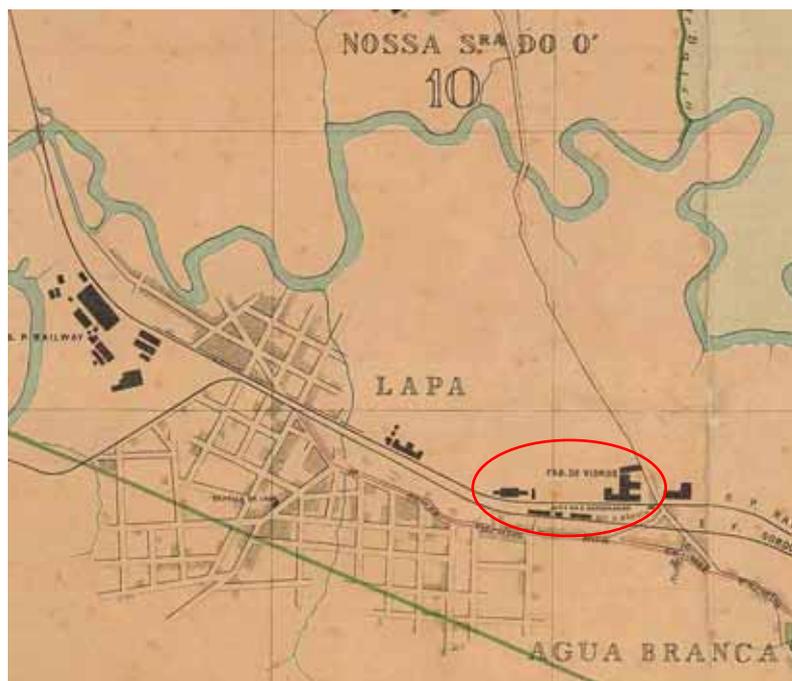


Fig. 63: Mapa cidade de São Paulo, 1905 – Recorte área antiga Vidraria Santa Marina.
Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.

Uma reportagem do *Almanaque de 1905* da Companhia Antártica Paulista ¹ trouxe a descrição das dependências principais e um minucioso relato das atividades produtivas da fábrica sendo um documento importante para a compreensão da manufatura vidreira nacional. De acordo com esse registro no vasto terreno (desde a estação da S. Paulo Railway, na Água Branca, até as margens do Tietê) havia as principais dependências instaladas em dois grandes pavilhões construídos de tijolos (um com 616 m² e outro com 1623 m²) ligados por um terceiro de dimensões menores. Além da seção destinada à fabricação do vidro propriamente dito, havia diversas outras seções com serrarias, oficinas mecânicas, fábricas de fitas isoladoras, bombas de água, forjas para o preparo de canas e outros moldes, oficinas de pedreiro e de carpintaria, grande depósitos para garrafas e matéria prima, almoxarife, pequena farmácia, dentre outras. Internamente a fábrica era servida por linhas de *Decauville* à tração animal e um desvio da antiga São Paulo Railway.

A força motora da fábrica era dada por eletricidade, por meio de um dínamo de 25 cavalos, alimentado pela *Light and Power*. A iluminação da fábrica e de todas suas dependências era elétrica. O sistema de fornos era abastecido a gás que era produzido no pavimento térreo, pelo carvão de pedra em combustão com a lenha, em aparelhos chamados “marmitas”.

¹ Os trechos dessa reportagem foram consultados em BARCELOS, 1983, p.64 - 69 e BRANDÃO, 1996, p.52 - 55.

O calor, necessário à liquefação da matéria prima era entre 1600 a 1700 graus, para resistir a essa temperatura, os fornos eram construídos de tijolos e terra refratária, com um revestimento externo de tijolo comum, em espessas camadas. Essas edificação de linhas bastante simplificadas eram tipicamente de caráter fabril, possuíam cobertura em duas águas com ventilação e grandes aberturas em arco que denotam o pé direito duplo, necessário para a produção vidreira ².

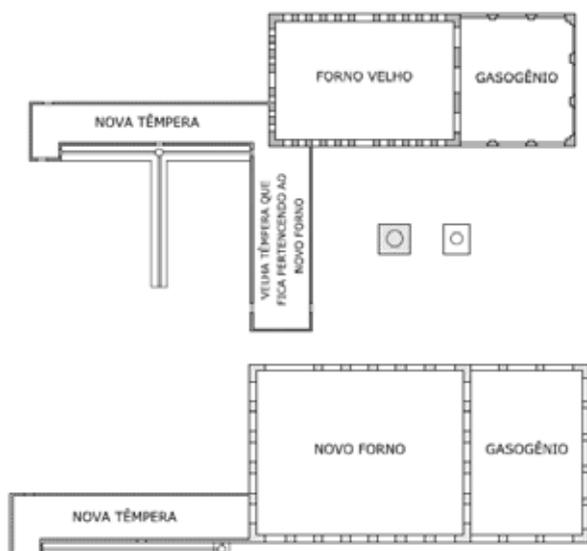


Fig. 64 A: Planta esquemática (s/esc.) baseada em projeto de 1900 – “Planta de um novo forno para fundição de vidro na Vidraria de Prado & Jordão” (Estação d` água Branca). Fonte: DPH (elaborada pelo autor).

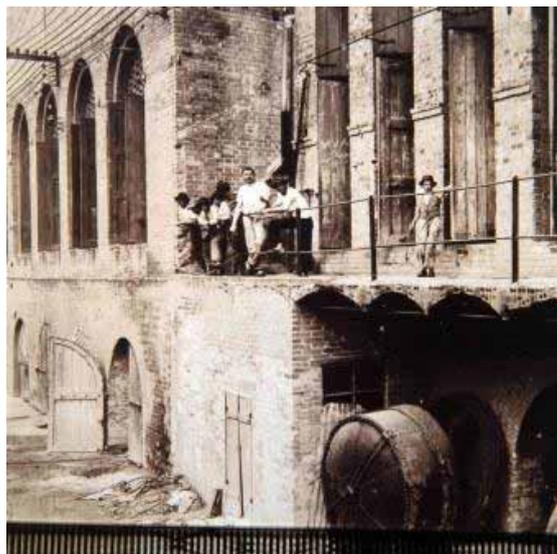


Fig. 64 B: Detalhe das fachadas dos fornos, provável década de 1910.
Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 64 C: Fornos, outras edificações e linha para vagonetes, provável década de 1910.
Fonte: Acervo da empresa.

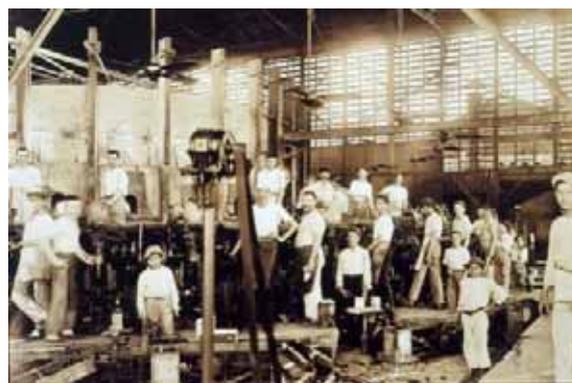


Fig. 64 D: Parte interna de um forno, provável década de 1910.
Fonte: Acervo da empresa.

² No Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH) foi possível localizar uma planta datada de 1900 em que consta o projeto de um forno para a então Fábrica de Vidros Prado e Jordão que seria uma nova construção tendo em anexo o forno anterior, é possível detectar nesse projeto a sala da têmpera e o compartimento para gasogênio (Ver Fig. 64 A). Fábrica de Vidros Prado e Jordão – Estação D`Água Branca Rua da Vidraria Santa Marina - 31/5/1900; Pasta – Etiqueta O. PA. 259 (O. PA – Obras Particulares - referente à letra A do ano de 1900: 1900 - A) – Água Branca p. 25 - 34.

A areia (amarela) era extraída do próprio terreno da fábrica através de dragas movidas à eletricidade e depois era transportada em vagonetes; a pedra calcária procedia de fazendas e vinha em grandes blocos que eram fragmentados e depois moídos a pó. A terra necessária para completar a mistura e que dava a coloração ao vidro também era extraída do próprio terreno da fábrica. O composto resultante da combinação proporcional de areia, pedra calcária, sulfato de soda e terra era feito por meio de um aparelho apropriado, no pavilhão térreo da fábrica, de onde subia por meio de elevadores mecânicos (sistema “canecos”) para o pavimento superior, onde ficava depositado à boca do forno.

À medida que a massa vítrea ia sendo consumida no fabrico das garrafas um operário introduzia no forno a quantidade de matéria necessária para conservar uma certa relação entre o depósito e o consumo, então o conteúdo do forno era sempre igual (aproximadamente um metro e pouco de altura em toda sua extensão interna). O forno tinha do lado oposto aquele em que entrava a mistura, dez pequenas bocas denominadas “praças”, para cada uma havia um ventilador movido à eletricidade, para abrandar o calor. Dentro do forno em cada uma de suas dez “praças” havia um recipiente de barro refratário, o flutuador, perfurado no fundo que recebia a massa líquida na sua camada mais profunda e, portanto, mais pura e límpida, enquanto as impurezas que causavam os defeitos no vidro ficavam nas camadas superiores. Os aparelhos necessários eram simples: uma fôrma mecânica correspondente a cada “praça”, as canas de ferro e ainda outros pequenos instrumentos acessórios. Sobre a produção propriamente dita das garrafas há uma descrição detalhada:

A “cana” é uma vara de ferro, oca, de um metro e pouco de comprimento e da grossura de uma bengala regular, que o operário introduz no forno, pela boca correspondente à “praça” em que trabalha, e à extremidade inferior faz aderir uma certa porção da massa rubra. Este serviço é feito por um ajudante, que imediatamente entrega a “cana” ao contramestre; este dá ao bloco da massa vítrea os primeiros rudimentos da garrafa, soprando fortemente pela parte superior da “cana” onde há um bocal apropriado. Depois a “cana” é entregue ao mestre, que introduz na forma mecânica o bloco aderente, continuando a soprar ainda. A forma é de ferro e dividida em duas partes, correspondendo cada uma a uma metade da garrafa. Desde que o mestre comprime uma certa mola do aparelho, com o pé as duas metades da forma se juntam, resultando internamente o modelo da garrafa que se quer fabricar. Para a massa vítrea não aderir à forma, há os necessários isoladores que não são mais do que duas fitas muito delgadas de um material especial, as quais são colocadas uma em cada metade da fôrma. Quando o mestre retira a “cana” da fôrma, ela traz aderente à sua extremidade inferior uma garrafa, pelo gargalo. É então que o operário pratica as últimas operações: o corte do gargalo e o polimento

da boca da garrafa, fazendo-as lisas, com saliências, etc. Depois que a garrafa está pronta, ela é colocada na ponta de outra “cana”, com o seu competente receptor, e entregue a um outro ajudante, que a transporta para um forno de calor brando, chamado “têmpera”. Aí vão as garrafas esfriando lentamente, pois, se fossem expostas ao frio, quebrar-se-iam imediatamente. (In: BARCELOS, 1983, p.66-67)



Fig. 65 A: Produção de garrafas.
Fonte: BRANDÃO, 1996, p.46.



Fig. 65 B: Pátio com estoque de garrafas e processo de embalagem. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.54.

Esse processo manual passou por paulatinas mudanças. Em 1906, houve uma ampliação e automatização da fábrica com a construção de um forno especial, o grande forno, como era denominado, construído ao lado da linha férrea, e foram implantadas 16 máquinas semi – automáticas (*Severin*) configurando um conjunto impressionante que dava um respeitável potencial fabril, o catálogo de produtos contava então com garrafas, litros, frascos, garrafões, vidros planos (simples, gravados, duplos, tríplexes e canelados), tubos e telhas de vidro (BRANDÃO, 1996, p.55). Após um período de dificuldades para obtenção de matéria-prima (entre 1914 a 1918), a empresa contava em 1919 com 1600 empregados, 5000 metros de linhas férreas internas de diversas bitolas, 4 fornos mecânicos em funcionamento e uma produção de 3 milhões de garrafas por mês (BRANDÃO, 1996, p.66).

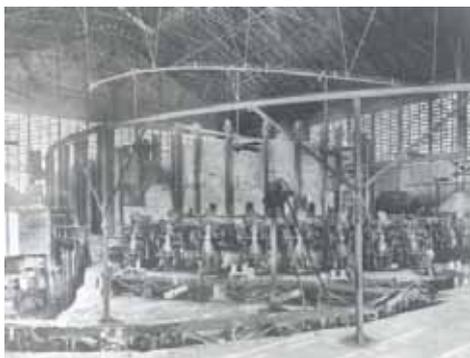


Fig. 66 A: Vista do grande forno para produção mecânica de garrafas, 1918.
Fonte: Acervo da Empresa.



Fig. 66 B: Vidraria Santa Marina, 1918. Ao lado esquerdo vista da torre remanescente.
Fonte: Acervo da Empresa.

Acompanhando o desenvolvimento das dependências da fábrica, durante a década de 1920, foi instalado um novo forno automático e novos maquinários (máquinas *Lynch* e *O'Neil*). Em 1924, a empresa abdicou da fabricação de vidros planos mantida desde 1906 pelo processo manual de sopro humano. Nos anos 20 a empresa contava então, dentre outras dependências com quatro fornos equipados com máquinas *Severin*, três chaminés, moinhos e britadores, serraria, compressores, oficina mecânica, escritório e almoxarifado, desvio da estrada de ferro, forno automático, depósito de matéria-prima, galpão do moinho, olaria de refratários; depósito de garrafas, linhas *Decauville*, locomotivas e material rodante, casas para operários e jazida de areia. Ao verificar o levantamento municipal do SARA Brasil da década de 1930 é possível constatar que houve uma significativa expansão das instalações edificadas se comparado com 1905, inclusive com a localização do lago que integrava o processo manufatureiro.



Fig. 67: Mapa cidade de São Paulo, SARA Brasil, 1930 – Recorte terreno Vidraria Santa Marina.
Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.



Fig. 68 A: Vista parcial da fábrica, provável década de 1930. Ao lado esquerdo, observa-se a linha de trem.
Fonte: BRANDÃO, 1996, p.64.



Fig. 68 B: Vista parcial da fábrica, provável década de 1930. Em primeiro plano um dos fornos pioneiros.
Fonte: Acervo da Empresa.

No final da década de 1940, a Companhia possuía 450000 m² de terrenos compreendidos entre a linha ferroviária da REFESA, Av. Santa Marina e Marginal do Tietê, tendo uma área construída de 45000 m² (BARCELLOS, 1983, p.122). Na década de 1950 o parque fabril contava com 14 fornos e três mil funcionários. Os fornos 0,1 e 2 produziam frascos destinados a produtos farmacêuticos e de perfumaria; o forno 3 produzia garrafas e litros; o forno 4 produzia o vidro azul (especialmente para a Magnésia da Philips); o forno 5 (a gasogênio) e o 7 produzia garrafas; os fornos 8 e 9 produziam tubos; o forno 11 produzia ampolas; o forno 12 produção automática de garrafas e o moderno forno 14 produzia artigos *Pyrex* e *Colorex* cuja produção exigia temperaturas muito maiores que os outros produtos; para tanto foi usado um tipo especial de bloco (eletrofundido) e uma configuração diferente de chaminé; alimentado a óleo, esse forno levou um mês para ser aquecido (BRANDÃO, 1996, p.77-78).



Fig. 69 A: Chaminé do forno *Pyrex*.
Fonte: BRANDÃO, 1996, p.73.



Fig. 69 B: Vista interna do galpão do forno de fabricação de *Pyrex*.
Fonte: BRANDÃO, 1996, p.66-67.

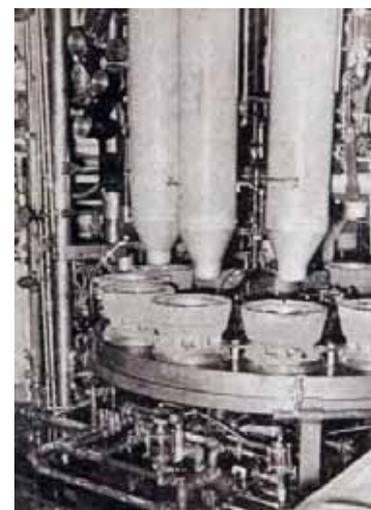


Fig. 69 C: Prensa automática, fábrica peças *Pyrex*.
Fonte: Acervo da Empresa

No início da década de 1950, a fábrica contava com outras instalações para carpintaria, fundição, oficina de moldes, olaria, fornos para a fabricação de refratários, moinho para tratamento de substâncias minerais, serraria de lenha, armazém de produtos, matérias primas e material de embalagens; garagens e oficinas de veículos e linhas internas (desvio) da estrada de Ferro Santos & Jundiá (BARCELOS, 1983, p.132-133). Com a comemoração em 1953 do jubileu de ouro da sociedade anônima foi feita uma publicação que contém imagens como a vista aérea abaixo, ilustrando a situação e a organização do conjunto fabril naquela ocasião, significativamente ampliado em relação à década de 1930.



Fig. 70: Vista aérea – comemoração de 50 anos da empresa.

Legenda: 1. Um dos lagos naturais; 2. Castelo das bombas de água; 3. Reservatório de combustível; 4. Depósitos de garrafas; 5. Forno Nº 14 para fabricação de artigos *Pyrex*; 6. Forno para fabricação de tubos; 7. Fornos automáticos para a fabricação de vidros e garrafas; 8. Praça de Esportes; 9. Armazéns de matérias primas; 10. Seção de tratamento de areia; 11. Armazéns para depósitos e embalagens de vidros; 12. Fornos semi-automáticos para a fabricação de vidros; 13. Forno Nº 12 para a fabricação de automática de garrafas; 14. Conjunto residencial para empregados (Vila Velha). Fonte: Acervo da Empresa (adaptada pelo autor).

Tendo como referência aquela descrição dos processos manuais de 1905, é interessante contrapor agora a descrição feita pelo historiador Barcelos da linha produtiva da década de 1950, em que a intensa automatização é evidente. Nesse momento, nos fornos automáticos a massa vítrea cadente é cortada em quantidades por certas “tesouras” em intervalos milimetricamente calculados de acordo com a necessidade da peça em questão, essa massa vai para os pré-moldes e passa por sopros mecânicos preliminares, em seguida vai para os moldes definitivos onde também passa por sopros mecânicos e de onde o artigo pronto é retirado através de máquinas – tenazes, que funcionam como “mãos” automáticas – e colocado no forno de recozimento (têmpera). Em relação aos artigos domésticos (pratos,

xícaras, pires, etc.) o processo é diferente porque passa por uma prensagem, que também nesse período estava totalmente mecanizado na empresa, a massa vítrea escorrida do forno é automática e rigorosamente cortada, vai para os moldes em uma mesa rotativa, onde é prensada automaticamente; as peças moldadas e prontas vão sendo retiradas por sucção, colocadas numa esteira e levadas ao forno de recozimento (BARCELOS, 1983, p.134-135).

Conforme mencionado, na década de 1960 com a associação à Saint - Gobain a empresa passou por significativas alterações nos equipamentos e edifícios visando melhor eficiência e flexibilidade. Nas proximidades da marginal do Tietê (Av. Embaixador Macedo Soares) foi construída uma estação de captação de tratamento de água para atender às necessidades crescentes. Além da implementação de melhorias técnicas em várias unidades, a capacidade de produção foi ampliada pela transformação do Forno 11 para vidro doméstico, a ampliação do Forno 14 e o aprimoramento dos Fornos 5 e 12. Criou-se dois centros (Vasilhame e Doméstico) responsáveis por todo o processo de produção de seus segmentos e recebendo prestação de serviços de outros departamentos como Manutenção, Expedição, Oficinas de Fôrmas e Refratários; a qualidade dos produtos passou a ser fiscalizada pelo serviço de Controle de Qualidade (BARCELOS, 1983, p. 163-164). Nessa ocasião de profundas mudanças o que era “antieconômico” foi eliminado como o Forno 13 para bombonas e os Fornos 0 e 1 que eventualmente poderiam representar um relevante acervo historiográfico por serem as edificações mais antigas.

Na década de 1970, ainda em decorrência da associação com a Saint - Gobain, como foi mencionado, foram construídas novas unidades, um forno para o fabrico de vidro plano (P.200) através do sistema de têmpera horizontal e outro forno de estiragem. Além disso, no terreno próximo ao complexo fabril, foi construído o novo prédio administrativo da empresa o que implicou na demolição da “Vila Nova” (uma das vila operárias). Em 1979, devido à necessidade de ampliar seus armazéns a empresa também adquiriu o imóvel ao lado da ferrovia, na passagem de nível da estação de Água Branca, da firma Rheen Metalúrgica S. A., onde por muitos anos funcionou a Companhia Cerâmica Progresso ³, local em que se

³ Esse imóvel foi tombado na Res. 05/09 (ZEPEC Lapa) com a denominação de “Antiga Fábrica de Tubos de Barro”. Como está relacionado com outro segmento industrial (produção cerâmica) não fazendo parte do conjunto ligado especificamente à produção vidreira, optou-se em não incluí-lo nesta análise. Atualmente essas edificações são usadas pelo Laboratório de Pesquisas da Brasilit, a empresa Calmar e a divisão de produtos refratários da Saint - Gobain. O tombamento considerou Nível de Proteção 3 (NP 3) para as características da fachada voltada para a ferrovia e foi definida uma área envoltória de 30 metros paralela a essa fachada. Esse tombamento gerou uma contestação por parte do Grupo Saint - Gobain, com a consultoria dos arquitetos Dr. Marcos José Carrilho e Dra. Cecília Rodrigues dos Santos, pautando-se, basicamente, na discussão sobre os critérios utilizados para as determinações (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.135-139, p.496, p.576-590 e p.621-665).

instalaria o seu maior depósito fechado com uma área de 32800 m², compreendendo um conjunto de enormes edifícios com grande capacidade de armazenamento (BARCELOS, 1983, p.184-185). Analisando o GEGRAN desse período é possível verificar as ampliações mencionadas em comparação às fases anteriores.

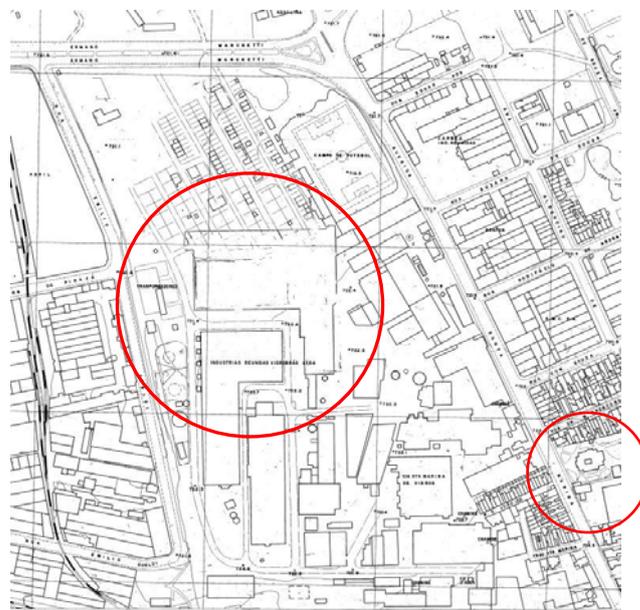


Fig. 71: Mapa cidade de São Paulo década de 1970. Recorte do terreno da antiga Vidraria Santa Marina. Em destaque edificação que compreendia o fabrico do vidro plano; e ao lado direito (no terreno na frente) edifício para a administração construído na área da antiga "Vila nova". Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.



Fig. 72 A: Vista aérea década 1970.
Fonte: Acervo da Empresa.



Fig. 72 B: Vista aérea, 1978.
Fonte: BRANDÃO, 1996, p.75.

As alterações em infra-estrutura edificada e maquinários também demandaram outras adaptações, durante a crise do petróleo da década de 1970, a empresa teve que aprimorar seus sistemas de isolamento térmica e regeneração de ar quente para manter a temperatura dos fornos utilizando ao máximo a eletricidade para aquecimento dos fornos de fusão e de recozimento (BARCELOS, 1983, p.179). Em meados da década de 1985, devido à maior incidência de uma legislação do meio ambiente no município, foi implantado um sistema de filtragem eletrostática no forno P 200, inédito no país. Ainda no que tange às alterações no conjunto edificado foi inaugurado um forno elétrico para a produção de Duralux, e o forno *Focault* voltou a operar (BRANDÃO, 1996, p.89).

Na década de 1990, completando trinta anos da fusão com a Saint Gobain, a empresa passou por uma nova reestruturação das instalações em que, aproximadamente, 40 mil metros quadrados foram demolidos e 256 mil metros quadrados construídos. A situação atual da empresa é basicamente similar à da década de 1990. Alguns segmentos foram terceirizados e parte do terreno corresponde atualmente a outra empresa; ainda assim o conjunto industrial como um todo continua com a mesma atividade produtiva. Analisando o mapa da situação atual com a situação da década de 1970 é possível constatar essas alterações no conjunto.



Fig. 73 A: Planta (s/ esc.) baseada no GEGRAN década de 1970 com demarcação das edificações que se mantém (cinza) e as demolidas (amarelo) se comparado com a situação atual.
Fonte: Elaborada pelo autor.



Fig. 73 B: Planta (s/ esc.) baseada na situação atual com demarcação das edificações construídas (vermelho) ou visivelmente alteradas (azul) se comparado com a década de 1970.
Fonte: Elaborada pelo autor.



Fig. 73 C: Vista aérea da situação atual. Fonte: Google Earth, 2010.

Considerando a situação da produção vidreira apresentada do começo do século e, posteriormente, do meio do século (bastante próxima da atualidade), de acordo com o historiador Flávio Barcelos:

[...] verifica-se que a fabricação de garrafas e de vidro plano se assenta nos mesmos princípios. O que mudou foram os sistemas, as metodologias, os processos, as nomenclaturas, introduzidos e alterados paulatinamente pela evolução da tecnologia e, como decorrência, identificados pelos neologismos que essa evolução criou e continua criando. Hoje a máquina faz tudo. (BARCELOS, 1983, p.69).

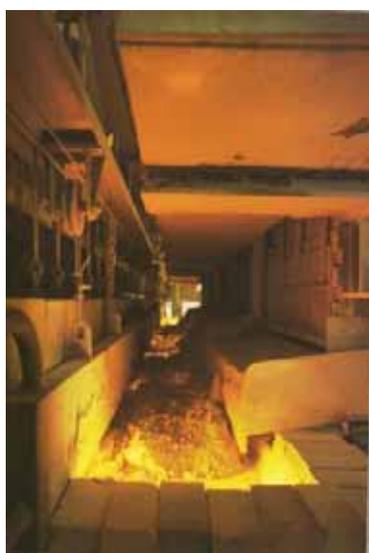


Fig. 74 A: Preparo da matéria prima, década de 1990. Fonte, BRANDÃO, 1996, p.81.

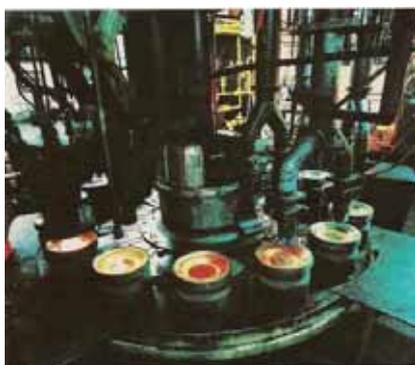


Fig. 74 B: Produção de pratos, década de 1990. Fonte: BRANDÃO, 1996, p. 87.

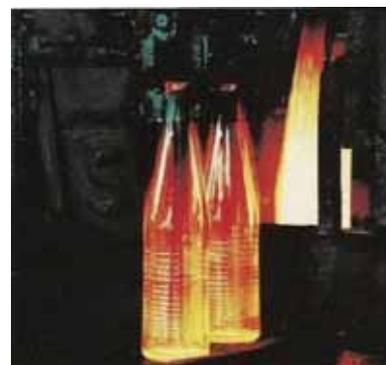


Fig. 74 C: Fabricação de garrafas, década de 1990. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.90.

Ainda assim, constata-se que do primeiro forno rudimentar instalado em fins do século XIX para a situação atual houve expressivos acréscimos e alterações no conjunto, refletindo as próprias alterações do processo produtivo. De acordo com informações obtidas entrevista com a funcionária Sandra Maria de Souza Pereira⁴. A necessidade de construção sucessiva de fornos é uma constante nas transformações da empresa em decorrência das características intrínsecas à produção vidreira, a vida operacional dos fornos é praticamente ininterrupta, ou seja, um forno só pode ser efetivamente desativado se houver outro pronto, e devidamente aquecido de modo que supra às necessidades do anterior. Inicialmente, de acordo com o historiador Flávio de Barcelos, a construção do forno e a fabricação do vidro era difícil e complexa e eram necessários até seis meses contínuos de aquecimento para que atingissem a temperatura exigida para fusão do vidro (1500 a 1800 graus) – atualmente são necessários de

⁴ Entrevista em 01 Jul. 2008.

8 a 10 dias para tal procedimento (BARCELOS, 1983, p.44). Sem contar todo o processo de mecanização e automatização que foi apresentado.

Como ficou bastante evidente, as alterações e adaptações refletem a política da empresa, as declarações do então diretor presidente mediante a necessidade de remodelação da empresa da década de 1990 e expressas na publicação comemorativa do centenário da empresa são bastante reveladoras: “Não se pode exigir qualidade e produtividade sem abordar o conceito de ordem, arrumação e disciplina. [...] Não se pode pedir a um operário para produzir alguma coisa com qualidade, se o ambiente de trabalho em torno é sujo e desordenado” (declaração do diretor – presidente Sr. Jean Claude Breffort *apud* BRANDÃO, 1996, p.96).

Através da verificação principalmente das plantas e do material iconográfico levantado, conclui-se que o conjunto todo foi bastante alterado, há uma contínua sobreposição de edificações novas, novos revestimentos e nova infra-estrutura, tendo como referência os antigos fornos e as antigas estruturas e somente alguns remanescentes pontuais foram preservados, como a torre em tijolos aparentes que aparece desde os registros fotográficos mais antigos, algumas chaminés, uma parede também em tijolos aparentes de um dos fornos mais antigos que foi mantida somente como referência em meio às novas edificações e outros dois edifícios que foram enquadrados no processo de tombamento, que será analisado no próximo capítulo. Ainda assim, a manutenção da atividade industrial vidreira nesse complexo que se mantém no mesmo segmento por mais de um século é uma referência importante que justifica a atenção e o reconhecimento do valor histórico, documental e cultural desse conjunto.



Fig. 75 A: Detalhe de parede de antigo forno, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.120.



Fig. 75 B: Detalhe de parede de antigo forno, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.120.



Fig. 75 C: Fachada edifício 12, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.118.



Fig. 75 D: Fachada edifício 12, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.118.



Fig. 75 E: Fachada edifício 13, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.118.



Fig. 75 F: Edifício 13 – Compressores, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.119.



Fig. 75 G: Fachada edifício 18, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.119.



Fig. 75 H: Fachada edifício 18, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.120.



Fig. 75 I: Fachada edifício 20, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.120.



Fig. 75 J: Fachada edifício 25, Edifício Bahia, 2007.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.120.

7.2 Companhia Goodyear do Brasil (Antiga Fábrica Maria Zélia):

As alterações nesse conjunto fabril estiveram associadas, num primeiro momento, à própria mudança do processo produtivo de tecelagem para a produção de pneumáticos que ocorreu no fim da década de 1930. Como mencionado, a fábrica foi concebida como uma tecelagem em 1913. O projeto foi encomendado ao escritório Chas. Hahlo & Sons e foi inteiramente desenvolvido em Bradford, importante cidade industrial da Inglaterra, seguindo uma linguagem arquitetônica sóbria, com poucas ornamentações⁵ e contava com área total de 214110m² (TEIXEIRA, 1990, p.28).



Fig. 76: Mapa cidade de São Paulo, 1924 – Recorte Fábrica Maria Zélia.
Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.

O processo produtivo original da fábrica referia-se exclusivamente ao algodão e contava com procedimentos típicos de uma tecelagem: 1. limpeza e preparação: iniciava-se com a escolha e abertura dos fardos de algodão. Em seguida os operários retiravam com as mãos a felpa e a depositavam em compartimentos com divisões de madeira, onde permaneciam durante dois ou três dias para que as fibras se acomodassem à unidade e ao calor. O algodão era então retirado desses depósitos e levado aos abridores e batedores (manuais ou mecânicos), cuja função era extrair impurezas das fibras, deixando-as mais ou menos homogêneas. Esse processo era prejudicial à saúde, pois o barulho das máquinas era

⁵ O projeto original foi consultado junto ao Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH):
- *Companhia Nacional de Tecidos de Juta* - Av. Celso Garcia 433 e 465; Cx. C.4 / 1913 doc. 85 - Processo 76 023/13 (03-012.799-86*99).
- *Companhia Nacional de Tecidos de Juta* - Av. Celso Garcia 407; Cx. C.3 / 1912 doc. 95 - Estocamento de Materiais de Construção para as Obras Projetadas.

ensurdecedor e um pó denso, anti-higiênico, ocupava toda a sala, dificultando a respiração e a visão mesmo com os ventiladores trabalhando. Então o algodão em forma de mantas enroladas, passava para as cardas, onde recebia a última limpeza e uma melhor coordenação das fibras em forma de mecha ou fitas de 2 a 3 centímetros de largura. Neste setor, o barulho e a poeira também eram grandes e só trabalhavam homens. Das cardas o algodão entrava nas passadeiras, onde mais ou menos seis fitas se transformavam em uma só pelo processo da estiragem. 2. processo de fiação: iniciava-se então o processo cujo objetivo era estirar e torcer as fibras de algodão para transformá-las num fio. As máquinas mais adequadas a este serviço eram as chamadas *ring frame* e eram operadas por mulheres. 3. tecelagem: esta seção era dividida em preparação do fio para os teares e subseção de teares propriamente ditos. Havia vários teares, de acordo com os tipos de fios. As grandes tecelagens procuravam teares automáticos (*Northrop, Seaton, Harrimann, Steinen e Gabler*), pela maior eficiência e menor número de empregados. 4. acabamento: Esta seção compreendia a calandragem, isto é, um sistema de pesados cilindros aquecidos a vapor por onde passava o tecido e a sala de pano, onde se mediam, cortavam e enfardavam as peças. Além dessas quatro seções principais, podiam existir outras que complementavam o trabalho dos fios como a seção de tinturaria e alvejamento e oficinas de reparação de acessórios e manutenção de máquinas, de carpintaria e de marcenaria (RIBEIRO, PINHEIRO e HALL *apud* SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRES, Res. 39/92, p.128-129).

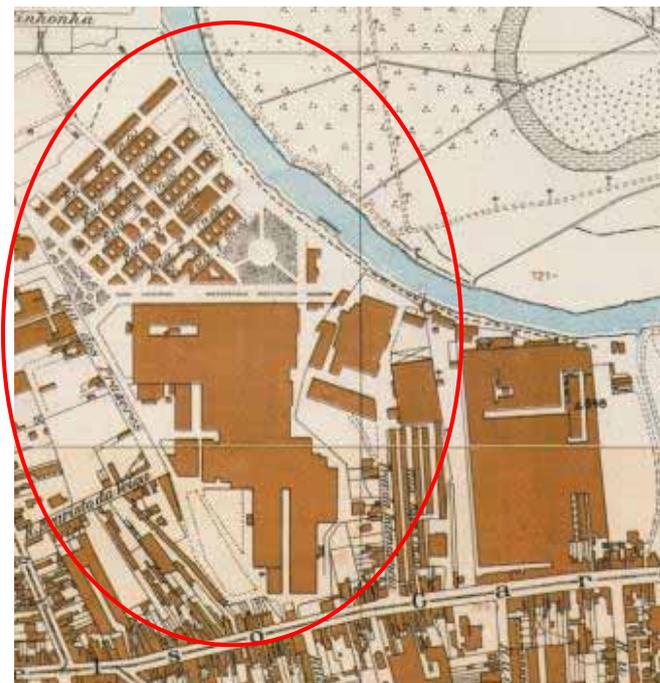


Fig. 77: Mapa cidade de São Paulo, SARA Brasil 1930, recorte Fábrica e Vila Maria Zélia.
Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.

A planta esquemática a seguir apresenta uma setorização das atividades produtivas descritas ⁶.

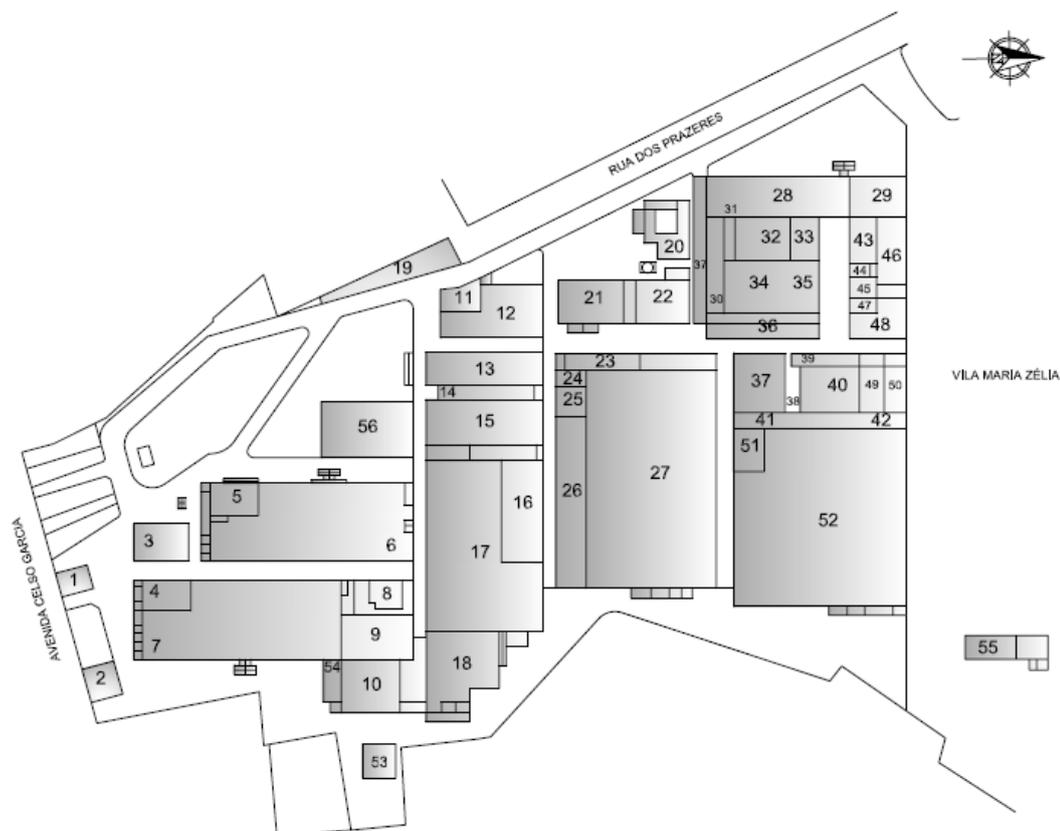


Fig. 78: Planta esquemática (s/ esc.) baseada em projeto original e planta com setorização da atividade de tecelagem da década de 1930. Legenda: 1. Administração; 2. Administração; 3. Abridor de fardos; 4. Batedores de Fiação; 5. Batedores de Fiação; 6. Fiação 1; 7. Fiação 2; 8. Subestação; 9. Penteadeiras; 10. Depósitos de fios; 11. Garagem; 12. Oficina mecânica; 13. Almoxarifado; 14. Oficina de eletricidade; 15. Fiação estopa; 16. Engomadeiras; 17. Preparação; 18. Tinturaria do fio; 19. Depósito Almoxarifado; 20. Subestação 2; 21. Carpintaria; 22. Caldeiras; 23. Exame do Pano; 24. Depósito de Espula; 25. Depósito de Espula; 26. Rematação; 27. Tecelagem 1; 28. Tinturaria do pano; 29. Depósito dragas; 30. Ramause; 31. Reparo da goma; 32. Acabamento; 33. Depósito pano; 34. Calandras; 35. Sala de painéis; 36. Sala do pano; 37. Acabamento em branco; 38. Preparação da goma; 39. Maquinaria; 40. Alvejamento; 41. Exame do pano; 42. Pano cru; 43. Preparação das cores; 44. Laboratório químico; 45. Depósito dos rolos; 46. Estamparia; 47. Navalhas; 48. Secadeiras; 49. Chamuscadeiras; 50. Depósito pano cru; 51. Depósito de espumas; 51. Depósito de espumas; 53. Caixa d'água; 54. Gabinete de ensaio; 55. Bombas e filtros; 56. Depósito algodão; 57. Expedição. Fonte: DPH (elaborada pelo autor).



Fig. 79: Vista geral da fábrica. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, contestação, p.33.

⁶ O catálogo “Lembrança na Villa Scarpa” (1926) oferece uma importante documentação iconográfica não só da Vila, mas, também, das instalações e processos produtivos da fábrica. A série de figuras 79 é deste catálogo que consta do processo de tombamento, conforme mencionado nas legendas.



Fig. 80 A Seção de Cardas e Cascame.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.48.



Fig. 80 B: Alvejamento, mercerização e tintura do fio. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.39.

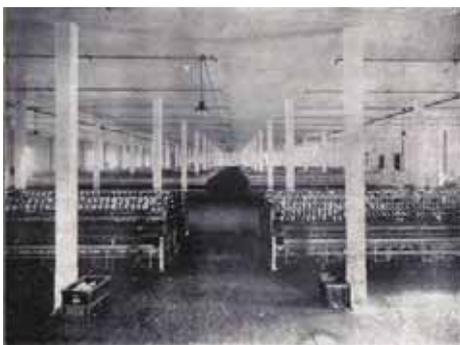


Fig. 80 C: Sala de fiação I.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.38.



Fig. 80 D: Sala de fiação II.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.38.



Fig. 80 E: Sala de máquinas de estamparia.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.41.

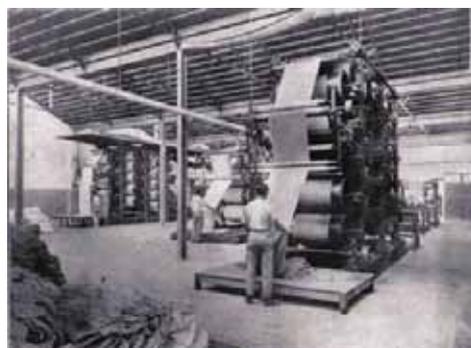


Fig. 80 F: Sala de Acabamento.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res.39/92, *contestação*, p.42.



Fig. 80 G: Sala de dobramento e confecção de pano.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.43.



Fig. 80 H: Alvejamento de pano.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.40.

Com a compra de parte do conjunto pela Companhia Goodyear, a mudança para a produção de pneus exigiu modificações. Segundo a escritura, o terreno adquirido tinha 71900 m² dos quais 31460 m² era de área construída (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.123). Embora a área fosse ampla, foram necessárias alterações, ampliações e adaptações, como o nivelamento do piso para receber a nova linha produtiva (não foram localizados registros iconográficos em que conste essa alteração). Dos Estados Unidos vieram toda a tecnologia e o *Know-how*, incluindo as máquinas para a fabricação de pneus e saltos de sapatos.



Fig. 81: Companhia Goodyear do Brasil, década de 1940. Fabricação de pneumáticos.
Fonte: GOODYEAR, 2009, p. 36.

Como mencionado no capítulo anterior, logo no início da década de 1940, a empresa ampliou pela primeira vez sua área com a construção de galpões em parte da área da Vila onde algumas edificações foram demolidas - creche, jardim de infância e coreto (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 136 e p.139). Ainda segundo as informações obtidas no histórico da empresa, na década de 1960 houve uma segunda ampliação, com a compra de um terreno vizinho (13160 m²) de propriedade da Fiação Brasileira de Lã (GOODYEAR, 2009, p.58-59), essas ampliações permitiram a readequação da linha produtiva.



Fig. 82 A: Companhia Goodyear do Brasil, década de 1940.
Nesta foto é possível verificar a antiga parte frontal da empresa que faceava a Rua dos Prazeres. Posteriormente, toda essa área foi construída, descaracterizando a fachada original. Fonte: Acervo da empresa.

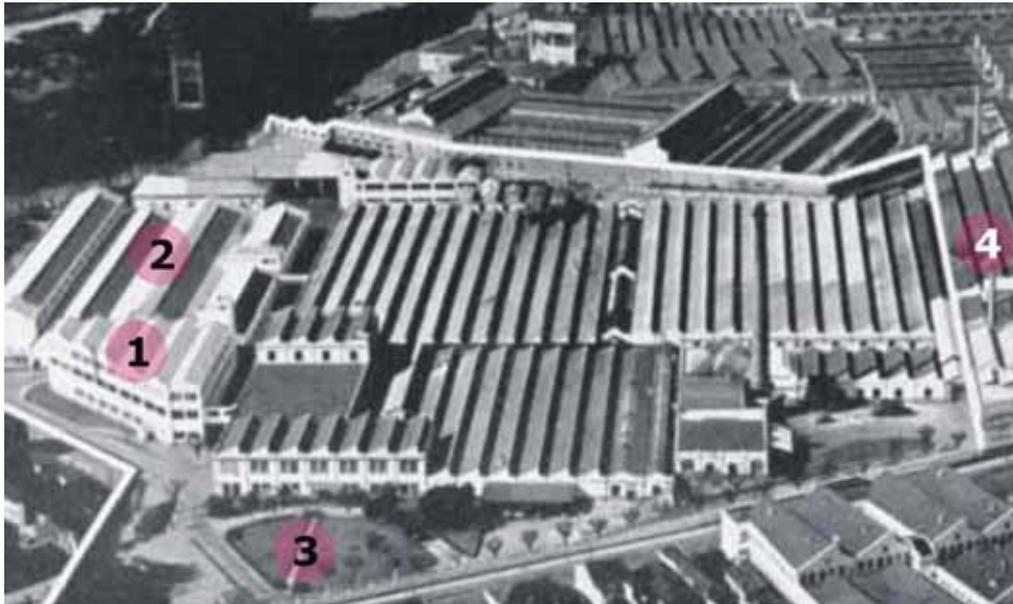


Fig. 82 B: Companhia Goodyear do Brasil, década de 1960.

Legenda: 1. Ampliação do início da década de 1940 na área que pertencia originalmente à Vila; 2. Ampliação no final da década de 1960; 3. Área faceando a Rua dos Prazeres onde houve uma ampliação posterior (em data não identificada); 4. A delimitação da propriedade da Goodyear é limitada, embora a fábrica original se estenda. O restante dessa parte original foi adquirido pela Goodyear na década de 1980.

Fonte: GOODYEAR, 2009, p. 58 (elaborado pelo autor).

Desse modo, em relação ao levantamento SARA Brasil de 1930 o GEGRAN de 1970 apresenta um acréscimo de área construída na porção da propriedade da Companhia Goodyear, alterando a configuração original, que se mantém até a atualidade.

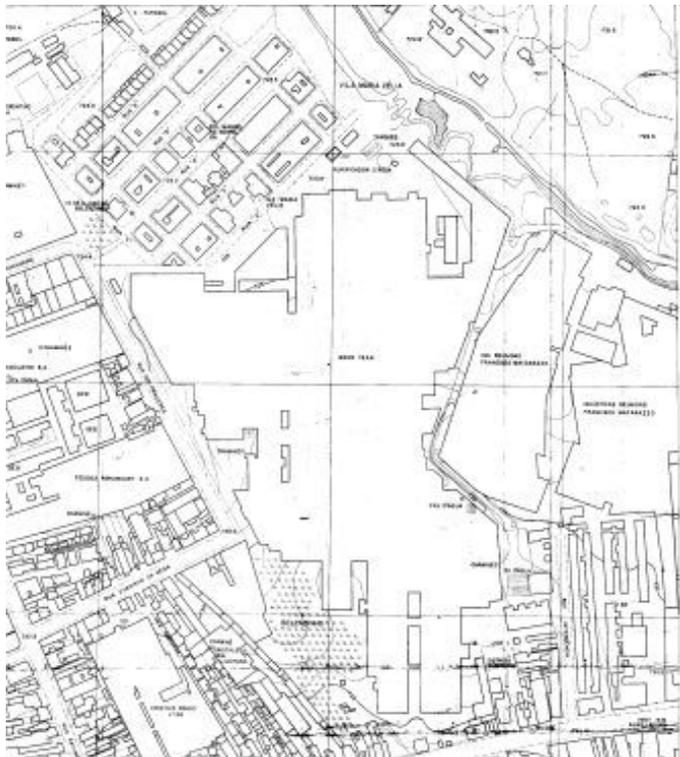


Fig. 83 A: Mapa cidade de São Paulo, 1970 – Recorte da Antiga Fábrica Maria Zélia. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.



Fig. 83 B: Companhia Goodyear do Brasil, situação atual. Fonte: Google Earth, 2010.

Em 1985, a Companhia Goodyear passou por mais uma ampliação e comprou o restante das edificações do antigo conjunto fabril, onde, inclusive, estão os galpões que foram posteriormente tombados pelo CONPRESP na década de 1990 ⁷. Nesta parte da antiga Fábrica Maria Zélia funcionou o presídio Paraíso, e em 1941 foi adquirida pelo Cotonifício Paulista, pertencente ao Grupo Scuracchio (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.14). Essa ampliação da área tenha possibilitou a readequação física da planta que ocorreu na década de 1990 com o objetivo de maximizar a produção e o lucro e eliminar linhas de negócio pouco rentáveis (GOODYEAR, 2009, p.95.).

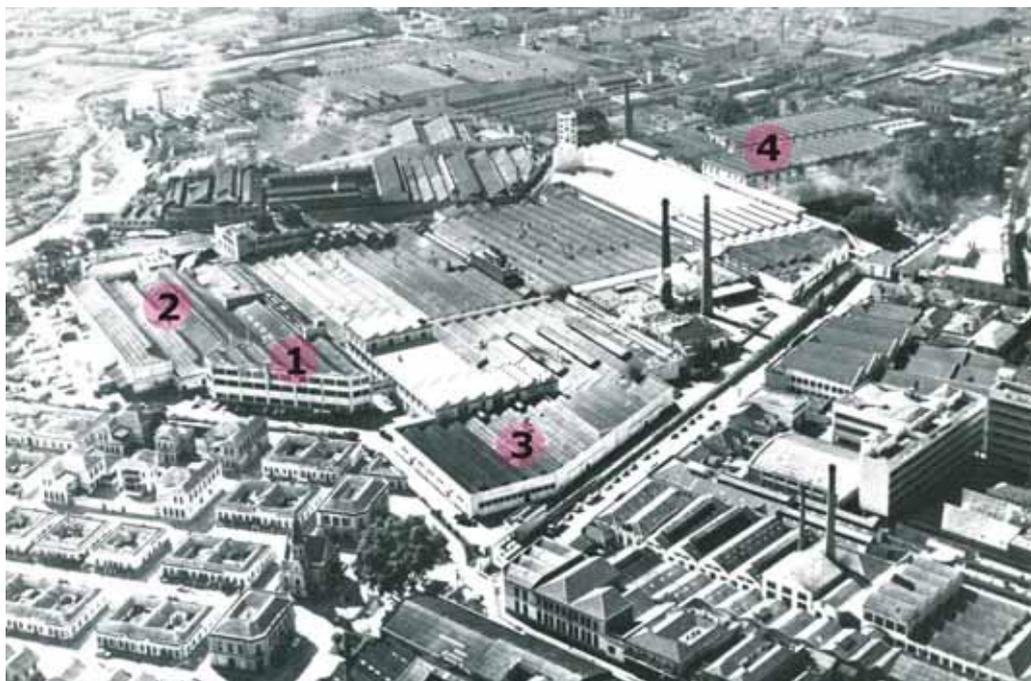


Fig. 84: Companhia Goodyear do Brasil, vista aérea década de 1970. Legenda: 1. Ampliação do início da década de 1940 na área que pertencia originalmente à Vila; 2. Ampliação no final da década de 1960; 3. Área faceando a Rua dos Prazeres ampliada em data não identificada; 4. Parte da edificação original que foi adquirida na década de 1980, onde se encontram os prédios tombados em 1992.

Fonte: Acervo da empresa (adaptada pelo autor).

Como mencionado anteriormente, a unidade do Belenzinho trabalha principalmente com a produção de pneus para aviões, trator, caminhão, caminhonete e recauchutagem de pneus de avião; a segmentação se dá por tipo de pneu. Em visita ⁸ às instalações da empresa, o atual processo produtivo foi apresentado e será descrito agora de forma resumida e simplificada.

⁷ Esse conjunto de propriedade do Grupo Scuracchio (Quadra N° 173, Setor 062, Lote 369) foi levantado em 1978 na ficha do DPH com a proposta de integrar as Z8-200. Nessa ficha consta a seguinte descrição: “A fábrica (Maria Zélia) pertenceu posteriormente ao Cotonifício Scarpa, Irmãos Guinle e hoje é propriedade do Grupo Scuracchio. Funciona aí o Cotonifício Paulista que juntamente com a Vila Maria Zélia formam o binômio característico da primeira industrialização. As edificações possuem detalhes da arquitetura inglesa e área verde envoltória” (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.73).

⁸ Visita em 17 Nov. 2009 acompanhada pela funcionária Lilian A. Sguillar.

A matéria-prima consiste em borracha que vem do norte país ou é importada. Esse material é processado em uma bateadeira (*Bamberys* – misturadores) em conjunto com um tipo de pó preto (“nego de fumo”) que dá a liga e forma uma manta de borracha. Essa manta passa por processos de limpeza para tirar os excessos e aumentar a aderência, além disso, é processada para ficar fina. A partir daí com a manta processada é feita a banda de rodagem que passa então pelo processo de construção do pneu, dependendo do tipo são colocadas uma ou mais bandas com fios de cobre encapados com borracha estruturando a constituição do pneu. Depois que o pneu está montado passa pelo processo de vulcanização, que consiste em fornos com moldes dos diferentes tipos, onde a borracha derrete e se molda com as altas temperaturas. Os pneus prontos aguardam a distribuição. A planta abaixo segue com uma setorização esquemática da atual situação da empresa mediante dados colhidos nessa visita.

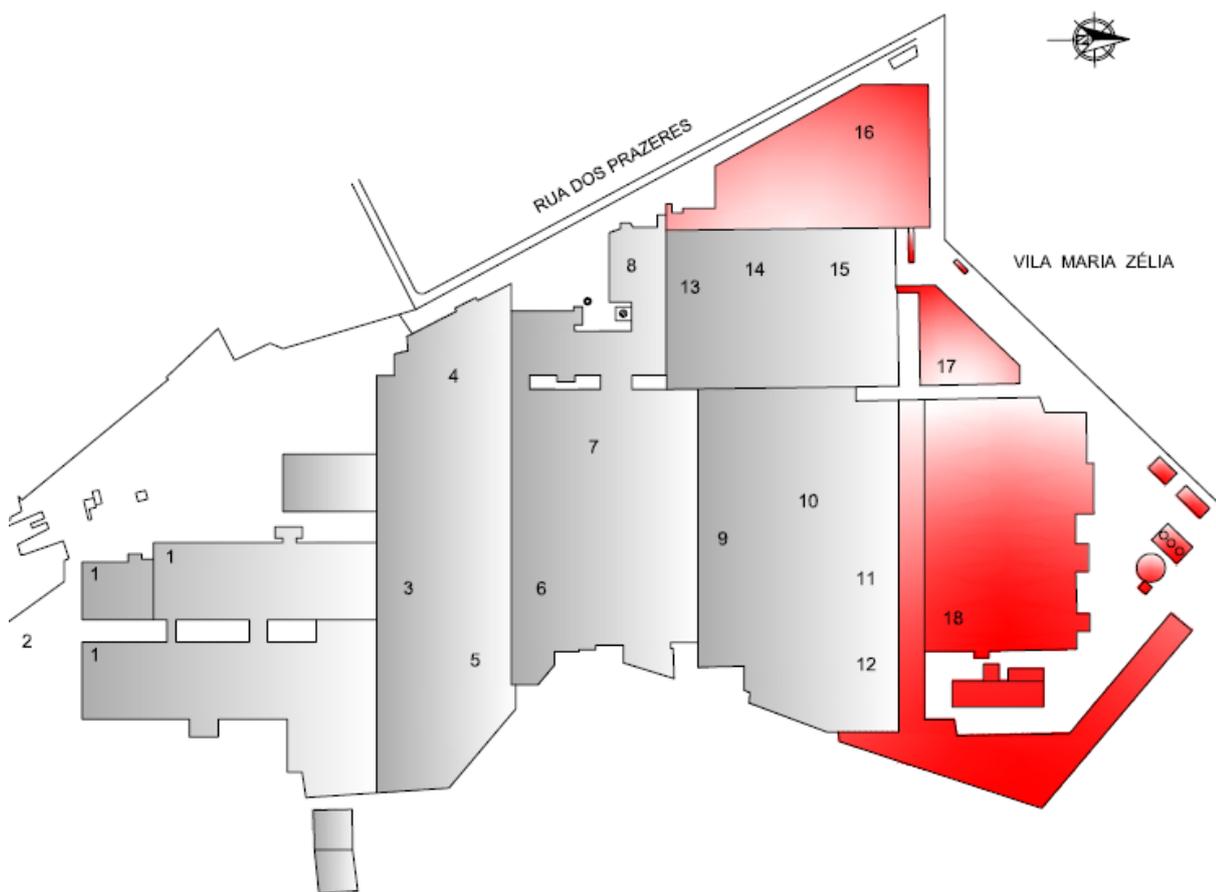


Fig. 85: Companhia Goodyear do Brasil, planta esquemática (s/ esc.) na situação atual. Legenda: 1. Expedição; 2. Derivados; 3. Treinamento Segurança; 4. Oficina Central; 5. Luvas; 6. *Aero retread*; 7. Construção pneus trator; 8. Casa de força; 9. Oficina de manutenção; 10. Construção pneus caminhão; 11. Entubadora; 12. *Banbury*; 13. Oficina manutenção; 14. Vulcanização; 15. Construção caminhonete; 16. Construção avião (em área ampliada em data não identificada); 17. Administração (em área ampliada na década de 1940); 18. *Veyance* (em área ampliada no final da década de 1960). Fonte: Base, GEGRAN (década de 1970) e informações obtidas em visita à empresa (elaborada pelo autor).



Fig. 86 A: Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual.
Fonte: GOODYEAR, 2009, p. 81.



Fig. 86 B: Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual.
Fonte: GOODYEAR, 2009, p. 81.



Fig. 86 C: Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual. Fonte: Revista Clã, 2009, p. 8.



Fig. 86 D: Companhia Goodyear do Brasil, linha de produção atual. Fonte: GOODYEAR, 2009, s.p.

Embora, como foi relatado, o complexo como um todo tenha sofrido alterações e descaracterizações em decorrência das necessidades do aprimoramento tecnológico nas linhas produtivas promovendo ampliações, mudanças em revestimentos, tipos de telhas, instalações necessárias que atendam às exigências de segurança no trabalho; ainda é possível encontrar características bem como identificar a constituição do complexo original, principalmente ao percorrer a parte interna das edificações em que se constata a incidência de manutenção constante. A empresa tem mantido inclusive, as chaminés originais (não tombadas) como uma referência simbólica, já que não tem mais uma funcionalidade no atual processo produtivo.

Essas edificações de quase um século que abrigam a mais de 70 anos a produção de pneumáticos constituem um conjunto importante que documenta dentre outros aspectos, a primeira fase da industrialização da cidade na medida em que é um projeto original importado, encomendado exclusivamente para a atividade inicial. Nessa época era comum os industriais irem pesquisar fora do país, consultando técnicos e engenheiros ingleses quanto às soluções construtivas e funcionais mais adequadas, pois o objetivo era obter a maior otimização do espaço e a máxima funcionalidade: a modulação estrutural possibilitaria a flexibilidade de ocupação, a iluminação deveria ser distribuída uniformemente. A própria configuração do conjunto industrial original, sua modulação de pilares e sistemas de cobertura em *shed* constituindo grandes espaços bem iluminados pôde acolher todas as mudanças

necessárias ao longo dos anos. Além disso, como mencionado em entrevista, o atual processo produtivo de pneus é bastante similar àquele implantado na década de 1930. A mistura da matéria – prima que usa um tipo de pó preto para dar a liga é incompatível, por exemplo, com qualquer instalação de ar condicionado, dessa forma, o sistema de ventilação se mantém natural. Somente foi possível fazer um levantamento fotográfico de fora da propriedade ⁹, assim, algumas imagens que constam no processo de tombamento são importantes para referenciar a situação das edificações.



Fig. 87 A: Edificações construídas na área demolida da Vila. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 162.



Fig. 87 B: Caixa d' água horizontal. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 163.



Fig. 87 C: Vestígios de elementos arquitetônicos originais na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 166.



Fig. 87 D: Vestígios de elementos arquitetônicos originais, fachadas e base chaminé. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 166.



Fig. 87 E: Vestígios de elementos arquitetônicos originais: cobertura em *shed* e detalhes na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 164.



Fig. 87 F: Vestígios de elementos arquitetônicos originais: cobertura e detalhes na fachada. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 167.

⁹ Na referida visita, não foi possível fazer um levantamento fotográfico do conjunto devido às restrições impostas pela empresa.



Fig. 87 G: Companhia Goodyear do Brasil, vista a partir da Vila. Edificações construídas em parte do terreno da Vila. Foto: Autor, 2009.



Fig. 87 H: Companhia Goodyear do Brasil, vista a partir da Vila. Edificações construídas em parte do terreno da Vila. Foto: Autor, 2009.



Fig. 87 I: Companhia Goodyear do Brasil, vista a partir da Rua dos Prazeres. Foto: Autor, 2009.



Fig. 87 J: Companhia Goodyear do Brasil, chaminés. Vista a partir da Rua dos Prazeres. Foto: Autor, 2009.

Os prédios tombados abrigam o setor da expedição, onde está o produto acabado (estoque de pneus), a modulação dos pilares e janelas facilita a organização interna que também é por tipo de pneu, as tubulações necessárias são aparentes. Externamente esses edifícios se mantêm com as fachadas originais, inclusive com os elementos decorativos dispostos ao redor das janelas e portas. Por não estarem com o mesmo acabamento de pintura das demais edificações do conjunto, a pátina deixa bem evidente a idade dessas edificações. Provavelmente o fato de não fazer parte do conjunto adquirido pela Goodyear, que passou por modificações mais contundentes, e ter pertencido durante décadas a uma fábrica ligada à tecelagem (Cotonifício Paulista - Grupo Scuracchio) tenha colaborado para que as características originais desses edifícios tenha se mantido de forma mais conservada. Além disso, esses galpões quando foram incorporados à Goodyear abrigaram funções que demandaram poucas intervenções, na década de 1990, segundo dados obtidos junto ao processo de tombamento, que será analisado no próximo capítulo, esses galpões acolhiam a matéria prima, e atualmente abrigam o setor do produto acabado que sai para ser expedido.

7.3 Companhia Melhoramentos de São Paulo:

A Companhia Melhoramentos de São Paulo, difere dos casos anteriores, por ser constituída basicamente de uma única quadra com dois blocos edificadas (um de 1923 e outro de 1948) e não ter passado por outras ampliações. Como apresentado, os projetos tanto da oficina gráfica quanto do edifício administrativo foram concebidos para acolher tais funções. O edifício do início da década de 1920 erguido pela Companhia Construtora em Cimento Armado, sob a responsabilidade dos engenheiros Kramer e M. Pinto¹⁰ (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 82). Foi projetado em 1923 especificamente para atender a demanda da empresa para a instalação do setor gráfico: “Espaço, luz, acesso fácil, tudo foi conseguido na planificação moderna da oficina. 10000 metros construídos, ao custo de um milhão e quinhentos e sessenta e três contos de réis. Nada parecido, em matéria gráfica, no país.” (DONATO, 1990, p.67). O amplo galpão foi uma das primeiras edificações da região da Vila Romana constitui-se de um único pavimento com fachadas de singela ornamentação, embasamento em pedra e cobertura em sistema de *shed* que proporcionava iluminação zenital complementar à fenestração.

A empresa mantém um acervo iconográfico em que a obra da década de 1920 está bem documentada. Foi possível consultá-lo e verificar o processo construtivo de toda a estrutura em concreto, bastante sintomático do momento da construção civil na cidade de São Paulo¹¹. A partir da década de 1920, modificam-se os padrões construtivos na medida que há um melhor aproveitamento dos materiais, a utilização do tijolo e o dimensionamento das estruturas em concreto armado possibilitam novas modulações. Com a ampliação do uso do concreto armado nesse período, muitas fábricas passaram a ser construídas utilizando esse sistema estrutural, cujas propriedades permitiam grandes vãos. Ainda assim, a estruturação do partido arquitetônico e o resultado formal eram semelhantes às soluções anteriores.

¹⁰ As plantas originais foram consultadas junto ao DPH - Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa durante o processo de tombamento. O projeto de 1922 é o processo N° 56095, Rua Tito – esse material atualmente se encontra no Arquivo Municipal (Secretaria Municipal de Gestão) – e não se teve autorização por parte da empresa proprietária para a divulgação.

¹¹ Nesse período pós Primeira Guerra Mundial, a importação de materiais de construção passava por dificuldades; o uso do concreto armado se expandia como nova técnica construtiva na cidade, introduzido por profissionais italianos e por empresas francesas e alemãs. Dentro das escolas de engenharia, criaram-se setores interessados na pesquisa de materiais brasileiros como cimento, cal dentre outros. Na Escola Politécnica, haviam sido feitos estudos no Gabinete de Resistência de Materiais em 1912 analisando metais tendo em vista o emprego de barras de aço no concreto armado (BENCLOWICZ, 1989, p.125). Em 1917, foi fundada a Companhia Siderúrgica Belgo – Mineira, com objetivo de produzir aço em escala industrial ampliando o uso do concreto armado nas construções paulistanas e em 1924 foi instalada a Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus (SP), cuja produção foi aos poucos suprindo as necessidades do mercado interno. O concreto armado firmou-se então como sistema estrutural mais adequado sob as fachadas ornamentadas de acordo com o gosto de seus construtores, substituindo inclusive as estruturas de ferro geralmente importadas.



Fig. 88 A: Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 88 B: Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 88 C: Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 88 D: Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 88 E: Companhia Melhoramentos de São Paulo, construção 1922. Fonte: DONATO, 1990, p.73.

Essas instalações por serem novas despertaram a curiosidade e transformaram-se em objeto de turismo empresarial visitado por várias personalidades. Em 1924 o deputado federal por São Paulo, João Pires do Rio esteve na gráfica, e produziu um relatório referente à organização produtiva da oficina, de acordo com o relato de Hernani Donato:

Observou 18 seções em funcionamento (a ordem é a empregada por ele): litografia, zincografia, tipografia, pautação, encadernação, confecção de blocos de folhinhas, fabricação de cromos, de envelopes, depósito de mercadorias, expedição, galvanoplastia, estereotipia, douração, fabricação de baralhos, sala de gravadores, sala de linotipos, oficina mecânica, escritório. Mencionou estoques de mapas, ações, cartazes, reclames, carteiras de cigarros, estampas finas, várias qualidades de envelopes para correspondência, folhinhas, cartões de felicitações, menus, papéis para correspondência, baralhos, estampas religiosas, almanaques, blocos, livros em branco e comerciais, clichês e almanaques produzidos para laboratórios farmacêuticos. [...] O maior e mais atualizado estabelecimento gráfico da América Latina. (DONATO, 1990, p.74)

Após a construção do edifício da gráfica foram construídos galpões para depósito na década de 1930 no quarteirão em frente ao original. E, na década de 1940, foi construído pela firma Freitas Jank o prédio administrativo de quatro andares nas equinas das ruas Tito e Espártaco apresentando uma arquitetura diversa, de influência *art-decô* o prédio administrativo possui revestimento de pedras na fachada do embasamento até o primeiro pavimento e as esquadrias são em linhas retas, definindo os pavimentos.

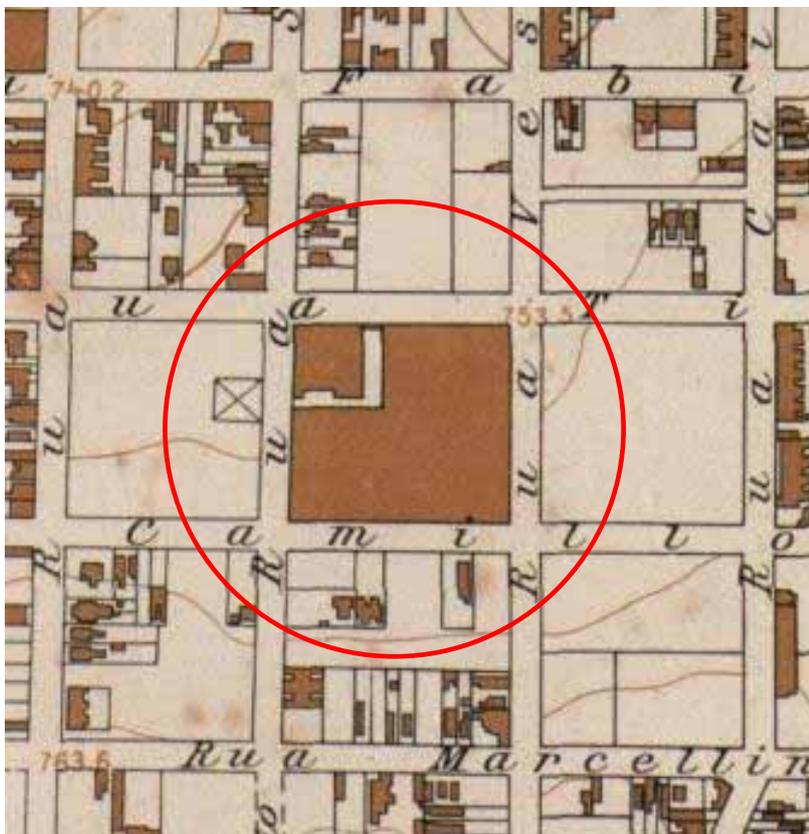


Fig. 89: Mapa cidade de São Paulo, 1930, recorte Companhia Melhoramentos de São Paulo. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.



Fig. 90 A: CISP, prédio gráfica. R. Vespasiano com R. Camilo, década de 1930.
Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 90 B: CISP, prédio gráfica. Rua Vespasiano com Rua Tito, década de 1930.
Fonte: Acervo da empresa.

Ao longo das décadas, as adaptações se concentraram basicamente no remanejamento interno das linhas produtivas com maquinários tecnologicamente mais avançados, como apresentado no capítulo anterior. Além dessas necessárias adaptações automatizando paulatinamente a linha produtiva, o Prof. Hernani Donato fez referência em entrevista (31.03.2008) à necessidade de subdivisão interna do galpão em fins da década de 1960 (1967) para atender à necessidade de criar uma área de segurança dentro das instalações para acomodar produção e impressão de cheques.

O acervo iconográfico da empresa está organizado basicamente em função dessas evoluções tecnológicas. Ao verificar essas imagens é possível constatar, naquilo que tange à materialidade da edificação, alterações no sistema de forro, nos dispositivos das instalações elétricas, posterior inclusão de ar condicionado e substituição das antigas telhas francesas por telhas de amianto.



Fig. 91 A: CISP, impressão máquinas Minerva, sem data. Fonte: DONATO, 1990, p. 74.



Fig. 91 B: CISP, vista geral do setor tipográfico (máquinas Minerva), sem data.
Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 91 C: CMSP, setor da Litografia, década de 1940. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 91 D: CMSP, setor de zincografia, sem data. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 91 E: CMSP, impressão máquina rotativa, 1942. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 91 F: CMSP, impressão *Off-set*, década de 1940. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 91 G: CMSP, impressão máquina Minerva automática, sem data. Fonte: Acervo da empresa



Fig. 91 H: CMSP, impressão máquina Minerva automática, sem data. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 91 I: CMSP, impressão *Off-set*, provável década de 1970. Fonte: Acervo da empresa



Fig. 91 J: CMSP, em primeiro plano máquina *Rolland* (impressão a 4 cores), década de 1970. Fonte: Acervo da empresa

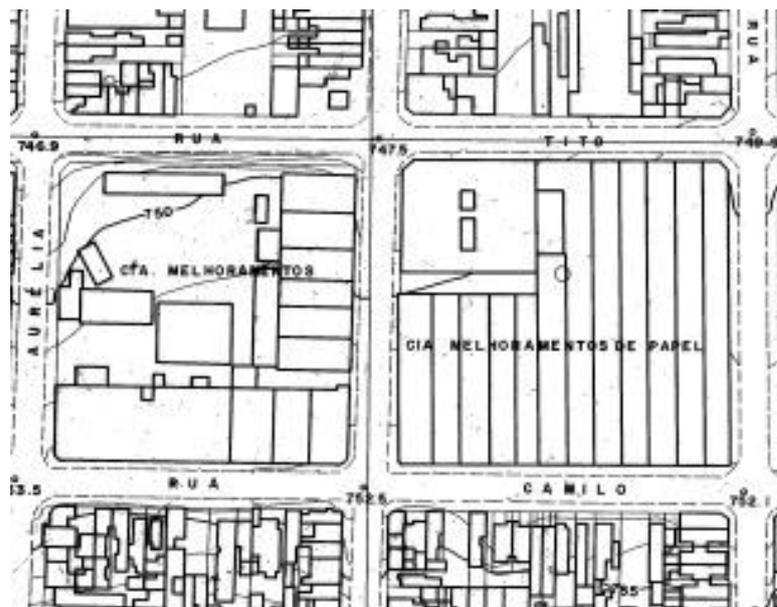


Fig. 92 A: Mapa cidade de São Paulo, 1970, recorte da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Ao meio, quarteirão da gráfica e, à esquerda, quarteirão dos depósitos. Fonte: Acervo Biblioteca FAUUSP.



Fig. 92 B: Companhia Melhoramentos de São Paulo, quarteirão. Ao lado esquerdo, quarteirão com edificações residenciais no local dos antigos depósitos. Fonte: Google Earth, 2010.

Como mencionado no capítulo anterior, com a terceirização da parte gráfica em 2001 o galpão foi locado para uma empresa que deu continuidade à atividade. Nesse processo foi feito um laudo de constatação¹² para verificar o estado do imóvel em que consta um levantamento fotográfico da situação naquela ocasião (março de 2001) com a última ocupação com atividade gráfica. Nesse documento há basicamente descrições da situação interna enfatizando revestimentos, tipo de forro, situação das esquadrias e portas, instalações elétricas

¹² Material obtido através do Laudo de constatação da situação do imóvel fornecido pela empresa em entrevista com Marina Oehling Gelman (Advogada da empresa) em 31 Mar. 2008.

e hidráulicas, sistema de iluminação; em relação à idade aparente do imóvel destaca-se as obras de conservação que foram feitas e o fato de que apesar do prédio ter sido construído por volta de 1920, tendo, portanto, uma idade real de 80 anos, a idade aparente estimada é entre 40 e 60 anos em razão de sucessivas obras de conservação e manutenção. Além dessas informações foi possível também verificar a disposição da linha de produção na época, já que consta de uma planta com a setorização produtiva.

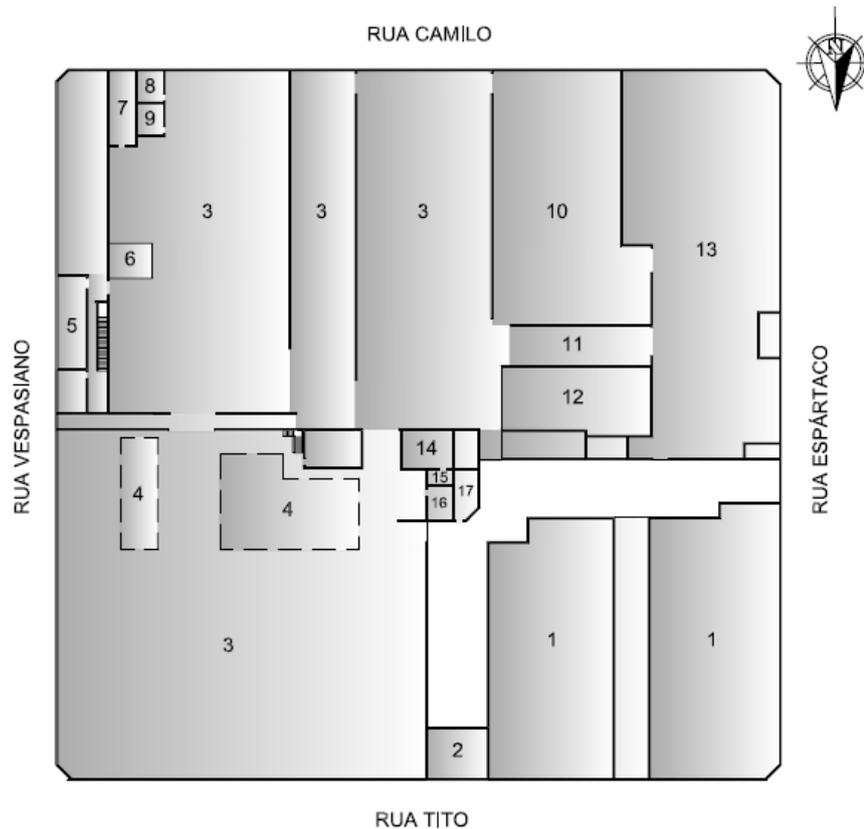


Fig. 93: CMSP, planta esquemática (s/ esc.) com setorização da última atividade gráfica, 2001. Legenda: 1. Administração; 2. ambulatório; 3. Produção; 4. Conserto de livros; 5. Almoxarifado / mecânica; 6. Supervisão; 7. Ventilação; 8. Exaustor; 9. Depósito de livros inacabados; 10. Arquivo de filmes; 11. Manutenção; 12. Depósito; 13. Sanitários / vestiários; 14. Bomba; 15. Limpeza; 16. Sanitários.

Fonte: Acervo da empresa (elaborado pelo autor).



Fig. 94 A: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 B: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 C: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 D: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 E: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 F: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 G: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 H: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 94 I: CMSP, última ocupação do galpão com atividade gráfica, 2001. Fonte: Acervo da empresa.

Em visita ¹³, foi feito um levantamento fotográfico no qual se verifica as atuais condições do galpão tanto interna, quanto externamente. Internamente, ele apresenta uma situação similar àquela descrita em 2001 no laudo de constatação. O piso é na maior parte em granilite, tendo partes em cimentado, concreto ou cerâmica; as paredes perimetrais tem pintura a óleo até meia altura e o restante em látex; o forro praticamente não existe mais; o sistema de cobertura se manteve do tipo *shed*, com estrutura em madeira e algumas partes em metal, com telhas de fibrocimento na posição inclinada e de plástico na vertical, para iluminação zenital; o sistema estrutural se mantém em pilares de concreto; o sistema de iluminação artificial é na maioria em pendentes fluorescentes; as esquadrias das janelas são em ferro com vidros simples martelados e das portas em aço de enrolar ou madeira, grande parte dos vãos estão vedados por questões acústicas; as instalações hidráulicas são aparentes, com tratamento dos efluentes industriais; as instalações elétricas contam com cabine de força, trifásicas, e também são aparentes, correndo basicamente sobre bandejas; instalação de sistema de ar condicionado. Foi verificado além da subdivisão interna decorrente dos departamentos que demandavam maior segurança mencionados, a construção em datas não identificadas de outros blocos de sanitários e mezanino em que se localizava parte do departamento administrativo. Além disso, o edifício possui instalações referentes à segurança contra-incêndio, dentre outras ações que o adéqua às necessidades atuais possibilitando a manutenção da atividade gráfica.



Fig. 95 A: CMSP, vista interna. Sistema de cobertura em *shed*, telhas em cimento amianto (não são mais as telhas cerâmicas originais).
Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 B: CMSP, vista interna. Sistema de cobertura e partes de forro remanescente.
Foto: Autor, 2008.

¹³ Em 08 Mai 2008 acompanhada pela funcionária Lina Bizzotto (coordenadora de serviços gerais - CMSP).



Fig. 95 C: CMSP, detalhes estruturais.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 D: CMSP, detalhes estruturais.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 E: CMSP, mezanino construído.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 F: CMSP, blocos construídos ao longo das décadas. Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 G: CMSP, estrutura em concreto, sistema de cobertura em *shed*, alguns vão de janelas fechados. Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 H: CMSP, estrutura em concreto, sistema de cobertura em *shed*, alguns vão de janelas fechados. Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 I: CMSP, sistemas de tubulações e iluminação instalados ao longo das décadas. Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 J: CMSP, sistemas de iluminação e ar condicionado instalados ao longo das décadas. Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 L: CMSP, pilares da caixa d'água.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 95 M: CMSP, caixa d'água. Foto: Autor, 2008.

Externamente é possível constatar que pinturas foram refeitas inclusive no antigo embasamento de pedra, além do caso de um relógio com 1 metro de diâmetro (originalmente instalado na unidade da Rua Líbero Badaró) que, quando transferido ficava no alto da entrada pela Rua Vespasiano - em frente à Praça Alfredo Weiszflog - e foi subtraído pela empresa no ano 2007; atualmente esse relógio está localizado na esquina das ruas Vespasiano e Tito, encoberto por galhos de árvores (SÃO PAULO – cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09 p.82).



Fig. 96 A: CMSP, detalhe molduras da fachada. Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 B: CMSP, detalhe embasamento de pedra da fachada. Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 C: CMSP, relógio repostado na fachada da R. Vespasiano com R. Tito.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.84.



Fig. 96 D: CMSP, fachada R. Espártaco.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 E: CMSP, vista interna. À direita administração e à esquerda galpão da gráfica.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 F: CMSP, fachada R. Tito.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 G: CMSP, fachada R. Tito.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 H: CMSP, vista externa, esquina R. Espártaco e R. Camilo. Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 I: CMSP, fachada R. Camilo.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 J: CMSP, vista esquina R. Camilo e R. Vespasiano. Foto: Autor, 2008.



Fig. 96 L: CMSP, entradas do galpão originais, R. Vespasiano. Foto: Autor, 2008.

Frente aos levantamentos realizados e a análise dos documentos e do imóvel, pode-se fazer duas constatações, em primeiro lugar, a edificação que foi originalmente projetada na década de 1920 para abrigar a atividade gráfica foi suficientemente compatível com tal atividade até o início de 2008, que embora tenha ocasionado algumas alterações e adaptações no imóvel, necessárias para sua própria manutenção, não causou uma degeneração muito comprometedora do conjunto. As adaptações se concentraram primordialmente na tecnologia da linha produtiva. Nesse caso, diferente e mais evidente que nos anteriores, a possibilidade da manutenção da atividade fabril não encontrava propriamente uma limitação espacial ou arquitetônica. A maior problemática era de âmbito econômico, e nesse sentido a própria configuração urbana teve um papel determinante para o encerramento da gráfica, como apresentado no capítulo anterior.

7.4 O subsídio conceitual do campo da preservação patrimonial:

Um questionamento bastante pertinente e que consiste em um dos objetivos deste estudo é verificar em que medida houve algum subsídio das teorias de preservação para as intervenções ao longo das décadas nos casos apresentados e analisados. Em decorrência das características dos respectivos processos produtivos, os casos analisados apresentam diferentes graus de descaracterização: a Vidraria Santa Marina acumulou um maior número de alterações e demolições e hoje somente possui alguns poucos e pontuais remanescentes originais preservados, inclusive, por iniciativa da empresa (como a mencionada torre de energia, partes de antigas paredes de fornos, chaminés e alguns edifícios que não foram demolidos ao longo do processo de constituição do conjunto atual – alguns desses elementos são contemplados no processo de tombamento); a Companhia Goodyear do Brasil, também passou por adaptações diversas, acréscimos, descaracterizações, mas de uma forma geral o conjunto se demonstra mais legível enquanto potencial bem cultural e também possui além das edificações tombadas, elementos simbólicos como as chaminés que são mantidas; já na Companhia Melhoramentos de São Paulo o conjunto, que é mais compacto em termos espaciais, teve menos interferências ao longo dos anos.

Embora as empresas demonstrem uma preocupação com seus acervos iconográficos e históricos e que haja algumas iniciativas bastante incipientes de preservação das edificações, considerando o histórico da situação de uso e adaptações ao longo dos anos nesses conjuntos fabris, é possível constatar que as preocupações primordiais que determinaram as ações interventivas estão mais vinculadas e norteadas por questões de ordem prática e econômica e

não estão inseridas propriamente na chave da preservação patrimonial enquanto campo disciplinar. A evolução técnica das linhas produtivas e a predisposição a adaptações de modo a atender às demandas do mercado, demonstrou que a política das empresas teve sempre como objetivo principal obter um maior rendimento produtivo e a redução de custos, além de não haver sequer uma menção a qualquer preocupação com o patrimônio edificado nos relatos historiográficos produzidos pelas empresas. Fica evidente, então, aquilo que já havia sido diagnosticado por Hudson no âmbito da arqueologia industrial (apresentado no capítulo um) que identificou como fatores básicos que levam à destruição dos remanescentes industriais a ignorância em relação ao real valor histórico do que está sendo transformado e a necessidade e prioridade da atividade fabril em estabelecer-se na marcha do progresso (HUDSON, 1976, p.26 – 27).

Avaliando sob a ótica do campo da preservação patrimonial retoma-se a ênfase dada por Brandi na ligação indissolúvel entre a obra de arte e o processo de restauro, já que é o bem que condiciona a restauração e não o contrário (BRANDI, 2004, p.29). Desse modo, evidencia-se a problemática reforçada por diversos teóricos dentre eles Carbonara e Salvo, conforme apresentado no capítulo um, a respeito da dificuldade em reconhecer obras recentes como bem cultural, dentre elas o patrimônio industrial. Na medida em que não há um justo reconhecimento da obra como um dado cultural não se efetiva o conjunto de ações compreendidas como “restauração”, que segundo Brandi, deve ser interpretada como “o momento metodológico do **reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica**, com vistas a sua transmissão ao futuro.” (BRANDI, 2004, p.30 – grifo nosso). É necessário salientar, porém, que a restauração, como entendida a partir do século XIX, trata do maior nível de intervenção que um monumento pode receber após um período de degradação. Mas o campo da preservação engloba outras medidas anteriores a esse nível como a conservação e manutenção.

Nesse ponto é interessante ressaltar a distinção de alguns termos que são comumente utilizados no corolário da preservação patrimonial. De acordo com o enfatizado por Kühl, a própria palavra preservação no Brasil possui um teor bastante genérico e engloba uma série de ações como inventários, registros, providências legais para a tutela (como o tombamento), educação patrimonial e políticas públicas, além de assumir a forma de manutenção, conservação e restauração (KÜHL, 2009, p.59). Ainda conforme Kühl, Carbonara evidencia em vários textos que as diferenças dos termos empregados às intervenções revelam, na

verdade, a diversidade de objetos a que se destinam e a diversidade dos meios e objetivos a serem atingidos. Assim, Carbonara:

Compara a manutenção com a medicina preventiva, afirmando que pode evitar a restauração, sempre mais traumática. Considera a reutilização a forma mais eficaz para garantir a preservação de um bem, pois um monumento sem uso deteriora-se de modo rápido, enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos. No entanto, a reutilização é um meio para preservar o bem, mas não a finalidade da intervenção. A recuperação, por sua vez, impõe a reutilização como premissa e a conservação como eventual consequência, incidindo sobre ela pressões econômicas e políticas. Já o restauro é ato histórico-crítico, conservativo – pois tem por objetivo transmitir o bem a gerações futuras da melhor maneira possível, valendo-se para isso da reutilização – e criativo, pois qualquer intervenção, mesmo as de manutenção, implicam modificações, que não são figurativamente neutras e devem ser prefiguradas e controladas através do projeto. (KÜHL, 2004, p.110).

De acordo com as asserções de Roberto Pane na conferência de introdução ao encontro que originaria a Carta de Veneza, a manutenção seria o constante meio para evitar intervenções mais contundentes:

- manutenção ou reparos: ações cotidianas e periódicas que visam a sanar e reparar problemas que aparecem na edificação assim que surgem, como reparo de um condutor vertical, de fiação inadequada, substituição de telhas e de vidros quebrados, de balaústres danificados etc., em que se opera, em geral por analogia, com formas e materiais iguais ou semelhantes aos originais; casos, pois, em que os problemas não se consolidam como uma cisão, no tempo, na obra como imagem figurada (caso houvesse uma cisão, esses mesmos problemas deveriam ser tratados como casos de restauração); (KÜHL, 2009, p.74)

Já a conservação e restauração se diferem quantitativamente e não qualitativamente, ressaltando o aspecto excepcional conferido ao restauro. Essas caracterizações podem ser notadas no próprio texto da Carta a respeito da classificação dessas modalidades de intervenção, que devem estar sempre associadas a ações culturais e vinculam-se a diferentes graus de ingerência sobre o monumento (KÜHL, 2009, p.74) :

- conservação: Artigo 4º – A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente. Artigo 5º- A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites

que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. Artigo 6º – A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

- restauração: Artigo 9º – A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se – á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (ICOMOS, 1964 In: CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p.92-93 e KÜHL, 2009, p.74-75)

Na abordagem em que se baseia a teoria brandiana e o restauro crítico a restauração é definida como um campo disciplinar que fundamenta qualquer ação sobre os bens de reconhecido interesse cultural: manutenção, conservação e, inclusive aquilo que Brandi denominou como “restauração preventiva” (BRANDI, 2004, p. 101) em que estão implícitas medidas de prevenção e conservação, salientando que a restauração preventiva é ainda mais imperativa, pois objetiva impedir as intervenções de extrema urgência.

O restauro enquanto campo disciplinar deve ser entendido, então, como um processo necessariamente multidisciplinar que tem princípios fundamentais vinculados a uma unidade conceitual e metodológica própria, esses princípios enfatizados por Brandi e em diversos textos de Carbonara (KÜHL, 2009, p.78) são: distinguibilidade, de modo a não induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia antes; reversibilidade¹⁴: de modo que não impeça qualquer intervenção futura; mínima intervenção: de modo a não descaracterizar o documento histórico devendo respeitar suas estratificações; e, finalmente, compatibilidade de técnicas e materiais: considerando a consistência física do objeto, com a aplicação de técnicas compatíveis ao bem e não nocivas. Ou seja, o conjunto de intervenções entendidas no âmbito da restauração fundamenta-se no respeito à materialidade da obra e às seus aspectos documentais e de conformação (KÜHL, 2009, p.79).

¹⁴ Recentemente este princípio tem sido enunciado de forma mais precisa como “re-trabalhabilidade” (KÜHL, 2009, p.78)

Nesse sentido as intervenções que incidiram sobre os casos apresentados não podem ser entendidas no campo metodológico da restauração (em todos os graus de ação da manutenção à restauração preventiva), pois não foram norteadas por motivações que devem ser primordialmente de cunho cultural e científico envolvendo uma pormenorizada análise da obra e em que questões de ordem prática, embora estejam sempre presentes, são concomitantes e têm caráter indicativo, sendo o meio e não o fim (KÜHL, 2009, p.60). Nos casos estudados, as ações são derivadas das próprias necessidades evolutivas das respectivas empresas que denotam um processo contínuo de utilização e transformação dos conjuntos arquitetônicos de modo a adequar-se às demandas mercadológicas, refletindo dinamismo e mutabilidade, características próprias e inerentes à cultura industrial.

O potencial valor histórico e documental desses conjuntos, de seus processos produtivos, da importância para a história da industrialização da cidade, bem como a referência na constituição urbana em que estão inseridos, foi somente parcialmente reconhecido pelas empresas; porém, esse reconhecimento não norteou qualquer tipo de intervenção ao longo das décadas de manutenção do uso fabril. O reconhecimento do valor desses conjuntos enquanto bem cultural somente estabeleceu-se através da instância oficial do tombamento municipal, esses respectivos processos serão analisados no próximo capítulo.

8 Compreensão e reconhecimento do valor cultural: salvaguarda oficial x uso fabril

O material obtido junto aos processos de tombamentos dos referidos casos será usado como referência por contribuir para a verificação de como este patrimônio foi abordado pelo órgão de proteção municipal, bem como a atual situação da percepção que os proprietários desenvolveram em relação à esta decisão, pois contém não só a descrição daquilo que foi designado para ser efetivamente preservado, mas também o processo de contestação por parte da empresa, muito pertinente para essa análise por abordar diretamente a interface entre o uso fabril e a preservação do patrimônio.

8.1 Vidraria Santa Marina (atual Saint - Gobain):

O reconhecimento do valor histórico-cultural da Vidraria Santa Marina está condensado na esfera da política pública municipal de preservação patrimonial em decorrência de uma indicação da população para integrar a lista das ZEPEC (Zona Especial de Proteção Cultural) da Subprefeitura da Lapa em 2004, como mencionado no capítulo quatro. A partir daí, iniciou-se um processo de análise do conjunto fabril por parte do DPH e, em 2009, na Resolução N^o 5 que dispôs sobre os itens analisados como ZEPEC Lapa, foram tombados alguns remanescentes da antiga Vidraria Santa Marina: torre de energia, edifício Amazonas, edifício São Paulo, chaminé forno 05 e chaminé forno 20.

Conforme verificado através do estudo das transformações que ocorreram neste conjunto fabril poucos edifícios originais se mantiveram. A torre de tijolos aparentes de, aproximadamente, três pavimentos de altura com janelas em arco em todos os andares é uma das edificações mais significativas por ser provavelmente o mais antigo remanescente, ela aparece desde os primeiros registros fotográficos, porém, não se sabe precisamente a função desse edifício que supostamente abrigou um reservatório elevado de água e depois cabine elétrica (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.112 e p. 364). O valor documental, histórico e simbólico deste elemento é notório e compreendido pela empresa que o preservava mesmo antes da indicação para tombamento.



Fig. 97 A: Torre em tijolos aparentes, 2009.

Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.385.



Fig. 97 B: Torre em tijolos aparentes. Foto: Autor, 2008.



Fig. 97 C: Detalhe do 2º e 3º pavimentos.

Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/2009, p.116.

O galpão próximo à torre, o edifício Amazonas, foi tombado alegando-se que mantinha volumetria e alguns elementos originais na fachada, como segmentos de arcos (que são inclusive reforçados através da pintura) e parte de uma cornija em alvenaria de tijolos. A empresa considera que esses elementos são vestígios escassos do antigo galpão industrial, ainda assim não diverge propriamente da determinação de proteger esse edifício (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.112 e p.364).



Fig. 98 A: Edifício Amazonas, 2009. Parte de arcos e cornija em alvenaria conservados. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.386.



Fig. 98 B: Edifício Amazonas, parte interna, 2009. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.403.



Fig. 98 C: Edifício Amazonas, 2009.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.387.



Fig. 98 D: Detalhe dos arcos.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.388.

O edifício São Paulo é consensualmente bastante expressivo sob o aspecto arquitetônico por representar as edificações industriais da primeira metade do século XX. Segundo o histórico da empresa obtido pelos estudos do DPH, provavelmente, foi destinado a oficinas devido às pontes rolantes remanescentes no interior; a estrutura da edificação é composta de peças metálicas usinadas, montadas no local que são aparentes por toda a fachada e constitui uma trama reticulada preenchida de alvenaria de tijolos.



Fig. 99 A: Edifício São Paulo. Foto: Autor, 2008.



Fig. 99 B: Edifício São Paulo.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 99 C: Eletro - filtro junto ao edifício São Paulo.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,

Res. 05/09, p.406.

Além desses edifícios, duas chaminés foram tombadas, a chaminé N° 5, embora não seja dos fornos pioneiros, é a mais antiga do atual conjunto. A empresa admite o valor desse elemento como um dos marcos mais antigos da presença da fábrica na região (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 365). Já no que se refere à chaminé N° 20 tombada por ser uma referência visual para a região - altura de 80 metros – (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.112), a empresa contesta por tratar-se de um elemento recente, de 1974, construído num momento em que a empresa passava por várias adaptações de seu processo produtivo.



Fig. 100 A: Chaminé N° 5 na extrema esquerda e chaminé N. 20 na extrema direita.
Foto: Autor, 2008.



Fig. 100 B: Chaminé do forno 5.
Fonte: SÃO PAULO (cidade),



Fig. 100 C: Chaminé do forno 5.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,

SMC/CONPESP,
Res. 05/09, p.406.



Fig. 100 D: Chaminé do forno 5 e equipamentos anexados. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.389.

Res. 05/09, p.405.



Fig. 100 E: Chaminé do forno 5 e equipamentos anexados. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.404.



Fig. 100 F: Chaminé do forno 20. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.391.



Fig. 100 G: Vista interna do edifício do forno 20. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.399.



Fig. 100 H: Equipamentos junto à chaminé N. 20.



Fig. 100 I: Eletrofiltro junto à chaminé N. 20.

Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.398.

Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP,
Res. 05/09, p.397.

Desse modo, a resolução oficial determinou que o grupo formado pela torre de energia e chaminés dos fornos 05 e 20 teriam nível de preservação 1 (NP1), ou seja, preservação integral de suas características externas e internas; e que os edifícios Amazonas e São Paulo teriam nível de preservação 3 (NP3), ou seja, preservação das características arquitetônicas externas, incluindo fachadas, volumetria e cobertura dos imóveis.

Em função dessa resolução a empresa desenvolveu uma contestação ¹ propondo uma revisão de alguns termos que ainda está tramitando nos órgãos públicos responsáveis. Nesse relatório se reconhece o valor simbólico da torre, dos fragmentos da antiga alvenaria do edifício Amazonas e do edifício São Paulo, grupo de edificações que já vinha sendo preservado por iniciativa própria, segundo a empresa. Já no caso das chaminés do Forno 05 e 20 é enfatizado o valor utilitário por estarem em pleno funcionamento.

Desse modo, essa contestação coloca que quanto aos itens com nível de preservação NP1 que dispõe sobre a preservação integral das características externas e internas só é perfeitamente aceitável para a torre de energia, já, o mesmo não se pode dizer quando esta exigência incide sobre o interior das chaminés, por decorrência da própria atividade industrial, como as superfícies estão submetidas a altas temperaturas e sujeitas a desgastes são necessárias constantes adequações para manter a atividade em segurança. Em relação aos itens com nível de preservação 3 (NP3) que dispõe sobre a preservação das características arquitetônicas externas, incluindo fachadas, volumetria e cobertura dos imóveis a empresa considera que seja perfeitamente aceitável para o Edifício São Paulo, o mesmo não se pode dizer quanto ao Edifício Amazonas, o qual caberia, segundo a empresa, a preservação única e exclusiva da fachada (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.697).

A principal argumentação, porém, não se refere propriamente às medidas de preservação propostas sobre a materialidade das edificações, mas sim à definição da “Área de Proteção de Bens Tombados” de cada uma das unidades por repercutir diretamente na manutenção das atividades industriais. A disposição oficial definia a partir dos bens preservados raios de 30 m, resultando em manchas cujos perímetros incidem sobre partes de edificações existentes (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.366). No caso do eixo entre a Avenida Santa Marina e a torre (cabine elétrica) fica explícito a

¹ Esse trabalho de contestação elaborado pelo grupo Saint - Gobain teve a consultoria dos arquitetos Dr. Marcos José Carrilho e Dra. Cecília Rodrigues dos Santos e consta no referido processo de tombamento p.360-407.

necessidade de manter a visualização, então a proposta prevê a preservação da volumetria dos prédios e a manutenção das áreas livres daquele trecho.

Para a empresa as restrições desta resolução são ainda mais críticas em relação à área envoltória das chaminés, pois os fornos funcionam 24 horas 365 dias por ano, a temperatura de funcionamento é de 1600 graus Celsius e paralisações só a cada 10 anos, em média, para serviços de manutenção pesada. Além disso, as chaminés associam-se a outras instalações, como Usina de composição – matéria prima para a produção de vidro; o Eletro - filtro que atende as especificações da CETESB e retira material particulado e gases nocivos à saúde; a estação de tratamento de água – para o resfriamento do forno e de outros equipamentos – transformadores, grupo gerador, compressores – além de todo um conjunto complexo de redes de tubulação que interligam as partes (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.366 - 367).

A empresa alega que a caracterização da área de proteção relativa à Chaminé N° 05, impede qualquer construção ou reformas anexas, até mesmo de equipamentos de controle ambiental de emissões. De acordo com as especificações da empresa esses equipamentos precisam de constante monitoramento, manutenção, conservação e aperfeiçoamento, por exemplo, a substituição do filtro da chaminé N° 20 prevista para os próximos anos, o que exige a construção prévia de um novo eletro-filtro, de modo que a substituição não implique na interrupção de funcionamento. Além disso, a empresa alega que podem ocorrer situações críticas que exijam intervenções imediatas, não sendo possível aguardar os trâmites dos licenciamentos necessários (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 367 - 368).

Em função disso a empresa apresentou algumas alternativas em que as áreas de vizinhança facessem os edifícios lindeiros de modo que não incidissem nas áreas internas dos mesmos, com o objetivo de assegurar as visuais para a proteção dos edifícios Amazonas, São Paulo e da torre. Nessa proposta evitou-se estender as áreas de proteção às chaminés, que segundo a empresa, devido à altura, dificilmente seriam perturbadas por eventuais interferências, tendo sido evitada a definição de outros gabaritos. Caso haja necessidade de limitar os gabaritos de altura, existe outra alternativa em que se estipula uma altura máxima de 40m (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.368). Dessa forma, a empresa considera que estaria contemplada tanto a preservação dos bens, quanto a continuidade da atividade industrial. A promulgação final da resolução por parte do órgão

público, considerou essas colocações da empresa, porém o gabarito máximo da área de restrição ficou mantido em 30m de altura:

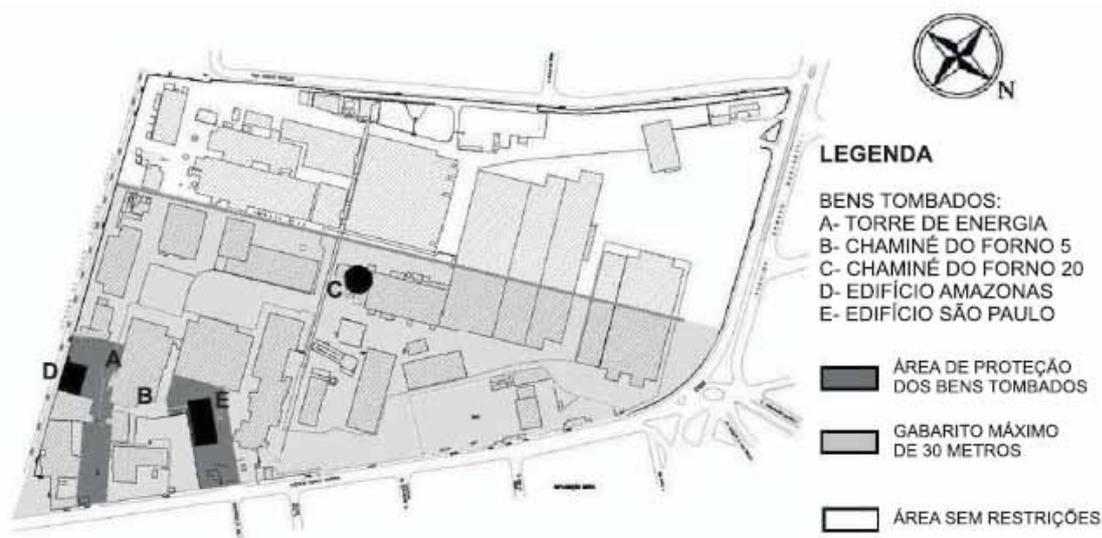


Fig. 101: Antiga Vidraria Santa Marina, indicação dos imóveis tombados e delimitação das áreas de proteção.
 Fonte: SMC/CONPRESP, Res. 05/09 – Anexo F, disponível em:
 <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/antiga_vidracaria_santa_marina_1253300948.pdf>
 Acesso em: 13 Nov. 2009.

Ainda foi solicitado que fosse incluída uma observação na Resolução de tombamento nos seguintes termos, principalmente no caso das chaminés e respectivos fornos que exigem intervenções rotineiras e de urgência:

Com relação aos edifícios tombados e seus equipamentos anexos, fique ressaltada a possibilidade de manutenções preditivas, preventivas e corretivas sem prévia autorização do CONPRESP, para fins de **não inviabilizar a continuidade do processo produtivo ou das atividades fabris**, com a premissa de que a preservação ocorrerá (salvo eventos de caso fortuito ou força maior, tais como tempestades, ventanias, etc.). (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.695, grifo nosso)

É sugestivo considerar que o principal ponto das manifestações de contestação diz respeito a aspectos técnicos das atividades industriais, que inclusive são de caráter intensivo que duram 24 horas. A empresa ressalta que há uma disposição em anuir ao tombamento, mas que sejam consideradas por parte do órgão público de preservação as características e as necessidades da atividade fabril:

[...] a indústria **continua e pretende continuar em atividade e, mesmo com as medidas de proteção discutidas, esperava-se que as mesmas contemplassem, com as devidas cautelas, as características de um empreendimento ativo**, de modo a não comprometer a

continuidade do processo produtivo, a segurança das instalações fabris, além da segurança dos funcionários e prestadores de serviço que atuam no local. (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.694, grifo nosso)

Verifica-se que a questão da manutenção da atividade industrial e sua interface com o patrimônio industrial é, portanto, um ponto crucial que norteia a contestação apresentada pela empresa, cujo propósito é solicitar uma revisão dos termos para que as atividades produtivas da Saint - Gobain Vidros S.A possam ter continuidade com a segurança necessária: “Tratando-se de patrimônio relacionado às origens da industrialização de São Paulo, **nada mais pertinente do que sua preservação associada à persistência das atividades produtivas.**” (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.369 – grifo nosso). Nesse sentido a empresa destaca a importância da manutenção de um uso como condição para a preservação:

Considerando que o uso constitui a condição fundamental da preservação e considerando ainda que não se conhece melhor maneira de contemplar a preservação do patrimônio industrial que promover a continuidade da mesma atividade que lhe deu origem – ou seja, a atividade industrial – estamos certos de ver acolhidas nossas propostas de ajuste e aperfeiçoamento da Resolução de Tombamento N° 5. (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.698 – grifo nosso).

8.2 Companhia Goodyear do Brasil (Antiga Fábrica Maria Zélia):

O processo de tombamento pelo órgão municipal CONPESP reconheceu oficialmente o valor cultural, documental e simbólico de algumas edificações desse complexo no início da década de 1990. No parecer destacou-se que a empresa fez diversas alterações e ampliações em edifícios para o remanejamento de maquinários e adaptações da linha produtiva. De fato, como apresentado, a empresa passou por várias alterações e, segundo o processo de tombamento, estas teriam “camuflado” as características originais do conjunto. Entretanto, foram encontrados três edificações praticamente íntegras com revestimentos, estruturas, volumetria, gabarito e padrão construtivo não descaracterizados e em bom estado de conservação; as novas edificações no lote, próximas a esses edifícios não chegaram a interferir drasticamente. Assim, um dos critérios de seleção dos galpões que seriam tombados foi a constatação de que estes haviam se mantido com características bastante próximas da situação original.

Dessa forma, a antiga Fábrica Maria Zélia teve estas 3 edificações oficialmente reconhecidas, juntamente com a Vila pelo CONPRESP (Resolução 39/92)². A Vila Maria Zélia foi tombada praticamente ao mesmo tempo (dezembro de 1992) tanto pelos órgãos municipal e estadual. Em sua justificativa para o tombamento o CONDEPHAAT³ destacou o pioneirismo, a originalidade e a representatividade do conjunto e suas características de implantação e uso enquanto empreendimento do início do século (FENERICH, 2000, p.120-121). Ao tombá-la em 1992, o CONPRESP também ressaltou os valores urbanístico, histórico, arquitetônico, ambiental e afetivo das edificações, destacando ser esse o “mais bem acabado exemplo de ‘vila - cidadela’ existente na cidade de São Paulo.” (ROLNIK *apud* SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 91). No que diz respeito ao conjunto da fábrica, o processo do CONPRESP considerou a antiga fábrica diferindo do tombamento estadual, que não a incluiu (FENERICH, 2000, p. 120 - 121).

Dos três edifícios tombados, dois são paralelos entre si e com grande área; segundo o parecer, abrigavam, de acordo com a distribuição original, o setor de descaroçamento das painas e a separação das fibras (cardamento); o outro prédio menor era destinado ao armazenamento do algodão. Como mencionado anteriormente, na ocasião do tombamento os edifícios maiores eram utilizados como depósito de matéria prima para a produção de pneus, e o menor abrigava uma pequena gráfica que confeccionava etiquetas para a identificação das peças produzidas. Essas funções podem ter colaborado, inclusive para a conservação das edificações por não depender de grandes maquinários com vibrações que afetassem as estruturas (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.97 e p.139).

Em relação às características arquitetônicas, esses edifícios mantêm as linhas clássicas e sóbrias, com leve ornamentação inspiradas na arquitetura industrial inglesa que marcavam todo o conjunto. Os edifícios em questão possuem dois pavimentos e porão em alvenaria de tijolos, a fachada é marcada pela simetria dos vãos, no 1º pavimento, janelas de vergas retas e no 2º, em arco abatido. Os elementos decorativos são em tijolos e estão dispostos ao redor das janelas e portas. Apresentam platibanda retilínea, um possui cobertura aparente do tipo *shed* e

² Desde 1978 já havia um pedido do DPH para enquadramento da Vila como Z8-200 quando do estudo da Zona Metrô-Leste, porém ela não integrou esta listagem, a antiga fábrica também fazia parte deste estudo, como mencionado no capítulo anterior.

³ De acordo com o mencionado no processo do CONDEPHAAT, na ocasião do tombamento, a Companhia Goodyear do Brasil mostrou grande interesse em financiar obras de reconstrução e restauro de uma das edificações da vila (uma das escolas), com a única condição de em troca poder usufruir de um espaço, talvez uma sala ou duas para um Clube Social e Cultural com cursos e eventos para os funcionários da empresa (SÃO PAULO – estado, CONDEPHAAT, 24268/85, p. 482). Porém, essa iniciativa não foi desenvolvida.

outro tem uma pequena torre (guarita), certamente utilizada para controle e segurança. (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 97). O material iconográfico obtido junto ao processo revela essas características e detalhes que foram possíveis de serem observados em visita, como mencionado anteriormente, e que se mantêm.



Fig. 102 A: Companhia Goodyear do Brasil, ao fundo lado direito edificações tombadas.
Foto: Autor, 2009.



Fig. 102 B: Detalhe das edificações tombadas. Pátina revela a condição de tombamento.
Foto: Autor, 2009.



Fig. 102 C: Edificações tombadas, década de 1920. Fonte: Catálogo "Lembrança na Villa Scarpa", 1926 In: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, *contestação*, p.30.



Fig. 102 D: Edifícios tombados, elementos arquitetônicos originais.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 170.



Fig. 102 E: Detalhe de uma das edificações tombadas.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 166.



Fig. 102 F: Edifício tombado, elementos arquitetônicos originais.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 172.



Fig. 102 G: Edifício tombados, elementos arquitetônicos originais. Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res., 39/92, p. 171.



Fig. 102 H: Edifícios tombados, detalhes na fachada.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 173.



Fig. 102 I: Edifício tombado.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 167.



Fig. 102 J: Edifício tombado, elementos arquitetônicos originais.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 169.

Em função das condições arquitetônicas e do valor histórico e documental, os três edifícios foram eleitos pelo CONPRESP como representativos de todo o conjunto da antiga Fábrica Maria Zélia da Cia. Nacional de Tecidos de Juta (1913) e foi proposto na resolução 39/CONPRESP/92, que os mesmos fossem tombados com nível de proteção 1 (NP 1) – integral. Determinou-se também restrições à área envoltória como recuos, gabaritos, coeficientes de aproveitamento e categorias de uso. Para as demais edificações fabris e toda área destinada a fluxo de carros, caminhões e pedestres dentro dos limites da fábrica foi proposto nível de proteção 4 (NP 4) que determina o controle da volumetria (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 140).

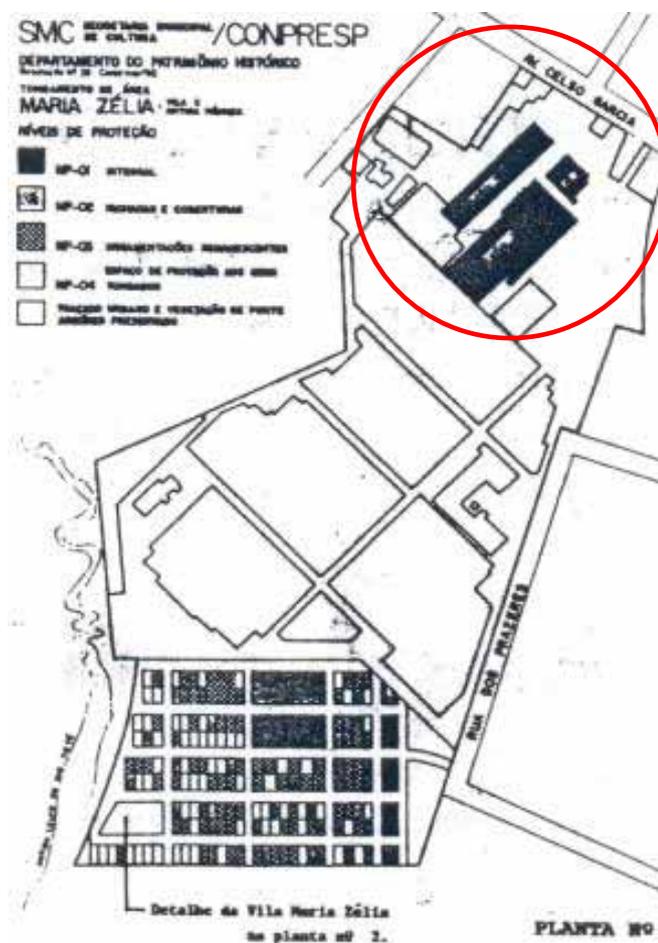


Fig. 103: Antiga Fábrica Maria Zélia, edificações tombadas em nível de proteção 1, canto superior direito.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.179 (verso).

Com essa promulgação, um dos pareceristas do processo de tombamento, o Conselheiro Representante da OAB/SP José Eduardo Ramos Rodrigues referiu-se justamente a um ponto relevante a este estudo: a interface entre a preservação patrimonial e atividade produtiva, além de abordar a mobilidade da atividade industrial bem como as características

intrínsecas dos espaços internos das edificações industriais que devem acolher a essas transformações:

Parece-nos que existe aqui uma **experiência inédita de buscar-se preservar elementos arquitetônicos de uma fábrica em funcionamento. Ao que me conste tais tombamentos não ocasionaram grandes problemas anteriormente, visto os instrumentos preservativos terem sido usualmente aplicados sobre fábricas abandonadas, simples galpões aos quais se busca preservar e revitalizar.** [...] Os estabelecimentos industriais estão sujeitos a uma série de restrições legais, como a legislação de segurança e higiene do trabalho, que lhes obriga rápidas reformas sob pena de vultosas multas, como também necessitam de certo grau de agilidade pra poderem realizar suas atividades, adotando a cada instante inovações tecnológicas que lhes permitam sobreviver aos concorrentes, aumentando sua rentabilidade para não perecer e deixar seus estabelecimentos reduzidos a galpões abandonados ao léu. Existem casos de necessidade de transferência de maquinário e até linhas de montagem inteiras de um dia para o outro, daí a compreensiva aflição da empresa contestante ante a perspectiva de ver o desenvolvimento de suas atividades industriais tolhido por eventuais demoras nos trâmites de aprovação do ilustre órgão de apoio ou deste E. Conselho. [...] **a preservação absolutamente integral, tanto externa como internamente, praticamente inviabilizará a sua utilização dentro da dinâmica industrial da fábrica existente.** [...] na medida em que estes como edificações industriais caracterizam-se pela própria concepção, por um espaço amplo e praticamente vazio, que permita rápidas mudanças dos elementos nele inseridos, que devem adaptar-se às necessidades do serviço, [...] **parece-se que a mutabilidade dos espaços internos constitui-se numa característica natural de todo o edifício industrial,** [...] (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 186-189 – grifo nosso)

Dessa forma o conselheiro da OAB evidencia a questão que é tão pertinente a esta pesquisa:

Temos aqui um conflito entre dois ideais de grande alcance cultural: **a preservação de bens culturais pelo tombamento e a dinâmica da atividade industrial** desses mesmos bens. Por mais excludentes que pareçam, queremos crer que exista uma conciliação possível, pelo que buscamos enfrentar a questão. (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 187 – grifo nosso)

O tombamento foi objeto de contestação por parte da Companhia Goodyear que se pautou em diversos aspectos, a princípio, alegava que da área original que a Companhia

Goodyear comprou da antiga Fábrica Maria Zélia as edificações já haviam sofrido alterações suficientes, como reformas nas fachadas, completa substituição dos telhados, demolições de paredes e de partes de edificações para abrigar as novas construções de modo que o antigo foi totalmente incorporado descaracterizando o valor do conjunto (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p.4) e que as edificações que foram tombadas faziam parte de aquisições que a Goodyear fez posteriormente de outros proprietários, não sendo, remanescentes originais da antiga Fábrica Maria Zélia, portanto não justificando seu tombamento.

Além disso, a empresa também apresentou objeções ao tombamento devido às supostas conseqüências de ordem econômica, tanto para empresa – que, inclusive, aventou a possibilidade de mudar de município caso o tombamento fosse mantido - quanto para o órgão municipal, que eventualmente teria que considerar os custos de uma possível indenização:

5.1 [...] a efetivação do tombamento [...] acarreta graves danos de ordem econômica e administrativa a uma empresa que desde 1938 vem contribuindo para o progresso e o desenvolvimento do país e de forma especial da região onde se encontra localizada, oferecendo empregos a milhares de empregados e gerando a arrecadação de impostos participação esta que se sobressai ainda mais nos tempos de recessão que toda a sociedade vem atravessando. Com efeito, **tais prejuízos que já estão sendo sentidos pela contestante, e que certamente virão a se agravar caso o tombamento seja mantido, dificilmente deixarão de se refletir na comunidade na medida em que poderão acarretar até a transferência das instalações industriais da contestante para outro município onde poderá operar com a necessária autonomia administrativa.** [...] 5.3 Cumpre aqui, também, registrar as conseqüências prejudiciais à própria municipalidade, que advirão da manutenção do tombamento, a despeito das irregularidades apontadas, pois tal fato terá como efeito a **mobilização da contestante no sentido de buscar a indenização correspondente ao prejuízo causado pelo tombamento**, prejuízo este que deverá ser ressarcido pela municipalidade, dentro dos termos da lei. (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, *contestação*, p. 5)

Em função dessa contestação o CONPRESP respondeu, reiterando as motivações para o tombamento dos referidos imóveis, principalmente calcado no valor histórico arquitetônico do conjunto justificando documentalmente que as edificações tombadas faziam parte de fato do conjunto original da antiga Fábrica Maria Zélia, embora tenham sido comprados pela Goodyear somente na década de 1980 e que pertencesse a outros proprietários até então.

Em consideração às argumentações sobre a interface entre a atividade produtiva e o tombamento integral das edificações, foi promulgada uma revisão em que ficou estabelecido nível de proteção 2 (NP 2) – parcial (elementos arquitetônicos externos) - para esses três galpões e termos mais específicos em relação à área envoltória como recuos (15 m), taxa de ocupação, gabaritos, coeficiente de aproveitamento, categorias de uso, etc. As demais edificações do conjunto poderiam receber reformas, eventuais demolições ressalvadas as diretrizes propostas (área envoltória, recuos, etc.). Em relação ao gabarito máximo da área envoltória ficou estabelecido que deveria ter como referência a altura dos edifícios preservados (excluindo-se caixas d' água e chaminés). Foi ainda incluída uma ressalva, por parte do Conselheiro Lúcio Gomes Machado com o objetivo de manter a ambiência dos edifícios tombados, atestando que com a manutenção do uso industrial não seria permitido o parcelamento do lote, caso fosse proposto um novo uso, uma nova regulamentação deveria ser estudada já que poderia acarretar em um “fracionamento indesejado da unidade espacial existente” (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p. 200 - 203)

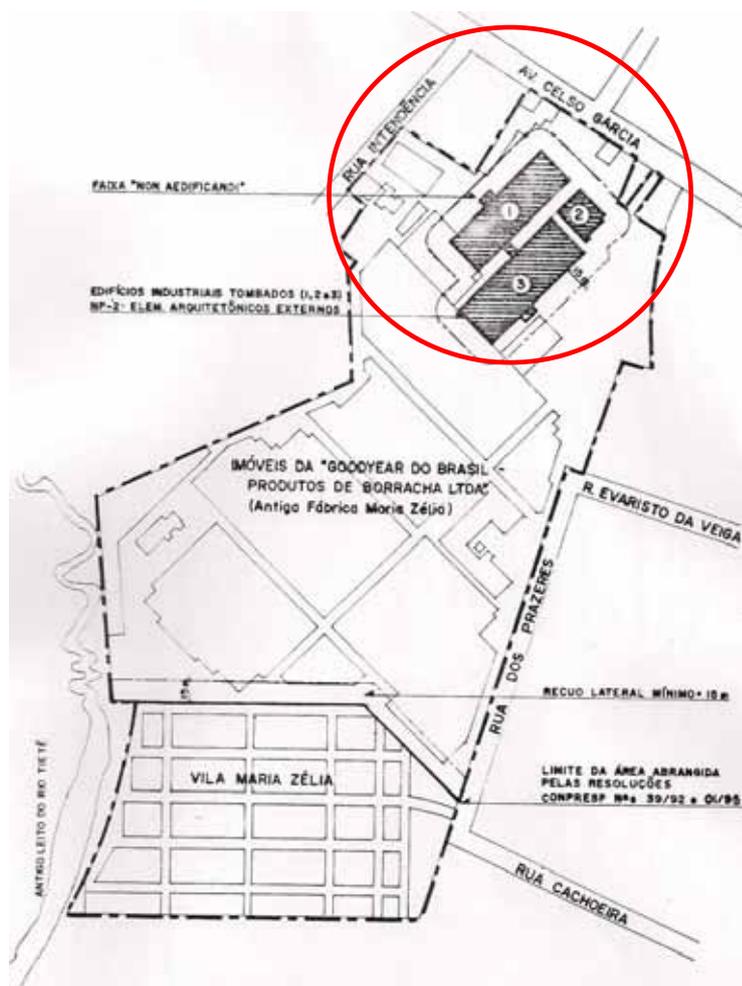


Fig. 104: Antiga Fábrica Maria Zélia. No canto superior direito, edificações tombadas e delimitação da faixa *non edificanti*; consta a retificação dos níveis de proteção.
Fonte: SÃO PAULO (cidade), SMC/CONPRESP, Res. 39/92, p.211.

8.3 Companhia Melhoramentos de São Paulo:

Como no caso da Vidraria Santa Marina, o reconhecimento do valor histórico-cultural da Companhia Melhoramentos de São Paulo deriva de uma indicação da população para integrar a lista das ZEPEC da Subprefeitura da Lapa em 2004. A partir daí, iniciou-se o processo de análise do conjunto fabril por parte do DPH e, em 2009, na Resolução N° 5 foi tombado somente o edifício administrativo.

O parecer que avaliou a situação das edificações para propor o tombamento também detectou que as modificações sofridas pelo imóvel ao longo dos anos não comprometeram suas linhas arquitetônicas originais, além de considerar seu valor histórico e documental. Tendo isso em vista foi sugerido nível de preservação 2 (NP2 – preservação de suas características externas) para o todo o imóvel.

Contudo, foi apresentado um novo relatório com algumas considerações do Conselheiro José Fernando Ferreira Brega. Embora ele reitere o valor documental, histórico e cultural do conjunto, em sua opinião é excessivo considerar toda a quadra para o tombamento, para que isso fosse aceitável, precisaria estar demonstrado que a preservação do todo fosse essencial para assegurar a memória referente ao bem, tema que em sua opinião não parece esgotado. Ainda do ponto de vista deste relator, não seria o caso de descartar alguma forma de preservação do imóvel, mas sim propor alguma preservação parcial (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.322).

Em função dessa avaliação, o CONPESP destacou que o valor da fábrica não se dá pelo valor arquitetônico, e sim pelo valor histórico de sua presença na urbanização do bairro e seu valor afetivo para a população e considerou que fosse pertinente a preservação parcial do conjunto edificado, liberando o restante da quadra. Dessa forma, retificou-se a proteção integral e considerou-se somente a preservação do edifício administrativo por sua “maior representatividade arquitetônica” (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPESP, Res. 05/09, p.344).

Assim, a resolução de tombamento para a Companhia Melhoramentos de São Paulo ficou com os seguintes termos: Nível de Preservação 3 (NP3) - preservação das características arquitetônicas externas, incluindo fachadas, volumetria e cobertura - do imóvel situado na esquina da Rua Espártaco com a Rua Tito (edifício administrativo); como área de proteção, ficou definida uma faixa *non edificanti* de 10 (dez) metros ao redor do edifício, com gabarito de altura limitado a 10 (dez) metros.



Fig. 105: Companhia Melhoramentos de São Paulo, indicação do imóvel a ser tombado e delimitação da área de proteção. Fonte: SMC/CONPRESP – Res. 05/09 – Anexo C, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fabrica_companhia_melhoramentos_1253300854.pdf> Acesso em: 13 Nov. 2009.



Fig. 106 A: CMSP, prédio administrativo. Década 1950 ou 1960. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 106 B: CMSP, prédio administrativo. Década 1970. Fonte: Acervo da empresa.



Fig. 106 C: CMSP, prédio administrativo. Foto: Autor, 2008.



Fig. 106 D: CMSP, prédio administrativo, vista interna. Foto: Autor, 2008.

É curioso notar o posicionamento do poder público em considerar excessivo o tombamento total do conjunto e propor a preservação parcial retirando, justamente, o galpão da fábrica construído na década de 1920. Parece que aqui caberia perfeitamente o tombamento do conjunto inteiro, considerando o valor histórico e a integridade de suas características arquitetônicas. Nesse sentido, há uma contestação por parte da sociedade civil, que ainda está tramitando nos órgãos legais, que pleiteia justamente a reconsideração do tombamento integral. Essa contestação apresenta uma série de argumentações a favor da defesa do patrimônio industrial referindo-se à inegável importância histórica e arquitetônica, colocações que, inclusive, faziam parte do conteúdo da proposta inicial de tombamento integral da área da quadra.

Além disso, essa contestação interpela a forma com que a menção ao “valor afetivo” foi mencionado na resolução de tombamento e considera que este valor, incorpora um conceito simbólico de profundo significado para usuários e moradores:

[...] Há estudiosos que afirmam que o tombamento não pode se pautar por critérios vagos e arbitrários como “afetividade”. Nós, porém, fazemos coro com os que entendem que o “valor afetivo” de um bem imóvel está relacionado com o significado social (para um bairro, uma categoria profissional, um conjunto de moradores, etc.) que ele possui – [...] É bem o caso da Fábrica Companhia Melhoramentos que une a relevância material (passado industrial) à carga simbólica (marco de referência afetiva para os moradores da Lapa). (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 533-534)

Esse trabalho de contestação também se refere à preocupação com a intensa pressão imobiliária da região e a possibilidade latente de demolição de grande parte da quadra – em torno de 80% da área total - onde se instala o galpão que não foi tombado, justificando então a reconsideração por parte do CONPRESP englobando o conjunto total:

[...] a sociedade civil vem, por meio de seus movimentos de cidadania, associações e representação no Cades Lapa, solicitar que os Conselheiros do CONPRESP revejam a decisão de tombamento parcial e de envoltória da Fábrica Companhia Melhoramentos, deferindo a preservação original total do imóvel e envoltória maior, solicitando, também, que medidas urgentes e eficazes sejam tomadas para sustar eventuais investidas para a demolição do restante da quadra – galpões da fábrica. (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 537)

Entidades da sociedade civil da Lapa já haviam se mobilizado reiterando a solicitação de preservação da Companhia Melhoramentos em 2000, quando da demolição dos galpões da década de 1930 para a posterior construção do condomínio residencial vertical e em 2007, quando o pedido em forma de documento foi encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo, no qual manifestavam sua preocupação com o destino das edificações, na medida em que já se havia subtraído da fachada do imóvel o antigo relógio, gerando, inclusive, uma instauração de inquérito civil pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 528). Em 2009 o relógio foi repostado no lugar. Essa contestação contou ainda com um abaixo assinado que consta com diversas assinaturas solicitando o tombamento integral do conjunto; também foi promovido em Outubro de 2009 “um abraço no galpão Melhoramentos”.

8.4 O reconhecimento do valor cultural pelo órgão municipal:

Como o efetivo reconhecimento do valor cultural dos casos citados se dá através do tombamento pelo órgão municipal (CONPRESP), essa salvaguarda oficial nos permite avaliar algumas instâncias. Primeiramente a própria percepção em relação a esses bens reflete diretamente a paulatina incorporação do patrimônio industrial nas políticas de preservação patrimonial, como apresentado no capítulo três deste trabalho. Bens como a antiga Fábrica Maria Zélia e sua Vila já haviam sido detectados durante a década de 1980, e somente foram efetivamente tombados na década de 1990, nos outros casos o valor somente foi reconhecido recentemente, a partir de 2004, com indicação da população para as ZEPEC e posterior resolução de tombamento em 2009.

Através desses processos de salvaguarda pode também ser avaliada a relação entre os proprietários e usuários do imóvel com o próprio bem cultural e com o instrumento de tombamento. Como foi apresentado, os referidos processos causaram reações. No caso da Melhoramentos diferente dos demais provavelmente porque não há mais atividade fabril, a contestação é por parte da sociedade civil que não encontra justificativa suficiente para a exclusão do galpão da gráfica considerando seu estado de conservação e seu valor documental. Já na Vidraria Santa Marina e na Companhia Goodyear a contestação se baseia fundamentalmente na própria condição de manutenção da atividade industrial em contraposição à preservação patrimonial. A Goodyear destaca, dentre outros aspectos, o caráter inédito em tomar um imóvel em atividade e a Saint - Gobain refere-se à necessidade de trabalhos de constante manutenção e verificação da segurança para manter a atividade.

Nesse ponto é importante reportar a algumas características do tombamento. Embora, Constitucionalmente exista a definição de outros meios de preservação a bens culturais, como o inventário, ou instrumentos legais de planejamento urbano que delimitam áreas de proteção, o tombamento é o instrumento jurídico de proteção patrimonial por excelência na legislação brasileira que surge com o decreto-lei nº 25 de 30.11.1937⁴ redigido por Rodrigo M. F. de Andrade. No âmbito municipal, o tombamento é regido pelas leis nº 10.032 de 27.12.1985 e nº 10.236 de 16.12.1986, (que altera alguns dispositivos da anterior). A definição de tombamento apresentada no âmbito do DPH é:

O Tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

[In: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/preservacao/index.php?p=430>,

Acesso em: 15 Set. 2009)

É necessário ainda enfatizar aqui a diferença entre preservação e tombamento, destacada por Sonia Rabello de Castro:

Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. (CASTRO,1991, p.5)

O tombamento, embora seja o instrumento mais utilizado e reconhecido para a preservação patrimonial, é uma das formas legais que pode proteger o bem cultural direta ou indiretamente através da restrição do direito de propriedade:

[...] A lei o delimita, estabelecendo os lindes do exercício desse poder de polícia da administração, dispoendo sobre seu conteúdo, seu procedimento e, a partir daí, estabelecendo os efeitos jurídicos que lhe são específicos. (CASTRO, 1991, p.8).

⁴ Conforme Andrade, a palavra “tombamento” que consta no Decreto Nº 25/37 foi, realmente, a única característica em comum com o anteprojeto de Mário de Andrade, distinguindo-se de termos como “classificação” e “catalogação” abordados anteriormente em outros projetos, respectivamente, por Jair Lins e Wanderley Pinho (ANDRADE, 1983, p. 110).

Na doutrina jurídica nacional o instituto do tombamento, no que diz respeito ao bem e seu domínio (propriedade e uso) pode ser caracterizado como servidão ou limitação administrativa. Há uma tendência em considerá-lo como uma limitação ao invés de uma servidão administrativa já que não interfere diretamente no domínio do proprietário, mas na forma do exercício da propriedade, entendido como parte da sujeição individual ao interesse coletivo.

Em relação ao uso das edificações, os aspectos jurídicos desse instrumento se atêm à questão de propriedade e não se manifestam em relação à particularidade da função dos bens arquitetônicos, pois ao tombamento não compete determinar a permanência de usos nos bens, ainda que possa regulamentar determinadas funções. Ainda considerando o aspecto da determinação da função das edificações protegidas oficialmente pela esfera municipal está estabelecido que: Art. 11º “As resoluções de tombamento definitivo de bens culturais e naturais devem incluir diretrizes diferenciadas de utilização e preservação nos casos em que tais indicações se fizerem necessárias” (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, 1985).

De fato, o tombamento realmente configura uma situação peculiar para a propriedade, atribuindo um direito de uso com várias restrições que são diferentes das meras limitações referentes à função social da propriedade, justamente em decorrência da atribuição de valor cultural de interesse público, impondo além das obrigações intrínsecas à propriedade privada, a obrigação de conservação física observando as características culturais que justificaram o tombamento (BORTOLATO, 2009, p.48-50). Os efeitos do tombamento em bens de propriedade privada são mais fortemente percebidos em virtude dessas restrições com relação à livre utilização, alienação e destinação do bem. Sobre o proprietário recaem as imposições de conservação e outorga-se à sociedade o direito de desfrutá-lo e de receber as eventuais vantagens. Como está subentendido o interesse público sobre o privado, os reais efeitos deste instrumento podem ser contraditórios e até controversos. Da mesma forma que protege, a aplicação do tombamento também pode modificar o valor imobiliário em virtude das próprias circunstâncias jurídicas e burocráticas, conflito que se acentua de forma crítica em contextos onde a especulação imobiliária é latente, sem oferecer compensações aos proprietários, dessa forma pode gerar uma incompreensão por parte destes que acabam interpretando este instrumento de modo negativo por depreciar economicamente o imóvel (BORTOLATO, 2009, p.56).

Nesse sentido é que podem ser compreendidas as posições por parte da empresa Saint-Gobain e Goodyear em relação aos respectivos tombamentos. Nota-se a preocupação das empresas em considerar a preservação patrimonial, condensada neste instrumento legal, como um entrave à dinâmica industrial, e com isso surgem argumentações que remetem inclusive, em última instância, à transferência da empresa para outra cidade, no caso da Goodyear.

Deriva daí um questionamento que pode ser pertinente que se refere à compatibilidade do tombamento como instrumento de salvaguarda de um patrimônio industrial em atividade, uma vez que se subentende eventuais adaptações que podem incidir sobre a materialidade arquitetônica para a manutenção do uso fabril, como foi ressaltado pelas contestações da Saint-Gobain e da Goodyear. Nesse sentido, pode-se retomar as considerações de Sônia R. de Castro que aponta a inadequação em incidir o tombamento sobre bens cujo valor cultural resida ou necessite da mutabilidade, como os modos de produção, por exemplo:

Não seria concebível exigir-se que determinada fábrica, cujo objetivo é a produção, mantivesse ou conservasse determinado modo de fazer independentemente de suas necessidades tecnológicas ou industriais. Neste caso a conservação, além de não incidir sobre coisa móvel ou imóvel, poderia intervir gravosamente no desenvolvimento ou aperfeiçoamento da produção. (CASTRO, 1991, p.108)

Com essa argumentação, ainda que se tombe o imóvel, não se poderia tomar o uso, que não é objeto móvel ou imóvel. Dessa forma o que ocorre em relação ao aspecto do uso é que, em decorrência da necessidade de conservação do bem, ele possa ser adequado ou inadequado, já que, na medida em que o imóvel foi tombado a maior imposição é a sua conservação, o que pode coibir, portanto, formas de utilização que comprovadamente possam causar dano ou descaracterizações (CASTRO, 1991, p.108).

Assim, o tombamento de edificações que contenham uma atividade industrial pode ser questionável na medida em que a própria manutenção dessa atividade possa entrar em conflito com as determinações estabelecidas por este instrumento legal. Por outro lado, há de se considerar que a despeito de qualquer limitação, a Companhia Goodyear, por exemplo, após dezoito anos do referido tombamento, continua no mesmo local, com a mesma atividade produtiva e utilizando todas as instalações, inclusive as salvaguardadas. O que permite supor que possa haver um termo em que se contemple tanto a continuidade de uma atividade fabril, quanto o reconhecimento do valor cultural, documental e simbólico do bem que pode se

estabelecer através do tombamento, mas também através de outros instrumentos que eventualmente possam ser mais adequados para a efetiva preservação.

Há ainda daí outro questionamento a respeito da forma com que o órgão municipal considerou os remanescentes do patrimônio industrial de modo pontual, bastante evidenciado nesses três casos. Na Vidraria Santa Marina o que foi tombado, na verdade, são meras referências simbólicas isoladas daquilo que de fato configura o conjunto como um todo, na Companhia Goodyear são somente três edifícios tombados e na Companhia Melhoramentos, curiosamente apartada da tutela integral, somente o prédio administrativo foi tombado. Até que ponto esse tipo de tombamento pode de fato contribuir para manter a memória industrial da cidade de São Paulo?

Pode-se recorrer então a algumas colocações apresentadas por Neil Cossons no âmbito da arqueologia industrial que é a importância da compreensão do significado do patrimônio industrial em sua paisagem. Para ele a importância da Revolução Industrial reside precisamente na criação de uma paisagem com referenciais que caracterizavam não só uma nova economia, mas também, um novo estilo de vida (COSSONS, 1978, p.17). Conforme a pesquisadora Rufinoni, Cossons compreende a importância da paisagem enquanto elemento que define a “personalidade” de um determinado local, cuja análise deve ser embasada não só nos instrumentos tradicionais de coleta e registro, mas também numa apreciação estética do conjunto dos componentes dessa paisagem caracterizada por peculiaridades formais, construtivas e estéticas (COSSONS, 1978 *apud* RUFINONI, 2004, p.125).

A relação entre patrimônio industrial, paisagem e planejamento também está destacada na Carta Nizhny Tagil: “4 ii – Programas para a conservação do patrimônio industrial devem estar integrados às políticas de desenvolvimento econômico e ao planejamento regional e nacional.” (TICCIH, 2003). No entanto, a dimensão urbana do patrimônio industrial raramente é mencionada: sua importância enquanto referência, a relação com a paisagem industrial original estabelecida pela altura e forma das edificações e suas chaminés; a configuração do próprio tecido urbano (tamanho dos terrenos – grandes terrenos para as instalações industriais e pequenos para as casas operárias por volta das indústrias). Estes aspectos são cruciais para a real proteção deste patrimônio e sua ampla identidade, mas não tem sido devidamente incorporado nas políticas de planejamento urbano.

Ao verificar os casos estudados, além das especificações que são recorrentes a respeito da “Área de Proteção de Bens Tombados” que abrange, dentre outros aspectos, o gabarito de alturas das edificações do entorno, recuos e o respeito à visualização dos edifícios tombados,

há algumas menções que se reportam à questão da paisagem urbana, como no caso da Goodyear em que há uma referência à correlação entre a manutenção do uso fabril e a configuração do lote e no, caso da Vidraria Santa Marina em que o próprio tombamento da chaminé N° 20 se fundamenta e se justifica a partir do aspecto da paisagem urbana. Porém, a salvaguarda ainda é desvinculada de sua real dimensão urbana como um fator cultural que precisa ser incorporado pelo planejamento urbano na atual dinâmica da cidade, principalmente, levando em consideração a eminente valorização imobiliária das áreas industriais, a diversificação do uso do solo e as operações urbanas, que indicam, inclusive, a possibilidade de transferência da atividade industrial para outras regiões.

Assim, o estudo desses processos de tombamento propicia uma análise que abrange não só a percepção do órgão municipal de salvaguarda em relação a esses remanescentes industriais, mas também outra leitura que considera a postura dos proprietários frente a esse instrumento e aos referidos bens, evidenciando as restrições e limitações que ainda incidem sobre a compreensão do patrimônio industrial, suas características inerentes, e toda sua potencialidade e abrangência enquanto patrimônio cultural.

Considerações finais

A pesquisa aqui apresentada trouxe à discussão a especificidade, pouco referenciada na bibliografia especializada e nos recentes trabalhos acadêmicos, do patrimônio industrial ativo e sua complexa relação com a atualização do sistema produtivo. Os três casos analisados: Vidraria Santa Marina (produção de vidros), Companhia Goodyear do Brasil (produção de pneumáticos) e Companhia Melhoramentos de São Paulo (produção gráfica) são bens tombados pelo CONPRESP, representativos da primeira fase da industrialização na cidade de São Paulo que permitiram, graças à diversidade de sua produção e conseqüentemente de suas características, uma visão ampla dos problemas enfrentados.

Analisá-los à luz das teorias do restauro, uma vez que são total ou parcialmente tombados, portanto de reconhecido valor cultural, constituiu um intenso exercício de reflexão sobre a validade do instrumento de tombamento e da adequação dessas teorias para essa condição particular de uma indústria ainda ativa. Este estudo proporcionou também verificar a compreensão por parte da comunidade diretamente envolvida ou da sociedade em geral sobre a questão do patrimônio e seus desdobramentos. Esta análise esteve embasada no seguinte questionamento: a atividade fabril pode ser compatível com a preservação patrimonial?

Tendo como referência o campo da preservação patrimonial e, portanto, o pressuposto de que o uso deva ser o meio para a preservação e não o fim como evidenciado por Miarelli Mariani, a pesquisa constatou a dificuldade em compatibilizar o uso fabril com a preservação patrimonial, devido ao caráter econômico inerente à atividade industrial e às demandas tecnológicas que incidem sobre as linhas produtivas que podem condicionar um intenso grau de dinamismo. Cria-se então um aparente conflito entre a manutenção de uma atividade fabril e a sua preservação. Porém, não impossível, pois o uso industrial, assim como qualquer outro uso, pode ser perfeitamente adequado para a conservação de um bem cultural, desde que observadas as premissas do campo disciplinar da preservação patrimonial como reversibilidade, distinguibilidade, mínima intervenção e compatibilidade de técnicas e materiais estabelecidos em documentos de vigência internacional.

Partindo-se então do pressuposto de que o uso fabril, a despeito das dificuldades e potenciais incompatibilidades possa ser considerado como uma alternativa para a conservação do patrimônio edificado, retoma-se à problemática enfatizada por Carbonara e Salvo, conforme apresentado no capítulo um, que é a dificuldade de reconhecimento do valor cultural do patrimônio recente em que se enquadra o patrimônio industrial. A partir dessa

consideração é que se verificou em que medida se dá a compreensão por parte dos usuários e proprietários em relação aos referidos remanescentes industriais, que se traduz, dentre outras ações, no processo de apropriação das edificações.

Como mencionado no capítulo um e sete, segundo Carbonara, que defende a aplicabilidade e abrangência da teoria brandiana na atualidade, somente a partir do correto discernimento e reconhecimento da significação histórico - artística de um bem é que é possível estabelecer critérios para intervenções abordadas dentro da perspectiva do campo disciplinar estabelecido pela preservação patrimonial, cujo objetivo não é meramente manter uma função, mas conservar o patrimônio. Nesse sentido é necessário salientar que, segundo Brandi e a vertente do restauro crítico essas ações estão enquadradas no campo disciplinar da restauração e encerram manutenção, conservação e restauração preventiva, tendo-se sempre como elemento norteador o juízo histórico - crítico e o objetivo de respeitar a materialidade da obra, seus aspectos documentais e de conformação.

Desse modo, a postura dos proprietários em relação aos casos selecionados, segundo as bibliografias e fontes consultadas produzidas pelas empresas é profícua no sentido de registrar o histórico da empresa, entretanto valorizando essencialmente a evolução tecnológica, que em alguns dos casos tangenciou a materialidade física edificada, pois houve intervenções no sentido de alterar e ampliar os conjuntos como apresentado no capítulo sete. Porém, foram raras as ações, mesmo que incipientes, que apontaram uma compreensão ou valorização da questão patrimonial, como a manutenção de alguns remanescentes com um valor simbólico, como no caso da torre em alvenaria aparente e da antiga parede de fornos da Santa Marina e das chaminés na Goodyear, elementos conservados por iniciativa dos proprietários que não tinham uma função determinada na atual conjuntura produtiva das empresas. Essa limitação no reconhecimento do valor cultural se fez perceber na análise das intervenções, as quais não foram norteadas pelo campo disciplinar da preservação e restauração; se delas derivou alguma conservação foi em decorrência de questões de ordem pragmática.

O efetivo reconhecimento do valor cultural dos bens analisados somente se deu pelo poder público, quando foram oficialmente tombados pela esfera municipal (CONPRESP): Companhia Goodyear do Brasil (antiga Fábrica Maria Zélia) em 1992, Vidraria Santa Maria e Companhia Melhoramentos de São Paulo em 2009. Esses processos de tombamento, por sua vez, evidenciam a dificuldade da aplicação desse instrumento a edificações que abrigam uma atividade industrial caracterizada pelo dinamismo e mutabilidade, como nos casos aqui

analisados, em que as contestações por parte da Companhia Goodyear e da Saint - Gobain questionam a compatibilidade da atualização do processo produtivo com as restrições impostas pelo tombamento. Nesse ponto, é interessante retomar que a questão do uso esteve sempre associada à necessidade de intervir nas edificações, como foi destacado por vários teóricos e documentos internacionais apresentados nos capítulos um e sete, que defendem que a preservação patrimonial não deve ser compreendida como um processo de “congelamento” que restrinja a possibilidade de uso da edificação. Princípios orientativos desse campo disciplinar como os já mencionados: reversibilidade, distinguibilidade, mínima intervenção e compatibilidade de técnicas e materiais podem condicionar a possibilidade de intervenções nos bens culturais para as necessárias adaptações.

Retomando ainda a postura dos proprietários frente aos bens, embora as empresas tenham colaborado de modo efetivo para esta pesquisa disponibilizando um rico material iconográfico e documental que consta em seus acervos, houve, em dois dos casos apresentados algumas restrições à visita e à possibilidade de levantamento fotográfico tanto de suas instalações externas quanto das partes internas, e mais ainda em relação aos processos produtivos alegando-se questões de segurança. Como mencionado, o único caso em que a visitação pôde ser completa (com levantamento fotográfico) foi na Companhia Melhoramentos de São Paulo, que já não havia nenhuma atividade fabril; a Companhia Goodyear do Brasil abriu a possibilidade de visitação de todo o conjunto, com uma minuciosa apresentação do processo produtivo, porém não puderam ser feitas imagens; e a Vidraria Santa Marina, não permitiu visitas. O fato do tombamento, instrumento por excelência de salvaguarda patrimonial, se demonstrar aparentemente incompatível à manutenção da atividade fabril, e, portanto, prejudicial para a demanda financeira das empresas, pode colaborar e incrementar essa postura restritiva por parte dos proprietários que vêm com receio e reserva o processo de reconhecimento e compreensão do valor cultural dos bens em questão.

Ainda em relação ao instrumento do tombamento, detectou-se uma abordagem também restrita por parte do corpo técnico na medida em que foram selecionados elementos pontuais comprometendo, desse modo, a legibilidade dos conjuntos (características espaciais, volumetria, etc.) como um todo em sua ambiência urbana (localização, tamanhos dos terrenos, volumetria, etc.). A relação com a cidade, conforme apresentado no capítulo cinco, é fundamental para a correta compreensão do patrimônio industrial enquanto bem cultural dada a sua contribuição ao desenvolvimento das áreas em que estão inseridos e também à condição

que a estrutura urbana, que encerra várias condicionantes inclusive de cunho econômico, estabelece com essas indústrias influenciando a manutenção ou não da atividade fabril.

Assim as pressões que incidem sobre o patrimônio industrial da capital paulista derivadas do valor imobiliário e do potencial econômico agregado dos conjuntos são determinantes para a forma com que este patrimônio é utilizado na atual dinâmica da cidade em que houve um incremento econômico do setor terciário. Como apresentado no capítulo quatro, essa conjuntura está refletida nos principais instrumentos de planificação urbana (Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Operações Urbanas), que não só incentivam a necessidade de mudança de uso de áreas industriais como induzem a transferência da atividade produtiva para outras regiões da cidade, bastante evidenciado no caso da Vidraria Santa Marina cujos terrenos estão abarcados pela Operação urbana Lapa-Brás.

Os exemplos estudados ilustram essa condição, em que a eventual limitação espacial arquitetônica das edificações não é um fator isolado, mas fruto de uma complexa conjuntura sócio - econômica que há de ser considerada: embora as instalações ainda fossem adequadas, a Companhia Melhoramentos de São Paulo, com atividade gráfica até o início de 2008 foi praticamente absorvida pela nova dinâmica urbana; já a Vidraria Santa Marina e a Companhia Goodyear do Brasil ainda mantêm o uso fabril em conjuntos mais ou menos alterados em decorrência das próprias necessidades e características de suas respectivas atividades; nesses casos a eventual limitação física e os insumos das necessárias adaptações foram absorvidos pela alta produtividade dessas plantas, que ainda são suficientemente competitivas para a lógica econômica dessas empresas.

Ainda em relação ao patrimônio industrial com a cidade de São Paulo, considerando que grande parte desses remanescentes se encontra em estado de abandono, subutilizado ou com alteração do uso, ao verificar os casos da Vidraria Santa Marina e Companhia Goodyear do Brasil instaladas há tantas décadas no mesmo local, pode-se levantar outro questionamento: qual é o maior ônus para a cidade e para a sociedade - manter um conjunto industrial com valor cultural e documental tombado, mas abandonado ou com novo uso; ou mantê-lo com o uso industrial, a despeito das eventuais intervenções que possam alterar as edificações originais?

Essa questão envolve uma série de aspectos apresentados neste trabalho; sob a ótica da preservação patrimonial a mera manutenção do caráter industrial não garante necessariamente a conservação da materialidade do conjunto, como já mencionado. Por outro lado ao manter a

atividade fabril, nesses casos apresentados, pode-se manter a relação com a cidade do ponto de vista não só urbanístico, mas também simbólico e até econômico.

Exemplares de patrimônio industrial em uso requerem, portanto, um cuidado criterioso em relação às instruções de tombamento e à abordagem no campo da preservação patrimonial avaliando-se caso a caso de modo que também possam ser consideradas as necessidades do processo produtivo. As determinações de salvaguarda deveriam estar abertas às novas demandas ainda não previstas de uma linha de produção e suas implicações nas edificações de modo que não sejam estabelecidas regras que inviabilizem as intervenções necessárias para a manutenção da atividade inicial. Nesse sentido, pode-se perscrutar a idéia de que o objetivo de garantir a preservação do patrimônio industrial poderia incluir a dinâmica própria, característica e inerente à cultura industrial que pode envolver constantes adaptações tanto em suas linhas produtivas quanto nos edifícios que as acolhem.

Não se trata de defender que o uso fabril seja a melhor alternativa de preservação de um bem industrial e que áreas industriais não devam ser remanejadas segundo a nova realidade urbana, mas que a preservação desse tipo de patrimônio não deveria excluir, portanto, a possibilidade da manutenção dessa atividade. A Companhia Goodyear do Brasil é um caso que, a despeito de qualquer limitação arquitetônica e restrições enquanto exemplar de preservação patrimonial, tem convivido com o tombamento durante dezenove anos mantendo a mesma atividade produtiva e utilizando todas as instalações, inclusive as salvaguardadas. O que permite supor, através deste estudo, que possa haver um termo em que se contemple tanto a continuidade de uma atividade fabril, quanto o reconhecimento do valor cultural, documental e simbólico do bem que pode se estabelecer através do tombamento, mas também através de outras formas mais adequadas que eventualmente possam surgir para a preservação do patrimônio industrial ativo.

Desse modo, retoma-se o conceito de “conservação integrada” estabelecido na Carta Européia de Patrimônio (1975), como ressaltado por Carbonara, que evidencia a necessidade da leitura da preservação patrimonial de forma conjunta entre técnicas de restauro, funções compatíveis com o objetivo de uma conservação no âmbito do planejamento urbano e territorial definindo uma estratégia única e comum de modo que se possa reconhecer o valor cultural, manter a atividade fabril e preservar o bem, tendo em vista sua relação com a cidade. Para tanto, há que se levar em conta, como apresentado no capítulo um, as práticas de documentação tão enfatizadas no âmbito da arqueologia industrial que também incluem o estudo e a inventariação de uma atividade ainda vigente, como o disposto na Carta Nizhny

Tagil, registrando não só processos produtivos, mas também, as alterações e incidências na materialidade arquitetônica das edificações.

Procurou-se, então, estabelecer a discussão de modo que o patrimônio industrial em atividade possa ser abordado levando em consideração toda sua potencialidade de objeto de estudo e toda a multidisciplinaridade que o assunto encerra com o objetivo de colaborar para uma ampliação da compreensão desses exemplares enquanto bens culturais e documentais de um sistema produtivo e de uma relação com a cidade, pelo poder público, pelos proprietários, usuários e também no âmbito acadêmico.

Ampliando-se a conscientização a respeito desse tema e tendo em vista a pertinência da manutenção do uso fabril a partir de estudos acurados e de um juízo crítico em relação ao caráter desse patrimônio, poderia ser incrementada uma política de incentivos e orientações aos proprietários e usuários dos atuais bens tombados e de tantos outros imóveis que ainda mantém a atividade industrial na cidade de São Paulo, mas ainda não foram sequer aventados como objetos de estudo e nem tão pouco reconhecidos pelo CONPRESP, no sentido de que esse patrimônio ativo pudesse ser documentado, inventariando não só a situação atual, mas as transformações ao longo do tempo com o objetivo de registrar manufaturas em funcionamento para que não se perca em definitivo nem os processos produtivos e nem as edificações que os acolhem. Essa orientação também deveria nortear a possibilidade de coadunar o incremento dessas necessidades produtivas com o patrimônio edificado, sob a ótica da preservação patrimonial e tendo em vista o dinamismo inerente à cultura industrial, pois, o fato do valor documental eventualmente ser predominante nesses conjuntos, não invalida a pertinência de considerar instrumentos teóricos para qualquer tipo de intervenção: manutenções, reestruturações, ou mesmo substituições.

* * *

Referências bibliográficas:

- Actas del Congreso Internacional Puesta en Valor del Patrimonio Industrial: Sitios, Museos y Casos.* Santiago do Chile: TICCIH, 2006
- AGUILAR, Immaculada. Restauración del patrimonio arquitectónico industrial. In: *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamerica y España*. S.l.: Instituto Andaluz del Patrimônio Histórico, 2001, p.160-203.
- Anais do II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial.* São Paulo, 2009. (CD ROM).
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias. *Um Estado completo que pode jamais ter existido*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ANDRADE, Margarida Maria de. Industrialização, Urbanização e vida de bairro na São Paulo Além - Tamanduateí. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.). *Geografias de São Paulo – v.1: Representação e crise da Metrôpole*, São Paulo: Ed. Contexto, 2004, p. 171-192.
- ANDREATTA, Margarida Davina. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. *Revista USP*, São Paulo, n. 41, p. 28-47, março/maio 1999.
- BARCELOS, Flávio de. *Companhia Vidraria Santa Marina - 80 anos de sociedade anônima, 90 de vidro – a biografia de um monumento*. São Paulo: (não publicado), (1983).
- BLAY, Eva A. *Eu não tenho onde morar*. São Paulo: Nobel, 1985
- BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- BIDERMAN, Ciro. A expansão do setor terciário. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 264-299
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.
- BORTOLATO, Thais Bianca Rosanelli. *A forma urbana e a coisa pública na preservação do patrimônio - Espaço, política e sociedade na análise de dois sítios tombados: o caso do Marais, em Paris, e do Bexiga, em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BOTELHO, Adriano. *Do Fordismo à Produção Flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BRANDÃO, Ignácio Loyola, *Santa Marina – um futuro transparente*. São Paulo: DBA - Dórea Books and Art, 1996.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL Arquitetura – Ilópolis, RS – Museu do Pão – 2005/2007. A Celebração da Madeira. *Revista AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, Ano 23, n. 168, p.38-47, 2008.
- BRUNA, Paulo J.V. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1976.
- BUCHANAN, R. Angus. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth: Penguin, 1974.
- _____. The definition of industrial archaeology. In: *L'étude et la mise en valeur du patrimoine industriel, 4^{ème} Conférence Internationale, Lyon-Grenoble*. Paris: CNRS, 1985, p. 104-108.
- CAMARGO, Mônica Junqueira. *Princípios de Arquitetura Moderna na obra de Oswaldo Bratke*. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori, 1997.
- _____. *Trattado di restauro architettonico*. Turim: Utet, 2004.
- _____. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, n. 6, p. 35-47, 2006.
- CARTAS PATRIMONIAIS. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Itatinga: a hidrelétrica e seu legado*. São Paulo: Neotropica, 2010
- CASTRO, Cleusa de. *Permanências, transformações e simultaneidades em arquitetura*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal do Rio Grande do Sul & Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.
- CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- COMGÁS reativa Complexo do Gasômetro. *Revista AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, Ano 23, n. 168, p.12, 2008.
- CORDEIRO, José Lopes. Patrimônio Industrial Português. In: *Anais 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Eletropaulo, 1986, p. 243-251.
- COSSONS, Neil. *The BP Book of Industrial Archaeology*. Londres: David & Charles, 1978.
- CUNHA, Claudia dos Reis e. *O patrimônio cultural da cidade de Sorocaba: análise de uma trajetória*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DAUMAS, Maurice. *L'Archéologie Industrielle en France*. Paris: Laffort, 1980.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. O trabalho na metrópole. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 238-262.
- DONATO, Hernani. *100 Anos da Melhoramentos – 1890 – 1990*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1990.
- DVORÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANCESCONI, Léa. Trabalho e Indústria em São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.). *Geografias de São Paulo – v.1: Representação e crise da Metrópole*, São Paulo: Ed. Contexto, 2004, p. 115-128.
- FENERICH, Antônia Regina Luz. *Preservação em São Paulo: análise de procedimentos metodológicos*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*. Trajetória política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 1997.
- GAMA, Ruy. Arqueologia Industrial e História da Técnica. In: *Anais 1º Seminário Nacional de História e Energia*, São Paulo: Eletropaulo, 1986, p.252-259.
- GIOVANNONI, Gustavo. Restauro dei Monumenti. In: *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana (Treccani), 1936. p. 127-130.
- GOODYEAR do Brasil – 90 anos Rumo ao Futuro. São Paulo: Goodyear do Brasil, 2009.

- GOODYEAR do Brasil– 90 Anos Rumo ao futuro. São Paulo: Goodyear do Brasil, 2009 (Catálogo).
- GRILLO, Maria Teresa Oliveira. *Industrialização e desindustrialização no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GUNN, Philip & CORREIA, Telma de Barros. Vilas operárias: O mundo fabril penetra a cidade. In: CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia Helena & SACCHETA, Vladimir (org.). *São Paulo: Metrópole em trânsito – Percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Ed. Senac, 2004, p. 82-89.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology – a new introduction*. Londres: John Backer, 1976.
- IBAÑEZ, Maria Pilar Biel. *Zaragoza y la industrialización: La arquitectura industrial en la capital aragonesa entre 1875-1936*. Zaragoza: Gobierno de Aragón e Institución “Fernando el Católico”, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JEUDY, Henri – Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JOKILEHTO, Jukka Ilmari. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação*. São Paulo: Ateliê / FAPESP / Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- _____. As transformações na maneira de intervir na arquitetura do passado entre os séculos XV e XVIII: o período de formação da restauração. *Sinopses*, São Paulo, n. 36, p. 24-36, 2001.
- _____. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. p. 9-28.
- _____. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, n. 1, p. 101-117, 2004.
- _____. *Preservação da arquitetura industrial em São Paulo: questões teóricas*. Relatório Científico (FAPESP). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP), São Paulo, 2005.
- _____. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC (eletrônica)*, São Paulo, v.1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_capa.php?id_revista=2>. Acesso em: 30 jan. 2010.
- _____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.
- LANGENBUCH, J. R. *A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio Janeiro: IBGE, 1971.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.
- LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Espaço & Debates*, São Paulo:, n. 38, p.54-61, 1994.

- LOLICH, Liliana. The industrial heritage of Patagônia. In: *XIII International TICCIH Congress, Industrial Heritage and Urban Transformation – Productive Territories and Industrial Landscapes*. Terni – Roma, 2006. (CD – ROM)
- MAFFEI, Walter. *A concepção arquitetônica dos edifícios industriais*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MAGNANI, Luis Antonio; SEGAWA, Hugo e BARATELLA, Roseli M (colab.). *Complexo do Gasômetro: a energia de São Paulo*. São Paulo: Via das Artes, 2007.
- MATTAR, Leila. *A modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais*. Dissertação (Mestrado) – PUCRGS/História, Porto Alegre, 2010.
- Memória do Gás – o futuro sempre presente*. São Paulo: COMGÁS, 2009 (Catálogo)
- MENEGON, Natasha Mincoff. *Planejamento, Território e Indústria: as operações urbanas em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MENEGUELLO, Cristina. The Industrial Heritage in Brazil and prospects for the Brazilian Committee for the Conservation of Industrial Heritage. In: *XIII International TICCIH Congress, Industrial Heritage and Urban Transformation – Productive Territories and Industrial Landscapes*. Terni – Roma, 2006. (CD – ROM)
- MENEGUELLO, Cristina; BERTINI, Giancarlo; ROSSINETTI, Manoela R. e VALENTIN, Fernanda. Demolições de galpões industriais na Mooca: descaso e impunidade. *Minha cidade* (eletrônica), Ano 08, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.088/1913>> Acesso em: 08 Ago. 2009.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra. Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: *Anais 1º Seminário Nacional de História e Energia*, São Paulo: Eletropaulo, 1986, p.68-73.
- MEYER, R.M.P.; GROSTEIN, M.D. & BIDERMAN, C. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp / Imesp, 2004.
- MONBEIG, Pierre. O crescimento da cidade de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 14-115.
- MORALES, Frederico Castro. Memoria, Ocio y Cultura: Nuevos Usos en España para el Patrimonio Industrial. In: *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamerica y España*. S.l., Instituto Andaluz Del Patrimonio Histórico, 2001, p.204-212.
- NAHAS, Patrícia Viceconti. O Museu do Pão e o Caminho dos Moinhos. In: *II Encontro Nacional sobre Patrimônio industrial – da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio industrial*. São Paulo, 2009. (CD – ROM)
- NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo, Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.38, p.62-82, 1994.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- NEUGEBAUER, *uma história*. Porto Alegre: Florestal Alimentos S.A., 2009.
- NVE (Norges vassdrags – og energidirektorat). *Kulturminner i norsk Kraftproduksjon*. Oslo, 2006.
- NYNÄS, Helena. Hidropower production sites as cultural heritage in Norway. In: *XIV International TICCIH Congress, Industrial Heritage – Ecology and Economy*. Freiberg: TICCIH, 2009.
- PEREIRA, José Hermes Martins. *As fábricas paulistas de louça: estudo de tipologias arquitetônicas na área de patrimônio industrial*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PESSOA, José (org). *Lucio Costa: Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. William Morris e a SPAB. *Rotunda* (eletrônica), n. 3, p. 22-35, out. 2004. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda03.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2010.
- POZZER, Guilherme Pinheiro. *A Antiga Estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872 – 2002)*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo (V.3): A cidade na primeira metade do século XX (1890 – 1954)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004, p. 15-51.
- RAISTRICK, Arthur. *Industrial Archaeology, an Historic Survey*. Frogmore: St. Albans, Paladin, 1973.
- REVISTA AU - Arquitetura e Urbanismo. Ano 23 n 168. São Paulo: Ed. Pini, 2008.
- REVISTA CLÃ *Goodyear*. São Paulo: GOODYEAR do Brasil, Junho/2009.
- RIEGL, Alois. *Il culto moderno dei monumento – Il suo carattere e i suoi inizi*. Bologna: Nuova Alfa Editoriale, 1990.
- RODRIGUES, Angela Rosch. Cidade e indústria: estudo sobre a relação dos processos de urbanização e industrialização na cidade de São Paulo. In: *II Encontro Nacional sobre Patrimônio industrial – da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio industrial*. São Paulo, 2009. (CD – ROM)
- _____ ; MASSARI, Marco Antônio L. e CAMARGO, Mônica J. Industrial Heritage in Brazilian cities: requalification or segregation in urban tissue? The cases of São Paulo and Sorocaba (State of São Paulo – Brazil) In: *XIV International TICCIH Congress, Industrial Heritage – Ecology and Economy*. Freiberg: TICCIH, 2009.
- _____ e CAMARGO, Mônica J. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. *Revista CPC* (eletrônica), São Paulo, v. n. 10, p. 140-165, maio/out. 2010. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=14&id_conteudo=61&tipo=5> Acesso em: 30 jan. 2011.
- RODRIGUES, Cíntia Nigro. *Territórios do Patrimônio – Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo:1969-1987*. São Paulo: Ed. Unesp / Imprensa Oficial / CONDEPHAAT / FAPESP, 2000.
- ROLIM, Mariana de Souza. Notas sobre o patrimônio industrial da energia de São Paulo. In: *II Encontro Nacional sobre Patrimônio industrial – da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio industrial*. São Paulo, 2009. (CD – ROM)
- ROUX, Emmanuel de. *Patrimoine Industrial*. Paris: Scala, 2000.
- RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- _____. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SAES, Flávio. São Paulo: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo (V.3): A cidade na primeira metade do século XX (1890 – 1954)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004, p. 215-257.

SAIA, Helena. *Arquitetura e Indústria – Fábricas de tecido de algodão em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SALVO, Simona. Restauro e ‘restauros’ das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto. *Revista CPC* (eletrônica), São Paulo, v.4, n. 4, p. 139-157, maio/out. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_capa.php?id_revista=8> Acesso em: 30 jan. 2010.

SANTOS, Cecília Rodrigues. Em defesa do patrimônio industrial ferroviário de São Paulo: as oficinas da São Paulo Railway na Lapa. *Minha cidade* (eletrônica), Ano 10, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.112/1826>> Acesso em: 08 Ago. 2009.

SINGER, Paul. São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 146-217.

SINGER, Paul. Os últimos 40 dos 450 anos de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 218-235.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene de Q. F. A macrometrópole paulistana: 1950-2004. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 116-143.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho – trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990.

TICCIH. *Carta Niznhy Tagil*, 2003. Disponível em: <<http://www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>> Acesso em: 01 Nov. 2010.

TRINDER, Barrie Stuart. *The Blackwell Encyclopedia of Industrial Archaeology*. Oxford, UK: Basil Blackwell Ltd., 1992.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As Indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

WATSON, Mark. Horizontal Mills: Can the technology available to commuties indifferent locations offer them a shared message? In: *XIV International TICCIH Congress*, Industrial Heritage – Ecology and Economy. Freiberg: TICCIH, 2009.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Patrimônio Edificado da USP e sua Preservação. *Revista CPC* (eletrônica), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-127, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=2&id_conteudo=1&tipo=8>. Acesso em: 30 jan. 2010.

XIII International TICCIH Congress, Industrial Heritage and Urban Transformation – Productive Territories and Industrial Landscapes. Terni – Roma, 2006.

XIV International TICCIH Congress, Industrial Heritage – Ecology and Economy. Freiberg, 2009.

ZEIN, Ruth Verde. Fábrica da Pompéia, para ver e aprender. *Revista Projeto Design*. São Paulo, n. 149, p. 25-39, jan./1992.

Legislação, relatórios e publicações da administração pública:

BAFFI, Mirthes I.S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 169 – 191, 2006.

SÃO PAULO (cidade). *Galpões Industriais Significativos*. São Paulo: EMURB, 197?.

_____. *Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô – Estudo de Alternativas de traçado – Tramo Oeste – Identificação dos Bens Culturais Envolvidos – Vol. I – Diagnóstico*. São Paulo: SMC/DPH, 197?.

_____. *Patrimônio Ambiental Zona Metrô Leste*. São Paulo: SMC/DPH, 1978.

_____. SMC/CONPRES. Lei Nº 10.032 de 27 de Dezembro de 1985. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/leis_10_032_85_e_10_236_86_1256746494.doc> Acesso em: 30 jan. 2010.

_____. SMC/CONPRES. Lei Nº 10.236 de 16 de Dezembro de 1986. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/leis_10_032_85_e_10_236_86_1256746494.doc> Acesso em: 30 jan. 2010.

_____. *IGEPAC – Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo*. São Paulo: SMC / DPH, 1987.

_____. *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei Nº 13430*. São Paulo: SEMPLA, 2002.

_____. *Lei de uso e ocupação do solo – Lei Nº13872*. São Paulo: SEMPLA, 2004.

_____. *Município em Mapas – série temática: economia urbana*. São Paulo: SEMPLA, 2004. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/mapasedados.php>>. Acesso em: 15 Mai. 2009.

_____. *Planos Regionais Estratégicos do Município de São Paulo – Subprefeitura Mooca (PRE – MO)*. São Paulo: SEMPLA, 2004. (Série Documentos).

_____. *Planos Regionais Estratégicos do Município de São Paulo – Subprefeitura Lapa (PRES – LA)*. São Paulo: SEMPLA, 2004. (Série Documentos).

_____. *Estudo para o tombamento do Patrimônio Industrial na orla ferroviária em torno da Estação da Mooca*. Autoria: THOMAZ, Dalva; GIANNECCHINI, Ana Clara e ARRUDA, Valdir. São Paulo: SMC / DPH, 2007.

_____. *Re – Estudo da Área Envoltória dos galpões industriais em torno da Estação da Mooca*. Autoria: THOMAZ, Dalva e GIANNECCHINI, Ana Clara. São Paulo: SMC / DPH, 2007.

_____. *Termo de Referência para a contratação de empresa ou consórcio de empresa ou consórcios de empresas para a elaboração de estudos e projetos para a Operação Urbana Consorciada Lapa-Brás*. São Paulo: SMDU, 2010, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17805> Acesso em: 10. Nov. 2010.

_____. *Termo de Referência para a contratação de empresa ou consórcio de empresa ou consórcios de empresas para a elaboração de estudos e projetos para a Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca*. São Paulo: SMDU, 2010, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17805> Acesso em: 10. Nov. 2010

Resoluções CONPRES:

_____. SMC/ CONPRES. Res. 38/92 - *Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela*. Processos 1990.0.003.700*0 e 1994-0.011.488-5.

_____. SMC/ CONPRES. Res. 39/92 - *Vila e Antiga Fábrica Maria Zélia*. Processo: 01-053.418-79*50 e *Contestação ao Tombamento da Antiga Fábrica Maria Zélia*. Processo: 16-007.602-93*04.

_____. SMC/ CONPRES. *Estudo das Zonas Especiais de Preservação Cultural - ZEPECS*. Processo: 2004 - 0.297.171-6.

_____. SMC/ CONPRESP. Res. 14/07 - *Conjunto dos Edifícios Industriais da Mooca*.

_____. SMC/ CONPRESP. Res. 05/09 - *Tombamento ZEPECS Lapa*. Processo: 2008 - 0.190.016-2.

_____. SMC/ CONPRESP. Res. 05/10 *Tombamento Chaminé da União*.

Processos CONDEPHAAT:

SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT. Processo 20213/77 - *Vila Economizadora*.

_____. CONDEPHAAT. Processo 22625/83 - *Matadouro da Vila Mariana*.

_____. CONDEPHAAT. Processo 24263/85 - *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo*.

_____. CONDEPHAAT. Processo 24268/85 - *Vila Maria Zélia*.

Projetos consultados:

Biblioteca FAUUSP (Acervo do Setor de Projetos de Arquitetura):

Edifício Sede da Cia. Vidraria Santa Marina à Av. Santa Marina, N° 458 a 508 – Água Branca. Data: 1974. Autor: Rosa Grena Kliass Paisagismo Planejamento e Projetos Ltda.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH):

- Referente a Antiga Vidraria Santa Marina:

Fábrica de Vidros Prado e Jordão – Estação D` Água Branca - R. da Vidraria Santa Marina - 31/5/1900; Pasta – Etiqueta O. PA. 259 (O. PA – Obras Particulares - referente a letra A do ano de 1900: 1900 - A) – Água Branca Pg. 25 - 34.

Companhia Vidraria Santa Marina – R. Particular (Água Branca) – Casas Operárias; Cx. P1/1912 – Doc. 61.

- Referente a Antiga Fábrica Maria Zélia:

*Companhia Nacional de Tecidos de Juta - Av. Celso Garcia 433 e 465; Cx. C.4 / 1913 doc.85 - Processo 76 023/13 (03-012.799-86*99).*

Companhia Nacional de Tecidos de Juta - Av. Celso Garcia 407; Cx. C.3 / 1912 doc.95 - Estocamento de Materiais de Construção para as Obras Projetadas.

Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa (DPH):

Companhia Melhoramentos de São Paulo. Processo N° 56095 de 1922, Rua Tito.

(Material que se encontra na Divisão de Arquivo Municipal de Processos - Secretaria Municipal de Gestão Pública)

Sítios Consultados:

COMGÁS:

<<http://www.comgas.com.br>>

CONDEPHAAT:

<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aacf3010e2308ca0/?vgnextoid=662b7d2fbae72210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>>

CONPRESP:

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>>

IPHAN:

<<http://www.IPHAN.gov.br/ans/inicial.htm>>

SEMPLA:

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/>>

SMDU:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17805>

TICCIH:

<<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>>

UNESCO:

<<http://whc.unesco.org/>>

Entrevistas:

- Marly Rodrigues - Historiadora. Em 05 Mai. 2008.
- Walter Pires - Arquiteto e Urbanista - SMC / DPH Em 08 Out. 2008.
- Mirthes Baffi - Arquiteta e Urbanista - SMC / DPH. Em 27 Mar. 2009.
- Dalva Thomaz - Arquiteta e Urbanista - SMC / DPH Em 22 Nov. 2009.
- Marcos Winter - Arquiteto e Urbanista - SMC / DPH. Em 10 Fev. 2009.
- Mariana de Souza Rolim - Arquiteta e Urbanista - Fundação Energia e Saneamento. Em 10 Dez. 2009.

Vidraria Santa Maria (atual Saint - Gobain):

- Rafael Valdívia – ex funcionário da empresa. Em 10 Abr. 2008.
- Cláudio José Monteiro - arquiteto responsável pelas obras de ampliação da empresa. Em 22 Out. 2009.
- Sandra Maria de Souza Pereira - funcionária da empresa, Treinamento e Desenvolvimento Cooperativo. Em 01 Jul. 2008.

Companhia Goodyear do Brasil:

- Márcio Martins - Gerente de Utilidades, Facilidades e Meio Ambiente da empresa. Em 05 Ago. 2008.
- Gisleine Giugliano -Assessora de Relações Públicas e Imprensa da empresa. Em 17 Nov. 2009.
- Lilian A. Sguillar - funcionária da empresa. Em 17 Nov. 2009 (acompanhamento em visita).

Companhia Melhoramentos de São Paulo:

- Hernani Donato - Historiador da empresa. Em 31 Mar. 2008.
- Marina Oehling Gelman - Advogada da empresa. Em 31 Mar. 2008.
- Lina Bizzotto - coordenadora de serviços gerais. Em 08 Mai. 2008 (acompanhamento em visita).

Instituições consultadas:

Acervos das empresas:

- Vidraria Santa Marina (Atual Grupo Saint – Gobain)
- Companhia Goodyear do Brasil
- Companhia Melhoramentos de São Paulo

Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP):

- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)
- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
- Escola Politécnica (POLI)
- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)

Bibliotecas da Universidade Mackenzie:

- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)

Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP):

- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bibliotecas e Acervos da Prefeitura Municipal de São Paulo:

- Departamento do Patrimônio Histórico – Secretaria Municipal de Cultura (DPH - SMC):
 - Arquivo Histórico Municipal Washington Luís
 - Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa
- Empresa Municipal de Urbanização (EMURB)
- Secretaria Municipal de Gestão:
 - Arquivo Municipal

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – via eletrônica.